

Camila Sissa Antunes

**LUGARES, REDES E SOCIALIDADES: ESTUDO
ETNOGRÁFICO NAS PERIFERIAS DE CHAPECÓ (SC)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social.
Orientadora: Prof^a Dra. Alicia N. G. de Castells

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Antunes, Camila Sissa

Lugares, redes e socialidades : estudo etnográfico nas
periferias de Chapecó (SC) / Camila Sissa Antunes ;
orientadora, Alicia Norma González de Castells -
Florianópolis, SC, 2015.
370 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Antropologia Urbana. 3.
Periferias urbanas. 4. Estudo etnográfico. 5.
Socialidades. I. Castells, Alicia Norma González de . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social. III. Título.

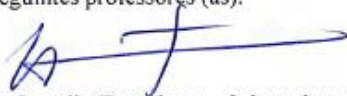
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Lugares, redes e socialidades: estudo etnográfico nas periferias de Chapecó (SC).

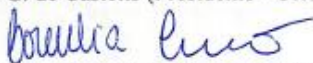
Camila Sissa Antunes

Orientadora: Profª Drª. Alicia Norma González de Castells

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor(a) em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores (as):



Profª Drª. Alicia N. G. de Castells (Presidente - Orientador - PPGAS/UFSC)



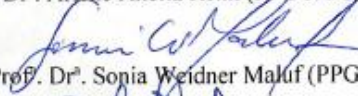
Profª Drª. Cornelia Eckert (PPGAS/UFRGS)



Prof. Dr. Ramiro Segura (UNGS/IDES)



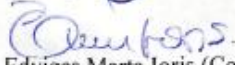
Profª Drª. Arlene Anelia Renk (PPGCA/UNOCHAPECÓ)



Profª Drª. Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC)



Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (PPGAS/UFSC)



Profª Drª. Edviges Marta Ioris (Coordenadora do PPGAS)

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2015.

*...ao nosso filho Arthur Samuel,
que esteve comigo nesta gestação.*

AGRADECIMENTOS

Geralmente, em todos os atos sociais como este, uma pessoa é designada para fazer um discurso. Essa pessoa procura sempre o tema mais apropriado e desenvolve diante dos presentes. Eu não vim fazer um discurso. Pude escolher para hoje o nobre tema da amizade. Mas o que poderia dizer-lhes da amizade? Poderia ter preenchido umas tantas páginas com histórias e sentenças que, no final das contas, não teriam me conduzido ao fim desejado. Analisem, cada um dos senhores, vossos próprios sentimentos, considerem um por um os motivos pelos quais sentem uma preferência incomparável pela pessoa na qual têm depositadas todas as vossas intimidades, e então conseguirão saber a razão deste ato.

Gabriel García Márquez (A Academia do Dever, 1944).

Este trabalho é resultado de uma trajetória de formação acadêmica e de vida. Formação acadêmica porque desde a graduação em ciências sociais estive preocupada em pensar sobre a condição de pobreza, especialmente nas cidades, este tema sempre me motivou pensamentos críticos e inquietos. É resultado de vida, porque a opção em estudar Chapecó transparece meu compromisso com a cidade que me acolheu desde a infância, onde atualmente vivo, desenvolvo atividades de docência e cidade pela qual tenho um sentimento de apreço. E resultado de vida porque sempre aprendi com meus pais a questionar a realidade, a ser uma pessoa engajada socialmente e a acreditar em um mundo melhor. Portanto, é importante que se diga: estudar o “meu lugar” criou uma conexão subjetiva e política, que acredito, esteja transparente no decorrer desta tese.

Meu primeiro agradecimento é para minha querida orientadora Alicia, que vem me acompanhando desde o primeiro ano da graduação, na figura de mestre inspiradora, orientadora intelectual e da vida, que com muita humildade e entrega me ensinou muito além de teorias e metodologias, que sempre será para mim um exemplo de antropóloga, de professora, de mãe, de esposa. Alicia é tão importante em minha trajetória que seria impossível imaginar chegar até aqui sem o seu apoio

e incentivo. Em seu nome, agradeço também ao seu companheiro Eduardo Jorge Castells (*in memoriam*) que participou de minha banca de TCC, se tornou um grande amigo, compartilhando discussões sobre diferentes temas, durante toda minha formação, sempre questionando, motivando, participando em nossas conversas nos intervalos de orientação, suas perguntas sempre me fizeram pensar, serei eternamente grata.

Meus sinceros agradecimentos também a todos os funcionários, colegas e professores do PPGAS/UFSC, que de diferentes maneiras me permitiram uma formação humana e acadêmica, sempre acolhendo minhas dúvidas com serenidade, apresentando diálogos com seriedade e demonstrando, que na academia, também há lugar para a construção de laços, afetos e carinhos. Todos tem um lugar especial na minha vida, mas agradeço especialmente aos que compartilharam comigo dos espaços, leituras e debates no NAUI (Núcleo Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural), dentro do qual sempre encontrei incentivo, estímulo e amizades preciosas.

Agradeço especialmente aos examinadores da tese, que com sua leitura cuidadosa e observações me permitiram ampliar reflexões e leituras.

Do meu espaço cotidiano de trabalho, preciso reconhecer a importância dos colegas e alunos da Unochapecó, nesta tarefa linda de docência, que me possibilita ampliar olhares e leituras, e me desafia, diariamente, no fazer antropológico.

Agradeço também ao CNPq, por conceder bolsa de pesquisa durante parte deste doutorado.

Agradeço aos meus pais, Mari e Jair, e em nome deles a toda minha família, que sempre foram suporte para minhas decisões, e especialmente por transmitirem muita força e incentivo para que eu fosse capaz de seguir na caminhada. Vocês são minha inspiração e motivo de orgulho e muito amor.

Meu *agradecimento especial* ao meu companheiro Serginho, por quem tenho um amor, apreço e gratidão imensos, que esteve comigo em todos os momentos, asserenando minha ansiedade, confortando meus medos e incentivando meu trabalho. Meu amor pela vida inteira não será o suficiente para retribuir.

Na empreitada antropológica de mergulhar na realidade do outro, o exercício do olhar, estranhar, analisar, familiarizar-se, estranhar-se, são caminhos contínuos entre dar e receber, aproximar e distanciar, perceber e ser percebido. A tarefa não é das fáceis, mas é também uma experiência enriquecedora em muitos sentidos, permitindo-nos estar

entre aqueles que não imaginávamos conhecer um dia, aproximando mundos distantes. A antropologia que sempre quis fazer é aquela que pressupõe uma abertura ao outro, quando o esforço é de compartilhar, estar junto, estar próximo. É uma *antropologia de afetos*, pois da minha experiência de pesquisa, o que guardo com mais carinho são os abraços. E é também com carinho que trato as consequências destes encontros, que em seguida busca-se expressar dentro da linguagem teórica e acadêmica, mas que não deixam de ter as marcas daquelas que se permitiram ao meu olhar, ao meu ouvir, ao meu sentir, e assim também me afetaram.

Finalmente, às minhas companheiras de pesquisa, fica minha *mais sincera gratidão*.

Nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isto é admirável!
(CERTEAU e GIARD, 1996).

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise dos *lugares*, *redes* e *socialidades* presentes no cotidiano das moradoras de dois bairros periféricos da cidade de Chapecó-SC, enfatizando suas experiências e narrativas, que constroem cenários de *socialidades* que envolvem *lugares* e referências identitárias (de pertencimento ou distanciamento) e outras formas de *subjetivação do território*, que consolidam relações processuais de construção da periferia. Apresenta resultados da etnografia que se concentrou na região leste do município, principalmente nos bairros São Pedro e Bom Pastor em Chapecó (SC), caracterizando esses lugares a partir das concepções e experiências de seus moradores. Esta região teve sua conformação inicial a partir da remoção de pessoas pobres que viviam precariamente no centro da cidade ou na condição de posseiros em bordas de áreas rurais. Estas famílias foram transferidas compulsoriamente, no início dos anos 60, para o lugar que posteriormente foi denominado bairro São Pedro. Estes fatos evidenciam que desde o início da urbanização de Chapecó foram criadas medidas, nem sempre explícitas, de exclusão dos mais pobres da paisagem das áreas mais centrais da cidade. Contemporaneamente a região leste, conforma uma realidade complexa e interessante do ponto de vista antropológico, fornecendo um campo dinâmico e fértil para refletir sobre os processos de periferização na cidade de Chapecó bem como fornecer índices analíticos mais amplos sobre a periferia e a própria antropologia urbana. As análises teórico-metodológicas são desenvolvidas em torno das ideias de *processualidade*, *experiência* e *diálogo*. Esta perspectiva reflete tanto os resultados analíticos como as escolhas teórico-metodológicas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo, que nos permitiram compreender que as periferias podem ser entendidas enquanto *processos* flutuantes, descontínuos e relacionais, rastreados durante a etnografia e construídas a partir da experiência dialógica, ou seja, levando em consideração aspectos relevantes para as interlocutoras da pesquisa.

Palavras-chave: antropologia urbana, cidade, periferias, pobreza, Chapecó.

ABSTRACT

This research presents an analysis of the places, networks and socialities present in the daily lives of residents of two suburbs of the city of Chapecó-SC, emphasizing their experiences and narratives that build socialities scenarios involving places and identity references (of belonging or distance) and other forms of subjectivity of the territory, which consolidate relations procedural construction of the periphery. Presents results of ethnography which focused on the east region of the city, especially the districts São Pedro and Bom Pastor in Chapecó (SC), characterizing these places from the conceptions and experiences of its residents. This region had its initial conformation from the removal of poor people living precariously in the city center or in squatter condition in rural areas edges. These families were transferred compulsorily in the early 60s, to the place that was later called St. Peter neighborhood. These facts show that since the beginning of Chapecó urbanization measures were created, not always explicit exclusion of the poorest of the landscape of the most central areas of the city. Contemporaneously east region, forms a complex reality and interesting from the point of anthropological view, providing a dynamic and fertile field to reflect on the periphery processes in Chapecó city and provide broader analytical indexes on the periphery and the very urban anthropology. The theoretical and methodological analyzes are developed around the processuality of ideas, experience and dialogue. This outlook reflects both the analytical results and the theoretical and methodological choices adopted for the development of field research that allowed us to understand that the peripheries can be understood as floating, discrete and relational processes, screened during the ethnography and built from experience dialogic, ie, taking into account aspects relevant to the interlocutors of the research.

Keywords: urban anthropology, city, suburbs, poverty, Chapecó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Encontro da Pastoral da Criança. Bairro Bom Pastor	62
Figura 2 - Desenho recebido de presente.	63
Figura 3- Mapa Chapecó: Conjuntos habitacionais, áreas irregulares e regularizadas (2004 – 2010).	67
Figura 4 - Fotografia bairro Bom Pastor (masterizada).	69
Figura 5 - Estrada de acesso ao bairro Vila Rica.	71
Figura 6 - Fotografia de loteamento recente no bairro Efapi.	74
Figura 7- Fotografia de ocupação nas bordas do loteamento Vila Esperança.	75
Figura 8 - Fotografia de ocupações irregulares bairro Efapi.	79
Figura 9 - Fotografia de planta do terreno denominado São Pedro (Chapecó), 1919.	85
Figura 10 - Fotografia do bairro São Pedro no início da ocupação urbana.	91
Figura 11 - Casa de Gérbera durante enchente (Bairro São Pedro).	95
Figura 12- Enchente na baixada no Bairro São Pedro.	96
Figura 13- Bairro São Pedro em sua delimitação territorial em 2002, Chapecó/SC.	102
Figura 14 - Bairros São Pedro e Bom Pastor em suas delimitações territoriais em 2012, Chapecó/SC.	103
Figura 15 - Montagem do trajeto: bairro Maria Goretti ao bairro Bom Pastor.	107
Figura 16 - Bairros classificados pela renda média mensal, região leste, Chapecó/SC.	110
Figura 17 - Vista parcial (Bairro Bom Pastor)	127
Figura 18 - Mapa identificando áreas públicas, comércio e igrejas. ...	129
Figura 19 - Vendedor de galinhas (bairro Bom Pastor).	131
Figura 20 - Mapa identificando áreas de políticas públicas e de ocupação espontânea.	133
Figura 21- Restos de barracos demolidos em área de ocupação (bairro Bom Pastor)Fonte: Camila Sissa Antunes.	156
Figura 22 - Terreno desocupado (antiga área de direito).	157
Figura 23 - Casa de Lis.	166
Figura 24 - Cercas e placas de nome de rua e casa (Vila Betinho, bairro Bom Pastor).	174
Figura 25 - Números das casas	175
Figura 26 - Divisa entre loteamento e Vila Betinho (bairro Bom Pastor)	187

Figura 27 - Acesso ao loteamento vizinho a partir da Vila Betinho. ..	188
Figura 28- Becos.Fonte: Camila Sissa Antunes.	198
Figura 29 - Moradias de Tulipa durante o período de realização da pesquisa.....	210
Figura 30 - Bairro Seminário, Loteamento Expoente e loteamento Monte Castelo	213
Figura 31 - Casa de Rosa.	222
Figura 32- Acompanhando Primavera no trabalho com o material reciclável	282
Figura 33 - Quintal de Amarílis e Lírio.	285
Figura 34 - Acompanhando D. Alfazema na coleta de materiais.....	292
Figura 35 - Barracões de reciclagem (Bairro Bom Pastor)	299
Figura 36 - Barracão da Rosa – organização da separação do material.	302
Figura 37 - Barracão de separação e prensa de materiais recicláveis (bairro Bom Pastor).....	307

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 CONSTRUINDO PERIFERIAS: CONTEXTO DA PESQUISA 31	
1.1 DO CAMINHO ATÉ AQUI: TRAJETÓRIA E TEMÁTICA	31
1.2 DAS CURVAS E CORES DO CAMINHO: MÉTODO E EXPERIÊNCIA DE CAMPO	39
1.2.1. Encontrando flores no caminho: das interlocutoras da pesquisa	45
1.3 DAS ROSAS E SEUS ESPINHOS: PERIFERIZAÇÃO EM CHAPECÓ	64
1.3.1 A região leste da cidade: histórico de ocupação e contexto atual	82
1.3.2 Olhares sobre os bairros: mapeamentos e territorializações	104
2 CENÁRIOS DE SOCIALIDADE: LUGARES E DIÁLOGOS . 115	
2.1 DOS LUGARES: CATEGORIAS E TERRITÓRIOS.....	126
2.2 O MEU LUGAR: RELAÇÕES DE IDENTIDADE E PERTENCIMENTO	138
2.2.1 A construção do lugar: nomeações	140
2.2.2 A construção do lugar: táticas e direito	144
2.2.3 A construção do lugar: casas, puxadinhos, terrenos e limites	159
2.3 O LUGAR DO OUTRO: DIFERENÇAS, DISTINÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	177
3 DA MEMÓRIA DO COTIDIANO: ALIANÇAS, MOBILIDADES E REDES	205
3.1 DESLOCAMENTOS, ARRANJOS E MOBILIDADES	208
3.1.1 Trajetórias: flores, enraizamentos e caminhos	209
3.1.2 Das mobilidades: famílias, violências e desagregação ...	237
3.2 REDES E SOCIALIDADES: PESSOAS, LUGARES, EVENTOS E PRÁTICAS	242
3.2.1 Relações de vizinhança, parentesco e compadrio	246
3.2.2 Redes, agregações e religiosidade	270
3.2.3 Trabalho com reciclagem: táticas, territórios e conexões	277

4 PROCESSUALIDADES, EXPERIÊNCIA E DIÁLOGO: UMA PERSPECTIVA PARA PENSAR A PERIFERIA.....	309
4.1 LUGARES, REDES E SOCIALIDADES.....	321
CONSIDERAÇÕES FINAIS	333
REFERÊNCIA	337
APÊNDICE A – LISTAGEM DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA	353
APÊNDICE B – TRECHO DO DIÁRIO DE CAMPO	363
APÊNDICE C - GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES E TERMOS USADOS NAS NARRATIVAS.....	367
ANEXO A – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	369
ANEXO B - CARTINHA DE NATAL	370

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise dos *lugares*, *redes* e *socialidades*¹ presentes no cotidiano de dois bairros periféricos da cidade de Chapecó (SC)². Apresenta os resultados de um estudo etnográfico desenvolvido junto às moradoras dos bairros São Pedro e Bom Pastor, enfatizando suas experiências e narrativas, que constroem cenários de *socialidades* que envolvem *lugares* e referências identitárias (de pertencimento ou distanciamento) e outras formas de *subjetivação do território*, que consolidam relações processuais de construção da periferia. Os bairros selecionados para este trabalho pertencem à região leste da cidade e são reconhecidos socialmente como locais de violência e concentração de pobreza, principalmente por terem sido destino inicial de processos de “limpeza” urbana da cidade durante os anos sessenta, e destino de políticas públicas voltadas ao remanejamento de populações que viviam em áreas degradadas como o antigo lixão da cidade e por conter áreas de ocupação, denominadas “favelas”³. Devido a este processo histórico, o bairro São Pedro e seu entorno carrega um estigma negativo, reforçado pelo seu cenário cotidiano de violência, presença de tráfico de drogas, e condições de vida de seus moradores, marcada por dificuldades sociais e econômicas.

Em Chapecó, contrariamente à remoção clássica das ocupações irregulares instaladas nas bordas de estradas em áreas povoadas das cidades metropolitanas (ANTUNES, 2007), historicamente se verificaram processos de remoção em áreas pouco ou nada urbanizadas, bordas de fazendas que abrigavam os chamados posseiros⁴, que foram

¹ Optamos por atribuir a fonte itálica para os conceitos teóricos a fim de destacá-los no texto. Assim como, os nomes das interlocutoras e os termos nativos serão destacados com negrito.

² Ver a imagem de localização da cidade no ANEXO A – Mapa de localização do município de Chapecó

³ Este termo faz parte do senso comum para definir as áreas de ocupação irregular e foi recorrente durante a pesquisa, assim como “barracos”, que indicam, principalmente regiões de ocupação mais antiga, que não existem mais.

⁴ A denominação “posseiros” refere-se à população autóctone da região (especialmente caboclos), que após o processo colonizador, passaram a viver na condição de agregados. Estes aspectos de ocupação do solo será retomado no

removidos, no início dos anos 60, para o lugar que posteriormente foi denominado bairro São Pedro. Reproduzindo a mesma prática que resulta no afastamento dos mais pobres das áreas centrais e mais valorizadas da cidade, mais recentemente verifica-se uma política de remoção das famílias que vivem em áreas irregulares e em condições de vulnerabilidade social para novos condomínios, em áreas não urbanizadas e carentes de infraestrutura urbana.

Assim, desde o início da urbanização de Chapecó foram criadas medidas, nem sempre explícitas, de exclusão dos mais pobres da paisagem da cidade. O projeto colonizador da região, por exemplo, tratava os índios e caboclos como “intrusos”. Para esta população que foi expropriada de suas terras, o trabalho assalariado nas madeireiras (e mais tarde nos frigoríficos) passou a ser a alternativa. Essas pessoas passam a trabalhar na cidade e se estabelecem no perímetro urbano formando “cinturões de barracos”, ou “bolsões de pobreza” (PASQUALI; GOMES, 1998; RENK, 1995; ALBA, 2002; HASS, 2006, HASS et al, 2008). Na atualidade a região conforma uma realidade complexa e interessante do ponto de vista antropológico, fornecendo um campo dinâmico e fértil para refletir sobre os processos de periferização na cidade de Chapecó bem como fornecer índices analíticos mais amplos sobre a *periferia* e a própria antropologia urbana.

A cidade de Chapecó foi escolhida como marco geral de observação e, mais especificamente, as suas periferias concebidas como lugares em *processo*. E é apreendida na tese principalmente a partir das *territorializações*⁵ e *redes*⁶, identificadas durante a etnografia e

terceiro capítulo, quando serão exploradas as trajetórias de mobilidade das interlocutoras.

⁵ Analisa-se o cenário pesquisado com uma leitura inspirada na oposição deleuziana à unidade e seu consequente reducionismo com suas tendências unificadoras simplistas (Deleuze & Guattari, 1995). Deleuze e Guattari, em diversas obras, atribuem, aos indivíduos e aos coletivos, forças e intensidades que os atravessam por linhas transversais, verticais, horizontais, compondo verdadeira cartografia e situando o pesquisador/sujeito/coisa em perspectiva geográfica. Essas linhas muitas vezes se cruzam, se interconectam e estão interlocutoras a rotas arriscadas e caminhos multívagos. Com frequência, elas são demarcadas por discursos e jogos de poderes e saberes, mas às vezes é necessário criar, romper e traçar novas linhas, linhas de fuga, arranjando aí os processos concomitantes que determinam a compreensão das práticas humanas: território, desterritorialização e reterritorialização.

⁶ Na perspectiva de Latour (2008) a *rede* não é algo dado, o contexto para as ações, uma configuração pré-existente, mas um *processo*.

construídas a partir da experiência dialógica, ou seja, levando em consideração aspectos relevantes para os sujeitos da pesquisa. Chapecó é reconhecida como uma “cidade planejada”, cujas diretrizes (em termos espaciais) aparecem especialmente em seu centro e bairros que o circundam e se materializa principalmente pelo desenho de formato “tabuleiro de xadrez” das suas ruas⁷. A região escolhida para esta etnografia, no entanto, surge como um cenário de interferência nessa malha urbana, oriundo de uma política de “limpeza urbana” e que culminou com o surgimento de um loteamento no início dos anos 60, criado com o intuito de concentrar a população mais pobre da cidade naquele território⁸.

Apesar de ser importante demarcar este contexto, este trabalho dialoga com o povo trabalhador que vive nestes locais, homens e mulheres que resistiram e resistem bravamente às condições de vida que lhe foram impostas pelo processo histórico de expropriação e dificuldade de acesso à terra, que convivem com a diferença e com o tráfico, negociando alteridades cotidianamente, que desenvolvem estratégias de vida, que reinventam, em seu cotidiano, formas de habitar e viver em um espaço que chamam de seu, atribuindo identidades, aproximações e distanciamentos, que fazem de suas alianças formas de resistência e estratégias de sobrevivência.

Este trabalho se insere em um contexto de pobreza urbana, cenário este que se apresentou, durante o trabalho de campo, como um espaço eminentemente feminino, fato que deslocou meu olhar e ênfase para os diálogos com mulheres. Esta realidade não é uma exceção, na verdade, vários estudos no Brasil apontam para a relação entre pobreza e questões de gênero, assim, apesar de meu enfoque teórico não priorizar as questões de gênero, as vozes femininas são predominantes neste texto, assim como são predominantes dos contextos de pobreza urbana, como bem nos mostra Fonseca (2003) ao narrar histórias contadas por suas interlocutoras sobre família e relações cotidianas, em seu trabalho relaciona as dimensões de gênero e classe social. Em meu trabalho, a questão de gênero, sendo mulheres a maioria das minhas interlocutoras,

⁷ É importante salientar que este “planejamento” desconsiderou aspectos naturais, como conservação do relevo, água e áreas de preservação, provocando impactos ambientais visíveis até hoje.

⁸ A malha urbana se interrompe, as entradas para o bairro não são uniformes e os novos loteamentos que surgem em suas margens não tem continuidade entre suas ruas, pelo contrário são construídos muros ao final das ruas (este tema será explorado no capítulo 2).

aparece balizada pela relação de confiança que estabeleci em campo, eu não escolhi trabalhar com mulheres, foram elas que me escolheram.

Nestes bairros conheci a **Hortênci**a, a **Violeta**, a **Rosa** e tantas outras mulheres. Com elas aprendi sobre a vida, sobre conjugalidades, compartilhamos significados de tempo e espaço, memórias e percepções. De nossas interlocuções, procuro retratar de uma forma dialógica, àquelas que propiciam uma melhor compreensão da vida cotidiana nestes bairros, a partir das experiências e histórias relatadas.

Ao me propor pesquisar a periferia urbana me coloquei de imediato em um exercício de alteridade, e passei a me imaginar fazendo parte de um contexto de vida diferente do que até então havia vivenciado. Coloquei-me diante dos desafios e vicissitudes de tal empreendimento, mas logo a experiência da pesquisa mostrou o quanto haveria que rever meus próprios sentimentos de distância e alteridade, e para falar sobre isso destaco dois momentos importantes. O primeiro acontecimento foi uma carta.

No final de 2012, encontrei em minha caixa de correios uma cartinha singela, escrita em uma folha de caderno, sem envelope e escrita em letras disformes o seguinte texto: “Querido Papai Noel. Meu nome é Aninha eu tenho 2 anos, eu queria ganhar uma muda de roupa e uma cesta de docê e a minha mãe não pode comprar pra mim ela é doente. Bairro: Vila Betinho. Casa: 2, Rua: A. Telefone: 8888-8888”⁹. Na época, a Vila Betinho já apontava como um dos lugares em que eu pretendia pesquisar, fiquei muito comovida com aquela situação, achei interessante e também mágico. Eram meus pretensos sujeitos que se revelavam para mim, antes mesmo de nosso contato direto. Aprendi sobre uma das suas formas de diálogo e convívio com o entorno, umas de suas estratégias de vida. Era o campo me indicando também um caminho, e eu segui aquela carta, e cheguei, dias mais tarde, até a casa da família da Aninha na Vila Betinho, levei comigo alguns doces. Com o passar do tempo, ela e sua mãe **Narcisa** se tornaram parte importante desta tese.

O segundo episódio aconteceu durante a pesquisa de campo. Em uma proposta de acompanhar o dia de trabalho de coleta de materiais recicláveis de **Violeta**, fui até sua casa cedo (7h30min) e saímos com o carrinho vazio. Durante o caminho chegamos ao meu bairro, depois a minha rua, e finalmente chegamos a minha casa. Aquele era o caminho usual de Dona Violeta, ela ficou feliz quando eu contei que era ali a minha casa, e eu fiquei surpresa ao perceber que, antes de conhecê-la,

⁹ Ver ANEXO B - Cartinha de Natal.

cotidianamente estávamos próximas, mas desconhecendo da vida uma da outra. Estabeleci uma amizade com Violeta, volta e meia ela passa em minha casa, e ultimamente, enquanto estive escrevendo a tese, me pergunta se está tudo bem comigo e com o “trabalho”, se não vou mais aparecer para visitá-la, e me conta as novidades do bairro. Eu, por outro lado, separo e guardo meus materiais e outras coisas para ela vir buscar, minha mãe segue a mesma rotina, e **D. Violeta** hoje faz parte das nossas vidas, por um laço iniciado na pesquisa, mas que se perpetua pelo carinho que nutrimos cotidianamente.

Este trabalho se propõe desenvolver uma análise dentro do contexto social de uma parte das periferias na cidade de Chapecó, caracterizando esses lugares a partir das concepções e experiências de seus moradores. Exploram-se categorias nativas que visam oferecer um panorama da realidade local, das *redes*, *socialidades*, adjetivações do *território*, *deslocamentos* e *fronteiras*¹⁰. Apresenta resultados da etnografia que se concentrou na região leste do município, principalmente nos bairros São Pedro e Bom Pastor. Essa região é reconhecida na cidade pela sua “pobreza”¹¹, entendida a partir de indicadores como baixa renda familiar, existência de habitações de interesse social, áreas de ocupação irregular, altos índices de violência, entre outros indicadores. Estes índices favorecem a existência de um *estigma* (GOFFMAN, 1989), marcado tanto no lugar como em seus habitantes.

Tendo como principal tema de análise a periferização urbana, é preciso ressaltar que, apesar de este ser um fenômeno generalizado na sociedade brasileira e perpassado por processos de segregação social, cada caso singular atribui complexidade e diferentes interpretações ao fenômeno, através de um conjunto de práticas e relações contextuais. Desse modo, considero que um estudo de caso como este, ainda mais em se tratando de um caso não metropolitano, pode terminar questionando algumas generalizações usualmente utilizadas. Por outro lado, conforme Rosa (2009), a perspectiva local e situada não deveria implicar uma “autonomização” ou “tipificação” do objeto estudado,

¹⁰ Utilizarei a fonte itálica neste trabalho para dar ênfase ou destacar conceitos teóricos, o negrito é usado para destacar categorias nativas e os nomes das interlocutoras da pesquisa.

¹¹ É importante salientar que estas características, não exclusivas dos bairros pesquisados, se reconhecem também em outros da cidade, principalmente aqueles localizados nas bordas da malha urbana, conforme será explorado no capítulo 1.

deve buscar-se, ao contrário, apreender o processo de produção do espaço em estudo por meio das *relações*, dos *jogos de mediações* que simultaneamente atualizam e transcendem o seu caráter local¹². A mesma autora reitera sobre a importância de compreender a produção do espaço nas periferias (e favelas) para além dos circuitos metropolitanos, possibilitando um distanciamento das designações genéricas sobre as mesmas, quase sempre pautadas por modelos elaborados a partir das metrópoles paulistana e carioca (ROSA, 2009).

É necessário, portanto, evitar reforçar estigmas que fixam certa homogeneidade entre os diversos espaços de moradia dos pobres na cidade, pois certamente, trata-se de um campo heterogêneo e complexo cujas classificações e conceitos não são capazes de abarcar. Procuo utilizar o termo *periferia*, relativizando seu lugar e seu sentido, refletindo sobre sua pertinência e significados a partir da experiência da pesquisa. Assim como Strathern (2006), minha proposta não é pensar em termos de não aplicabilidade do conceito mas deslocá-lo e pensá-lo como constituinte de mais um dos contextos do processo de conhecimento antropológico.

O termo *periferia* conceitualmente não dá conta da complexidade e diversidade de realidades e processos que busca descrever, o que exige, no mínimo, a reflexão sobre seus usos, para que não se perca sua capacidade interpretativa (ROSA, 2009). Deste modo, para compreender estas espacialidades, torna-se imprescindível a compreensão de suas apropriações, importando, neste sentido, os sujeitos envolvidos diretamente nestes espaços, em uma multiplicidade de relações, sob condições e contextos diversos e através de práticas e experiências cotidianas permeadas por conflitos, negociações e invenções. Deste modo, conceber *periferia* para além de um conceito que sirva como rótulo, significa entendê-la como um *campo de práticas*, estas entendidas como justaposições entre as dimensões qualitativamente heterogêneas de espaço e tempo (CERTEAU, 1994). Importa, portanto, perceber a constituição da periferia como processo, como experiência, como *tramas* em constante transformação. Neste trabalho, *periferia* também marca um lugar de fala, e o seu uso pode ser interpretado como uma maneira de situar-se entre as pesquisas urbanas deste campo.

¹² Talvez possa ser mais interessante pensar a periferia (e favela) como espaço liminar, localizado na “fronteira”, do que pelo conceito de exclusão. Estes lugares ocupam uma linha tênue em que se articulam experiências de inclusão e exclusão, pois os sujeitos incluem-se na cidade por meio de suas formas de sobrevivência e sociabilidade.

Os estudos sobre formação de *periferias* revelam a existência de uma multiplicidade de forças e atores em disputa e negociação para definir o que pertence a estes lugares. O argumento central que procuro defender é que a noção de periferia urbana deve ser pensada enquanto *processo*, em suas dissonâncias e continuidades. Nesses termos significa identificar quais são as forças atuando nesse campo, as partes que desagregam-se, aspectos de exclusão e inclusão, deslocamentos e apropriações deste território.

O lugar a partir do qual se registra a *periferia* nesta tese é, portanto, apenas uma parte de um contexto urbano mais amplo. Entende-se, desta forma, como um estudo parcial e com alcance limitado, pois a pesquisa foi realizada a partir de um olhar situado e subjetivo. É resultado das minhas experiências e relações que estabeleci em campo. Assim, seguindo outros antropólogos que concedem primazia às relações de campo no trabalho etnográfico, como Wagner (2010) e Strathern (2010) percebo a antropologia como um diálogo com outros modos de pensamento, uma relação entre uma série de outras relações, que se dão especialmente no campo, mas também para além dele¹³.

As *territorializações*, neste trabalho, são compreendidas a partir de conceitos antropológicos que permitam apreender os fluxos e camadas sucessivas de significação dadas ao território, sendo os principais: *lugares* (ou territórios subjetivados), *fronteiras*, *mobilidades* e *deslocamentos*. Para demonstrar as formas com que os sujeitos constroem *territorializações*, atribuindo nomes e classificações dos lugares, utilizam-se categorias nativas, que emergiram durante as interações em campo e orientaram as análises consequentes presentes nesta tese. Nesse sentido, sou simpática às proposições de Latour (2008) que indica como tarefa do antropólogo deixar que os próprios atores criem seus próprios cosmos, e sendo a tarefa do investigador seguir os caminhos dos atores, utilizando seu vocabulário próprio (LATOUR, 2008, p. 51).

Por outro lado, as práticas cotidianas (CERTEAU, 1994) são interpretadas como partes de *redes*, cuja apreensão de dará em torno da discussão dos seguintes temas: socialidade, cotidiano, memória, identidade, alianças e mobilidade. A tentativa é dar inteligibilidade a esta periferia em processo, atravessada por um emaranhado de práticas,

¹³ Os caminhos e detalhamentos da experiência de campo serão relatados no Capítulo 1.

significados, eventos, agências¹⁴, pessoas, lugares... E apresentar, a partir da experiência etnográfica desenvolvida em Chapecó, a possibilidade de pensar a periferia a partir destes e outros temas enfatizando sua processualidade e múltiplas agências.

Considero central para a análise das *redes* o conceito de *socialidade*, pensado a partir de Strathern (2006) que concebe que as socialidades se dão nas relações, não tem forma definitiva, finalidade ou significado, são as relações em si. Ao falar em *socialidade*, Strathern enfatiza a matriz relacional que constitui a vida das pessoas – baseando-se explicitamente em sua pesquisa entre os melanésios, que de modo geral, não concebem a pessoa como uma unidade pronta mas como uma certa *objetificação das relações* que a constituem. Segundo a autora, a socialidade é construída no curso da vida – é produção, pluralidade de formas (incluindo também o conflito). A socialidade somente se sustenta nela mesma, considerar as socialidades na análise significa procurar que tipos de associações se formam e são vivenciadas diferentemente pelos sujeitos – diferentes eventos, diferentes movimentos simultâneos.

O texto está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “Construindo periferias: contexto da pesquisa” apresenta uma contextualização espacial e relacional da pesquisa. Inicialmente apresenta-se a experiência etnográfica integrada à minha trajetória acadêmica, problematizações com relação à escolha do objeto de pesquisa, percurso analítico e teórico, e questões de ordem metodológica relacionadas aos principais conceitos articulados com a experiência de pesquisa de campo. Enfatiza-se o lugar da pesquisa situada dentro do que denomina-se antropologia urbana, problematizando a noção de *periferia* e especificando a maneira como será usada nesta tese. Apresentam-se questões metodológicas e apresentam-se as interlocutoras da pesquisa, questões éticas, agenciamentos (entrada em campo). Em seguida realiza-se uma síntese do processo histórico de periferização na cidade de Chapecó apresentando alguns dados da pesquisa de campo preliminar e em seguida se enfatiza a formação dos bairros São Pedro e Bom Pastor (região leste), enfatizando relações poder, políticas públicas implementadas, contexto social e político do

¹⁴ A noção de agência, aparece relacionada à questão de enfatizar a produção do social, não em seus produtos. A ênfase na ação e suas consequências e significados. Conforme salienta Strathern (2006) causa e efeito não estão pressupostos, e é na ação contextualizada que aparecem as categorias (lugares de relevo das experiências dos sujeitos).

processo de colonização. Por fim, apresentam-se algumas perspectivas territoriais dos bairros, contexto de entorno e processos de segregação espacial.

O segundo capítulo denominado “Cenários de socialidade: lugares e diálogos” amplia a análise relacional dos *lugares*, identificando categorizações pertinentes para análise das *territorializações* que expressam materialmente e simbolicamente formas de pertencimento, relações de propriedade, distinções e distanciamentos (dos quais emergem lugares tidos como perigosos ou de medo), e deslocamentos. A análise dos cenários de socialidade pressupõe problematizar as relações e situações que constituem simultâneas, diferentes e não-excludentes territorializações. Cabe ressaltar que a consolidação de um lugar, conforme Augé (1994) pressupõe elementos de diversas ordens (identitários, históricos e relacionais), e estes elementos não são unânimes e apresentam-se em muitos casos como paradoxais. Ainda, neste capítulo analisam-se os deslocamentos pelo território, os arranjos decorrentes de mudanças relacionais de moradia (filhos, puxadinhos¹⁵, aluguel). Neste capítulo aparecem temas transversais como: formas de apropriação simbólica e material do espaço que se expressam em categorias nativas relacionadas às táticas de ocupação do espaço e da terra como um *bem de troca* (noções de **direito** e **brique**) e nas formas simbólicas de expressão da propriedade: cercas, número da casa, poste, varanda, quintal, contrato e carnê. Todas estas formas de apropriação podem ser relacionadas, em termos simbólicos, às redes que se estabelecem e que podem ter relação com o território, mas geralmente o transcendem.

O terceiro capítulo se chama “Da memória do cotidiano: alianças, mobilidade e redes” e apresenta uma análise das *socialidades* existentes entre os moradores dos dois bairros estudados: Bom Pastor e São Pedro. São analisadas as mobilidades entre periferias e mesmo cidades (saídas e retornos, experimentações, mudança de vida, mudança compulsória). Estas histórias de *mobilidade* e *alianças* nos permitem vislumbrar a complexidade dos processos inerentes à constituição das periferias urbanas.

O quarto e último capítulo intitulado “Processualidades, experiência e diálogo: uma perspectiva para pensar a periferia” recupera

¹⁵ “Puxadinho” é o termo usado para identificar ampliações ou construções anexas às casas que servem de habitação para núcleos familiares agregados, se observou, principalmente, que os filhos constroem puxadinhos nos terrenos nos pais.

as conclusões analíticas e teóricas que compreendem a tese que percorre todo o trabalho, a saber, de que as periferias devem ser entendidas enquanto processos flutuantes, sujeitas a percepções e atribuições contrastantes de seus atores. Nossa ênfase em revelar formas de *territorializações* e *redes* emanadas do cotidiano e experiência relacional dos sujeitos da pesquisa aponta parte desse caráter processual.

A região leste da cidade, local privilegiado para a análise nesta tese, esteve historicamente associada a um espaço de ausências: ausência de segurança, ausência de saneamento, ausência de emprego, ausência de equipamentos urbanos. Ao passo que se desenvolveu sob o estigma de lugar perigoso e pobre, foi historicamente rotulado. Sua história foi silenciada e esquecida, e no presente suas problemáticas são ignoradas. A pesquisa aqui apresentada teve a intenção de dar visibilidade ao lugar e voz aos seus moradores, numa tentativa de compreender a realidade daqueles bairros através de seu estudo detalhado e oferecer o arsenal da antropologia como ferramenta de reflexão e, quiçá, transformação desta realidade.

Por fim, neste trabalho se defende que o conceito de *processo* para análises das periferias urbanas na cidade contemporânea – mapeamento de suas dinâmicas internas, delimitações de fronteiras, subjetivações de territórios, formação de redes dentro e fora da periferia – permite uma abordagem heurística no tratamento da complexidade dessa realidade.

Desse modo, esta pesquisa visa também contribuir, por meio de um ponto de vista antropológico, para análises da realidade urbana, e refletir sobre temas como as políticas habitacionais, um assunto importante para as periferias e que mobiliza diversos interesses e atores, formando um enredo complexo e problemático que precisa ser pensado de maneira interdisciplinar.

1 CONSTRUINDO PERIFERIAS: CONTEXTO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta uma contextualização espacial e relacional da pesquisa. Inicialmente apresenta-se a experiência etnográfica integrada à minha trajetória acadêmica, problematizações com relação à escolha do objeto de pesquisa, percurso analítico e teórico, e questões de ordem metodológica relacionadas aos principais conceitos articulados com a experiência de pesquisa de campo. Enfatiza-se o lugar da pesquisa situada dentro do que se denomina antropologia urbana, problematizando a noção de *periferia* e especificando a maneira como será usada nesta tese. Apresentam-se questões metodológicas e apresentam-se as interlocutoras da pesquisa, questões éticas, agenciamentos (entrada em campo).

Em seguida realiza-se uma síntese do processo histórico de periferização na cidade de Chapecó apresentando alguns dados da pesquisa de campo preliminar e em seguida se enfatiza a formação dos bairros São Pedro e Bom Pastor (região leste), enfatizando relações poder, políticas públicas implementadas, contexto social e político do processo de colonização. Por fim, apresentam-se algumas perspectivas territoriais dos bairros, contexto de entorno e processos de segregação espacial.

1.1 DO CAMINHO ATÉ AQUI: TRAJETÓRIA E TEMÁTICA

A delimitação do tema desta pesquisa está intimamente relacionada à minha trajetória acadêmica e afinidades teóricas que venho desenvolvendo desde a minha graduação em ciências sociais. Expressa também os vínculos que estabeleci no decorrer do curso, destacando a relação com a professora Alicia Norma González de Castells e, conseqüentemente, com o núcleo de pesquisa que ela coordena nesta universidade, o NAUI – Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural – dentro do qual participei de diversas pesquisas que culminaram, entre outras coisas, em uma importante produção intelectual¹⁶. A partir de minha inserção no curso passei a me interessar pela antropologia urbana, e mais especificamente pela

¹⁶ Ver Guimarães e Antunes (2008); Reis, Bauermann e Antunes (2008); Castells *et al* (2008).

habitação de interesse social – a partir da qual desenvolvi um estudo de caso em um conjunto habitacional na cidade de Florianópolis, como trabalho final de curso (ANTUNES, 2007, 2008). Na dissertação de mestrado, optei por realizar a pesquisa em Chapecó, e o tema foi definido a partir de minhas leituras em antropologia urbana e meu interesse pelo tema dos espaços públicos e foi assim, que a partir de uma pesquisa de campo exploratória feita no centro do município de Chapecó (cidade onde eu cresci) decidi por estudar as sociabilidades presentes nesse espaço, focando principalmente os usos e práticas dos usuários da principal avenida da cidade¹⁷.

Para o doutorado, o projeto de pesquisa qualificado preconizava, por um lado, um distanciamento do contexto de pesquisa anterior – o centro da cidade – e pretendia olhar para as bordas do contexto urbano. Neste sentido, o projeto intitulou-se “Às margens da cidade: experiências e cotidiano nas periferias de Chapecó (SC)”, e teve como proposta inicial refletir sobre o processo de periferização a partir dos atores que habitam a periferia, suas experiências e percepções com relação ao espaço em que vivem e com relação à cidade, como experienciam os espaços públicos e de habitação. Apesar do relativo distanciamento com relação ao campo anterior, por outro lado, a proposta mantém vários planos de convergência ou continuidade com minha pesquisa do mestrado, especialmente no que concerne aos conceitos analíticos – a relação entre práticas, cultura, território e cotidiano – e a forma de abordagem etnográfica, focando nos atores e em suas experiências.

A temática da tese surge, portanto, de minha própria intencionalidade de olhar para esta parte da cidade que apareceu como coadjuvante na minha pesquisa de mestrado, mas cujas experiências

¹⁷ A dissertação se intitula “Do passeio na avenida à balada no prolonga: sociabilidade no espaço público. O caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC)”. Em sua análise procuramos compreender o espaço público como espaço vivido, ou seja, um *lugar praticado*, nos termos de Certeau (1994). Em outras palavras, o espaço público é um lugar que se faz e se desfaz, território de uma cultura dinâmica e instável, elaborada e reelaborada constantemente pelas práticas e discursos de seus usuários (Delgado, 2007). Nesta perspectiva os sujeitos são concebidos enquanto praticantes do espaço, e suas práticas podem ser consideradas condições determinantes da vida social (CERTEAU, 1994; CASTELLS, 1999). O enfoque desta investigação está centrado nas práticas dos sujeitos, em seus usos e em suas sociabilidades (SIMMEL, 1983). Considerando, entre outras coisas, que o estudo destas práticas pode elucidar questões mais amplas relacionadas à própria concepção de espaço público.

compartilhadas com alguns sujeitos moradores dessas áreas despertaram meu interesse em desenvolver pesquisas na área¹⁸. Ao mesmo tempo, permanecendo dentro do aporte teórico da antropologia urbana, já familiar para mim, senti a necessidade de me aproximar de um universo mais pessoalizado e familiar, em contraposição ao cenário de impessoalidade, por assim dizer, que foi observado na pesquisa para minha dissertação (pesquisa de campo no espaço público).

Propus-me, assim, a mergulhar nas periferias chapecoenses, que apesar de próximas, não eram para mim familiares. A delimitação do objeto de pesquisa no projeto estava ainda nebulosa, mas estava clara a intenção de identificar um problema social. Classificando em termos teóricos e políticos, preocupava-me a segregação socioespacial urbana e a realidade excludente na cidade de Chapecó, em que eu presenciava às suas margens uma visível concentração de populações mais pobres.

A situação social generalizada no Brasil, em que pessoas habitam locais inapropriados e com condições de vida precárias é um fato histórico. Segundo Maricato (1996), o fato de a terra ser inacessível às populações mais pobres remonta ao nosso passado mais longínquo, à época da abolição da escravidão, quando a propriedade da terra foi regulamentada pela Lei de Terras. Na região oeste de Santa Catarina, os moradores autóctones, indígenas e caboclos, foram expropriados de suas terras, lhes foram retiradas as possibilidades de manutenção do modo de vida tradicional, e o que lhes restou foi ocupar as margens da cidade, onde passaram a morar por falta de opções ou compulsoriamente (RENK, 1997). São principalmente os descendentes desses sujeitos,

¹⁸ Durante minha pesquisa na Avenida Getúlio Vargas, especialmente em duas oportunidades tive como interlocutores moradores dos bairros da pesquisa atual. Primeiramente, uma mulher chamada Maria que coletava materiais recicláveis no centro, que entrevistei em uma oportunidade e era moradora do Bom Pastor. E dois meninos engraxates, Jonas e André, que encontrei diversas vezes durante a etnografia. Nossa empatia foi tanta que resolvi presentear-los no natal. Eles poderiam escolher qualquer coisa no valor de vinte reais cada, fomos juntos nas lojas. Eles acabaram não comprando nada, e juntaram os quarenta reais que dei a eles de presente, com os cinquenta que ganharam de um homem que engraxaram o sapato e optaram levar para casa o dinheiro para comprar gás. Segundo eles, tinham mais três irmãos menores em casa. No final da tarde ofereci carona aos meninos. Eles moravam no São Pedro, mas não quiseram que eu os levasse até em casa, os deixei na entrada do bairro. Acabamos perdendo contato depois disso, mas pelo o que indicaram, viviam em uma área de ocupação irregular que já não existe mais. Percebo hoje, que estas e outras experiências influenciaram minha decisão em pesquisar estes locais da cidade.

caboclos em sua maioria, indígenas em menor número, expropriados das terras e migrantes oriundos do processo de êxodo rural que ocupam as periferias chapecoenses.

Assim, este trabalho intenciona dar visibilidade a uma parte da cidade negligenciada pelos estudos acadêmicos, ou produzidos a partir de dados quantitativos, que apesar de fornecer um importante diagnóstico, ignoravam a multiplicidade de vozes que emanam destas periferias. Inclui também, um posicionamento militante e político, que me faz pensar na importância de considerar temáticas específicas, como a questão habitacional, especialmente quando pensamos na população mais pobre. É preciso ressaltar o quanto as periferias urbanas na cidade de Chapecó estão perpassadas pelo processo histórico de negação das alteridades, iniciado pelo processo colonizador que ignorou e marginalizou indígenas e caboclos:

A região oeste catarinense como construção histórica foi permeada por disputas de fronteiras e diversas configurações espaciais. Nos mapas do século XIX aparecia como sertão nacional, como zona despovoada ou infestada de ‘índios bravios’. Somente a partir dos anos 20 (século XX) começou a ser denominada de oeste de Santa Catarina. (DMITRUK, 2009: 412-413).

De forma a pensar a realidade cotidiana de uma população periférica, formada, sobretudo, por essas levas populacionais de excluídos pelo processo colonizador, este trabalho visa trazer um olhar antropológico destes lugares que foram negligenciados historicamente, marginalizados socialmente e são discriminados contemporaneamente. Neste sentido, conforme nos desafia Dmitruk (2009): “Urge também dar voz às experiências dos ‘outros’ – aos que ficaram de fora nas macroversões históricas tradicionais” (p. 414).

O filtro da experiência de campo, com camadas de teoria, experiências e diálogos com minha orientadora, resultaram na tese que aqui apresento. Ressaltando, dos lugares, pessoas e experiências, uma estrutura organizada em torno de um olhar sobre *periferias em processo*. Olhar este construído a partir da minha experiência pessoal em diálogo com os sujeitos da pesquisa, enfatizando as *territorializações* e *redes* presentes em seu cotidiano.

Sendo a temática central deste estudo o tema *periferia*, cabe desde já, enfatizar a maneira com a qual se trabalhará este conceito.

Inicialmente pode-se ressaltar que normalmente percebe-se *periferia* em dois sentidos: por um lado em uma relação dicotômica e de antagonismo com o centro, e por outro, como resultado de processos de exclusão sócio espacial. De certa forma, meu olhar foi direcionado para os locais da pesquisa, inicialmente tendo como eixo norteador, justamente esta visão mais generalizadora, que atribui rótulos aos territórios periféricos como lugar de pobreza e exclusão.

Conhecer estes lugares mais de perto, conviver com seus moradores, me permitiu um olhar mais próximo e cotidiano, mas que, ainda assim, não deixou de ser distante. As experiências de campo que irei relatar adiante me fizeram perceber que a realidade da minha vida é muito diferente da vida daquelas pessoas. O que continuamente nos faz questionar sobre o lugar do pensamento antropológico e as relações de alteridade, pois, em última análise, prioriza-se ainda que na cidade, seus “espaços de pobreza”. Neste sentido, cabe uma lembrança: durante a pesquisa de campo, em um momento em que eu conversava em um terreno baldio com três mulheres que separavam materiais recicláveis, chegou o esposo de uma delas e comentou, após tomar conhecimento do que eu fazia “Pesquisa aqui tem que fazer sobre fofoca e pobreza, que é o que mais tem”. Pensei muito a respeito desta frase, e para além da crítica e alerta com relação ao cuidado com o que deveriam/poderiam ou não falar para mim (especialmente direcionado para sua esposa), em relação ao sentido pejorativo atribuído à palavra “fofoca”, tomei também como uma crítica: a antropóloga que se interessa pelo lugar do *outro*, pobre, morador de periferia. Esta crítica, segundo minha interpretação, se tornou motivo de alerta e cuidado, para contextualizar meu próprio olhar diante daquele universo estudado, especialmente com relação ao estranhamento e familiaridade.

Oliven (2007) ao comentar sobre a antropologia de grupos urbanos salienta que, conforme ressaltaram Durham e Cardoso (1973), esta tendência em olhar para as “camadas menos favorecidas da população” está relacionada ao fato de a Antropologia “(...) trabalhar com técnicas de pesquisa como entrevistas abertas, observação participante, que são de natureza qualitativa e, portanto, mais adequada para reconstituir o universo de participação social e o sistema de representação dos informantes” (DURHAM e CARDOSO, 1973, *apud* OLIVEN, 2007, p. 12). Estudar sua própria sociedade impele alguns desafios, mas dentro de nossa própria sociedade existe a constante experiência de estranhamento: “A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças providas

de trajetórias, experiências e vivências específicas” (VELHO, 1980 *apud* OLIVEN, 2007, p. 15). Em síntese, por mais que esta pesquisa tenha se desenvolvido em minha própria “cultura”, as distâncias eminentes do meio urbano, permitiram que fosse experienciada a diferença:

É talvez através da observação participante (ou da participação observante) que se tem a possibilidade de analisar, por exemplo, a dimensão da dominação no cotidiano e perceber como a cultura reflete e media as contradições de uma sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo, mas como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais. É observando os acontecimentos corriqueiros e cotidianos que a Antropologia pode construir novas interpretações, uma vez que o trabalho de campo tem um papel central no desenvolvimento da teoria antropológica. E justamente por se preocupar em estudar os reflexos das grandes transformações no dia-a-dia e como elas são vivenciadas e reelaboradas por diferentes camadas sociais que a Antropologia vem desempenhando um papel tão relevante na compreensão da dinâmica de sociedades complexas. (OLIVEN, 2007, p. 14).

Assim, a cidade é o contexto geral de observação dos temas que serão abordados em seguida, sendo ao mesmo tempo causa e centro de convergência destes processos (OLIVEN, 2007). Sendo a *periferia* um conceito desenvolvido em contextos urbanos, também cabe aqui problematizar de que forma se constrói este olhar teórico sobre o periférico e a pobreza urbana, colocando alguns cuidados que devem ser tomados nesta análise.

Durante as décadas de 1970 e 1980 foram desenvolvidos muitos estudos sobre os espaços periféricos das metrópoles, que os consideravam destino da população operária, inserida precariamente na estrutura de renda e ocupações, cujas casas eram fruto da autoconstrução em terrenos ou loteamentos irregulares, em um contexto de precários serviços públicos e muito tempo despendido em locomoção até o local de trabalho. Este contexto condicionaria a precária condição de vida daquela população. O diagnóstico dessa situação culminou com o

desenvolvimento de uma ampla e diversificada literatura que enfocou, desde a construção das identidades sociais dos bairros de baixa renda e suas formas de organização e ação coletiva, até estudos de cunho mais analítico que tentaram determinar as formas características de produção das metrópoles brasileiras e suas periferias.

Estudos sobre periferia, favelas e pobreza urbana das grandes cidades brasileiras são inúmeros. Penso que estudos desta temática em cidades médias, podem ser tão relevantes quanto aqueles realizados em metrópoles. O discurso midiático, institucional e até mesmo estatístico, vem colocando as cidades não metropolitanas como locais de grande desenvolvimento, baixos índices de violência e prósperos. Suas qualidades são equacionadas pela negatividade: não há trânsito, não há violência, não há pobreza. No entanto, observando processos internos de segregação urbana, identificam-se também nas cidades médias, sérios problemas sociais e habitacionais.

Segundo Vieira (2009) os espaços banais (periferias) nas cidades médias, se concretizam como espaços de produção e reprodução das desigualdades, um espaço desigual e excludente formatado conjuntamente pelo poder público municipal e pelo mercado imobiliário. O primeiro exerce sua força por meio da elaboração de políticas habitacionais e definição da localização dos loteamentos populares e/ou conjuntos habitacionais, geralmente nas periferias pobres da cidade; o segundo se beneficia da valorização de determinadas áreas da cidade promovida pela política habitacional. Deste modo, a separação entre ricos e pobres no espaço da cidade se torna banalizado e naturalizado, se dando por meio do poder de compra.

A segregação em seus aspectos geográficos (que podem ser identificados a partir de dados estatísticos, de renda, de situação domiciliar, entre outros aspectos) pode identificar os critérios por meio dos quais os habitantes se distribuem na cidade. A segregação sociológica, no entanto, somente é perceptível a partir de um olhar próximo aos sujeitos, que busque compreender como experienciam sua situação, como são suas interações cotidianas na cidade (SIMMEL, 2005; GOFFMAN, 1989), quais são suas práticas espaciais, suas classificações e imaginários. Também se torna de fundamental importância compreender as maneiras com que os sujeitos que habitam as periferias, lugares segregados espacial e socialmente das cidades, refletem e vivenciam sua relação com os demais moradores e com a cidade em si, além de seus espaços de convivência cotidiana, seu espaço social (BOURDIEU, 2002).

Os argumentos utilizados na tese buscam desmistificar a homogeneização da periferia como território da pobreza, enfatizando que é um lugar de heterogeneidade social – revelando um contexto de situações distintas de pobreza urbana nas periferias. Além disso, a diversificação de grupos sociais presentes nessas áreas aponta para uma distribuição espacial muito mais complexa de “pobres” e “ricos” na cidade, nas últimas décadas. No caso estudado, os bairros São Pedro e Bom Pastor são margeados por bairros de classe média alta (ver figura 15), ao mesmo tempo em que novos loteamentos próximos enfatizam um distanciamento destes locais, separando-se com muros, sem continuidade na malha urbana. Neste sentido expressa Telles (2006),

Descobre-se que a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha, que seus espaços são atravessados por enormes diferenciações internas, que pobreza e riqueza se distribuem de formas descontínuas, que os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alteram as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos, que os investimentos públicos realizados nos últimos anos desenham um espaço que já não corresponde ao continuum centro-periferia enfatizado pelos estudos urbanos dos anos 80 e que, enfim, somando tudo, se as desigualdades e diferenças existem e aumentaram nos últimos anos, elas se cristalizam em um espaço fragmentado que não cabe nas dualidades supostas nos estudos anteriores (TELLES, 2006, p.60-61).

O desafio colocado para os estudos que se voltam para as periferias urbanas, segundo Frúgoli Jr. (2005) passa pela compreensão das transformações conceituais e contextuais, diante da complexa diversidade urbanística e de fenômenos. Assim, procuro utilizar o termo periferia de modo operacional e relacional, evitando sua equiparação a processos de segregação espacial, social ou econômica. A perspectiva teórica é pensar não somente a produção socioespacial da periferia, como também processos internos que envolvem elaborações estéticas e simbólicas que dizem da representação nativa ou “de dentro” destes lugares (FRÚGOLI JR., 2005), neste aspecto, compartilha-se a ideia de que ser da periferia “significa participar de certo *ethos* que inclui tanto a capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a

redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores” (MAGNANI, 2006, p. 39). Neste sentido, este trabalho apresenta um estudo etnográfico *nas periferias*, enfatizando este lugar da cidade como o contexto para a experiência etnográfica.

1.2 DAS CURVAS E CORES DO CAMINHO: MÉTODO E EXPERIÊNCIA DE CAMPO

A tese apresenta resultados de uma pesquisa de campo que se desenvolveu ao longo de um período de um ano oito meses¹⁹, alternando períodos de trabalho mais intenso e contínuo nos próprios bairros, e outros que demandaram o envolvimento em outras atividades acadêmicas desenvolvidas também nos bairros São Pedro e Bom Pastor e o estabelecimento de outros vínculos²⁰. O período de pesquisa de campo propriamente dito foi antecedido por seis meses de pesquisa exploratória na cidade de Chapecó²¹, que envolveu as seguintes atividades: pesquisa bibliográfica, hemerográfica, documental e presencial, com visitas a vários locais na cidade de Chapecó. Esta experiência inicial delimitou o campo mais cotidiano para a pesquisa de campo e foi muito importante por permitir uma aproximação com a temática do processo de periferização em Chapecó²².

A delimitação do campo nos bairros São Pedro e Bom Pastor se deu a partir de leituras e diagnóstico do próprio processo histórico de formação inicial do bairro São Pedro (fruto de uma política de remoção), se configurando como um dos primeiros cenários de agregação da

¹⁹ Período da pesquisa de campo: agosto de 2012 a março de 2014.

²⁰ Cabe aqui destacar que durante o desenvolvimento da pesquisa para esta tese, também orientei um trabalho de iniciação científica intitulado: “Vivências cotidianas no Bairro Bom Pastor: estudo enográfico de um bairro periférico” desenvolvido no ano de 2013 pela bolsista Izabel A. Guzzon e co-orientado pelo professor Alexandre A. Matiello; e também coordenei um projeto de extensão intitulado “Quando elas contam suas histórias: narrativas e fragmentos do cotidiano de mulheres dos bairros Bom Pastor e São Pedro” que culminou com o desenvolvimento de um documentário sobre a temática e com as narrativas das mulheres, a maioria delas, já antes do projeto eram minhas interlocutoras desta pesquisa.

²¹ Período da pesquisa exploratória: dezembro de 2011 a maio de 2012.

²² Os resultados mais amplos desta varredura inicial serão apresentados no próximo tópico deste capítulo.

pobreza urbana na cidade, e também a partir da percepção de que contemporaneamente a região conforma uma realidade complexa e interessante do ponto de vista antropológico, pois foram sendo agregadas, com o tempo, diferentes e sucessivas camadas de ocupação populacional, diferentes cenários e contextos, cuja complexidade me interessei em acompanhar de “perto e de dentro”, como sugere Magnani (2002) inspirado em Certeau (1994).

Para pensar a antropologia urbana, considero imprescindível este ponto de vista próximo dos sujeitos, e neste sentido Certeau (1994) apresenta elementos para um olhar “embaixo” no lugar em que “vivem os praticantes ordinários da cidade” em oposição a um olhar de “cima” – que constituiria o marco de uma “cidade-panorama”, que indica o esquecimento e o desconhecimento das práticas. Em outras palavras, de um lado está o conceito instaurado pelo discurso utópico e urbanístico de cidade e de outro as práticas urbanas que fazem a cidade. O enfoque analítico de Certeau está nas práticas urbanas, o autor considera que “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (CERTEAU, 1994, p. 175).

Em reforço ao argumento de que a pesquisa de áreas urbanas sempre ocupou um lugar de importância em estudos antropológicos, cabe salientar que, se atualmente os antropólogos estão cada vez mais estudando sociedades urbano-industriais, este fenômeno ocorre justamente porque a Antropologia dispõe de teorias e instrumentos próprios que podem contribuir significativamente para a compreensão da dinâmica deste tipo de sociedade. (OLIVEN, 2007, p. 8-9).

Com relação ao método, é preciso reconhecer que são muitos os problemas suscitados para identificar, definir, classificar, descrever, comparar e analisar aquilo que acontece em contextos urbanos, o que não significa que não seja possível elaborar hipóteses ou “proposições descritivas, relativas a acontecimentos que tem lugar em um tempo e espaço determinados, e, a partir delas, generalizações tanto empíricas como teóricas” (DELGADO, 2007, p. 85), mas que devem ser, no entanto, modestas e provisórias, porque o objeto da antropologia urbana é um meio ambiente dominado por emergências dramáticas, de papéis e identidades segmentados, condutas sutis, gestos na aparência insignificantes, ou seja, uma entidade flutuante, aleatória e fortuita.

A respeito da especificidade da antropologia urbana Rocha e Eckert (2001) ressaltam que,

A cidade assume, assim, um lugar estratégico como *locus* privilegiado para a reflexão

antropológica em sua busca de apreender, a partir de uma perspectiva compreensiva, tanto a “comunicação” que preside as formas da vida social no meio urbano, como as multiplicidades e as singularidades que encerram o vivido humano no interior deste espaço existencial criado pelo homem da civilização. (p. 3).

Neste cenário de diferenças, a tarefa antropológica, segundo as autoras, estaria em encontrar nos itinerários urbanos e nas formas de sociabilidade, inteligibilidade para as estruturas espaço-temporais das experiências humanas e de alteridade, estudando o “processo de territorialização/desterritorialização de identidades sociais no mundo contemporâneo; (...) de redes/espaços sociais que situacionam os sujeitos segundo suas trajetórias, posições e papéis, suas adesões e dissidências no contexto citadino” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 4).

Segue-se assim, um caminho metodológico que leva em consideração um enfoque sobre a “cidade e seus territórios como fruto de uma consolidação temporal vivida na errância nas formas de vida social dos grupos urbanos que a ela pertencem, configuradas e reconfiguradas em suas narrativas biográficas” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 15). Ou seja, o antropólogo, no contexto de pesquisa urbana, se insere entre as descontinuidades de tempo e espaço sobrepostos, visando compreender a experiência cotidiana em seus fenômenos de estética urbana e memória coletiva. Neste sentido, para Rocha e Eckert (2001):

O desafio é transpor conceitos cotidianos e linguagens não-discursivas para o campo de conceitos abstratos com os quais trabalha o antropólogo, tendo por base a idéia central de que um conceito científico não se forma isoladamente, mas numa rede de operações complexas, onde o conhecimento ordinário se encontra presente como parte de um processo compreensivo do mundo social. (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 16).

Ao colocar a cidade como objeto temporal, Rocha e Eckert (2001) situam que “(...) a Cidade como objeto que realiza uma obra temporal uma vez que seus territórios e lugares que prestam ao enraizamento de uma experiência comunitária de constante reordenação de um viver coletivo” (p. 9). Assim, segundo as autoras, o tempo é uma dimensão significativa para investigara experiência humana na cidade, e

esta é pensada a partir das formas que os sujeitos ordenam superposições temporais vividas, sendo possível “através da sobreposição de tempos vividos e de tempos pensados pelos habitantes das grandes cidades, reencontrados na vida do dia-a-dia, que se pode pensar o tempo social como *durée* (duração)” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 12).

(...) através de suas práticas e representações, os habitantes, os cidadãos, retomam um ritmo cotidiano outro ao se apropriar cotidianamente do território dos grandes centros industriais do país. Face às agitações temporais, eles re-atualizam sua vida familiar, re-configuram redes sociais diversas de pertencimento, atribuindo sentidos as suas práticas urbanas. (ROCHA e ECKERT, 2001, p. 12).

Diante disto, o fazer antropológico neste terreno instável que é o urbano, deve ser cauteloso e humilde. Cauteloso para definir com clareza seus diálogos e intermitências teóricas, ou seja, por um lado estabelecer parâmetros claros das teorias e conceitos acionados para apresentar uma organização coerente dos dados de campo, e por outro apresentar as intermitências ou hiatos, problematizando aspectos do contexto analisado que “escapam”, que não estão contemplados ou transcendem as teorias. Neste segundo caso, a própria experiência de campo fornece possibilidades de (re)invenções teóricas, nos permitindo, agora sim, com humildade, produzir outras leituras, outros olhares, outros conceitos.

Assim, a experiência de campo aqui traduzida em texto, constitui a base de sustentação para todas as construções analíticas e teóricas. Neste sentido, me orientei muito das proposições de Goldman (2006) que situa a antropologia no campo relacional e dialógico dos saberes científicos e dos saberes (ou teorias) nativas. No empreendimento antropológico a *experiência* passa a ter papel fundamental, pois é através de uma experiência pessoal do antropólogo sobre outras experiências humanas, que transformada em tema de pesquisa, toma forma no texto etnográfico. Assim como Viveiros de Castro (2002) que define o conhecimento antropológico como uma relação social – apoiada em uma alteridade discursiva (um jogo de linguagens) que embora apoiados em pressupostos de semelhança estejam permeados por desiguais estatutos de conhecimento. Assim, a alteridade dos

sentidos está englobada unilateralmente na produção do conhecimento antropológico, que está envolvendo a pressuposição fundamental de que os procedimentos que caracterizam a investigação são *conceitualmente* da mesma ordem que os procedimentos investigados (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

A alteridade é o princípio que “orienta e inflete, mas também limita, a nossa prática” (GOLDMAN, 2006, p. 167). Nos processos de alteridade e tradução de experiências de outros, a teoria antropológica deve aparecer, segundo Goldman (2006), como ponto de partida e colocada no processo da pesquisa etnográfica sob a crítica dos grupos estudados. Nesta interface entre diálogo, narrativas, teorias e experiências se elaboram as teorias etnográficas que elaboram modelos de compreensão que apesar de produzidos em contextos particulares possam ser inteligíveis para outros contextos (p.171). Ao comentar sobre a relação de alteridade entre antropólogos e nativos, dos discursos que entram em relação de conhecimento, postula que importa “o que pensa (ou faz) o nativo e o que o antropólogo pensa que (e faz com o que) o nativo pensa, e são esses dois pensamentos (ou fazeres) que se confrontam” (p.119). Esta relação de confronto produz a mútua implicação, a comum alteração dos discursos em jogo, pois não se trata de chegar ao consenso, mas ao conceito (idem).

Enquanto parte da antropologia urbana, esta pesquisa cujo objeto é “a priori ‘não identificável’”, como nos ensina Agier (2011), a representação textual do trabalho é “necessariamente ‘construída’ de modo indutivo – da observação à interpretação, da etnografia à análise” (AGIER, 2011, p. 37). Considerando as práticas urbanas daqueles que habitam a cidade, suas memórias e discursos, construir um texto com eles, com suas histórias, com suas experiências, em fim, com seu cotidiano. A proposta é desenvolver um texto-processo, que vise acompanhar a dinâmica do *cotidiano*, e que seja como este: fluido, incompleto, feito de memórias e fragmentos.

[Cotidiano] (...) é o que as pessoas comuns vivem, e seus meios de comunicação com o outro - a carta particular, a nota de lavanderia - não são comunicações considerados artísticas. Mas são, no entanto, ambas convencionalizadas e canonizadas; na verdade, toda a comunicação deve ocorrer em oposição a um determinado contexto mínimo de

expectativas genéricas compartilhadas.
(BAKHTIN, 2008, p. 428, *tradução minha*)²³.

Não se pretende fazer um inventário dos locais analisados, mas construir um mosaico de subjetividades, um emaranhado de fios condutores que relacionam lugares, sujeitos, pesquisadora, imagens, conexões, nós, desconexões. Acredito ser um pouco esta a natureza da tese, que apesar de pretender-se elucidativa de várias questões antropológicas, se vê também em processo, fluida e inconstante, como é a vida nas periferias e nas cidades. Concordo e me inspiro nas operações indicadas por Agier (2011) para uma antropologia da cidade, indicações que partem das várias etnografias urbanas por ele realizadas:

É essa abordagem que defendo aqui, partindo de duas operações de ordem epistemológica necessárias a uma antropologia da cidade, considerada como aplicação de uma antropologia social e simbólica dos espaços contemporâneos: primeiro, deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos – e assim, parafraseando Clifford Geertz quando fala de cultura, ver a cidade como vive, olhando-a “por cima do ombro” dos cidadãos; em segundo lugar deslocar a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade – uma essência inatingível e normativa – para a pergunta sobre o que faz a cidade. O próprio ser da cidade surge, então, não como um dado mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de “fazer cidade”. (AGIER, 2011, p. 38-39).

Partindo desta perspectiva, da experiência de campo são destacadas categorias nativas, acionadas nos discursos e práticas dos sujeitos para organizar tanto o espaço quanto as práticas. A este respeito, são relevantes as diferentes *territorializações*, que agregam sentidos, sentimentos e características aos lugares, colorindo e adjetivando o território. Ao mesmo tempo, a identificação das *redes* que articulam sujeitos, instituições, lugares, agências, deslocamentos. Todos estes elementos são articulados numa interpretação da periferia enquanto

²³ Todas as citações de literatura estrangeira foram traduzidas para o português.

processo, enfatizando sua dinamicidade e contínuo *devenir*²⁴. A tese central deste trabalho é, portanto, resultado do encontro etnográfico, produto das interlocuções em campo, das trocas e subjetividades relacionadas, do meu pensamento, mas também do pensamento de tantas outras mulheres, que ao compartilharem comigo um pouco de suas vidas, me ajudaram na tarefa antropológica de pensar, refletir e produzir uma antropologia na periferia.

1.2.1. Encontrando flores no caminho: das interlocutoras da pesquisa²⁵

Assim, se por um lado o marco metodológico se dá pela antropologia urbana e os desafios impostos por esta abordagem por outro, cabe aqui ressaltar a escolha em trabalhar etnograficamente com mulheres. Como já mencionado, elas são a maioria entre as interlocutoras desta pesquisa, e em alguns casos, incluem seus companheiros. Isto se deve, por um lado, pela própria forma de inserção no bairro Bom Pastor, pois os encontros da pastoral agregam principalmente mães²⁶. Essa aproximação se relaciona também à própria questão da identidade gênero que partilhei com as mulheres, me aproximei de mulheres, e elas de mim por esta afinidade. Entendo identidade de gênero aqui a partir de Grossi (s/d) para quem este conceito representa uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no contexto de construção cultural que atribui expectativas e papéis específicos de masculinidade e feminilidade. Sendo compartilhados nossos lugares de fala, foi possível criar vínculos e discutir assuntos íntimos. Assim, em nossas conversas, minhas interlocutoras me perguntavam sobre minha situação conjugal, sobre filhos, compartilhei com elas meu desejo de engravidar, contei a elas quando engravidei, nos encontramos depois disso, ouvi dicas sobre

²⁴ Def. Vir a ser, transformar-se, tornar-se, metamorfosear-se.

²⁵ Como já mencionamos, no APÊNDICE A – Listagem das interlocutoras da pesquisa organizamos uma lista com as interlocutoras da pesquisa, breve síntese biográfica e outras informações úteis para auxiliar a leitura deste trabalho.

²⁶ Observei alguns adolescentes que levam sobrinhos ou irmãos. Mas o mais comum é as crianças serem levadas no peso por mulheres adultas, mães, avós ou tias.

maternidade, e já tenho data para levar meu filho para conhecê-las, quando nascer.

Eu compactuei com estas mulheres, senti as dores dos seus relatos de violência sofridos dentro de casa, pelos companheiros, pais ou filhos, compartilhei suas esperanças de dias melhores, compreendi seus lugares de fala e para onde direcionavam suas queixas, compartilhamos experiências difíceis de transcrever em palavras. Dos seus discursos, muitas coisas ficam nas intermitências deste texto, dizem de sentimentos não traduzíveis, mas não estão silenciados, estão presentes, pois se há algo de importante nesta tese, será contado pelas vozes dessas mulheres²⁷.

Apesar de não serem recorrentes análises feministas em pesquisas no contexto da antropologia urbana, é preciso reconhecer que esta linha de análise foi muito inspiradora no processo de desenvolvimento desta tese. As abordagens feministas, inspiradas pela crescente inserção feminina no mundo acadêmico e pelo próprio movimento feminista, desenvolvem, a partir dos anos sessenta, principalmente estudos sobre as temáticas de gênero, mas não se restringem a estes. Estas abordagens, por um lado, instauram na academia uma crítica feminista que supera as fronteiras disciplinares apresentando versões críticas e recontextualizadas de antigos temas antropológicos, como família e parentesco – esta perspectiva engloba estudos que se filiam ao que se denomina uma teoria feminista, desenvolvida por pesquisadoras feministas²⁸. Neste sentido, Hall (1999) menciona que o feminismo tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social, contribuiu para o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, questionando distinções como “privado” e “público”, enfatizando como questão política e social nossa produção como sujeitos generificados, politizando a subjetividade, o processo de

²⁷ E eventualmente, seus companheiros e/ou pais. Aqui cabe mencionar que no caso dos casais entrevistados, pude perceber claramente o reflexo das relações de poder que se estabelecem nas relações conjugais heterossexuais. Quando entrevistei ambos ao mesmo tempo, geralmente a mulher silenciava e deixava o marido falar mais, quando encontrava a mesma mulher sozinha, o discurso era muito mais ativo, e chegava a comentar, como **Jasmim**: “Lembra aquele dia aqui em casa que o Crisântemo falou sobre a casa, então, não é bem assim”. E me apresentava outra história, a sua história, aquela que foi silenciada diante da voz masculina.

²⁸ A este respeito ver Fonseca (2007).

identificação e a formação das identidades sexuais e de gênero, entre outras contribuições.

Por outro lado e paralelamente, esta perspectiva permite reconhecer e valorizar a produção acadêmica de mulheres, desenvolvidas com outras mulheres, não necessariamente ressaltando uma filiação à pesquisa feminista. Esta tese se aproxima muito desta segunda perspectiva, e toma como decisão teórico-metodológica a abordagem com e sobre mulheres, ressaltando aspectos de seu cotidiano e realidade de vida, sendo claramente uma decisão político-metodológica a opção por ressaltar as narrativas de mulheres²⁹. A este respeito foram intensamente inspiradoras duas antropólogas: Lila Abu-Lughod (2008) e Kathleen Stewart (1996), cujos trabalhos representam maneiras interessantes de tratar a narrativa. A primeira torna-se importante por se tratar de um trabalho sobre narrativas femininas e a segunda por abordar histórias do cotidiano em um “espaço à margem da estrada”, preocupando-se em não congelar seus movimentos, com um enfoque cultural que se aproxima daquilo que concebemos aqui como fundamental, ou seja, conceber que: “(...) nós podemos imaginar a cultura como um processo que se constitui em seus usos, e, portanto é um processo tenso, contraditório, dialético, dialógico, textualizado, texturizado, prático e imaginário” (STEWART, 1996, p. 5).

Abu-Lughod (2008) apresenta, na forma de uma etnografia narrativa composta de conversações e histórias de mulheres, uma crítica geral à tipificação etnográfica, e explica: “Este é um livro de histórias de e sobre algumas mulheres de uma pequena comunidade Bedouin no Egito. É feito de conversações, narrativas, argumentos, sons, reminiscências, até mesmo um ensaio, que estas mulheres compartilharam umas com as outras ou comigo” (p. 1). Esta forma de abordar a etnografia “contando histórias” (*storytelling*) chama a atenção, ao mesmo tempo em que recusa, o poder de generalização das ciências sociais para produzir “culturas” (com sua diferenciação de nós/outros), e o outro mérito tem a ver com a segunda lição do feminismo: a inevitabilidade da posicionalidade. Assim, uma história está sempre situada, pressupõe a existência de um narrador e uma audiência, sua perspectiva é parcial e sua narração é motivada (p. 15). A autora assim é uma importante inspiração para a maneira com o que este capítulo será

²⁹ Aqui cabe mencionar que no caso de narrativas masculinas, estes homens surgiram no decorrer da pesquisa de campo de forma conectada às interlocutoras da pesquisa, são seus companheiros ou pais, e aparecem no texto identificados por esta relação.

desenvolvido, e a seguir resumo as três intenções de sua escrita etnográfica, que define como humanística:

Eu não me esquivo de deixar traços de mim mesma durante o todo. Eu assumo, entretanto, que os leitores estão menos interessados em mim que nas histórias que conto, então, tento não ser intrusiva. Assim, embora eu não queira tornar o encontro entre mim e essas “alteridades” como central, eu também não pretendo remover as questões que fiz ou fingir que certas discussões não se direcionavam diretamente para mim. Eu também comentei algumas vezes sobre o que estava acontecendo. Em resumo, tenho procurado enfatizar a presença, ao invés de obscurecer a presença do etnógrafo. (ABU-LUGHOD, 2008, p. 29).

De maneira complementar Stewart (1996) ao refletir sobre a questão da representação cultural da diferença concebe que além de integrar ao texto a auto reflexividade, auto posicionamento e troca dialógica (movimentos interpretativos importantes para o processo de escrever sobre a cultura), mas coloca como questão chave como considerar a densidade e força da poética cultural de “outros”. Neste sentido, o enfoque em sua etnografia é “(...) narrar coisas que acontecem para interromper o progresso de eventos, seu interminável processo de relembrar, recontar e imaginar coisas, sua *mimesis* tátil de decompor objetos e sinais luminosos que falam para pessoas e apontam para a possibilidade de “algo há mais” na cultura” (STEWART, 1996, p. 7).

Neste sentido, cabe aqui uma reflexão sobre a relação que se estabelece entre antropólogos e nativos no empreendimento etnográfico – ambos atores centrais na construção do pensamento e da teoria antropológicos. Atualmente se coloca na antropologia a possibilidade de pensar a relação nativos/antropólogos se não em termos de igualdade, mas de equivalência – como bem fala Roy Wagner (2010): “todo mundo é um pouco antropólogo”. Os conhecimentos nativos e antropológicos, segundo o autor, podem e devem ser tratados em continuidade. Ao analisar o que o trabalho de campo mobiliza, o autor sugere que a “cultura” do nativo e a “cultura” do antropólogo não são dados *a priori*, sendo, ao contrário, o efeito da relação entre antropólogo e nativo. Se quisermos tirar implicações da afirmação de Wagner (2010) de que somos todos antropólogos, nós e os outros podemos imaginar que o

objeto de estudo da antropologia são antropologias. Wagner (2010) sugere enfaticamente que aquilo que a antropologia estuda é imanente à análise antropológica.

Os outros nos olham e nos apropriam dentro de sua própria lógica, eles também nos antropologizam. Eles fazem um trabalho de campo simultaneamente a nós e constroem suas próprias teorias. A partir destas constatações, Wagner afirma que é preciso reinventar as próprias categorias – e a própria antropologia. Esta forma de conceber o trabalho antropológico se assemelha às discussões do Bruno Latour (2008) de simetria da relação: o conhecimento que posso produzir é paralelo e simétrico àquele que os nativos produzem.

Tanto Roy Wagner (2010) quanto Marilyn Strathern (2006) concedem primazia ontológica à relação. Para estes autores, de fato, a antropologia é um diálogo com outros modos de pensamento. É uma relação entre uma série de outras relações, que se dão especialmente no campo, mas também para além dele. E em se tratando de relação, não há possibilidade de que os termos não se transformem com ela. Strathern (2006) em seu trabalho utiliza a crítica feminista como um contra discurso, introduzindo parcialidade nas certezas da antropologia. Ou, como Wagner propõe em sua antropologia reversa, reconhecendo nas categorias nativas o estatuto de categorias analíticas. E sua abordagem do cargo, é um exercício nesse sentido. Estas proposições em muito se assemelham a discussão de Viveiros de Castro (2002) ao recusar a vantagem epistemológica do discurso antropológico sobre o nativo, e propõe não interpretar e racionalizar este pensamento, mas o levar a sério, pensá-lo em suas consequências para o nosso pensamento (p. 127). O seu argumento está em considerar as ideias nativas como conceitos, ou seja, situados no mesmo plano que as ideias antropológicas – são discursos constituídos mutuamente na relação de conhecimento (p. 125).

Pensando nas maneiras com que se desenvolve o conhecimento antropológico, Wagner (2010) considera duas implicações centrais que gostaria de explorar. Primeiro que o antropólogo passa a abrir mão de uma suposta pretensão objetivista absoluta para uma objetividade relativa baseada em sua própria cultura, ou seja, que o antropólogo não transcende seu objeto, mas é parte dele. Também se assume que todas as culturas se equivalem, o que Wagner chama de "relatividade cultural" (WAGNER, 2010, p. 29).

Assim afirma Wagner (2010, p. 38), a antropologia é o estudo do homem “como se” houvesse cultura. O antropólogo experimenta a diferença no campo e procede como se esta diferença fosse resultado da

cultura nativa em contraste com a sua. No momento mesmo em que ele pretende entender isso que ele diagnosticou como a causa da diferença, ele “inventa” a cultura. Ou seja, o processo de “entendimento” é simultâneo ao processo de “invenção”. A objetividade é “relativa” na medida em que ela só se dá na relação que o antropólogo estabelece com as pessoas que estuda; ela é, de fato, relacional.

O interessante em Wagner é que ele não privilegia uma ou outra diferença. A diferença é de superfície ou anárquica, os processos de diferenciação, eles mesmos, diferem. Nas palavras de Wagner (2010): “a cultura, como o termo mediador, é uma maneira de descrever outros como descreveríamos a nós mesmos, e vice-versa” (p. 66). Os parâmetros de diferença não foram dados de antemão ou fixados em uma espécie de código. O antropólogo tanto “inventa” a cultura dos nativos (e a sua própria) quanto estes últimos “contra-inventam” uma cultura para o antropólogo (e para si próprios). Como diz Wagner, as diferenças entre antropólogos e nativos elas mesmas diferem: as diferenças dos nativos em relação ao antropólogo não são as mesmas diferenças que a dos antropólogos em relação ao nativo (WAGNER, 2010, p.). Wagner (2010) sugere que “uma antropologia que se recusa a aceitar a universalidade da mediação, que reduz o significado à crença, dogma e certeza, será levada à armadilha de ter de acreditar ou nos significados nativos ou nos nossos próprios” (p. 66).

Deste modo, a atividade etnográfica deve ser auto reflexiva e autoconsciente. Passar-se-ia da interpretação geertziana, para uma autorreflexão sobre processos de representação e escrita da cultura. A ideia de Wagner, “somos todos antropólogos”, quer dizer: eles, os nativos, também são antropólogos. Wagner proclama a condição antropológica do nativo de modo que o exercício antropológico consistiria basicamente em integrar as antropologias nativas de si próprios e a nossa antropologia deles.

A partir das leituras de Wagner (2010), podemos dizer que a atividade da antropologia é fundamentalmente o de “inventar” a cultura. Estuda a diferença pensando que ali há cultura, e objetiva a sua própria “Cultura” contrastando-a com outras culturas. A “Cultura”, em suma, é um modo de descrever os outros como descreveríamos a nós mesmos: “Um antropólogo experiencia, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo; ele o faz através do universo de seus próprios significados para comunicar uma compreensão aos membros de sua própria cultura” (WAGNER, 2010, p. 29). Segundo o autor, ao fazer antropologia, não somente o próprio antropólogo entra em diálogo e experiencia com seus

sujeitos de pesquisa, como também sua própria cultura é colocada em relação com a cultura “nativa”.

Mais recentemente, especialmente a partir da década de 1990, e após a “antropologia reversa” de Roy Wagner (2010) e a “antropologia de nós mesmos” de Marilyn Strathern (2006), Bruno Latour (2008) desenvolveu um pouco mais esse movimento de reflexão epistemológica ao dar continuidade ao questionamento das dicotomias, elaborando o que é denominado “antropologia simétrica”, apontando para a possibilidade de fazer indagações sobre nossos próprios referenciais socioculturais com a mesma precisão atribuída quando investigamos “outros” grupos humanos. Nesse sentido, além de questionar quaisquer juízos de valor baseados numa diferenciação estritamente ontológica entre “nós” e os “outros”, a “antropologia simétrica” de Bruno Latour parece repensar as ideias de uma superioridade completa e hierarquicamente intrínseca da “nossa” forma de conhecer o mundo frente à dos “outros”.

Latour (2006) apresenta uma série de reflexões que recolocam a situação do encontro etnográfico em termos de simetria. Segundo ele os atores já não podem ser encarados como meros informantes, há que lhes restituir a capacidade de criar suas próprias teorias do que compõe o social. O autor sugere pensar nos atores como *actantes* – todos que atuam no curso da ação. São entes que não ocupam lugares fixos, ajudam a produzir a ação: são posições possíveis de entes que se associam. *Ator* é assim, para Latour, tudo que age, que deixa rastro, cujas ações produzem efeitos na rede (não está restrito, portanto, aos humanos). Todos os atores estão associados, de tal modo, que fazem outros fazerem coisas.

No processo de interlocução em campo (e na escrita) a proposta da ANT (Actor-network theory) é que ao invés de tomar posicionamento e impor uma ordem com antecedência, que se deixe que os atores desenvolvam todas as controvérsias em que estão imersos. Não trata de disciplinar os atores ou encaixá-los em nossas categorias, mas permitir que eles desenvolvam seus próprios mundos, e só então pedir-lhes para explicar como conseguiram estabelecer os elos. Ou seja, a tarefa de definir a ordem social deve ser dos próprios atores, e não do analista. É por isso que, para recuperar algum sentido de ordem, a melhor solução é rastrear as relações entre as controvérsias ao invés de tentar decidir como resolver qualquer controvérsia dada (LATOUR, 2008, p. 42).

Latour (2006) ressalta que não se abandona o princípio de busca de ordem, de rigor e de padrões, no entanto, esta tarefa é re-situada,

procurando deixar que os próprios atores criem seus próprios cosmos, e sendo a tarefa do investigador seguir os caminhos dos atores, utilizando o vocabulário próprio dos atores, sendo um bom indicativo se a descrição é boa ou não, ver em que medida os conceitos dos atores são mais fortes que os do analista (p. 51). Uma consequência interessante deste ponto de vista é que os cientistas e os atores sociais estão em pé de igualdade e compartilham das mesmas interrogações. Os atores reconhecem ou deixam de reconhecer agências nas explicações que dão sobre o que lhes fazem atuar (p. 83). Ao comparar constantemente repertórios complexos de ações, o pesquisador pode tornar-se capaz de registrar (não filtrar), descrever (e não disciplinar).

Estes apontamentos sintetizam o que há de mais significativo, em minha opinião, das proposições de Latour. Ao propor o estudo das redes, a ANT postula, como diretriz metodológica, “seguir os atores” e deixá-los falar, ou seja, mapear a dinâmica das traduções que se encontram em ação na rede – o que possibilita apreender a rede “tal como ela se faz”. Como toda tradução implica um deslocamento, uma mediação, cada movimento modifica também a rede. Na antropologia simétrica proposta por ele há um comprometimento em levar a sério o que os nossos interlocutores estão dizendo, além disso, são colocados no mesmo plano as ideias e conceitos dos nativos e as nossas próprias.

A tentativa nesta tese, portanto, é a de trazer à tona os discursos e práticas das mulheres, analisando, em termos teóricos, aquilo que os atores gostariam de dizer (LATOURE, 2008), levando em conta que no empreendimento antropológico devemos sempre reformular nossos conceitos para dar conta das alteridades (STRATHERN, 2006) e transformando as categorias nativas em categorias analíticas (WAGNER, 2010). Estas categorias nos fornecem as bases para analisar as maneiras através das quais se vive na periferia chapecoense. Mais ainda, tendo a consciência de que, na verdade, inventamos “cultura” para os outros, tendo como pano de fundo a nossa própria lógica cultural (WAGNER, 2010), assim, os capítulos seguintes apresentam nossa apreensão do que é periferia, e é resultado do contexto de pesquisa, das pessoas que encontrei ou “segui” pelo caminho etnográfico, dos tempos e espaços compartilhados, das decisões teóricas e analíticas tomadas.

Como já comentei a região leste da cidade, local privilegiado para a análise nesta tese, esteve historicamente associada a um espaço de ausências, historicamente ignorado e estigmatizado. Obviamente não fiquei isenta desta construção social, e levei comigo preconceções sobre o lugar. Sabemos que não é possível anular estes sentimentos, mas nossas relações em campo podem contrapor ou reforçar os mesmos.

Uma das marcas da minha experiência etnográfica e das relações de alteridade envolvida se demonstra pela superação da relação de estranhamento e sensação de perigos eminentes durante o campo, especialmente nas primeiras incursões. Antes e durante minha pesquisa de campo muitos me alertavam sobre o bairro, pessoas de fora, mas até mesmo moradores do próprio lugar. No entanto, durante minha experiência de campo não me senti amedrontada ou ameaçada. Minha presença em campo era sim reconhecida e controlada (percebi algumas vezes grupos de homens me observando atentamente ou comunicando-se com rádios, muito provavelmente informando minha chegada ao lugar). Àqueles cuja preocupação com minha presença se devia às suas práticas de ilegalidade, logo procuravam se informar ao meu respeito com as minhas interlocutoras, a estas cabia minha defesa e explicitação de que estava fazendo uma pesquisa. Soube algumas vezes destes questionamentos, algumas mencionavam com certa indignação o fato de terem vindo se informar a meu respeito, outras com naturalidade. Aos poucos, por ter passado a circular frequentemente pelo bairro, normalmente acompanhada de algumas mulheres já reconhecidas como lideranças comunitárias, senti um afrouxamento dos laços de controle.

Também aos poucos é que consegui estabelecer uma relação de confiança. Assim, se tive dificuldade em conseguir as primeiras entrevistas, com o tempo passou a ser muito mais tranquilo e as próprias mulheres me levavam na casa de suas comadres, mães, filhas... É importante também ressaltar que estive nos bairros prioritariamente durante o dia ou sábados ensolarados, dias movimentados, com crianças brincando nas ruas, mulheres estendendo roupas no varal, este foi o tempo privilegiado para as observações. Apenas em duas oportunidades frequentei o lugar à noite, em uma oportunidade anoiteceu e eu estava na casa de uma das interlocutoras da pesquisa, e outra fui durante a noite mesmo para participar de um culto na Vila Betinho³⁰. À noite o lugar fica muito mais sombrio, são raras as ruas bem iluminadas, o movimento parece ser maior que durante o dia e qualquer pessoa que ande pelo bairro e não for do lugar será vigiado muito de perto, é principalmente a noite que as ruas tranquilas coloridas com pipas e bicicletas se transformam em bocas de fumo. É durante a noite que as pessoas evitam sair de casa sozinhas, andam em grupos (como as

³⁰ A Vila Betinho é um dos locais privilegiados da pesquisa, trata-se de um loteamento popular que em seu nome remete a um importante sociólogo brasileiro e ativista dos direitos humanos.

mulheres que moram no bairro Bom Pastor e me relataram sua estratégia para ir à igreja que fica no bairro São Pedro).

É também à noite que acontecem os crimes, em sua maioria. Durante a realização da pesquisa aconteceram três assassinatos nos bairros, durante a noite e um durante o dia³¹. A descoberta de um dos corpos eu pude presenciar de perto em um sábado pela manhã, quando antes mesmo da polícia estar no local acompanhamos o movimento de populares em torno da cena. Este certamente pode ser considerado um evento extraordinário da pesquisa de campo, tantos outros foram de beleza, diálogos e descobertas. Chego ao final desta experiência transformada. Hoje me considero uma pessoa melhor, pois aprendi em cada dia que estive em campo, ganhei amigos, abraços e sorrisos. Senti-me feliz por poder conviver com aquelas pessoas, sentar com elas e compartilhar histórias, perspectivas. Não quero reproduzir aqui uma história romântica, pois encontrei sim muitos problemas, senti nas narrativas o quanto a violência faz parte do cotidiano daquelas pessoas, ouvi histórias de sofrimento, vi pessoas que não tem água encanada em casa ou luz, que tem dificuldades de renda, que são discriminadas. Das minhas experiências de campo há uma em especial que me marcou e que foi registrado em diário de campo no dia 07/08/12:

Hoje eu fui visitar **Tulipa**. Liguei antes para saber se estaria em casa, quase não consegui entendê-la ao telefone porque ela estava sem voz, mas entendi o suficiente para saber que poderia ir até lá. O dia estava frio e chovia, fiquei imaginando se entraria água na casa dela, que é na verdade um barraco de lona, madeira e materiais reutilizados. Parei o carro na rua, e segui os 30m até a casa correndo, para não me molhar muito. Deixei meu calçado na porta, apesar dos protestos de Tulipa dizendo que não precisava. O interior da casa estava mais quente que o esperado e estava seco. Fiquei aliviada. Estava apenas ela e o bebê em casa, ele dormia, mas com a movimentação acabou acordando e começou a chorar, ela estava deitada e peguei o bebê no colo. Ela me explicou que estava com uma séria infecção nos ouvidos, me mostrou uma fralda que tinha nas mãos com

³¹ Depois que conclui a pesquisa de campo, até março de 2014, aconteceram mais três assassinatos na região.

manchas de sangue. Fiquei muito preocupada, mas já estava tudo encaminhado, ela havia consultado e seu esposo havia ido a farmácia comprar mais remédios e leite em pó para o bebê, porque não ela poderia amamentar enquanto não terminasse o tratamento para o problema nos ouvidos. O bebê já estava com fome, e começou a chorar. Tulipa me disse que o leite em pó havia acabado e teria que esperar Girassol chegar. Meu coração apertou. Estava implicada na situação e não consegui agir de outra forma a não ser me disponibilizar em comprar o leite. Pedi a ela se eu poderia fazer isso, ela me explicou o nome certinho do leite e eu saí mais depressa que o normal. Uma criança sentindo fome foi demais para mim, depois que eu levei o leite para eles, depois de abraçar Tulipa e ouvir seu agradecimento, entrei no carro e chorei de emoção e de tristeza. Emoção porque foi bom o sentimento de fazer algo importante, e triste porque eu senti de perto a luta cotidiana daquela família para conseguir alimentar os filhos.

Histórias como essa não encontram facilmente lugar na teoria, mas dizem da experiência de campo e consequentemente das sensíveis e sutis relações que estabeleci durante este tempo de convivência mais próxima com essas pessoas. Estas relações, inclusive, não se descontinuíram e passaram a integrar meu cotidiano, seja pelo desenvolvimento de outros projetos³², seja pela minha inserção em ações de trabalho voluntário e caridade junto a moradores dos bairros que pesquisei (interlocutoras da minha pesquisa de doutorado ou não), articulando formas de ação para com as famílias mais necessitadas. Estas atividades surgiram a partir de demandas das próprias mulheres, que passaram a me procurar solicitando ajuda diante de alguma situação

³² Aqui gostaria de destacar especialmente um projeto de extensão o qual coordenei e que foi desenvolvido junto à Unochapecó, universidade onde desenvolvo atividades de docência deste 2010, e que foi executado no decorrer do ano de 2014. O projeto culminou com o desenvolvimento de um documentário intitulado “Quando elas contam suas histórias” e teve como objetivo “(...) desenvolver atividades integradas à comunidade através da execução de ações voltadas para a elaboração de um documentário sobre a história de vida de mulheres moradoras dos bairros Bom Pastor e São Pedro”.

que demandava minha contribuição, isto envolveu deste o registro fotográfico de festa de aniversário e casamento, até suprir demandas por doações (roupas, leite, fraldas, brinquedos, etc.). Eu sempre recebi com muito carinho a apreço estas solicitações e procurei realizar na medida do possível. A pesquisa encerrou, mas meu contato com as pessoas que conheci durante ela não.

Enquanto pesquisadora, fui agregada às tramas sociais do bairro, me inseri em determinados círculos, o que automaticamente me excluiu de outros. Particpei de festa de aniversário e casamento, fui acionada para ajudar em uma assembleia de catadores de materiais recicláveis, mudei meu status social diante das pessoas: passei de estranha à amiga, professora, pesquisadora. Exercitei constantemente uma relação de proximidade. E quando “botei a mão na massa” enquanto entrevistava Rosa e seu marido no galpão de reciclagem, ele comentou: “Algum dia na sua vida você imaginou que iria estar no meio do lixo desse jeito?”. Momentos como esse me faziam lembrar-se do estranhamento que eu causava no lugar e do distanciamento eminente de nossos mundos, dois cotidianos que não coincidem. Ao mesmo tempo, estava próxima, sujando as mãos, compartilhando alimentos e histórias. Mas ao final do dia eu ia para casa, ficava apenas a lembrança e o espectro de minha presença passageira.

Fica evidente, de certa forma, o distanciamento entre nós. Mas mesmo este distanciamento pode ser relativizado. Há uma experiência de campo que pode servir como metáfora desta relação de distanciamento/proximidade. Resolvi acompanhar uma de minhas parceiras na pesquisa em um dia de trabalho, **Dona Alfazema**³³, catadora de materiais recicláveis. Abaixo reproduzo um trecho de meu diário de campo no qual relato o que aconteceu:

D. Alfazema coleta materiais recicláveis para complementar a renda que recebe como pensionista. Sai de casa cedo, quase todos os dias pela manhã e volta quando enche o carrinho. Propus a ela uma experiência, me deixar acompanhá-la em um desses dias. Ela aceitou,

³³ Os nomes das interlocutoras da pesquisa foram alterados para nomes de flores. A maioria escolhidos pelas próprias mulheres, outros definidos por mim. A razão para esta alteração é por questões éticas e preservação das suas identidades. Além disso, todas foram esclarecidas dos objetivos da pesquisa, bem como foram coletados termos de consentimento livre e esclarecido que estão sob meus cuidados.

estranhou, mas aceitou. Combinamos para o dia seguinte as 7:30 da manhã. Cheguei a sua casa no horário marcado. Fui recebida com um abraço receptivo e a frase: “Você veio mesmo!”. Esperamos um pouco porque a Rosinha havia combinado de vir com a gente, mas não apareceu. Ela me perguntou diversas vezes se o que eu ia fazer ia sair na televisão, que falaram pra ela não ir comigo que poderia dar problema já que ela é aposentada e, oficialmente, não pode trabalhar. Eu expliquei que não tinha problema e que se ela quisesse eu não filmaria nosso trajeto. Ela disse que tudo bem, eu poderia filmar. Levei uma câmera bem discreta (bullet hd) tem metade do tamanho de um mouse de computador, e acoplei-a ao carrinho.

Antes de sairmos houve toda uma preparação. D. Francisca vestiu seu jaleco da associação (este já está bem usado, mas ela disse que é preciso estar sempre vestindo, caso a fiscalização a aborde). Amarrou umas sacolas de rafia ao lado do carrinho e colocou os pneus. Estes sempre são retirados para não roubarem e o carrinho deixado de cabeça para baixo para não acumular água. Ajeitamos os papelões que formam uma parede no carrinho e partimos. Saímos em torno das 8h em direção ao bairro Santa Maria. Já na primeira descida me coloquei ao lado de D. Alfazema para auxiliar no manejo do carrinho. Surpreendi-me com a dificuldade e peso do carrinho. Fomos andando e conversando, ela me explicava sobre as casas, quem morava, contava histórias. Foram duas horas e meia de caminhada e trabalho. Fizemos o trajeto que ela sempre repetia. Depois de uns trinta minutos que estávamos andando percebi que estávamos indo em direção ao meu bairro. E realmente, chegamos à minha rua e passamos em frente a minha casa. Eu contei para D. Alfazema: “Aqui é a minha casa”. Ela pareceu ficar feliz, e comentou: “Eu nunca vi você aqui”. Mas eu já a tinha visto, já lhe entreguei uma sacola de roupas uma vez, me senti estranha por não ter reconhecido ela antes. Também gerou estranhamento coletar o meu próprio lixo, e da minha vizinhança, mas também me senti feliz e

realizada, por ter a oportunidade de me colocar neste lugar. Quando estávamos indo embora, meu irmão passou pela gente de carro, me reconheceu e parou. Veio conversar com a gente, simpático e curioso. No caminho ainda encontrou um papelão que trouxe para o nosso carinho. Abraçou-nos e eu apresentei D. Alfazema, conversamos animadamente. A cena foi inesperada, mas muito significativa. Depois ainda D. Alfazema comentou comigo: “Que legal que seu irmão é, até catou papelão pra gente”, e sorriu. Assim como fez durante quase todo o tempo. Ela é uma mulher feliz. Quando voltamos na Vila eu estava realmente muito cansada, as pernas doíam, e eu não sei como é possível uma mulher de aparência tão frágil puxar tanto peso. Ao entrar na rua logo avistamos D. Orquídea que falou: “A Camila veio mesmo, cansou?”, e eu “Cansei, ô!”, e D. Alfazema: “A senhora viu? Ela empurra o carrinho que nem eu!”. Das outras vezes que nos encontramos ela sempre comenta que nunca me vê em casa, criamos um elo a partir daquela experiência, mas nossas vidas já estavam conectadas antes da gente se conhecer.

Este episódio é exemplar da realidade da antropologia urbana, que coloca em jogo alteridades distantes e ao mesmo tempo próximas, pois, ao mesmo tempo em que comumente não haja relação entre as pessoas e àqueles que “catam” material reciclável às suas portas, a cidade apresenta esta possibilidade, há a potencialidade de estabelecer este tipo de relação, assim como tantas outras. As conexões são mais intensas que se pode presumir e transcendem um simples distanciamento social ou geográfico. De qualquer forma, meu trabalho de campo representou um “transitar entre dois mundos”, em que me senti continuamente obrigada a exercitar a reflexão da mobilidade e alternância de realidades.

Inicialmente minhas entradas em campo foram intermediadas por uma agente de saúde do bairro, chamada **Orquídea**. Ela já era minha conhecida, me apresentou para algumas pessoas, e se tornou mais tarde também uma importante interlocutora da pesquisa. Mas, o mais valioso de minha relação com ela, foi a informação de um encontro mensal no bairro Bom Pastor da Pastoral da Criança. Foi por aí que se deu minha inserção no bairro. Desde as primeiras vezes que fui ao encontro obtive

a mediação de Dona Amorosa, a principal *líder* da equipe. Ela me recebeu com gentileza, entendeu minha proposta e conversou com algumas mulheres sobre mim. Na primeira vez que fui, antes do lanche e após a oração, ela me apresentou para todas. Para mim foi muito interessante esta abertura do campo, que foi tão intensa que demorou um tempo para sair de mim o carimbo “pastoral”, comumente as mulheres falavam “Ah você é a moça da pastoral...”, eu entendia a relação, mas me incomodava. Depois transcendemos este primeiro contato, e a maioria passou a me chamar pelo nome, e até hoje, sinto alegria quando ao andar pelas ruas ouço alguém chamar meu nome ao longe.

A abordagem do cotidiano prevê uma pesquisa de campo prolongada, em que por meio de uma interação cuidadosa se conquista uma aproximação e relação de confiança com os interlocutores da pesquisa. Nos casos em que o tempo para a pesquisa não é tão generoso, muito do cotidiano pode se perder e o antropólogo atentar para os eventos mais dramáticos e excepcionais. Há a dificuldade de aproximar-se razoavelmente das práticas cotidianas em períodos curtos de pesquisa. Assim a autora Das (2007) sugere em suas pesquisas um trabalho de campo que esteja atento ao dizer, mas também ao mostrar, “somente um trabalho de campo que saiba manejar o ‘trabalho do tempo’ conseguirá ouvir o que se tem a dizer, perceber os dizeres do silêncio e compreender o que os interlocutores desejam mostrar. Afinal, é a intensidade e persistência na investigação que possibilitam um vínculo com os interlocutores” (VEENA DAS apud PEREIRA, 2010, p. 365). Minimamente consegui estabelecer uma relação de confiança com um círculo restrito de pessoas, é verdade, mas amplo o suficiente para me manter vínculos de natureza permanente, que como já dito, transcendem a pesquisa de campo. Desta experiência, foram as mulheres as que mais afetivamente me acolheram, sendo massivamente superiores em número de entrevistas, seja por uma questão de cada vez mais encontrarmos chefias femininas nas periferias³⁴ ou pelos horários de pesquisa, mas houve certamente de minha parte uma procura por estas mulheres.

Não me soa simpático relegar àquelas que construíam comigo uma experiência etnográfica o papel de meras informantes, destituídas de nomes e traços singularizados, pois se criaram vínculos que transcendem a própria prática da pesquisa, e me coloca em uma posição de querer reconhecer o seu lugar no desenvolvimento do texto. Por esta

³⁴ Ver a este respeito o Woortmann e Woortmann (2004) artigo em que os autores discutem os grupos domésticos monoparentais e o tema da chefia feminina.

razão optei por manter inalteradas suas falas, e apesar de manter nomes de flores fictícios (escolhidos pelas próprias mulheres, na maioria dos casos) e por uma questão ética a respeito dos próprios dados divulgados, a proposta é identificar suas histórias, mostrar seus perfis e fazer delas protagonistas da narrativa. Durante a pesquisa fui interpelada pelos meus interlocutores, solicitada para participar de determinados eventos, acionada em situações de crise, o que permitiu a criação de importantes vínculos, que em muito transcendem a relação pesquisadora-pesquisado.

Como mencionei anteriormente, o ponto de partida para a etnografia foram os encontros da pastoral da criança. Estes são realizados no salão comunitário da igreja católica, e reúnem, na última quarta-feira a tarde de cada mês, cerca de trinta mulheres e número ainda maior de crianças. A principal atividade realizada é a pesagem das crianças, cujo crescimento, peso e idade são preenchidos em cadernos específicos da pastoral e que visam evitar casos de desnutrição. As pessoas identificam o evento pelo nome *peso*: “Eu venho no *peso* desde que meu filho que hoje tem 14 anos era pequeno” (Margarida, comentando sobre sua participação na pastoral, na época desta nossa entrevista ela estava grávida, e já frequentava os encontros, pois o acompanhamento durante a gestação é uma das estratégias para fidelizar as mulheres no programa). A frequência nos encontros mensais é controlada e muito cobrada pelas mulheres da pastoral, elas perguntam: “Porque não veio no mês passado mãezinha, tem que vir”; “Fala com a sua irmã para vir com o Pedrinho, se não puder vir manda com alguém, mas vem, é importante”. Pude notar que há certa fidelização das mulheres, que sempre retornam. Durante a semana que antecede o encontro as líderes da pastoral fazem visitas domiciliares. Em uma oportunidade acompanhei Rosa, umas das líderes nas visitas. Esta serve para acompanhar mais de perto as crianças, como explicou **Dona Amorosa**:

Antes dos encontros são feitas visitas. As líderes vão visitar as mães, olhar as crianças, ver se estão bem, se precisam de alguma coisa, se estão com as vacinas feitas, se estiveram doentes, se tiveram febre. Por que teve uma fase que as crianças faltaram muito por que estavam com sarampo. Então é nessa visita que são levados os cadernos e anota se está hospitalizada ou com sarampo. Isso nas visitas de casa em casa, antes dos encontros onde elas serão pesadas. (**Dona Amorosa**)

Além de acompanhar as líderes nas visitas domiciliares, que foi uma estratégia interessante para acessar algumas interlocutoras para a pesquisa, também participei de muitos encontros mensais da pastoral, o que possibilitou uma aproximação ainda mais efetiva com as mulheres. No bairro Bom Pastor, o espaço usado para os encontros é amplo, com as paredes azuis. Aos fundos fica o altar (o local é usado para celebração de missas também). Para ocasião dos encontros o espaço é todo reorganizado, são dispostas várias fileiras de cadeiras e uma mesa grande é montada a frente. Para a pesagem é feita uma fila, que dura mais ou menos uma hora. É tempo suficiente para todas as crianças passarem pelo peso. A balança usada é feita com uma estrutura de metal onde fica pendurada uma trouxa de tecido verde, as crianças são colocadas sentadinhas dentro desta trouxa, suas pernas passam pelos buracos e ficam suspensas. Muitas choram, mas a maioria já está acostumada. Duas mulheres acompanham essa pesagem e passam para a responsável pela criança (normalmente a mãe) o peso. Esta se direciona a uma mesinha, que conta com uma equipe de três pessoas, que procuram a ficha no livro de registros pelo nome da criança e preenchem as informações (data e peso). Nesta tarefa, adolescentes cujas mães fazem parte da equipe, auxiliam. **Dona Amorosa**, com o auxílio de outras líderes, é quem atentamente confere com uma régua se o peso está de acordo com o previsto para a idade, dá orientações caso a criança esteja doentinha ou magra. É muito carinhosa com todos e referência para a equipe da pastoral. Infelizmente, durante a realização da pesquisa **Dona Amorosa** veio a falecer, deixando muitas saudades em todas as mulheres que participam dos encontros do “peso”. **Rosa** mencionou com muito pesar a sua morte, pois ela acompanhava as atividades no bairro há mais de quinze anos e era uma referência.

Além dela, existem outras duas mulheres que vem de outros bairros. Mas a equipe conta com pelo menos outras seis mulheres moradoras do próprio bairro Bom Pastor, elas auxiliam especialmente nas visitas prévias ao peso, na cozinha, no preparo do lanche e organização da bolsa com alimentos (que fazem parte do programa do governo federal Mesa Brasil). O lanche é servido após terminarem as pesagens. Normalmente antes de servir, geralmente **Dona Amorosa** faz uma pequena leitura da bíblia e puxa uma oração. O viés desta intervenção é católico, mas muitas mulheres dali frequentam outras igrejas, não há imperativos com relação a isso. Mas o atrativo para a participação não é somente a ajuda que recebem (alimentos, brinquedos nas épocas festivas e eventualmente roupas e calçados), claro, isto também é importante, mas percebi que a participação também leva em

conta a possibilidade de encontrar pessoas, conversar e acompanhar o desenvolvimento dos filhos. Sentadas nas fileiras de cadeiras, as mulheres conversam muito, o clima é de muita agitação, crianças correm, caem, choram, brincam. O clima é sempre de agitação, mas encarado pelas mães com muita seriedade e cuidado, como diz **Primavera**: “A gente nunca falta o peso, é muito importante, eu gosto, e agora que estou ajudando como líder, gosto ainda mais”.

Figura 1- Encontro da Pastoral da Criança. Bairro Bom Pastor



Fonte: Camila Sissa Antunes.

Eu me encantei com as crianças durante minha pesquisa. Lembrome de cada rostinho com muito carinho, levei presentes no natal, carreguei no colo, ganhei e dei beijos. Recebi muito carinho, não apenas das crianças, mas das mulheres também. Dei abraços de despedida, chorei junto ouvindo histórias tristes do passado, recebi e dei conselhos. As relações que estabeleci em campo transcendem em muitos sentidos àquela pesquisadora-pesquisados, há muito tempo superada e discutida na antropologia. A forma que encontrei para retribuir o que me deram, foi retornar com as fotografias que fazia durante o campo. Desde minha primeira visita, comecei a fotografar as pessoas, principalmente as crianças. Elas se divertiam, as maiores queriam ver as imagens na câmera, nos divertíamos. Quando retornei, as fotos tinham ficado tão

boas que resolvi revelar algumas e levar para o campo comigo, e assim fui entregando. Algumas mães eu reencontrei pessoalmente, para estas foi mais fácil, outras encontrei na rua e entreguei a fotografia. Em alguns casos as pessoas me ajudavam indicando onde moravam ou mesmo eu deixava para que entregassem. Aos poucos isso se tornou rotina, fiz disso uma motivação pessoal para voltar ao campo. A mim, a gratificação pelos sorrisos, a eles a oportunidade de guardar aquele momento. Obviamente que essa relação de reciprocidade serve também para criar laços de confiança, a promessa de voltar com as fotos, quando se cumpria, era interpretada pelas pessoas positivamente. As crianças sempre acabavam tirando fotografias comigo também, algumas revelei e presenteei as famílias. Uma dessas fotografias foi enviada para o irmão de **Acácia**, que mora em Florianópolis, ele fez um desenho a partir da foto e enviou para ela, que me entregou com muito carinho depois.

Figura 2 - Desenho recebido de presente.



Nos encontros da pastoral e em outros momentos estabeleci contatos que denomino *primários*, com algumas mulheres ou casais. Ocorria uma aproximação e diálogo, posteriormente combinávamos a visita em suas casas. Este círculo de pessoas se ampliou, pois a partir destas, surgiram outras interlocutoras (o que chamo de contatos

indicados)³⁵. E contatos *conectados* são aqueles provenientes das próprias relações em campo (ver o APÊNDICE A – Listagem das interlocutoras da pesquisacom uma tabela com as interlocutoras da pesquisa). Foi a partir desta rede de contatos estabelecidos no bairro Bom Pastor que acessei a maioria dos contatos no bairro São Pedro (com indicação de familiares, amigos, antigos vizinhos), somado a um número de pessoas com quem eu já tinha contato ou foram indicados por quem conhecia o bairro (lideranças comunitárias).

Mas a entrada em campo se deu, efetivamente, pelo bairro Bom Pastor, o que acabou determinando, por um lado, um vínculo mais intenso com os moradores deste. O número de sujeitos entrevistados de cada bairro também está desigual por este mesmo motivo. Esta rede envolveu cerca de 60 pessoas, algumas se tornaram interlocutoras “privilegiadas”, no sentido de sucessivos retornos e reencontros, outros encontrei apenas uma vez, realizando ou não entrevista. No contato com alguns, dependendo do contexto, não gravei entrevistas. Estes encontros foram muito produtivos no sentido de fornecer panoramas e guiar para a observação. Deste universo maior, selecionei para trabalhar na tese, 33 moradoras dos bairros Bom Pastor e São Pedro, identificados na tabela em ao final do trabalho³⁶.

1.3 DAS ROSAS E SEUS ESPINHOS: PERIFERIZAÇÃO EM CHAPECÓ

Daquela que é conhecida como a “cidade das rosas”, as periferias podem ser seus “espinhos”. Há alguns que se incomodam com sua presença, outros ignoram sua existência. A cidade, como uma rosa, tem

³⁵ Para as indicações de contato, usei a estratégia de solicitar que me acompanhassem até a casa deste novo participante da pesquisa, de tal forma que estabelecia de antemão uma relação de confiança.

³⁶ Todas as pessoas acessadas para a pesquisa foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa. Foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fiz a leitura do termo, expliquei os propósitos da pesquisa e os sujeitos assinaram, em duas vias, uma para elas e outra para mim. Em muitos casos retornei com a transcrição da entrevista, deixando uma cópia com eles. Esta oportunidade se mostrou muito interessante também para rever com eles algum assunto que não havia entendido, e elas se mostraram muito interessadas em guardar e ler seu próprio texto.

sua beleza e seu perfume. O encanto destas características pode se sobressair diante dos espinhos, mas estes tem também sua importância.

Para a definição do campo para a etnografia se desenvolveu uma pesquisa exploratória anterior. Esta proposta estava amparada no diagnóstico de que nas bordas da cidade de Chapecó encontram-se várias localidades que podemos denominar como periféricas. Objetivava-se, com esta exploração, mapear estas localidades, realizando um levantamento em termos históricos, espaciais e principalmente sociais. Com este propósito, iniciei no final de 2011, e com maior ênfase no primeiro semestre de 2012 uma pesquisa exploratória em diversas áreas periféricas na cidade de Chapecó. Nesta oportunidade pude estabelecer contatos iniciais, fazer registros fotográficos e conversar com os moradores, em alguns casos. Estas atividades culminaram com um mapeamento preliminar das possibilidades de pesquisa, ao mesmo tempo em que foi realizada pesquisa bibliográfica e documental.

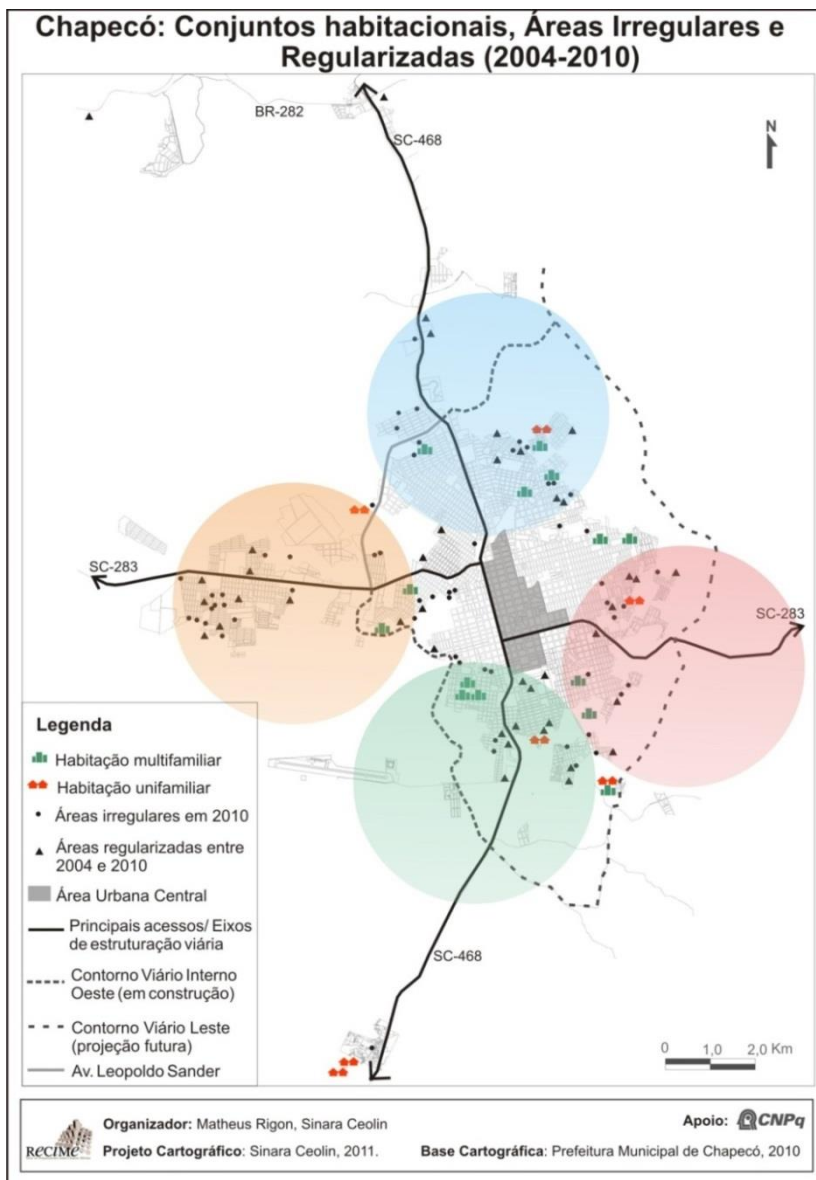
Neste momento inicial foram também de muita importância a análise dos estudos já realizados por acadêmicos e professores da Unochapecó e que participam do Grupo de Pesquisa Cidades, ao qual me incorporei a partir de minha inserção como docente nesta instituição. Dentre as pesquisas, destaca-se o relatório intitulado “CHAPECÓ: Do Aporte ao Agronegócio e ao Setor Terciário em Expansão à Crescente Desigualdade Socioespacial” (FUJITA *et al*, 2012) elaborado para a Recime (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias), a qual também estou vinculada. Neste texto, apareceu como importante referência o mapa que reproduzo a seguir, que apresenta um panorama muito interessante de Chapecó no que se refere à produção de habitação de interesse social, regularização fundiária e áreas irregulares.

Foi importante ter uma referência como esta para saber por onde começar o mapeamento. Muitos locais eu já conhecia pelas motivações mais diversas, em outros fui levada por alguém que conhecia ou era morador do lugar. Além de visitar os locais abaixo relatados, durante este período da pesquisa exploratória foi feito levantamento bibliográfico focando especialmente a produção local sobre as periferias, além de análise dos jornais locais. Este acúmulo de repertório foi muito importante por permitir uma leitura de totalidade, pensando o processo de periferização na cidade, tanto em registros históricos quanto contextos atuais. A partir dessa leitura o campo foi delimitado, conforme será explicitado a seguir. Em Chapecó, não é comum

classificar o território urbano em termos de zonas³⁷, mas com a finalidade metodológica de organizar minha experiência de pesquisa classifiquei o território em: zona leste (círculo cor-de-rosa), zona oeste (círculo laranja), zonal sul (círculo verde) e zona norte (círculo azul).

³⁷ Apesar disso podem ser observadas pichações na cidade que referenciam “comandos” da zona leste ou oeste. Pode-se perceber claramente que há uma diferenciação de comando principalmente no que se refere ao tráfico de drogas. Os conflitos ou “richas” entre “gangues” das duas zonas ocorrem comumente.

Figura 3- Mapa Chapecó: Conjuntos habitacionais, áreas irregulares e regularizadas (2004 – 2010).



Fonte: Fugita *et al* (2012). Edição da autora.

É possível identificar no processo histórico da cidade de Chapecó claramente uma política de afastamento dos pobres do centro, como estratégia de limpeza urbana e construção de uma imagem de progresso e crescimento. Na imagem acima se pode observar a efetividade desta estratégia, pois não se consolidaram áreas irregulares no centro (em cinza escuro) e bairros adjacentes, ao passo que na área de estudo desta tese (círculo rosa), e outras localidades nas bordas da cidade é onde se identificam áreas de ocupação irregular e conjuntos habitacionais de interesse social. Partindo deste princípio, podemos identificar como periféricos todos aqueles locais que espacialmente, ou mais importante, simbolicamente se distanciam do centro da cidade. Os sujeitos que viveram e vivem este processo cotidianamente foram silenciados pela voz do progresso, seus interesses ignorados em detrimento de interesses alheios, e permanecem, até os dias atuais, à margem da cidade.

Esta realidade se materializa em processos de segregação urbana, com desvalorização de certas áreas na cidade, bem como manutenção de espaços vazios, mantida por seus proprietários como estratégia de valorização. A este processo resulta uma ocupação da malha urbana em manchas, que intercalam vazios e áreas construídas, e fazem fronteira com áreas rurais ou de reflorestamento. Esta paisagem compõe um mosaico interessante para pensar a construção dos espaços periféricos em Chapecó. Sobre esta questão não se pode deixar de mencionar que o controle da terra se faz por meio daqueles que detém historicamente o poder político e econômico no município, e reproduzem a lógica de mercado para a comercialização do solo urbano. São jogos de interesses, disputas pela hegemonia e busca pelo lucro, que movem as iniciativas de loteamento e investimentos urbanos. Procurando mostrar parte desta realidade, registrarei em seguida o contexto de algumas localidades emblemáticas, que evidenciam esta realidade.

A imagem colocada na capa e reproduzida abaixo pode servir como metáfora deste *continuum* campo-cidade. Trata-se de uma fotografia do bairro Bom Pastor, visto a partir do alto da Rua Uruguai (bairro Santa Maria) e ilustra claramente áreas que emergem na cidade como blocos condensados, as pessoas ficam exprimidas em pequenas áreas de terra, enquanto que no entorno os animais tem muito mais espaço para desfrutar.

Figura 4 - Fotografia bairro Bom Pastor (masterizada).



Fonte: Camila Sissa Antunes

Nesta região, e esta característica se reproduz na cidade inteira, a paisagem característica é a fronteira física entre áreas construídas (regulares e irregulares) e áreas rurais (plantações, áreas de pastagens, fazendas). Interesses econômicos do mercado imobiliário interferem muito neste cenário, pois estas terras são propriedade de alguém, que quando tiver interesse irá lotear. Esta realidade faz com que surjam loteamentos literalmente sobre lavouras, e criam uma realidade de módulos de urbanidade isolados da malha urbana. Ou seja, a densidade habitacional da cidade corta-se abruptamente com o campo. Para exemplificar, em um lugar considerado símbolo de crescimento da cidade como o shopping Pátio Chapecó, desde a saída para a Avenida Getúlio Vargas, podem se ver animais pastando. A terra desocupada se perde no horizonte. O que não se perde são os proprietários. Isto implica o acirrado conflito dentro/fora dessas periferias, como será explorado nos próximos capítulos.

Em cada uma das regiões delimitadas foram destacados, para este momento de pesquisa exploratória, locais emblemáticos para a observação, que relatarei em seguida. Este relato objetiva apresentar um panorama mais geral do contexto urbano chapecoense.

Na região norte (círculo azul) destaca-se no contexto das periferias o bairro Vila Rica, um pequeno aglomerado que se destaca em meio a uma área rural. Sua ocupação data-se dos anos 80, quando sucessivas ocupações irregulares e também de compra de terrenos, terminaram por configurar um bairro (hoje regularizado) que exemplifica quase metaforicamente o que é periferia em Chapecó. Um morador comentou que, diante da necessidade, as pessoas chegavam e viam com quem já morava no local onde poderiam colocar seu “barraquinho”, e assim a ocupação foi se consolidando. Os moradores do bairro sempre precisaram se articular para conseguir acesso a melhorias, e ainda esperam por coisas básicas como saneamento adequado e espaços de lazer. A área de posse, que até então era um loteamento irregular, passou por um processo de regularização³⁸ no ano de 1999, tornando-se loteamento popular. Na lei de criação do bairro ficava postergado e não garantido a implantação da infraestrutura básica (abertura de ruas, rede de energia elétrica, iluminação pública e rede de água), cuja viabilização de implantação se daria por meio de recursos próprios ou parceria com terceiros. De qualquer forma, os primeiros tempos no bairro foram difíceis, como relata um morador sobre o início da ocupação:

Aqui aconteceu assim, primeiramente era de um tal de Luiz Estevão Machado, daí ele morreu. Daí ficou para os filhos, e os filhos venderam e foram embora. Mas só que quem comprou não regularizou e foi deixando. Daí o pessoal começou vim procurar um pedacinho pra vim morar e tal e eles começaram vender, como teve gente ali que comprou três alqueires, um alqueire. Mas daí o pessoal tava fraco de poder aquisitivo, o que aconteceu? Vendia, aparecia alguém, vendia um pedacinho pra fazer a casa e tal e foi aumentando. E sem regularizar. Até que virou um balão de neve, virou um balão de neve. O pessoal que já tava morando e não tinha (...) aqui rua era estrada, aquela Caravagio que saía na minha casa e subia uma estradinha lá até no Décio lá em cima. O resto não tinha estrada nenhuma, era só carreiro. Naquela época que nós entremo aqui era puro mato, puro mato era dos Bertaso, e daí os Bertaso

³⁸ Lei Municipal nº 4.026, de 23 de setembro de 1999.

viraram os Pecan. Mas viraram porque assim, fizeram um financiamento, e daí fizeram um projeto das Pecan e daí derrubaram o mato e plantaram esse projeto das oliveira pecan. Pra não perder a terra, porque a reforma agrária né. Naquela época, fizeram esse planejamento. E daí isso aí veio dinheiro do governo federal, e daí foi onde veio uma grama muito alta que veio pra fazer esse reflorestamento. Essas árvores aí é noz. **(Seu Gerânio).**

Absolutamente descolado da malha urbana, o bairro Vila Rica tem um único acesso. É uma estrada de chão que apesar de apresentar boas condições de tráfego produz muita poeira e lama em dias de chuva. No entorno apenas grandes propriedades rurais. Atendimento médico é realizado apenas no bairro Belvedere, distante cerca de 5 Km. Segundo os moradores, as linhas de ônibus também são limitadas não atendendo as suas necessidades. Ao andar pelo bairro acompanhada por um senhor, fui registrando os principais problemas que enfrentam no dia-a-dia, que segundo ele destaca-se: pouca iluminação pública, córrego poluído, acessos e ruas sem pavimentação, inundações frequentes.

Figura 5 - Estrada de acesso ao bairro Vila Rica.



Fonte: Camila Sissa Antunes

Na zona oeste (que aparece na cor laranja na figura 3) aparece com destaque o bairro Efapi, cuja ocupação massiva é relativamente recente (anos 70) e concentra muitas áreas precárias de habitação, conforme pode ser observado no mapa. Ao mesmo tempo, não há neste bairro nenhum conjunto habitacional de interesse social. O bairro Efapi é o maior e mais populoso da cidade, e teve seu desenvolvimento motivado especialmente a partir da instalação de duas agroindústrias na região, atraindo trabalhadores do interior e municípios vizinhos³⁹. Além disso, este bairro evidencia um processo de descentralização urbana que pode ser verificado na cidade de Chapecó, surgindo como importante foco de bens e serviços, contendo além de universidades e indústrias, um comércio significativo, agências bancárias, entre outros. Em muitos sentidos, o bairro Efapi é o que tem o comércio local mais desenvolvido, podendo ser entendido como nova centralidade urbana, no entanto, não se estabelece em concorrência ao centro, mas em complementariedade. Este comércio se desenvolve também para atender a demanda local, pois o bairro é um dos mais distantes do centro. Como pode ser observada na imagem a seguir, a massiva ocupação da malha urbana está entre as duas agroindústrias instaladas no bairro. Esta ocupação teve influência do interesse imobiliário que passa a abrir loteamentos novos, a preços relativamente mais baixos que em outros locais da cidade, possibilitando aos operários o acesso à moradia. A este respeito comentam Reche e Sugai (2008):

(...) com a consolidação principalmente da Sadia na década de 70, começam a lotear a região na extrema oeste do município, rompendo a lógica anterior de ocupar gradativamente em círculos as regiões ao redor da área central. Ocorre, então, uma ocupação a oeste da cidade, deslocando da malha urbanizada consolidada, ligada por uma única via de acesso de automóvel, em meio a uma região ambientalmente pouco apropriada à ocupação (RECHE e SUGAI, 2008, p. 10).

³⁹ As grandes agroindústrias começaram a se instalar em Chapecó nos anos 50, com a Chapecó Alimentos. Nas décadas seguintes o setor se consolidou no município com a instalação da Cooperalfa (1969), Aurora (1973), Ceval (1971) e Sadia (1973). Houveram, na época, grandes investimentos estatais, principalmente na rede de estradas para escoamento dos produtor (RECHE, 2008, p. 5).

Este crescimento foi desordenado e gerou grandes transformações no espaço urbano. Segundo Reche (2008) as agroindústrias se instalaram no município nas décadas de 70 e 80, com subsídios estatais, atraíram grandes levas de trabalhadores que migraram para a cidade e passaram a ocupar especialmente a região oeste. Esta massa populacional não foi absorvida pelas indústrias em sua totalidade, gerando “(...) problemas sociais, principalmente relacionados à habitação e ocupação das periferias da cidade (descoladas da malha urbana) em áreas ao redor das agroindústrias (a oeste da cidade), por trabalhadores com baixa renda” (RECHE, 2008, p. 6).

O Bairro Efapi é formado por uma série de loteamentos próximos uns aos outros, em sua grande maioria estes loteamentos são de iniciativa privada, e que, ainda nos dias atuais, oferecem terrenos a preços mais acessíveis na cidade. Percebe-se a repetição deste processo em outros locais da cidade, em que pesa a decisão dos proprietários de terra em lotear partes de suas propriedades, desenvolvendo cenários de urbanização (manchas) em meio a zonas rurais⁴⁰.

Comumente podem-se identificar loteamentos construídos sobre áreas de lavoura, motivados, entre outras coisas pela instalação de indústrias, como demonstrado acima, ou mais recentemente do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, cujo terreno fica localizado no extremo leste do município. Estes loteamentos vêm sendo massivamente ocupados por pessoas que usufruem de financiamento do programa “Minha Casa Minha Vida”. Na imagem a seguir um destes novos loteamentos em uma região não urbanizada.

⁴⁰ A este respeito percebe-se grande descaso do poder público, tanto na fiscalização destes empreendimentos, para garantia de equipamentos públicos mínimos para os moradores, como na própria regularização dos mesmos. Sendo que durante esta pesquisa exploratória foram identificados alguns loteamentos clandestinos, cujos moradores que compraram os terrenos não conseguem instalar luz ou água devido à condição de irregularidade.

Figura 6 - Fotografia de loteamento recente no bairro Efapi.



Fonte: Camila Sissa Antunes

De um modo geral, nas bordas dos loteamentos e próximas aos córregos, se verificam ocupações irregulares. Caso emblemático é o loteamento Vila Esperança⁴¹, cuja característica importante é que se trata de um loteamento popular com posterior ocupação irregular em área pública. Estes são lugares de pobreza e precariedade. Em conversa com uma moradora, ela me informou que vivia na área há sete anos, mas que quando chegou já havia outras pessoas no local. Mesmo com remoção das famílias para outros locais, a demanda por habitação é crescente, e logo as áreas são reocupadas por pessoas que não tem

⁴¹ Os moradores iniciais adquiriram os terrenos por meio de financiamento, do qual pagam o valor de vinte ou quarenta reais. Segundo dados do PAD (Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego) que fornece cestas básicas mensalmente aos moradores, cerca de 70% da população trabalha no serviço informal (principalmente na coleta de materiais recicláveis) e a ocupação de área irregular corresponde a 11% da localidade. Estas ocupações constituem, para os órgãos responsáveis, um sério problema do Loteamento, porque o local possui um lençol freático muito superficial, e devido à ineficiência sanitária, há contaminação das águas que são utilizadas para uso doméstico, acarretando sérios problemas de saúde.

condições de comprar um terreno com recursos próprios, apesar de que, muitas vezes, mesmo em se tratando de áreas irregulares, há uma apropriação da área, e as pessoas vendem e compram o “direito” de morar no local⁴².

Figura 7- Fotografia de ocupação nas bordas do loteamento Vila Esperança.



Fonte: Camila Sissa Antunes

Muitas áreas de ocupação irregular estão em final de rua ou de loteamento, e a grande maioria ocupa áreas públicas e áreas de preservação permanente. Nestas áreas as condições de moradia são precárias, não possuem água potável, esgotamento sanitário ou energia elétrica, e sofrem com deficiência de equipamentos urbanos. No início de 2012, enquanto realizava as pesquisas exploratórias, um fato chamou muita atenção neste bairro: uma situação de despejo de famílias que ocupavam uma área irregular (Vila Páscoa). Esta ação está pautada pela própria política da atual gestão pública, que procura “controlar” as áreas “invadidas”, impedindo que se ampliem ou surjam novas áreas. Este

⁴² A noção de *direito* será melhor discutida no capítulo 2.

procedimento está pautado principalmente no que se prescreve no Decreto Municipal 20.889, de 2009.

Na época dos despejos conversei pessoalmente com lideranças da Associação das Áreas Irregulares e acompanhei manifesto realizado na câmara de vereadores. Abaixo reproduzo notícia divulgada sobre o caso, que traz diversos argumentos:

Casas irregulares são demolidas na Vila Páscoa e geram conflitos. D.M⁴³, de 68 anos, foi surpreendida por volta das 6h da manhã da terça-feira, dia 6, por policiais que a mandavam sair de casa. M.S. não sabia o que fazer quando viu os móveis da casa serem jogados para fora da casa. M.A., de 30 anos, ficou chocado quando viu os quase 30 policiais em frente à casa da mãe. L.A. teme perder o teto sob o qual vive. L.A.A. partiu em defesa dos vizinhos da Vila Páscoa. Logo o teto de três casas estava no chão e os ânimos alterados. Alguns moradores entraram em choque com a Polícia. O Decreto Municipal nº 20.889, de 8 de junho de 2009, permite que casas estabelecidas em terrenos irregulares, há menos de um ano, sejam demolidas. Este é o caso de grande parte das residências da Vila Páscoa. Além de ser um terreno de propriedade da Administração Municipal, também é uma área de preservação ambiental permanente. “Eles foram notificados, prometeram desmanchar as casas e não cumpriram. Encaminhamos uma família para albergue. As outras ficarão na casa de parentes ou vizinhos”, explica a Secretária de Habitação, Tatiane Bodigheimer. Os moradores dizem que não foram notificados e acusam os membros da secretaria de os terem enganado. “Assinei sim um papel, mas me disseram que era para o cadastro dos programas da habitação”, fala M.S. [Outra moradora] D.M. fala que não sabe ler, mas foi coagida a assinar um documento que iria ajudá-la a ter uma casa no novo loteamento da prefeitura. A secretária de Habitação diz que o novo Loteamento Monte Castelo estará pronto em 60 dias e as famílias serão alocadas lá. “Pedimos para

⁴³ Os nomes dos moradores foram abreviados por questões de sigilo.

levarem a documentação para fazer o cadastro. Se preencherem os critérios, vamos levá-los para o Loteamento Monte Castelo”, fala a secretária. Mas os moradores questionam o motivo de não poderem esperar em suas casas até que as novas moradias sejam concluídas. Enquanto as contradições continuam, M.S., o marido e os dois filhos estão sem um teto para passar a noite e seus pertences estão no chão, enfrente à casa. “No dia que isso tudo aconteceu nós não tínhamos comida pra dar pras crianças, tudo foi perdido quando tiravam nossos moveis de casa”, fala. Eles passaram a noite no relento. A aposentada D.M. ficou na casa dos filhos. “Só quero ficar perto dos meus filhos. Tenho problema de coração e preciso da ajuda deles”, alega. “Abuso, todas as coisas da minha mãe foram tiradas de dentro de casa como se fossem lixo”. M.A. 30 anos. “Não estamos aqui porque queremos. Não temos pra onde ir. Nós trabalhamos, somos pessoas direitas. Eles prometem que vão nos ajudar a ter nossa casa. Não vamos ganhar, vamos pagar por ela. E agora dizem que vão demolir mais nove casas. Quem vai ser o próximo? Todos estão com o coração na mão. Amanhã eu posso não ter um teto pra dormir. Essas casas são nosso suor, nosso dinheiro economizado”. L.A., 22 anos. “Bateram, agrediram. Foi desnecessário. Não discuto que estejam morando em lugar irregular, mas o respeito foi perdido completamente, ultrapassaram os limites. Usaram da força para tomar uma medida desnecessária. Estamos aqui para proteger o direito a vida”. L.A., membro da Associação de Moradores Irregulares. “Eu sou velha, mas não sou cachorro. O jeito que me trataram, nem um animal merece”. D. M, 68 anos. **Publicada em 08 de Mar de 2012. Fonte da notícia: Por Glauco Benetti/VOZ.**

Após estes atos de despejo, os moradores se mobilizaram e conseguiram apoio de vereadores da oposição que acompanharam as negociações na prefeitura. Moradores de outras áreas irregulares (de propriedade pública) elaboraram um documento exigindo respostas para sua situação, além de solicitar que o Decreto Municipal 20.889, de 2009,

seja revogado. No texto de reivindicações, destaca-se a solicitação de que a prefeitura não realize mais despejos, que as realoque em local definitivo. Para mim, o mais importante desta organização dos moradores, além de garantir que os atos violentos não se repitam e demonstrar força de organização, é que, conforme relatado por uma das lideranças, se indica a necessidade de desenvolvimento de políticas habitacionais na região da grande Efapi. De um modo geral, o poder público ignora que para as famílias que se encontram em áreas irregulares, vivendo em condições de vida precárias, apenas resolver seus problemas habitacionais removendo para um bairro distante não resolve os problemas (no caso acima relatado as famílias foram removidas para a região sul, no bairro Seminário). Desenvolver programas no próprio bairro seria muito mais coerente, permitindo que as famílias permaneçam próximas ao local de trabalho e onde já estabeleceram redes de socialidade, amizade e familiares. Adiante relatarei, a partir de dados de campo, trajetórias familiares que expressam essas rupturas e rearranjos diante destas (no caso de remoções compulsórias no bairro Bom Pastor).

De um modo geral, podemos dizer que o bairro Efapi agrega principalmente trabalhadores, muitos trabalham nas agroindústrias, mas ainda uma grande leva populacional trabalha no centro, que concentra grande número de serviços e comércio. Com relação a isto, percebe-se dificuldade de mobilidade urbana, por haver apenas uma via de acesso ao bairro (Av. Senador Atílio Fontana) que apresenta índices de congestionamento em horários de pico e enorme número de acidentes diariamente.

Nas imagens a seguir ilustram as diferentes situações presentes no bairro. Neste caso, à esquerda ocupação em final de rua e à direita ocupação em sobra de loteamento fazendo fundos com os muros da agroindústria (ambas no bairro Efapi).

Figura 8 - Fotografia de ocupações irregulares bairro Efapi.



Fonte: Camila Sissa Antunes

A transição rural-urbano, ou mesmo a coexistência de ambas referências espaciais simultaneamente nas periferias, refere-se a um processo histórico e recorrente de crescimento das cidades em que se registra a expansão do território em direção à área rural. É justamente uma transição como esta que se observa na história de ocupação do bairro Seminário (tomado como área emblemática da região sul, marcada com o círculo verde no mapa), que surge em meados dos anos 60, a partir de pessoas que adquirem lotes na região que até então era considerada zona rural. Podemos considerar a presença do Seminário Diocesano de Chapecó, não apenas rendeu nome ao bairro, mas também foi responsável por atrair a ocupação daquela parte da cidade. De forma semelhante ao que foi relatado anteriormente, o desenvolvimento do bairro Seminário se deu inicialmente a partir de loteamentos privados, sendo os primeiros: Aline e São Francisco. Segundo relatos coletados na visita exploratória, a chegada ao bairro foi marcada por dificuldades, pois não possuíam equipamentos públicos, apenas ruas abertas. O acesso à infraestrutura básica como água e luz, foi obtido depois de muitas reivindicações dos moradores. Será apenas nos anos 80, quando se cria oficialmente o bairro, que surge a primeira escola (Escola de Educação Básica São Francisco).

No ano de 1995 foi construído no bairro o Conjunto Habitacional Realeza, para famílias de baixa renda. E com a instalação de instituições de ensino superior e técnico no bairro, percebe-se um importante crescimento populacional, além do aumento de fluxo de pessoas e aumento na oferta de serviços e comércio local. Mais recentemente, a realidade de bairro se complexifica a partir da criação de novos loteamentos, dois deles empreendimentos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida: Loteamento Expoente (I e II), aprovado em 2009 e com ocupação iniciada em 2011, e Loteamento Monte Castelo, aprovado em 2010 e ocupado a partir de 2012. Só nestes dois loteamentos são quase 1.000 novas unidades habitacionais, e um incremento significativo nas demandas por serviços públicos, especialmente vagas escolares e atendimento médico. Estes loteamentos, e o próprio bairro Seminário, permanecem sendo importantes para a análise desta tese, sendo que as redes que serão analisadas no capítulo 2, e mesmo as trajetórias dos sujeitos da pesquisa envolvem este lugar com preponderância. As relações e trajetórias que envolvem estes conjuntos no bairro Seminário e a área de estudo serão analisadas no terceiro capítulo.

Procurou-se demonstrar até agora que a formação da cidade de Chapecó revela uma paisagem urbana marcada por desigualdades sócio

espaciais. Estas se expressam em locais da cidade desvalorizados em detrimento de outros supervalorizados. Esta realidade foi e está sendo moldada a partir do processo histórico de ocupação inicial das terras (que culminou com a expulsão e expropriação de indígenas e caboclos do território em detrimento das empresas colonizadoras que lotearam as e venderam as terras, especialmente para descendentes de imigrantes alemães e italianos vindos do estado vizinho Rio Grande do Sul)⁴⁴.

Nos anos 1970, segundo Reche (2008) Chapecó se caracterizava por uma ocupação organizada de maneira concêntrica e de acordo com a renda: área central com maior concentração habitacional enquanto nas áreas periféricas a ocupação acontecia de maneira mais rarefeita e menos densa. Esta autora destaca ainda que no período de 1970-80, o município sofreu um altíssimo índice de urbanização, predominantemente periférica, tendo-se as agroindústrias como as grandes responsáveis por esta conformação.

Desde o início da urbanização de Chapecó, as ruas de um modo geral foram organizadas de forma espaçosa “um traçado que induzia no migrante que chegava a ideia de progresso [imbuída de] um significado de uma terra de gente de trabalho e enriquecimento, conforme queriam as forças políticas e econômicas do lugar” (ALBA, 2002, p. 135). A cidade foi sendo historicamente construída com base no crescimento agroindustrial, e ficou marcada por uma intensificação das desigualdades sociais quando, desde sua origem, volta-se para a satisfação das necessidades das elites, deixando os pobres, indígenas e caboclos à parte do seu “progresso” e desenvolvimento (ALBA, 2002). No sistema viário implantado se destaca claramente uma avenida central, sobre a qual se pode dizer:

A Avenida Getúlio Vargas é um importante contexto para pensar espaço público na cidade de Chapecó, e é também cenário de uma diversidade de sociabilidades urbanas que definem e são definidas por esta. A avenida é o espaço público por excelência da cidade, é um referencial simbólico e espacial no decorrer do qual se estabelecem diferentes usos e práticas que acabam

⁴⁴ Apesar da criação do município datar em 1917, é apenas nos anos 30 que se efetiva na localidade ora chamada *Passo dos Índios* como a sede definitiva do município. A partir deste momento se empenham forças em sua urbanização, e em 1933 se desenvolve um projeto urbanístico para a cidade, que foi concebida para ser higiênica, organizada, bonita e progressista (ALBA, 2002).

por criar classificações deste espaço, é adjetivada simbolicamente como um espaço importante na cidade, e se pode dizer ainda mais: tem para os chapecoenses um valor de lugar referencial. (ANTUNES, 2009, p. 50).

Em estudo sobre as áreas irregulares do município, Moser (1995) indicou que em 1993 havia 1.318 famílias vivendo em áreas irregulares nas periferias, tanto em áreas públicas quanto privadas. Além disso, outro estudo sobre áreas de habitação irregular indicou que 39 das 97 áreas irregulares existentes no município no período de 2004 a 2010, surgiram até o ano de 1990, o que indicaria, segundo os autores, por um lado a perda de controle do poder público dessas áreas, e por outro, a “ausência de uma política habitacional efetiva voltada à redução do déficit habitacional a elas associado” (RIGON et al, 2011, p. 5). Este processo se evidencia claramente na região estudada, pois, além de ser fruto de uma política de realocação, somam-se a este núcleo inicial diversas camadas, fruto de políticas habitacionais ou não, gerando um contexto social diversificado e complexo.

1.3.1 A região leste da cidade: histórico de ocupação e contexto atual

A partir da pesquisa exploratória, se constituiu a região leste do município, em especial os bairros São Pedro e Bom Pastor, como foco para a pesquisa do doutorado. Cabe aqui lembrar que ambos os bairros pertenciam a um mesmo território até o desmembramento realizado no ano de 2004⁴⁵. Esta região é peculiar e interessante em dois sentidos. Primeiramente justifica-se pelo processo formação inicial principalmente fruto de remoções compulsórias de pessoas que ocupavam irregularmente áreas no centro da cidade e áreas rurais próximas ao local. Somam-se a esta base populacional sucessivas camadas de ocupação, que formam um interessante e complexo *mosaico*. Estas ocupações podem ser classificadas em: espontâneas

⁴⁵ Este desmembramento foi também fruto de organização popular, através de organizações comunitárias e governamentais se realizou a divisão do espaço físico do bairro, bem como de seus equipamentos públicos, por assim dizer, e criou-se o bairro Bom Pastor, maior espacialmente, porém menor em densidade populacional.

(ocupações de áreas irregulares ou compra de terrenos) ou oriundas de políticas públicas habitacionais⁴⁶.

Deste modo, falar de periferias em Chapecó exige fazer referência ao processo histórico e ao desenvolvimento econômico da região que está muito ligado à produção agropecuária⁴⁷. Se, por um lado, Chapecó como área urbana teve um crescimento expressivo, as bordas da cidade aonde se concentram as periferias são em geral áreas de lavoura, de criação de animais ou fronteiriças com elas.

A este respeito, a historiadora Juçara Wolff (2008) relata que a partir da década de 70 com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil, Chapecó passou a utilizar um urbanismo cujos princípios modernos de circulação, higiene e estética, promoveram uma redefinição do traçado da cidade, das sociabilidades e valores da população, por meio do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento se promoveram ações de organização e reordenamento do espaço da cidade:

(...) os contrastes entre o feio e o belo, o sujo e o limpo, o pobre e o rico, vão dar o tom entre a ordem e a desordem, a confusão e a funcionalidade. Caberá ao poder público intervir nesta lógica, que revela a diversidade e o progresso de um lado, e a miserabilidade e a destruição da identidade social do outro; sobretudo porque Chapecó, considerada a cidade do povo ordeiro e trabalhador, vê-se ameaçada pelo êxodo rural e pela falta de trabalho, que fluía em face da consolidação da mecanização da agricultura e do processo industrial (WOLFF, 2008, p. 173)

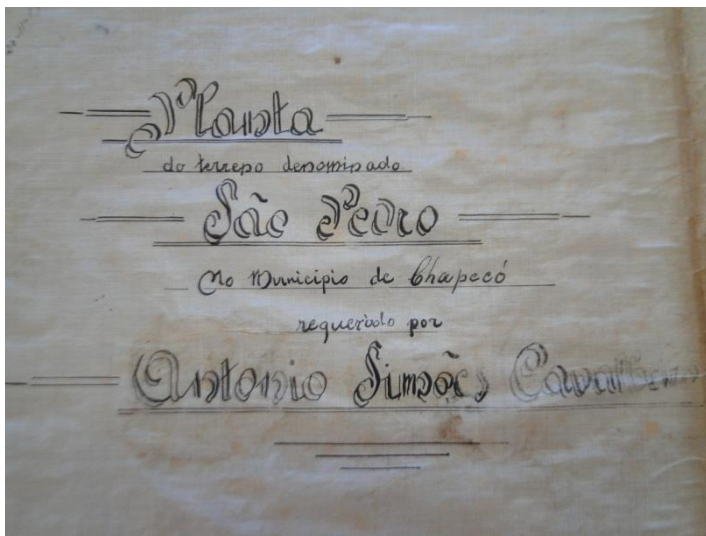
⁴⁶ Na região analisada observa-se um grande índice de conjuntos de habitação de interesse social.

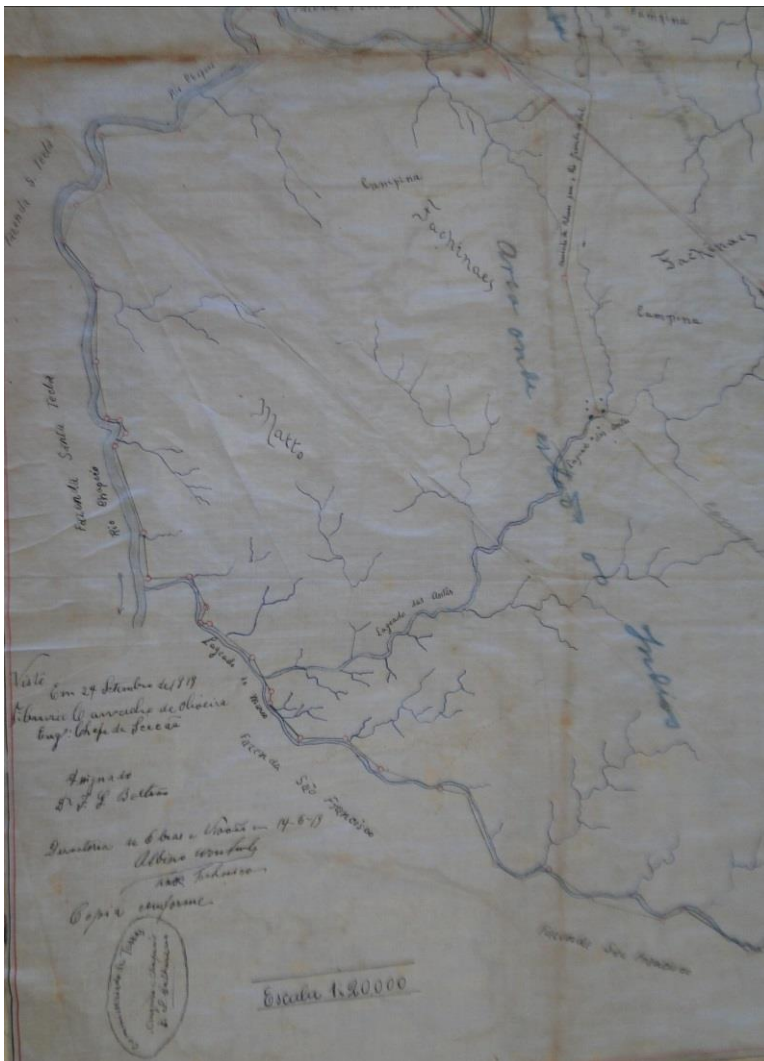
⁴⁷ Agropecuária reúne os substantivos agricultura e pecuária. É portanto a área do setor primário responsável pela produção de bens de consumo, mediante o cultivo de plantas e da criação de animais como gado, suínos, aves, entre outros. A agropecuária é praticada em geral por pequenos produtores que utilizam práticas tradicionais, onde o conhecimento das técnicas é repassado através de gerações.

Soma-se ao elevado fluxo migratório⁴⁸ um intenso processo de “desordenação” na ocupação do solo urbano, especialmente com a ocupação de áreas irregulares. Este excedente causava preocupação à ordem pública e aos setores da sociedade que visavam converter a visão de “cidade de forasteiros” para a “cidade das rosas”, moderna, limpa e civilizada (WOLFF, 2008). Conforme Gomes (1998) o local hoje conhecido como bairro São Pedro foi criado em 1965, há uma distância de apenas três quilômetros do centro, onde foram “despejados” todos os expropriados e as populações indesejáveis (indígenas e caboclos). Ainda, segundo Reche (2008) havia uma área próxima ao centro, densamente ocupada denominada Bairro da Lagoa, ocupação esta que comprometeria a imagem da cidade, segundo aparece na imprensa da época. A população muito pobre que ocupava pequenos lotes foi removida para o bairro São Pedro, à época já consolidado no leste da cidade. Hoje, o bairro fica muito próximo ao centro espacialmente, mas na época, o próprio relevo que antecede o bairro ajudava a “ocultar” a massa de pobres para os visitantes e novos moradores da cidade.

⁴⁸ “As indústrias atraíam grande número de pessoas oriundas do campo, de cidades da região e também do Rio Grande do Sul e Paraná. Essas pessoas se deslocavam a Chapecó em busca de melhores condições de vida, de trabalho, e muitos outros trabalhadores frustrados com a falta de políticas do governo federal para a agricultura familiar começam a desistir do trabalho no campo, migrando para a cidade; já a imprensa local em conjunto com o poder público criou uma imagem de cidade que encontra-se em pleno desenvolvimento” (Wollf, 2008, p. 183)

Figura 9 - Fotografia de planta do terreno denominado São Pedro (Chapecó), 1919.





Fonte: CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina).

Esta medida segregadora se efetivou porque a cidade e a própria empresa colonizadora Bertaso começaram a preocupar-se com o grande número de “intrusos” vivendo de forma precária na zona central da cidade. Esta ocupação do centro da cidade acentua-se no final da década de 60, com o crescimento do setor agroindustrial, e inquieta a

“sociedade chapecoense”, ou seja, aqueles responsáveis pelo desenvolvimento da cidade (elite e poder público):

O perímetro urbano de Chapecó surgiu com inúmeras famílias de ‘intrusos’ se estabelecendo ao seu redor, formando cinturões de barracos (...) sempre chegavam novos posseiros, eram pessoas pobres, que moravam em barracos nos arredores da cidade (...) em Chapecó estavam instaladas inúmeras madeireiras que atraíam os denominados ‘intrusos’ (...) eles vão aumentar a partir da década de 50, com o surgimento do Frigorífico SAIC (...) as famílias de migrantes vinham à procura de emprego, de melhores condições de vida (WOLLF, 2008, p. 184).

Portanto, a alternativa encontrada pela Empresa Colonizadora Bertaso, apoiada pelas elites econômicas e políticas, foi a criação de um loteamento⁴⁹ para os expropriados da cidade, projeto que se efetiva com a remoção de famílias que ocupavam a região central da cidade e outras áreas irregulares⁵⁰. Com a criação deste loteamento – onde atualmente está localizado o bairro São Pedro – consolida-se uma “reorganização do espaço urbano, quando através da distribuição e ocupação do espaço impõe-se uma política de inclusão e exclusão social” (HASS *et al*, 2008, p. 212). Deste modo, a vila criada no final da década de 60, resultado da “limpeza urbana” permanece sendo, nos dias atuais, uma das regiões mais desprovidas de infraestrutura urbana e com presença significativa de moradias precárias.

Conforme está sinalizado no Termo de Referência para o Plano Diretor (SERFHAU, 1972), o processo de distinção espacial na cidade a partir da renda já era perceptível nesta época:

As poucas edificações existentes [na zona periférica] podem ser consideradas como sub-habitações, localizadas em áreas sem arruamento, onde o acesso é constituídos por trilhas. Nesta

⁴⁹ Esta ocupação originou-se a partir da implantação do Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) desenvolvido pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), que culminou com o despejo dos “intrusos” que se encontravam no centro econômico da cidade (WOLLF, 2008, p. 180).

⁵⁰ Além disso, entre as ações que visavam reorganizar o espaço urbano está a construção da Penitenciária Agrícola.

zona, a Nordeste da cidade, localiza-se o núcleo habitacional que realmente podemos classificar como favela e que se constitui num grave problema social para Chapecó: o Bairro São Pedro. (SERFHAU, 1972, p. 22 *apud* RECHE, 2008, p. 74).

Os mais antigos moradores contam que no início da ocupação, a região era uma lavoura ou fazenda pertencente à família Bertaso, mas algumas famílias passaram a morar no local e em outras fazendas próximas. Na época houve despejos e conflitos. A empresa colonizadora comprou um pedaço de terra, onde hoje é o bairro São Pedro, loteou e removeu as pessoas despejadas para este local:

Lotearam e como eles iam tirando o pessoal da fazenda iam trazendo aqui pro São Pedro. E naquele tempo era meio grosseiro o negócio. Vinha-se com uma caçamba da prefeitura, a casa, a madeira pra casa, e mudança e era tudo ali. Eles chegaram e basculhavam ali no lugar da casa, ia embora o caminhão e o pessoal já ficava ali, levantando alguma tábua. Eu cansei de ver pessoal morar aí debaixo de tábua dois meses, não tinha. As vezes tempo de chuva, eles encostavam assim uma tábua na outra e ficavam morando, até que dava pra fazer uma casinha (Izalino Ribeiro)⁵¹.

Nesta época o bairro foi descrito por um morador que entrevistei como um “lugar sacrificoso”, havia bem no centro do bairro nas bordas de um riacho a “rua dos tanque”, local que era usado para lavagem de roupas (esses tanques foram colocados a partir da iniciativa de duas irmãs freiras). Assim, a narrativa de **Lírio**, esposo de **Amarílis**, conta a trajetória de sua família que vivia na localidade de Baronesa da Limeira, interior do município:

O meu finado avô eles compraram a terra que era dois alqueire e pouco, tavam morando ali, fizeram a casa e tavam morando. Aí tinha os vizinho de em roda que eram tão distante né que de doze alqueire um longe do outro ali, e dali foi acumulando o povo ali, foram chegando,

⁵¹ Fonte: GOLDSCHMIDT, I. M. São Pedro Diário. 2007. (Documentário).

comprando. E pra começar hoje ali hoje tá virado numa cidade, o jeito que tá a Baronesa hoje. [*E como vieram pra cá? Vieram só vocês?*] Não, nós viemo tudo, nós viemo tudo a família de lá. Aconteceu assim, a mãe começou a ficar doente, nós começamo a ficar doente e na época lá não tinha recurso, o recurso que tinha era aqui no centro. E daí nós ficemos mau ali porque quando o finado pai morreu esse meu tio tomou tudo as terra nossa. Daí nós viemo vindo pra cidade, viemo mora. No tempo que nós viemo mora aqui, nós viemo lá onde tem aquele conjunto de casinha lá no fundo, onde tinha o antigo caipirão assim pra cá, que era antiga terra fazenda no Presidente Médice ali. Nós morava bem ali naquele meio [*E quando seu pai faleceu como que era, eram todos crianças?*] Sim eu não conheci o meu pai, eu devia ter uns dois anos. [*Você era o mais novo?*] Não, mais nova era a minha irmã. Daí tem os irmão mais velho. [*Eram quantos irmãos?*] Sete. E daí ela criou nós até um ponto ali, quando ela se achou com o finado Pedro eu já tinha doze anos, então de dois pra doze são dez anos, e ela sofreu, batalhou pra criar nós na época ali. (**Lírio**, esposo de **Amarílis**)

Esta história se repete em muitas falas coletadas durante a pesquisa de campo, demonstrando a vida no campo, na condição de agregados ou posseiros e a posterior migração para a cidade em busca de melhores condições de vida. Onde atualmente constitui-se em bairro, à época ainda chamam-se fazendas (ver figura anterior), cujas bordas foram sendo ocupadas por esta população oriunda do campo. Em muitos casos, essas famílias foram removidas dessas áreas (que mais tarde foram loteadas) para o bairro São Pedro, apesar de contar sobre um tempo de sofrimento, fala que este foi um tempo bom, pois representou o acesso inicial à terra:

Dali um tempo fizeram um despejo na terra da fazenda ali que era uma área dos Bertaso né, daí fizeram um despejo e trouxeram nós ali pro bairro São Pedro. [*Você tinha que idade nessa época?*] Nessa época eu tinha 14 ano. [*Você lembra desse momento?*] Lembro, lembro sim. Que na época que eles trouxeram ali o povo, aqueles que não

queriam sair por bem dali, que era uma área que era deles né. Que nem nós saímos numa boa, falemo no tempo era o finado Dalmo que era que fazia a mudança. Daí nós fizemos numa boa, daí eles dizia que se nós saísse assim por bem que eles desmanchavam a casa, carregavam no caminhão, e as pessoa que não saíam por bem eles fincavam-lhe o machado e derrubavam as casa. E daí traziam ali e despejavam com caçamba as madeira. E que nem nós não, eles trouxeram tranquilo, largaram, até o finado Dalmo ajudou fincar os pau da casa, que na época era quatro pau fincado assim arrodado. Fincaram as madeira ali, fizeram a casa pra nós. (**Lírio**, esposo de **Amarílis**).

As condições precárias de vida eram superadas com a ajuda mútua, especialmente dos vizinhos, e no caso de Seu Lírio, em que a mãe era sozinha com sete filhos pequenos, essa ajuda era fundamental. Neste tempo a paisagem era eminentemente rural, “era matão quando nós entramo aí”, as casas eram poucas e a população muito empobrecida:

Eu sei que quando viemo ali no São Pedro tinha duas família só que morava ali na época, só duas. Daí foram entrando o pessoal, vindo dos outros lado. Nós viemo ali nós era em 12 família que morava ali, daí começou a chegar gente de tudo quanto era lado daí que o nome ali de bairro São Pedro (...) Na época que nós viemo de lá, muito pobre o pessoal né, daí lá pro lado de cima tinha um matagal que tinha aqueles capim rabo de burro, ali nós fazia o telhado das casa, distalhava eles e fazia o telhado das casa. Na época não dava pra comprar telha, era muito caro e não tinha condições. Os mais que podiam cobrir era tipo daquilo de asfalto, uma folha de papelão daí eles passavam um pinche uma coisa, era igual brasilite, só que era a tal da folha de asfalto. Durava um ano dois ano já se dilia tudo. (**Lírio**, esposo de **Amarílis**)

Figura 10 - Fotografia do bairro São Pedro no início da ocupação urbana.



Fonte: CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina).

Assim, a partir deste processo de remoção de famílias que viviam nas fazendas próximas e que foram sendo agregadas ao bairro São Pedro, se seguiram anos de crescimento populacional, remoção de famílias para a área e a partir dos anos oitenta passam a ser implementadas as primeiras políticas habitacionais, que vão reforçando a identidade de um lugar que tem a característica de receber as populações mais pobres.

Vários autores já indicaram que os bairros periféricos como o São Pedro, abrigaram os caboclos desapropriados pelo processo colonizador (RENK, 1997). Esta presença étnica foi facilmente identificada na pesquisa de campo, tanto pelas feições físicas dos sujeitos, quanto pelas formas de falar “acabocladadas” e próprio jeito de viver, que se caracteriza pelo o que podemos denominar de *cultura do desapego*, em que viver na simplicidade não se traduz em pobreza, mas escolha de uma vida simples, desprovida de luxo ou ostentação. Esta característica étnica, que pode ser traduzida em termos de uma identidade cabocla, pode ser reconhecida tanto na forma de falar, mas também nas categorias acionadas que referem-se a simplicidade, e o próprio cotidiano de vida, nas trajetórias e histórias, que remetem a uma vida no campo como agregados ou posseiros.

A este respeito, foram especialmente importantes para o delineamento desta pesquisa as contribuições antropológicas de Renk (1997, 2004, 2006), que demonstrou em diversos estudos o processo de marginalização das minorias sociais e étnicas na região oeste catarinense. Renk (2006) ao abordar o processo de expropriação cabocla no oeste catarinense, contribui para uma contra-história dessa minoria étnica. Segundo a autora, a população cabocla antes da colonização, se caracteriza pelo *nomadismo*, este:

(...) era decorrente da sazonalidade da atividade, no caso da extração da erva mate, e da impossibilidade de podar o mesmo erval em período menor de três anos (...) Para esta população, a relação de apropriação do solo era através da posse. Esta era tolerada pelos fazendeiros e grandes proprietários, devido ao cultivo de produtos de subsistência e abastecimento do mercado interno. (RENK, 2006, p. 106).

Aos caboclos eram oferecidas duas possibilidades: ou a compra da área ocupada ou a sua retirada:

A impossibilidade de acumulação monetária fazia com que a opção fosse a segunda alternativa, na maior parte das vezes (...) A “limpeza” das melhores áreas, isto é, aquelas mais estratégicas para a venda, criou a escassez de terra para fração posseira e impeliu o confinamento dessa população, quando passou a ocupar as terras não concorridas no momento. (RENK, 2006, p. 128).

Neste processo de expropriação, o olhar colonizador não reconhecia o “sistema brasileiro”, e julgava-se como “resignação à pobreza” o desinteresse pelo acúmulo de bens materiais e desapego às terras. Os caboclos ou posseiros, possuíam uma “falsa consciência de posse”, de tal forma que: “Para eles [posseiros], o fato de se estabelecerem com um pequeno rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou de particulares lhes dava o direito de propriedade” (BREVES, 1985, p. 25 *apud* RENK, 2006, p. 114). Destas práticas advinham algumas vantagens, reconhecida por um olhar etnocêntrico como a preferência pelo “intrusamento”. Esta visão será contestada por

Renk (2006), que a partir de um olhar mais próximo dessas populações demonstra que o grupo possuía “outro sistema” e outra relação com a terra: “As suas práticas costumeiras, as do cultivo, da finalidade da atividade laborativa, de tempo e de seus ritmos, com direito ao ócio e à ‘perda de tempo’, nada mais são que internalização das ‘estruturas mentais’ sob a forma de *habitus*” (RENK, 2006, p. 117, grifos da autora).

A colonização representou uma mudança relativamente acelerada. Introduziu valores externos, deixando à população local as alternativas: adaptar-se ou ser excluída, isto por duas razões: a primeira seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas pelo colonizador (RENK, 2006, p. 117-118).

Ainda, na continuidade do processo de urbanização, Villela (2007) aponta que durante o processo de crescimento urbano de Chapecó, nos anos 70 o município participou do *Plano Comunidade Urbana para Renovação Acelerada* (CURA), que forneceu recursos federais para revitalização e estruturação urbana. Os investimentos claramente se concentraram na parte central da cidade, já naquela época local seletivo e de interesse para a especulação imobiliária.

O Município de Chapecó ao longo de sua consolidação acabou por imprimir claras e profundas marcas deste processo na sua história e consequentemente na sua cultura. Pois ao negar qualquer tipo de civilidade pré-existente, como a indígena e cabocla, por exemplo, deixa clara a discriminação étnica e social para com as comunidades residentes: historicamente os habitantes nativos da região. Como consequência, tem-se a negação simbólica no que tange qualquer vestígio desta comunidade no assentamento urbano e no modo de vida da comunidade (...). Esse processo ocorre de forma tão forte que hoje se tem verdadeiros espaços de repulsa e segregação que definem e caracterizam o território municipal. (VILLELA, 2007, p. 3).

A ocupação mais antiga na região, concentra-se nas proximidades do riacho. Os relatos dos moradores mais antigos exaltam este local por sua utilidade (fornecimento de água, lavagem de roupa) e mesmo para banhos e brincadeiras. As casas ficavam ao lado do córrego, se abasteciam de suas águas e este fazia parte da paisagem do bairro. Não haviam muitas ruas, e a principal era a “rua dos tanque”. Dona Gardênia, umas das moradoras mais antigas do bairro São Pedro que entrevistei, conta sua vida difícil no começo do bairro, com doze filhos, teve todos em casa: “Ganhei sozinha, não tinha ninguém pra atender, só uma mulher que veio atender e cortar o umbigo (...) a Dona Carolina. Eu ganhei o filho e fui pra sanga (...) Eu lavava roupa ali embaixo, muitos anos”. Esta era a principal fonte de água disponível aos moradores, para beber tinham poços d’água compartilhados. Água encanada apenas mais recentemente, três ou quatro anos: “Nós puxava água de poço pra tomar”. A luz elétrica chegou há quinze anos:

Nos primeiros tempos que nós tava morando aqui nós tinha bateria, tudo dia levava carregar a bateria, só pra geladeira e as criança um pouquinho queriam assistir, não tinha luz também, não faz muito [*Quanto tempo faz?*] Faz acho uns quinze ano, também foi no tempo da política, daí um político eu acho que fizeram um cambalacho, sei lá o que que fizeram, colocaram um poste ali no terreno dela [Gardênia] ali do outro lado e nós puxemo dali, é quatro casa com um rabixo.
(**Gérbera**)

Atualmente percebe-se outra relação com o córrego. Apesar de muitas casas estarem muito próximas a ele, o posicionamento destas indica uma renúncia, as casas estão sobre o córrego ou de costas, não é um espaço útil, não se usam mais suas águas a não ser para encaminhar esgotamento e este é visto como problema. Nas bordas do riacho ainda existem algumas residências em situação de risco, mas a maior parte das famílias foi removida há cerca de 10 anos para um conjunto habitacional em um ponto mais alto do bairro. Estas famílias sofriram constantemente com inundações e enchentes. No entanto, as famílias que ainda permanecem em situações precárias de moradia, sofreram diversas vezes com alagamentos significativos. Gérbera comenta sobre esta problemática:

As primeiras vez vinha de noite, quando nós tinha a casa só aqui embaixo, quando eu ponhava o pé, me levantava da cama já tava aqui dentro a água. O primeiro dia nós nem se acordemo. Daí passou um piá ali na rua e gritou: óia a água. Daí saímos pra fora, tava tudo cheio de água já (...) que trancava aqui [no encanamento abaixo da rua], nós pedimos pra prefeitura afundar, quando nós viemos aqui tinha um tubo só, agora tem quatro só que não vence (...) (**Gérbera**)

Figura 11 - Casa de Gérbera durante enchente (Bairro São Pedro)



Fonte: Camila Sissa Antunes

Em uma das últimas vezes que a casa de **Gérbera** alagou eu estive lá e fiz o registro da precária situação. À esquerda vemos o seu terreno completamente inundado, e à direita sua geladeira já suspensa para o caso de enchente. Por conviver tantos anos junto ao córrego, já desenvolveram diferentes *táticas* e um *saber-fazer* (CERTEAU, 1994) com relação ao manejo e prevenção de danos causados pelas enchentes. Também cabe aqui ressaltar que, apesar de essas cheias não causarem

danos mais graves, sempre que ocorre se desenvolve uma efetiva rede de solidariedade para auxiliar aqueles mais afetados, isto envolve desde o acolhimento de famílias desabrigadas até a coleta de donativos para doação.

Figura 12- Enchente na baixada no Bairro São Pedro.



Fonte: Camila Sissa Antunes.

Estes bairros se consolidaram como massivamente residenciais, apesar de existir um significativo comércio local, este se caracteriza por lojas de pequeno porte e prestação de serviços, não sendo significativa a oferta de empregos dentro dos bairros, sendo que a maior parte da população realiza atividades laborativas fora do bairro, no centro, nas agroindústrias ou até mesmo em outros municípios. Durante a pesquisa de campo encontrei muitas pessoas que trabalhavam ou trabalharam em municípios próximos de Chapecó como Seara, Xanxerê, Guatambu, entre outros, principalmente como mão-de-obra nas agroindústrias. Esta realidade se apresenta como algo comum na cidade, pois a agroindústria enfrenta dificuldade em conseguir trabalhadores e busca suprir esta necessidade em municípios vizinhos ou nas regiões mais empobrecidas

da cidade, como os bairros pesquisados ou mesmo nas áreas indígenas da cidade. Ao mesmo tempo em que a agroindústria aparece como uma possibilidade de trabalho de fácil acesso (pelas não exigências com relação ao estudo e oferecimento de transporte privado), a realidade de grande rotatividade de trabalhadores nesse tipo de indústria indica ser um trabalho altamente cansativo e explorador, que comumente gera sequelas e doenças, além de ser mal remunerado. Encontrei muitas pessoas que já trabalharam em frigoríficos e enfrentavam processos de afastamento por doenças ou mesmo aposentadoria. Em outros casos, as pessoas relatavam a troca do trabalho da indústria pelo trabalho com materiais recicláveis ou na empresa de limpeza urbana, que se mostravam comparativamente mais satisfatórios e com salário equiparável. É de significativa importância o trabalho com materiais recicláveis, seja individualmente, ou através de cooperativas e associações.

Um das oportunidades de trabalho dentro do próprio bairro é o Verde Vida – programa oficina educativa, que atua desde 1997 no bairro e além de oferecer atendimento sócio educativo para adolescentes carentes, que estejam frequentando a escola, trabalha com a coleta e separação de materiais recicláveis. A comercialização destes materiais é que fomenta as atividades educativas do programa. A coleta seletiva do lixo representa 94% da sustentabilidade do Programa, e através de parcerias com outras instituições, também desenvolve atividades de reforço escolar, lazer e educação para adolescentes considerados em “situação de risco social”. Estes jovens são inseridos no mercado de trabalho, e depois de adultos podem até mesmo trabalhar na separação de materiais dentro do próprio Verde Vida⁵².

Em minhas observações percebi a importância deste empreendimento no bairro, conheci pessoas que já trabalharam ou trabalhavam lá, no entanto, o trabalho ainda é visto como mau remunerado por alguns. É o caso do marido da Rosa que optou por trabalhar de forma autônoma com materiais recicláveis e sair do Verde Vida. A vantagem, segundo eles, é a certeza de um salário ao final do mês, ao passo que trabalhando individualmente o ganho dependerá das possibilidades de trabalho, que são imprevisíveis dependendo de outros critérios além da produtividade, como intempéries, preço dos materiais, adoecimento, entre outros.

⁵² Informações coletadas junto ao site do Verde Vida. Fonte: <http://www.verdevida.org.br/br/pagina.php?menu=conheca>

Há duas escolas na região. No Bom Pastor tem destaque social a Escola Parque Cidadã Leonel de Moura Brizola, conhecida como CAIC. A escola funciona em tempo integral, foi inaugurada em 1994 e desenvolve programas que integram cultura, esportes e educação para o trabalho. Além disso, integrado ao Programa Saúde da Família são realizados atendimentos para toda a comunidade⁵³. Ainda, com relação à educação, no bairro São Pedro está localizada a Escola Básica Municipal Victor Meirelles, que atende alunos de ensino fundamental. Próximo à escola está o ginásio de esportes, que atende tanto alunos da escola como pessoas da comunidade em geral. Há um campo de futebol que é utilizado pelas crianças como espaço de lazer, bem como uma quadra de areia ao lado deste. Próximo a estes espaços está a Base da Polícia Comunitária.

Além disso, há uma creche, CEIM São Pedro, localizado na rua São Nicolau. Ao lado está localizado o centro de referência do aluno, que desenvolve trabalhos sociais no turno em que as crianças não estão na escola, oferece oficinas pedagógicas voltadas a aprendizagem e qualificação dos alunos⁵⁴. Além do atendimento médico do CAIC, os moradores da região possuem desde 2009 o Centro de Saúde da Família

⁵³ As atividades voltadas à saúde no CAIC “foram iniciadas em setembro de 1995, como Unidade de Saúde e posteriormente, como Programa de Saúde da Família. No início, havia apenas um pediatra que atendia três vezes por semana, num período de duas horas e um auxiliar de enfermagem, atendendo 5 crianças em oito horas diárias. Mais tarde, foi montada uma Unidade de Saúde para toda comunidade. A equipe era formada por um médico, um enfermeiro e dois auxiliares de enfermagem, que realizou o cadastro de aproximadamente 600 famílias através de visitas domiciliares. A equipe da Unidade de Saúde prestava atendimento no CEIM São Pedro e no CEIM do CAIC Chapecó. Os loteamentos, alguns regulares, outros irregulares, próximos ao CAIC Chapecó, foram aumentando. A equipe cresceu, iniciou-se o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde em 01/03/1999 e também, foi criado o Conselho Local de Saúde em 01/07/99, além de grupos de intersetorialidade de trabalho com a Unochapecó, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Educação e após, com outras secretarias. Em consequência do trabalho desenvolvido, atualmente a Unidade de Saúde conta com 21 funcionários que atendem uma população alvo de 2.104 famílias cadastradas, totalizando aproximadamente 9.000 pessoas dos bairros próximos”.

Fonte: <https://sites.google.com/site/aeescolaparquicidade/>

⁵⁴ Fonte: Prefeitura municipal de Chapecó, notícia veiculada no dia 07/07/11. Link: <http://chapeco.sc.gov.br/noticias/1669-prefeito-caramori-inaugura-centro-de-referencia-do-aluno-no-bairro-sao-pedro.html>

Rubens Carvalho Rauhen, que atende de segunda a sexta-feira⁵⁵ moradores de toda a região leste. E maio de 2012 foi inaugurada a Superintendência Leste no bairro São Pedro, está localizada na rua Sônia Zani e oferece atendimento as tardes. As vezes que passei nas proximidades, muitas vezes este local estava fechado, ou muito pouco movimentado. E como anunciado na inauguração, de fato, a política pública que se efetivou a partir de sua instalação foi o asfaltamento de algumas ruas próximas, através da operação “tapete preto”, que asfaltou diversas ruas no bairro São Pedro. Mais recentemente foi inaugurada no bairro Bom Pastor a Capela Mortuária, antiga demanda da comunidade.

De um modo geral, os equipamentos urbanos e de serviços públicos são usados tanto por moradores do bairro São Pedro, quanto do Bom Pastor indiscriminadamente, além de outros bairros da região. Dos locais que oferecem serviços para além do bairro destaca-se a Escola de Educação Básica Professora Irene Stonoga, que oferece segundo grau e o CRAS São Pedro, que ficam no bairro Maria Goretti e funciona como a porta de entrada para os serviços oferecidos pela FASC – Fundação de Ação Social de Chapecó. Através deles as pessoas são encaminhadas aos mais diversos programas de atenção básica⁵⁶.

Os bairros pesquisados (São Pedro e Bom Pastor) podem ser identificados como bairros periféricos. O nome próprio do lugar (São Pedro, Bom Pastor, Vila Betinho) é sempre acionado em primeira instância, indicando uma preponderância do uso do nome (substantivo) e não de suas características (adjetivo). No caso dos locais que ocupam

⁵⁵ A unidade conta com 02 médicos, 01 pediatra 20 horas semanais, 01 ginecologista 20 horas semanais, 03 enfermeiras, 08 auxiliares de enfermagem, 02 cirurgiões dentistas, 02 atendentes de consultório dentário, 01 auxiliar administrativo, 02 auxiliares de serviços internos e 11 agentes comunitários de saúde. A estrutura física é de 1.169 metros quadrados. A obra é mais uma parceria com a Fundeste, através da Unochapecó. O município fará a gestão do Centro por dez anos e, em contrapartida, a Unochapecó poderá utilizar o espaço como campo de estágios para os acadêmicos. Fonte: Prefeitura municipal de Chapecó. Link: <http://chapeco.sc.gov.br/noticias/209-municipio-inaugura-csf-do-sao-pedro.html>

⁵⁶ Dentre os programas de assistência implementados na região, destaca-se o acompanhamento com atendimento junto ao CRAS, visitas domiciliares, grupos de coletivos a partir de demandas coletivas (realização de palestras e grupos sócio-educativos). Em caso de necessidade também são viabilizados materiais como fraldas, cestas básicas, leite, etc. Além do controle dos benefícios sociais como bolsa família, que o CRAS faz o acompanhamento das famílias beneficiadas.

as margens dos bairros, ocupações irregulares em que não haja um nome definido externamente, a tendência é que o nome da localidade mais próxima abrace esta área, e passe a fazer parte deste⁵⁷. São acionados, no entanto, significados que se pode traduzir analiticamente como qualificadores de periférico como as seguintes frases podem exemplificar:

“Aqui é um *lugar de gente simples*, me sinto bem aqui, é bairro, logo dá pra perceber isso” **(Primavera)**.

“Nosso bairro aqui mudou bastante, meu deus, tá muito bom. Eu vim do Paraná pra cá e nunca mais saí, rodiei o bairro São Pedro (...) Eu saio pra outro bairro mas volto porque não se acostuma em outro lugar, parece que estar em outro bairro é outra cidade” **(Amarflis)**.

“Aqui quando nós construímos aqui ficou Vila Betinho. Só que depois através de reunião, eu era um líder aqui, daí nós enxertamos quatro bairro com esse nosso, aonde que ficou Vila Betinho Bom Pastor” **(Alecrim, esposo de Camélia)**.

Assim, os bairros onde foi desenvolvida a etnografia contemplam as características de simplicidade e comunidade, característicos e recorrentes do contexto de periferia urbana. *Periferia* é, portanto, uma categoria pertinente analiticamente, na medida em que nos permite acionar teorias da antropologia urbana, que embora construídas em contextos de metrópoles, nos ajudam a pensar a realidade estudada. Nesta perspectiva, pretende-se analisar as discursividades que emanam do campo, nas práticas cotidianas experienciadas pelos sujeitos.

Os bairros selecionados para a pesquisa formam, portanto, uma unidade em termos simbólicos para a cidade e mesmo para os moradores. Mayol (1996) auxilia na compreensão do bairro enquanto lugar fundamental para as sociabilidades:

(...) o bairro constitui um termo médio de uma dialética entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando um prolongamento de

⁵⁷ É comum observar o uso do termo *vila* para indicar os locais periféricos ou pobres na região sul, especialmente oeste catarinense e Rio Grande do Sul.

um dentro, que se efetua a apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado. (MAYOL, 1996, p. 42).

O bairro, para Mayol (2005, p. 39) “(...) aparece assim como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”. Para este autor, o bairro é mais que um espaço físico, “se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquetípico de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública” (p. 44).

Nestes termos podemos pensar as maneiras pelas quais o bairro São Pedro, por ser tão antigo na cidade, marcado na história de seus moradores originais, continue sendo retomado cotidianamente como referência para muitos, mesmo que o território hoje ocupado não pertença mais a este bairro e forme um nome, o bairro Bom Pastor. Este processo de desmembramento⁵⁸, realizado há mais ou menos dez anos, se efetivou a partir de discussões com os moradores e, segundo informações obtidas em campo, teve a finalidade institucional de garantir a ampliação de prestação de serviços públicos no bairro. Por outro lado, segundo um morador entrevistado, teve também a intenção de separar a parte mais antiga de uma área de ocupação mais recente⁵⁹.

A seguir as imagens mostram o antigo território geral do bairro São Pedro (2002), e em seguida a atual divisão territorial no bairro (2012):

⁵⁸ A criação do bairro Bom Pastor está documentada na Lei Municipal Ordinária 4405/2002.

⁵⁹ Neste novo bairro Bom Pastor foram criadas várias áreas especiais de interesse social – AEIS – que tem por finalidade a produção de habitação de interesse social.

Figura 13- Bairro São Pedro em sua delimitação territorial em 2002, Chapecó/SC.



Fonte: Google Earth. Formatação da autora a partir de dados de cartografia da prefeitura municipal de Chapecó.

Figura 14 - Bairros São Pedro e Bom Pastor em suas delimitações territoriais em 2012, Chapecó/SC.



Fonte: Google Earth. Formatação da autora a partir de dados de cartografia da prefeitura municipal de Chapecó.

Este processo de desmembramento criou novas denominações para o lugar, ao classificar o que antes pertencia ao bairro São Pedro com um novo nome. Ainda, entre os moradores, não é comum a utilização do nome Bom Pastor, e acabam usando mais o termo “Vila Betinho”, no caso de morarem neste loteamento popular ou próximo a ele. No entanto, os moradores do bairro Bom Pastor normalmente ao referirem-se ao bairro São Pedro, estão claramente referenciando outro local que não o seu de moradia, é a parte mais baixa, o bloco mais antigo e mais densamente ocupado.

É muito comum utilizarem os qualificadores *embaixo* para referirem-se ao bairro São Pedro em seu núcleo mais central, e *em cima* quando, do ponto de vista de baixo, indicam o bairro Bom Pastor. Esta

classificação do território acaba por facilitar a distinção entre um bairro e outro, e por mais que dentro dos próprios bairros existam áreas *altas* e *baixas*, de um modo geral esta diferença de altitude é acionada como diferenciador dos dois bairros⁶⁰.

1.3.2 Olhares sobre os bairros: mapeamentos e territorializações

*“Depois é que veio vindo casa, casa, casa...e
agora tamo apertadinho que nem uma
latinha de sardinha” (Alecrim, esposo de
Camélia)*

A partir da experiência de campo, narrativas das mulheres⁶¹ e categorias nativas acionadas em diferentes momentos e por diferentes pessoas, se empreendeu um esforço em interpretar as formas de *territorialização* nos bairros. Estas territorializações se materializam em mapas que oferecem uma leitura simbólica e significativa dos espaços, no entanto, os mapas podem ser infinitos, pois são construídos a partir de óticas diferentes. Os mapas sintetizam uma dinamicidade difícil de expressar e organizar, mas permite uma inteligibilidade dos processos que se desenvolvem cotidianamente. Além disso, serão apresentados outros mapas construídos a partir de dados secundários e complementares, que podem elucidar processos mais amplos, com relação a segregação urbana, social e econômica, que apresenta indicadores como renda, trabalho e ocupação do espaço.

Nosso interesse será mostrar, por um lado, a formação dos lugares nesta periferia, por outro, o conflito entre as forças atuantes em seu interior. Desvendar a partir das narrativas dos moradores de dois bairros dessa periferia, as formas de ocupação do território, as lógicas identificadas nesses atritos de fronteiras, nos deslocamentos pela cidade, nas noções de proximidade e distância. Múltiplos fios ligam uma narrativa à outra, e nos permitem olhar para a singularidade da experiência e salientar as categorias nativas.

⁶⁰ Esta diferenciação será retomada no próximo capítulo.

⁶¹ Para auxiliar na leitura das narrativas ver APÊNDICE C - Glossário de expressões e termos usados nas narrativas.

Neste sentido, poderemos encontrar *continuidades* e *dissonâncias*. As continuidades podem ser identificadas especialmente pela constituição de laços identitários e de pertença ao lugar, que podem ser entendidas como *redes*, formas específicas de pertencimento que identificam e atribuem identidade aos moradores e subjetivações do território. Ao mesmo tempo, a periferia é lugar de deslocamentos e fronteiras. Deslocamentos de significados, acionados pelos sujeitos de acordo com suas táticas e discursos, deslocamentos no território (fluxos migratórios, fluxos internos). As *dissonâncias* se expressam especialmente quando se contrasta o olhar externo estereotipado que reproduz um imaginário social de perigo e violência. Se a periferia constitui-se como antagônica ao centro, o papel aqui é relativizar esta dicotomia discutindo e percebendo as formas pelas quais se produzem ao mesmo tempo distanciamentos e aproximações, não somente com relação ao centro e à cidade, mas internamente em consecutivos processos criadores de fronteiras, limites e diferenciações dentro da própria periferia, cuja dinâmica interna revela uma processualidade complexa e interessante.

Neste sentido, por um lado pretende-se analisar em termos mais amplos o processo de segregação urbana, que se materializa quando analisamos os bairros São Pedro e Bom Pastor em relação ao seu entorno. Estes processos se materializam a partir do surgimento de lugares mais valorizados em detrimento de outros desvalorizados. Em termos gerais, a periferia é pensada como um lugar destituído de infraestrutura e equipamentos urbanos, distante do centro e desvalorizado. É um conceito que se constrói antagonicamente à ideia de centro cunhado nos estudos da antropologia, e outras ciências humanas, a partir das décadas de 1970 e 1980. Foi criado no intuito de estudar o crescimento desordenado das cidades metropolitanas que geraram processos de desigualdade sócio espacial⁶².

Atualmente, é preciso revisar criticamente categorias analíticas forjadas nos últimos trinta anos sobre a produção do espaço urbano, bem como o par analítico centro-periferia. Tomando como parâmetro de análise esta dicotomia, pressupunha-se certa homogeneidade com relação às condições geográficas e de vida nas periferias, em oposição às

⁶² Deste contexto destacam-se as pesquisas antropológicas, que diferentemente dos estudos sociológicos que enfocavam os processos estruturais e econômicos, dedicavam-se às análises micro sociais, considerando em primeiro plano os atores, modos de vida, cotidiano, formas de lazer, mobilizações coletivas, entre outros. Ver Caldeira (1984), Durham e Cardoso, (1973;1997) e Magnani (1984).

regiões centrais que teriam satisfatórios equipamentos urbanos e melhores condições de vida (MARQUES e BICHIR, 2001; FRÚGOLI JR., 2005). É preciso ressaltar que a periferia se consolida não apenas por relações de distância e proximidade, mas uma série de elementos segregadores que atualizam continuamente fronteiras simbólicas no território, distanciando até mesmo locais que são muito próximos.

A distância física entre os bairros estudados e o centro não é significativa, no entanto, a “distância social” é visivelmente percebida. O limite entre o bairro Maria Goretti e o Bom Pastor é marcado por vários elementos perceptíveis como: tipo de pavimentação, tamanho dos terrenos e das casas, adensamento das residências, entre outros. Ao mesmo tempo, percebe-se clara diferenciação entre o bairro Presidente Médice e o São Pedro. Além disso, a distância pode ser visualizada em termos de renda dos seus moradores. Segundo dados do IBGE (2010), a renda média mensal dos moradores do bairro Bom Pastor é a mais baixa do município (R\$ 350,00), seguido de perto pelo bairro São Pedro (R\$ 510,00). Enquanto isso, o bairro adjacente Maria Goretti, apresenta uma renda mensal média de R\$ 900,00. Dos seis bairros que apresentam renda mais baixa no município de Chapecó, quatro estão localizados na região leste do município⁶³. Esta diferença é apenas um indicativo de uma segregação claramente perceptível quando circulamos pelas ruas dos bairros São Pedro e Bom Pastor.

Os acessos aos bairros, que são contíguos e emendados, pode se dar em vários sentidos. A passagem do bairro Maria Goretti para o bairro Bom Pastor é de um contraste significativo. Para ilustrar essa imagem, reproduzo abaixo imagens em sequência de um vídeo do trajeto. Entre os bairros há um espaço vazio que pode ser identificado na imagem, abrigando poucas residências e um acampamento cigano. É também neste espaço, conhecido como área verde, que até anos recentes era local de moradia de aproximadamente vinte famílias (à direita do trajeto). Todas estas famílias foram removidas compulsoriamente para novos condomínios de interesse social no bairro Seminário.

O contraste é perceptível quando observamos a imagem abaixo. Na parte inferior, aparece parte do bairro Maria Goretti. Ali os terrenos são amplos, com recuo em relação à rua, calçadas, jardins e ruas

⁶³ Dos seis bairros da cidade de Chapecó cuja renda mensal média no ano de 2010 eram inferiores ao salário mínimo atual, quatro são da região leste: Boa Vista (510,00), Pinheirinho (510,00), São Pedro (510,00) e Bom Pastor (350,00). Completam a lista o bairro Seminário (510,00) e o bairro Vila Rica (500,00).

asfaltadas. Também chamam a atenção os muros altos e a ausência de pessoas. É um bairro dormitório, a rua é apenas para trânsito, não há comércio e poucos espaços públicos. Seguindo pela Rua Marechal Floriano Peixoto (esta é a rua que passa em frente à catedral católica no centro) se chega até o núcleo mais recente de ocupação do bairro São Pedro, atualmente bairro Bom Pastor. Destaca-se a Escola Parque Cidadã, conhecida como CAIC. As ruas no bairro Bom Pastor raramente são asfaltadas, não há calçada ou jardins. No lugar de casas amplas de material, pequenas casas de madeira, feitas a partir de materiais reaproveitados, áreas abertas com galpões de separação de lixo. Para além destes aspectos neste bairro há muitas pessoas nas ruas, na ausência de áreas de lazer, as crianças brincam nas ruas, com bola, de pega-pega ou de taco. Este panorama ainda muito imagético, não é capaz de transparecer estas características, mas inicia o leitor no cenário dos bairros pesquisados.

Figura 15 - Montagem do trajeto: bairro Maria Goretti ao bairro Bom Pastor.



Fonte: Google Earth. Fotografias da autora.

O traçado urbanístico dos bairros parece a um primeiro olhar ordenado e organizado. No entanto, internamente percebemos vários traçados ou ocupações de espaços que ressignificam o lugar ou mesmo atribuem novos sentidos (como uma rua ocupada por residências). Além disso, criam-se atalhos, caminhos alternativos, becos. Neste sentido, as periferias urbanas e as políticas públicas de habitação, principalmente, desenvolvidas em seu interior, podem ser entendidas à luz das proposições de Delgado (1999), que diz que somente a existência de um plano urbanístico não significa que este será seguido, pois muitas vezes são os próprios usuários da cidade os que criam seus próprios caminhos, atalhos e/ou desvios, reconfigurando de fato a dita *forma urbana*. Também, muitas áreas da cidade crescem autonomamente, sem passar pelas políticas públicas: é o caso das periferias, cuja ação estatal normalmente acontece após a ocupação do espaço. Ou, no caso das políticas habitacionais populares, nos quais há uma (re)invenção do espaço por parte de seus moradores (CASTELLS, 1987; ANTUNES, 2007).

Ao mesmo tempo, diante da realidade fragmentada do urbano, formada por diferenças que se intensificam e de acontecimentos imprevistos, há um constante esforço do poder público por estabelecer uma administração política da cidade que transforme esta *urbanização* em *politização* – culminando com um domínio do Estado sobre a “confusão” e os esquemas paradoxais que organizam a cidade. Esta relação cria a dicotomia entre cidade *concebida* e cidade *praticada* (DELGADO, 2007). O espaço urbano, em si mesmo, se constitui em um “espaço desterritorializado”, não possui objetos, mas relações: “é uma mera atividade, uma ação não terminada cujos protagonistas são os usuários, que reinterpretam a forma urbana a partir das formas que concedem a ela e a caminham” (DELGADO, 2007, p. 12).

Estas proposições servem para pensar as relações que se estabelecem entre os moradores dos conjuntos habitacionais, anteriormente moradores das periferias, onde concebem e praticam o seu espaço⁶⁴ para um lugar do *outro*, pensado e planejado externamente. Procura-se refletir sobre o tema *mobilidade urbana* e as consequentes territorializações decorrentes destes processos. Analisaremos no próximo capítulo, por um lado, as trajetórias territoriais familiares, através da análise de algumas famílias selecionadas, indicando tempo de moradia, origem, motivo de mudança e situação atual. E por outro lado, analisar os próprios deslocamentos urbanos, no território próximo a casa

⁶⁴ Ver Mayol (1996).

(vizinhança) e para além das fronteiras do bairro. Desde as primeiras incursões ao campo percebi a nítida influência recente nesta mobilidade urbana, das políticas de remoção de famílias do bairro para os novos conjuntos habitacionais Expoente e Monte Castelo. Muitas famílias alocadas especialmente em áreas irregulares do bairro mudaram-se para este novo local de moradia entre os anos de 2011 e 2013.

Neste sentido parecem pertinentes as colocações de Abramo (2006), para quem a produção das cidades está ocorrendo de forma difusa e compacta. Nas áreas centrais o processo de adensamento e, nas periferias, a expansão de loteamentos tornam-se simultâneos e giram em torno do mercado formal e informal das terras. Em suas pesquisas, este autor conclui que no mercado informal a lógica da necessidade dita o rumo do acesso à moradia, há os submercados de loteamentos e o de assentamentos consolidados. Nos loteamentos ocorre a produção de uma cidade dispersa, surgindo da periferia a partir da divisão de uma gleba de terras, mais afastada possível do centro e, logicamente, mais barata.

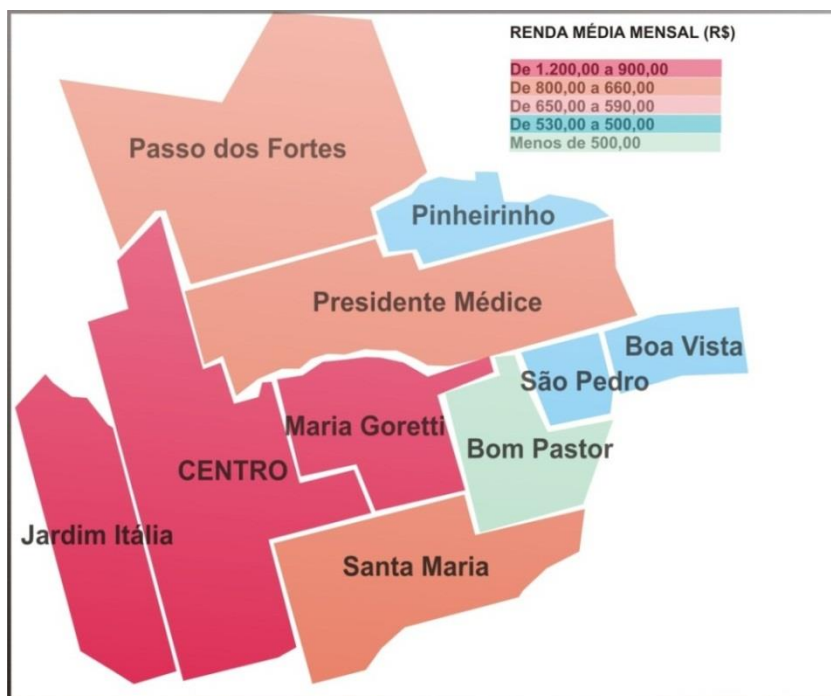
Este processo se visualiza claramente na cidade de Chapecó, cujos índices de pobreza informam sobre uma realidade preocupante, com a formação de comunidades com altos índices de violência e cuja realidade não vem sendo suficientemente estudada, podendo-se dizer que há um processo de “ocultamento” da pobreza da cidade. Durante a pesquisa exploratória foram identificados vários loteamentos clandestinos, em uma cidade que cresce em direção às margens territoriais do município, em parte sem controle do Estado. Mais uma vez o cenário urbano é constituído a partir de interesses privados e imobiliários. Se os primeiros bairros surgem a partir de uma urbanização pensada pelas colonizadoras, atualmente é a especulação imobiliária, construtoras, imobiliárias e outros agentes que decidem as zonas valorizadas e desvalorizadas. A região estudada para esta tese, apesar de apresentar certo dinamismo interno, apresenta-se como local consolidado, em suas limitações e possibilidades de expansão.

A segregação em seus aspectos geográficos (que podem ser identificados a partir de dados estatísticos, de renda, de situação domiciliar, entre outros aspectos) pode identificar os critérios por meio dos quais os habitantes se distribuem na cidade. A segregação sociológica, no entanto, somente é perceptível a partir de um olhar próximo aos sujeitos, que busque compreender como experienciam sua situação, como são suas interações cotidianas, quais são suas práticas espaciais, suas classificações e imaginários. Também se torna de fundamental importância compreender as maneiras com que os sujeitos que habitam as periferias, lugares segregados espacial e socialmente das

idades, refletem e vivenciam sua relação com os demais moradores e com a cidade em si, além de seus espaços de convivência cotidiana, seu espaço social (BOURDIEU, 2002).

Abaixo, um mapa de um recorte da cidade de Chapecó, demonstrando a diferença de renda entre os bairros estudados e o entorno.

Figura 16 - Bairros classificados pela renda média mensal, região leste, Chapecó/SC.



Fonte: Dados do IBGE (Censo demográfico 2010), renderização da autora.

Segundo Neves e Cunha (2010) a segregação urbana é entendida como resultado espacial da forma como se organiza a sociedade, caracterizando-se por uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos, “e seria também o resultado de uma desigualdade socioespacial expressando-se na organização territorial da cidade” (PASTERNAK, 2004, p. 92 *apud* NEVES E CUNHA, 2010, p. 213). Segundo as autoras, este processo tem como um dos seus

principais reflexos a heterogeneidade dos assentamentos humanos e, portanto, seu entendimento também pode levar à melhor compreensão da complexidade das formas de morar existentes nas grandes aglomerações urbanas.

No intuito de entender a experiência de segregação urbana, Segura (2011) ressalta que fica claro, por um lado, um entrelaçamento entre limites e fronteiras e por outro às relações e intercâmbios imanentes nas situações fronteiriças. Assim sendo, segundo o autor, toda fronteira se organiza de maneira complexa a situacional – segundo as pessoas envolvidas, os momentos, as finalidades e os contextos de interação.

Qualquer cidade, em maior ou menor medida, possui um espaço não homogêneo, segregado e diferenciado quanto às residências de seus habitantes, serviços públicos, infraestrutura e características sociais e culturais. Segundo Ramiro Segura (2011) enquanto que na sociedade norte americana a segregação se baseia no critério racial, formando guetos como sua forma sócio espacial específica, por outro lado, nas cidades da América Latina há o predomínio de critérios sócio econômicos (ou de classe) para definir lugares segregados na cidade, onde o que se espacializa, como em La Plata onde realiza seus estudos, é o compartilhamento de determinada condição social e é formada por pessoas dos mais diversos locais de origem. A periferia, deste modo, poderia ser entendida como espaço de repetição de processos. A segregação socioespacial não pode ser limitada a um processo de distribuição espacial desigual de bens e serviços, há fronteiras simbólicas, imaginários e classificações sociais na base deste processo (SEGURA, 2011).

O tema da ilegalidade, segundo Lago (2003), é um dos parâmetros centrais no debate acadêmico e político no Brasil para tratar do tema da segregação nas grandes cidades, ou “clivagens socioespaciais”, nos termos do autor. Maricato (1996) ao tratar desta questão, aponta para um tipo de descompasso entre as teorias urbanísticas internacionais, amplamente aceitas, e a realidade urbana nacional. A autora utiliza a expressão “ideias fora do lugar” para se referir ao planejamento urbano importado e fielmente reproduzido no Brasil, noção que é contraposta à ideia de “lugar fora das ideias” (FERREIRA, 2000, p. 9) que caracteriza grande parte da realidade urbana marcada pela ausência de teorias, leis, planos e gestão. Deste modo, as cidades parecem “partidas” em duas porções (RIBEIRO, 2000), uma delas é a cidade formal, destinada às classes média e alta, com qualidade de infraestrutura, habitação e serviços. A outra é a

chamada cidade informal, onde pobreza e invisibilidade persistem e avançam (MARICATO, 1996).

Esta dicotomização da cidade, promovida ao longo de décadas dos estudos urbanos, ao delimitar teoricamente fronteiras rígidas entre duas formas de produção e apropriação da cidade, pode estar, de alguma maneira, deixando de lado as dinâmicas e móveis relações que caracterizam na prática estas fronteiras e limites. Além disso, podem culminar em interpretações – e intervenções – homogeneizantes sobre favelas e periferias (ROSA, 2009).

Estes estudos em sua maioria abordam o contexto das metrópoles. De acordo com Neves e Cunha (2010) atualmente tem sido intensa a discussão para reconhecer se o padrão “centro-periferia” como observado no passado, em particular nos anos 70, seria ainda pertinente para pensar a realidade urbana das metrópoles. As autoras argumentam que esta diferenciação não é consensual. Neste sentido, Ribeiro (2000) acredita que com as atuais transformações socioeconômicas, as cidades podem estar mais homogêneas quando examinadas em escala macro; porém, apresentam-se mais fraturadas, em escala micro. Por outro lado, Marques e Torres (2005) argumentam que há diversidade em espaços homogêneos. Entretanto, a estrutura geral da metrópole continua a ser caracterizada por inúmeros espaços homogêneos social e espacialmente separados entre si, configurando uma intensa segregação entre áreas ricas e pobres. Ao mesmo tempo, entretanto, espaços igualmente pobres por vezes apresentam características muito diferentes entre si no que diz respeito a equipamentos públicos ou características relativas a diferentes intensidades de mazelas urbanas como desemprego e violência (MARQUES E TORRES, 2005). Deste modo, apesar da dificuldade de se manter a clássica dicotomia centro-periferia, dado um presumível crescimento da heterogeneidade de ocupação do tecido urbano, o fato é que a segmentação socioespacial ainda permanece bastante visível na maioria das aglomerações urbanas brasileiras. Sendo, portanto, pertinente pensar estes processos, não somente nas metrópoles, mas também nas cidades médias, como é o caso desta pesquisa.

O que neste trabalho estou denominando *periferia* refere-se a vários locais diferentes, cujos processos de surgimento e características são diversificados, mas que, no entanto, compartilham várias situações como: estigma social, deficiente infraestrutura básica, ocupação de áreas irregulares, entre outros. Essas diferentes formas de assentamento urbano tiveram sua ocupação inicial por meio de iniciativa de origem estatal ou privada, ou ocupação espontânea, ou ainda, na maioria dos casos, constituída por um mosaico de todas estas situações. Segundo

Ferreira et al (2007), esta multiplicidade, em grande parte, é resultado da falta ou ineficiência de ações públicas habitacionais: "(...) as diversas soluções habitacionais precárias das quais a população de baixa renda com frequência lança mão pela baixa oferta de programas públicos e por não dispor dos recursos necessários para acessar soluções via mercado" (p.2). Esta realidade vai culminar na região pesquisada em um mosaico que envolve áreas loteadas, áreas de ocupação espontânea ou irregulares, loteamentos populares, conjuntos habitacionais de interesse social, entre outras modalidades de ocupação que serão exploradas no próximo capítulo.

2 CENÁRIOS DE SOCIALIDADE: LUGARES E DIÁLOGOS

O *deslocamento*, enquanto uma experiência de mudanças e transições pelo território faz parte do próprio surgimento da região contemplada por este estudo etnográfico (bairro São Pedro), pois foram as mudanças compulsórias, seguidas de uma série de políticas públicas habitacionais, que iniciaram o processo de ocupação da área. Assim, em termos analíticos, podemos retomar as memórias de consolidação do bairro para refletir sua construção enquanto um *lugar*. Tomamos aqui conceito de *lugar* a partir da definição de Augé (1994) que apresenta o conceito de lugar antropológico como uma “construção concreta e simbólica do espaço (...) que é ao mesmo tempo princípio de sentido para aqueles que o habitam, e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa” (AUGÉ, 1994, p. 57-58). De maneira complementar, considero a definição de Leite (2004) relacionando lugar à existência reconhecida e compartilhada de demarcações espaciais e ações simbólicas, ou seja, o espaço somente pode se efetivar em lugar através das práticas sociais que lhe significam (LEITE, 2004, p. 293). Desta maneira, utilizo o conceito de *lugar* considerando uma mútua influência e imbricação simbólica e material que articula espaço e ação através das práticas dos sujeitos (CERTEAU, 1994).

Ao mesmo tempo, os processos contínuos de transições e deslocamentos dentro do próprio território nos ajudam a ampliar a análise em direção às atuais configurações espaciais e de *socialidade* que encontramos durante a etnografia. A estes deslocamentos recentes, daremos uma maior ênfase, a partir da análise das trajetórias de algumas mulheres, que contam sua história e sua inserção no(s) bairro(s), não apenas territorialmente, mas também simbolicamente, como veremos adiante.

Assim, as interlocutoras da pesquisa aparecem como narradoras e construtoras dos textos aqui (re)produzidos, elaborados em diálogos e relações estabelecidas em campo, seguindo assim o princípio de Strathern (2006) para quem a antropologia é um diálogo com outros modos de pensamento. Foi partindo deste princípio que Strathern (2006) propôs o conceito de *socialidade*. Para a autora o conceito de sociedade provém de interesses, e quando usado em outras sociedades (não ocidentais) endossam a visão vinculada com o impulso para o estudo

antropológico – impulso que deriva de maneiras ocidentais de criar o mundo (STRATHERN, 2006, p. 28). A *socialidade*, por sua vez, é construída no curso da vida – é produção, pluralidade de formas (incluindo também o conflito). Com este conceito passa a ser central pensar na própria relação, não em suas entidades (que segundo Strathern são elas mesmas diferenças). Ao falar em *socialidade*, Strathern (2006) enfatiza a matriz relacional que constitui a vida das pessoas – baseando-se explicitamente em sua pesquisa entre os melanésios, que de modo geral, não concebem a pessoa como uma unidade pronta, mas como certa objetificação das relações que a constituem.

A seguir será feita uma identificação espacial do território por meio de dois tipos de mapeamentos, sendo eles: 1) *mapas de imagens*: produzidos com o intuito de oferecer uma localização dos locais da pesquisa, identificando, de forma dinâmica, bens e serviços nos bairros (escolas, igrejas, comércios), ruas principais, áreas públicas, bem como as fronteiras físicas oficiais com o entorno; e 2) *mapas de percepção*: que agregam as nomeações e zoneamentos subjetivados do território, desenvolvidos a partir da análise das categorizações nativas dos lugares. Existem diversas nomeações dadas pelos sujeitos para identificar lugares e atribuir significados aos mesmos, como: bairro, vila, loteamento, direito, área verde, baixada, rua, beco, campinho, embaixo, em cima, entre outros. A ideia é esmiuçar estes termos, identificar em quais circunstâncias são acionados, com quais significados, sob quais relações de oposição, etc.

Assim são apresentadas as territorializações dos bairros que resultam na apropriação simbólica e material de diferentes *lugares*, destacados aqui a partir nas suas nomeações. Assim, apresenta-se em seguida, diferentes cenários de *socialidade*, no sentido dado por Strathern (2006), resultados de relações em processo, que se transformam, se alternam e não se solidificam, mas cuja análise pode fornecer interessantes perspectivas para pensar as formas através das quais os sujeitos atribuem aos *lugares* suas percepções e modos de vida.

O desenvolvimento de uma análise relacional dos *lugares* permite reconhecer no território a recorrência de determinadas relações, significados e agências. Os mapas que serão apresentados e as categorias nativas que ilustram estas territorializações emergem das relações estabelecidas em campo. Foram estruturados a partir de situações da pesquisa que convergiram para encontrar relevâncias e categorias nas narrativas, não necessariamente colocadas em primeiro plano pelos sujeitos. A estas proposições, as contribuições teóricas de Certeau (1994) são centrais, especialmente ao correlacionar os *lugares* e

suas *narratividades*, observadas a partir das práticas cotidianas e relatos dos sujeitos comuns:

A organização reconhecível nos relatos de espaço da cultura cotidiana se acha, portanto, invertida pelo trabalho que isolou um sistema de lugares geográficos. A diferença entre essas duas descrições não se deve evidentemente à presença ou à ausência das práticas (elas estão sempre atuando), mas no fato de os mapas, constituídos de lugares próprios para *expor os produtos* do saber, formarem os quadros de resultados *legíveis* (...) os relatos cotidianos contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaço (CERTEAU, 1994, p. 207).

Assim, para as análises que seguem, tomaremos em conta que estes *relatos de espaço* são ao mesmo tempo: prática e significado. Estes relatos são “(...) um sistema linguístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo articulado por uma ‘focalização enunciativa’, por um ato que o pratica” (CERTEAU, 1994, p. 217). Assim o espaço é lugar de memória e lugar praticado.

As categorizações, embora presentes no discurso e referentes à experiência dos próprios sujeitos passaram pela minha construção de inteligibilidade do todo analisado. Para a análise dos discursos, captados em entrevistas e conversas cotidianas, priorizou-se a busca por categorizações e relevâncias, tanto experienciais quanto teóricas, na tentativa de construir um texto que contemple as diferentes vozes que ecoam simultaneamente. A seguir serão colocados em destaque os discursos das interlocutoras da pesquisa, que contribuem demasiadamente para o que se segue.

Neste sentido, as narrativas são analisadas enquanto textos que articulam memórias e sentidos. Cabe aqui refletir sobre as proposições de Bakhtin (2010) que, ao analisar o texto (escrito ou oral) pondera que: “(...) o texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (p. 307)⁶⁵. Neste sentido, para este autor, as ciências

⁶⁵ Do texto: BAKHTIN, Mikhail M. “O problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas. Uma experiência de análise

humanas nascem como pensamento sobre pensamentos, sentidos e significados dos outros. Desta forma, o texto produzido pode ser visto como um *enunciado*, permeado por relações dialógicas entre textos:

O texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas (...). O objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios. Pode-se encontrar para ele e para a sua vida (o seu trabalho, a sua luta, etc.) algum outro enfoque além daquele que passa pelos textos e signos criados ou a serem criados por ele? Pode-se observá-lo e estudá-lo como fenômeno da natureza, como coisa? A ação física do homem desse ser interpretada como atitude, mas não se pode interpretar a atitude fora da sua eventual (criada por nós) expressão semiótica (motivos, objetivos, estímulos, graus de assimilação, etc.). É como se obrigássemos o homem a falar (nós construímos os seus importantes depoimentos, explicações, confissões, desenvolvemos integralmente o seu discurso interior eventual ou afetivo, etc.). Por toda parte há o texto real ou eventual e a sua compreensão. A investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. Nós não perguntamos à natureza e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta. Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar o seu significado. (BAKHTIN, 2010, p. 319).

Assim, para Bakhtin o “(...) objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e é por isso inesgotável em seu sentido e significado” (BAKHTIN, 2010, p. 395). Estes sentidos e significados aparecem na obra como resultado da análise (do conhecimento e da interpretação), que em um texto dialógico buscam evitar a coisificação do discurso do outro.

O texto só tem vida contatando com outros textos (contexto). Só no ponto desse contato de texto eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientemos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de 'oposição', só é possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). Por trás desse contato está o contato entre indivíduos e não entre coisas (no limite). Se transformarmos o diálogo em um texto contínuo, isto é, se apagarmos as divisões das vozes (a alternância dos sujeitos falantes) (...) o sentido profundo (infinito) desaparecerá (bateremos contra o fundo, poremos um ponto morto). (BAKHTIN, 2010, p. 401).

Assume-se aqui a responsabilidade para com os discursos (re)produzidos, a fim de garantir a sua efetiva contextualização e dialogicidade. Em trabalho de campo, minha preocupação permanente foi em estabelecer uma relação de confiança e respeito para com minhas interlocutoras, e por isso, as informações que julguei desnecessário incluir por questões de segurança, respeito ou proteção foram ocultas. Mas o cuidado para com as falas das pessoas vai além da questão ética e envolve uma relação de respeito pelo discurso do outro, por suas considerações e formas de ver o mundo. Neste sentido, permanecem inalteradas as falas quanto à linguagem e forma de falar, procurando manter uma fidedignidade com relação ao contexto da fala e minhas intervenções (sempre indicadas entre colchetes), e mantendo uma forma escrita que busca manter inalteradas as formas faladas e minhas intervenções. Estas observações são importantes para demonstrar do ponto de vista prático a maneira com que foram tratadas as falas de minhas interlocutoras da pesquisa, mas também revelam uma relação que antecede e ultrapassa a própria relação de pesquisa e escrita, e envolve a relação entre o universo do discurso em prática, e a prática de usar o discurso para a produção textual. Esta tarefa, no entanto, inevitavelmente não escapa às relações entre poder e texto (BAUMAN e BRIGGS, 2003).

A este respeito, Crapanzano (1991) ao tratar dos diferentes gêneros de fala, e mais especificamente do diálogo (tratado como uma relação que mediatiza a aproximação entre as partes). Segundo este autor, no campo, os antropólogos se separam com uma realidade de negociação das convenções dialógicas, quando o gênero é negociado. No entanto o autor ressalta que dada a relação de poder inerente à situação de campo, normalmente o “nativo” cede ao gênero do antropólogo – a entrevista – mas não necessariamente o entende da mesma maneira que o antropólogo.

Nestes termos, o autor coloca que a presunção de uma antropologia dialógica estaria obliterando as implicações da relação de diálogo, dos encontros de pesquisa nos quais estamos inextricavelmente envolvidos. O diálogo, segundo o autor, terá sempre vários contextos que se interpenetram. Assim como nos alertam Bauman e Briggs (2003), ao ressaltar que as contextualizações nunca serão neutras. Para Crapanzano (1991) as contextualizações podem ser de ordem dialógica primária (quando os envolvidos no diálogo esforçam-se por determinar o contexto) ou de ordem antropológica secundária (a descrição que o antropólogo faz do contexto, no gabinete). As trocas verbais estão permeadas por diálogos ocultos – aqueles que um participante do diálogo tem com um interlocutor não presente neste diálogo, e possibilita uma reflexão que recontextualiza o diálogo; um segundo diálogo oculto se dá ao realizar a interpretação do diálogo primário.

Ainda seguindo a proposição de Bakhtin (2010) e na esteira de refletir sobre a produção de textos dialógicos em antropologia, Mannheim e Tedlock (1995) definem a etnografia como um fenômeno de emergência cultural, no qual estão imbricados etnógrafos e nativos, produzindo e reproduzindo a cultura por meio de seus diálogos – e segundo a crítica dialógica, deve-se deixar de privilegiar o discurso teórico (disciplinar) e localizar todos os tipos de discurso no mesmo patamar dialógico (MANNHEIM e TEDLOCK, 1995). Não se trata de enfatizar a multiplicidade de vozes, mas de reformular a própria noção de cultura e linguagem como emergentes, adquirem regularidades através da interação de indivíduos, mas sem ser reduzível a eles (nem indivíduos nem coletividades são unidades básicas). Ou seja, a cultura é imanente às práticas sociais e é apropriada por indivíduos (SAPIR, 1964, p. 11). A etnografia é tomada como uma forma de fazer cultura (*culture making*), situada no contexto de diálogos e zonas de emergências peculiares, ao mesmo tempo constitutivas e constituídas pela diferença cultural radical (MANNHEIM E TEDLOCK, 1995, p. 15).

Com todas estas leituras, parece que de fato, apesar de nossa reflexividade e consciência das relações de poder, em última instância, a demanda pela realização das pesquisas é acadêmica, parte do lado de cá, não necessariamente tendo respaldo do lado de lá. Apesar da nossa tentativa em elucidar o caráter dialógico das pesquisas, será possível descrever os contextos dialógicos sem incorrer no equívoco de descrevê-los acima e além deles mesmos? (LANGDON, 2010, p. 19).

Acredito que as teorizações comentadas anteriormente podem ser muito úteis para pensarmos o diálogo que estabelecemos com os interlocutores em campo, tanto em seu caráter imediato (realização de entrevistas), como a maneira com que iremos refletir sobre estes diálogos no momento da escrita. Crapanzano (1991) questiona o complexo jogo de poder e desejo envolvido na produção e reprodução, na representação e interpretação dos diálogos, enfatizando não somente as características dialógicas imediatas, mas aquelas ocultas, cuja tomada de consciência e reflexão afeta significativamente a maneira com que concebemos, realizamos e refletimos sobre o trabalho de campo e as nossas interações com nossos interlocutores. Também, ao refletirem sobre a natureza dialógica da produção de conhecimento em antropologia, Mannheim e Tedlock (1995) apontam as implicações éticas e políticas do diálogo entre nativos e antropólogos, envolvendo questões de autoridade e poder. Ao final do texto, os autores apontam que a representação dialógica do encontro etnográfico cria um efeito ilusório de nivelamento, dissimulando o contexto de relações de poder dentro do qual todo diálogo de campo está inserido.

De modo complementar, as proposições de Bauman e Briggs (1990) nos incitam a pensar uma pesquisa verdadeiramente dialógica, como aquela que considera nossos interlocutores como possuidores da capacidade de refletir de forma significativa seu próprio comportamento comunicativo. Desta forma, pensaríamos o conhecimento antropológico como sendo fruto desta relação, o os nativos sendo seus produtores ativos. A possibilidade de levar até suas últimas consequências estas reflexões parece ser algo ainda muito difícil de realizar, considerando que em última análise sempre o poder da palavra, de decisão de escrita está apenas com um dos agentes dessa construção: nós. Penso como Bauman e Briggs (1990), que não chegaremos a respostas conclusivas a nossas questões, mas justamente, ao fazê-las, abrimos possibilidades para novos enfoques produtivos.

Assim, apesar dos cuidados indicados, é ainda pertinente pensarmos a relação dialógica da produção acadêmica, considerando, entre tantas coisas, atenção especial à maneira que trabalhamos com o

discurso de nossos interlocutores. Neste sentido, Bakhtin (2008) ao analisar o discurso comenta que: “A forma e o conteúdo do discurso são indissociáveis, uma vez que entendemos que o discurso verbal é um fenômeno social - social, em toda a sua gama e fatores, desde a imagem sonora até os mais longínquos do significado abstrato”. (p. 259). Assim, a tradução destes discursos repletos de significações sociais na escrita etnográfica possui uma inerente *heteroglossia*, que nos termos de Bakhtin (2008) significa a existência simultânea de duas vozes, dois significados e duas expressões, e na escrita essas vozes estão dialogicamente inter-relacionadas. Para o autor, assim poderíamos definir *heteroglossia*:

A condição de base que rege o funcionamento do significado de qualquer expressão. É o que assegura o primado do contexto sobre o texto. A qualquer momento, em qualquer lugar, haverá um conjunto de condições - sociais, históricas, meteorológicas, fisiológicas - que irão assegurar que a palavra pronunciada naquele lugar e naquele tempo terá um significado diferente do que teria sob quaisquer outras condições; todas as elocuições são heteroglóssicas em suas funções de uma matriz de forças praticamente impossíveis de recuperar, e, por conseguinte, impossíveis de resolver. (BAKHTIN, 2008, p. 428, *tradução minha*).

Para a categorização e escrita, a tentativa é sempre dar primazia ao dialogismo inerente à própria prática etnográfica, no entanto, o discurso autoritário, da voz da antropóloga/narradora, nos coloca diante da situação em que recontamos um texto com nossas próprias palavras, com nossos próprios acentos, gestos e modificações (BAKHTIN, 2008).

Dialogismo é o modo epistemológico característico de um mundo dominado pela heteroglossia. Todo significado, é compreendido, como parte de um todo maior - existe uma constante interação entre significados, os quais têm o potencial de condicionar os outros. Que irá afetar o outro, como ele vai fazê-lo e em que grau, na verdade, será definido no momento da enunciação. (BAKHTIN, 2008, p. 466, *tradução minha*).

Para Briggs (1988), o estudo dos detalhes estilísticos e da maneira em que as enunciações são contextualizadas *vis-à-vis* a interação social, tornaram-se questões muito significativas. Comenta que a arte de conectar palavras para formar *narrativas*, fornece aos seres humanos uma ampla gama de sociedades com poderosas ferramentas de criação e de mediação de conflitos e, ao fazê-lo, constituem a realidade social. Segundo Langdon (1999) com a mudança do enfoque de mito como texto para a *narração* como *evento social*, entram em cena os interesses sobre a força da experiência, a subjetividade, as expressões artísticas e sua produção na vida humana (p. 24). Ainda, ao comentar este cenário dos estudos narrativos, Langdon (1999) sinaliza alguns problemas envolvidos nos processos de tradução e transcrição da literatura oral. De maneira análoga à Bauman (1975), a autora considera a narrativa – expressão oral – “como parte dos gêneros dramáticos e performativos marcados por qualidades estéticas e emergentes através da interação social” (LANGDON, 1999, p. 14).

Deste modo, sendo um ato de comunicação, é possível analisar a prática da entrevista como *performance*. Considerando, assim, sua função expressiva construída pelos participantes do evento – antropólogos e nativos – na qual se exige certa *competência comunicativa* (BAUMAN, 1975) por parte de ambos. Neste caso, me parece pertinente pensar que no ato comunicativo da entrevista, há uma quebra da linguagem cotidiana, a experiência é colocada em relevo, e tomar sua análise, baseada não somente do conteúdo do discurso proferido, mas considerando todos os aspectos contextuais e relacionais, pode nos fornecer outro enfoque desta forma de interação, tão importante para a efetiva realização de nossa prática.

Pensar a entrevista nos termos propostos para a análise da narrativa parece ser muito pertinente: tomando como central a contextualização de sua produção, considerando a narrativa como resultado do evento de sua narração num contexto cultural particular, abordando os aspectos poéticos e estéticos do discurso narrativo (LANGDON, 1999). Assim, estas problematizações nos incitam em pensar nossos interlocutores em seu papel como agentes conscientes, interpretativos e subjetivos (LANGDON, 1999, p. 22).

A partir do exposto acima, pensar o território em suas configurações relacionais significa olhar para o espaço enfatizando as significações que os sujeitos atribuem aos *lugares*, perceber as representações que se fazem dos lugares, as práticas de deslocamento e permanências no território. Para cumprir esta tarefa analítica, torna-se

primordial o cuidadoso trato para com os discursos e narrativas e suas *recontextualização* (BAUMAN e BRIGGS, 1990). Os autores mesmos apontam para a possibilidade de considerar a dinâmica performática do encontro etnográfico (p. 70). Neste sentido, as avaliações do discurso emergente do encontro etnográfico podem dizer da própria agenda da etnografia e do papel do etnógrafo. É preciso considerar a interferência do antropólogo em campo, e espera-se uma atenção reflexiva à *contextualização* – estamos falando de uma antropologia dialógica – pensando a poética e a política da etnografia e tomando consciência do trabalho investido por nossos interlocutores etnográficos, os autores também propõem a análise da entextualização e a contextualização dos diálogos etnográficos⁶⁶.

O esforço teórico e metodológico empregado nesta tese envolve o cuidado e a prerrogativa de considerar o *outro* parte fundamental da produção textual. Tomando o cuidado de não soar prepotente, e sabendo das limitações e por vezes, impossibilidade de efetivar esta tarefa, procura-se manter como objetivo, a construção de um texto dialógico, de um texto que enfatize e valorize os momentos de conexão encontrados durante a pesquisa de campo, que aqui tomam a forma de categorizações analíticas, oriundas das experiências cotidianas das interlocutoras da pesquisa. Estas categorias, balizadas por meu olhar, são o resultado de uma interação, que permitiu a ênfase para determinadas categorias e formas de pensar a experiência de viver a periferia. Estas tiveram como base de orientação duas questões chaves: *território* e *socialidades*.

⁶⁶ Os autores consideram que sua abordagem para a descontextualização e recontextualização de textos, pode contribuir com uma especificidade operacional e substantiva com a noção mais abstrata de dialogismo de Bakhtin. Se, de fato, como nos diz Bakhtin, nossas bocas são preenchidas com as palavras dos outros, o programa que os autores expõem é projetado para elucidar como essas relações dialógicas são realizadas. Segundo Bauman e Briggs (1990), a contribuição oferecida pelo questionamento da descontextualização e recontextualização de textos é uma perspectiva crítica e reflexiva a partir da qual podemos analisar nossa própria prática científica. Afirmam que: enquanto antropólogos linguistas, muito do que fazemos eleva-se à categoria de descontextualização e recontextualização do discurso dos outros, o que significa também exercer o poder, como ato de controle. Enfatizando, o exercício de tal poder não precisa ser inteiramente unilateral; nossos interlocutores podem tentar controlar a forma como seu discurso será entextualizado e recontextualizado: “Esses processos têm implicações significativas para os métodos, objetivos, e não menos importante, para a ética, da nossa profissão” (p. 78).

Deste modo, a partir de narrativas e falas coletadas na pesquisa, a seguir apresentamos um panorama daquilo que optamos denominar: *lugares e deslocamentos*. Procurando analisar as maneiras através das quais as interlocutoras da pesquisa expressam e vivem cotidianamente as relações de pertencimento e identidade com os territórios. Assim, as categorias relacionadas neste capítulo dizem de processos de *subjetivação do território* que se expressam materialmente e simbolicamente, nas seguintes categorias presentes nas práticas e discursos: formas de pertencimento, relações de propriedade, distinções, distanciamentos, fronteiras e deslocamentos.

Estas identidades específicas orientam práticas e formas de agir, e informam sobre relações de pertencimento e distanciamento. Neste sentido, a análise esmiúça formas pelas quais os moradores pensam e representam o *lugar do outro* e o *seu lugar*, dentro de formas relacionais apreendidas do decorrer da etnografia. No último tópico, são ressaltadas as experiências recorrentes de deslocamentos, arranjos e mobilidades, que acontecem tanto ao nível de moradia quanto no seio das relações de vizinhança, religiosidades ou trabalho.

Para pensar as relações de pertencimento que traduzem a construção de *lugares próprios*, acredito ser possível a utilização do conceito de *identidade*. Gostaria de discutir que, apesar deste conceito ser amplamente questionado, quando a própria ideia de identidade cultural parece ser algo eminentemente estático e fixado, atualmente os enfoques sobre a identidade tem se voltado menos em pensar seus enraizamentos territoriais e mais sua desterritorialização (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 37). Novas realidades como aquelas que apresentam a condição de migração e das pessoas refugiadas, constituem este:

(...) mundo de diásporas, fluxos culturais transnacionais e movimentos populacionais em massa, tentativas antiquadas de mapear o mundo como um conjunto de regiões de culturas ou pátrias estão perplexos com uma deslumbrante variedade de simulacros pós-coloniais (...) nesta cultura de diásporas, as linhas familiares entre "aqui" e "lá", "centro e periferia", colônia e metrópole estão embaçadas. (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 38).

Esta abordagem parece apropriada para pensar a construção das periferias estudadas, que como já mencionamos anteriormente,

justamente se caracterizam por seus aspectos móveis, processuais, fluidos e dinâmicos. Os mesmos autores comentam que apesar das críticas, os lugares e localidades tornam-se cada vez mais indefinidos ou embaçados, ideias de culturalidade e identidade relacionada a estes lugares tornam-se mais salientes, tornando visível o que denominam *comunidades imaginadas*. Partindo deste pressuposto:

A mudança especial aqui é usar como foco a maneira que o espaço é imaginado (mas não imaginário) como uma forma de explorar os mecanismos através dos quais cada processo conceitual de fazer o lugar atende às novas condições econômicas e políticas globais de espaços vividos – a relação pode-se dizer, entre lugar e espaço. Podem surgir tensões importantes quando lugares que foram imaginados à distância devem-se tornar espaços vividos. Lugares, afinal de contas, são sempre imaginados no contexto das determinações políticas e econômicas que têm uma lógica própria. A territorialidade é assim reinscrita justamente quando ameaçava ser apagada. (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 39-40, *tradução minha*).

Partindo deste pressuposto, a análise relacional dos cenários de *socialidade* pressupõe problematizar as relações e situações que constituem simultâneas, diferentes e não-excludentes territorializações. A consolidação de um *lugar* pressupõe elementos de diversas ordens (identitário, histórico e relacional), estes não são unânimes e apresentam-se em muitos casos como paradoxais. Assim, a seguir, os *lugares* são concebidos como espaços vividos, construídos e reconstruídos a partir das relações estabelecidas cotidianamente, transformados e ressignificados continuamente, não são estáticos ou definitivos, são em absoluto: *lugares relacionais*.

2.1 DOS LUGARES: CATEGORIAS E TERRITÓRIOS

Neste trabalho o território é uma importante chave analítica. Por mais que não se pretenda analisar aqui os bairros São Pedro e Bom Pastor em sua totalidade, não há como negar a importância territorial

para a decisão dos temas e posteriores análises, pois o recorte metodológico acabou por definir estratégias de observação e enfoques subsequentes. A escolha por desenvolver a pesquisa em um lugar específico, permite que sejam analisadas as configurações espaciais locais, enfatizando, desta forma, algumas categorias analíticas em detrimento de outras.

Os bairros São Pedro e Bom Pastor reproduzem em suas paisagens típicos contextos *bairrais*. As ruas, com exceção daquelas principais, normalmente não apresentam significativo tráfego, até porque, na grande maioria dos casos, as vias são de acesso interno e não de travessia ou ligação entre bairros. A ocupação dos terrenos é densa, e o uso é quase que estritamente residencial, são poucos os empreendimentos comerciais e, no caso de igrejas e mercados, geralmente são unidades de uso misto. As áreas mais antigas e consolidadas apresentam moradias visivelmente melhores e de material, ficando nas bordas dos bairros, na **baixada** e próximo ao riacho as casas mais precárias e de ocupação irregular. Nestas áreas também as ruas são de chão batido ou calçamento. Na imagem abaixo fica fácil perceber a diferença entre uma parte do bairro mais consolidada (acima da rua de asfalto) e as bordas do mesmo, com a presença de um aglomerado de casas em área irregular.

Figura 17 - Vista parcial (Bairro Bom Pastor)



Fonte: Camila Sissa Antunes.

No capítulo anterior procurou-se apresentar um panorama territorial dos bairros pesquisados, ressaltando alguns aspectos sociais importantes, como a segregação e a diferença com o entorno. Também, procurando situar melhor o leitor deste trabalho, apresentamos a seguir uma identificação espacial do território por meio de *mapas de imagens*: produzidos com o intuito de oferecer uma localização dos locais da pesquisa, identificando, de forma dinâmica, bens e serviços nos bairros (escolas, igrejas, comércios), ruas principais, áreas públicas, bem como as fronteiras físicas oficiais com o entorno. Alguns destes lugares destacados no mapa a seguir tornam-se *nós* de socialidade, em torno dos quais se acumulam eventos e relações, agregam-se pessoas e acontecimentos. Estes *nós* serão explorados no terceiro capítulo⁶⁷.

⁶⁷ Aqui é importante ressaltar que durante a etnografia se observou que as igrejas podem desempenhar este papel centralizador na comunidade, por isso aparecem com ênfase no mapeamento.

Figura 18 - Mapa identificando áreas públicas, comércio e igrejas.



Fonte: Google Earth e edição da autora.

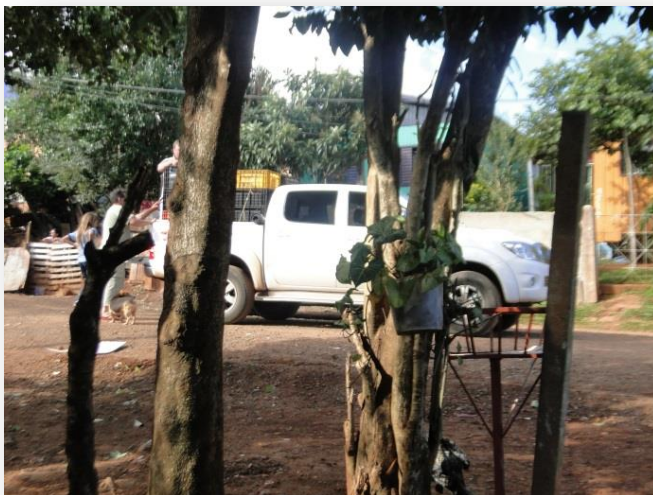
O comércio local quase que exclusivamente está voltado para a alimentação, e de fato, a partir das observações e narrativas dos sujeitos, percebe-se que estes tem grande importância para os moradores. Nestes locais eles conseguem negociar maior prazo para pagar ou adiar o pagamento e mesmo assim realizar novas compras. Além disso, nestes locais eles estabelecem relações de confiança com os proprietários (normalmente os que estão dia-a-dia no comércio) o que permite esta negociação. Além da proximidade com o local de moradia, percebe-se a preferência por estes comércios devido às relações de amizade, vizinhança e confiança que estabelecem. Como exemplo, podemos citar o caso de os mercados aceitarem como garantia de pagamento o cartão

do benefício do programa bolsa família⁶⁸. Em outros casos, o próprio cartão pode ficar com o comerciante, que recebe e em troca entrega os produtos para a pessoa, como no caso de **D. Açucena**, cujo cartão de benefício fica com o leiteiro, que lhe entrega diariamente o leite.

Há um importante comércio informal nos bairros pesquisados, que envolvem vendedores que podemos denominar ambulantes. Estes geralmente passam em carros durante o dia e oferecem seus produtos. Sendo um dos mais importantes o vendedor de frutas e verduras, que conforme aprendi com **Lavanda**, trata-se de um negociante que compra as sobras dos mercados e fruteiras e revendo no bairro, no entanto, segundo ela, basta escolher com cuidado que sempre tem coisa boa. Além disso, esse vendedor aceita fornecer as frutas e verduras e receber apenas no final do mês. Também há os vendedores de frango vivo, que passam pelo bairro e entregam conforme solicitam. Geralmente as pessoas ficam com o frango durante alguns dias, e apenas o abatem quando vão consumir, deixando-os presos ao lado das casas ou mesmo em pequenos galinheiros improvisados. Na imagem abaixo, o vendedor de frango, que é produtor rural das proximidades, entregando dois frangos para **Olivia**.

⁶⁸ O Bolsa Família considera extremamente pobres as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 70 e pobres, aquelas com até R\$ 140. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS) beneficia idosos e deficientes com rendimento domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo. O Plano Brasil Sem Miséria, recentemente lançado, combina a linha de R\$ 70 de rendimento domiciliar per capita com outras dimensões, como falta de saneamento básico. O valor de ½ salário mínimo per capita, por sua vez, é o valor referencial no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. Já os países europeus, em geral, publicam indicadores de pobreza monetária a partir do valor de 60% da renda mediana nacional.

Figura 19 - Vendedor de galinhas (bairro Bom Pastor)

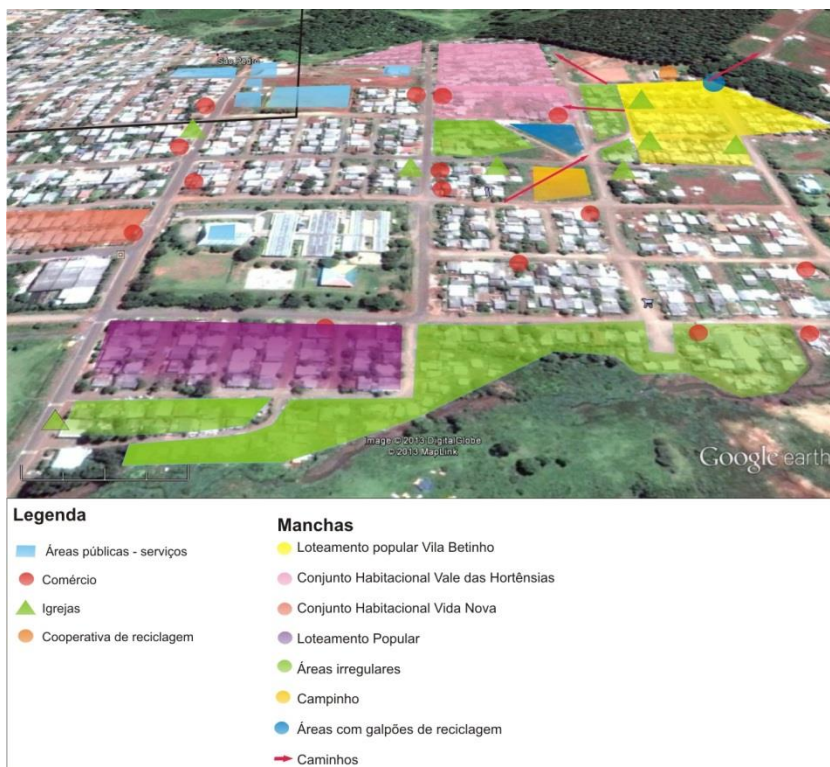


Fonte: Camila Sissa Antunes.

Os serviços públicos se concentram na parte mais antiga da região (bairro São Pedro), fazendo com que os moradores das áreas mais distantes precisem se deslocar para esta área quando necessitam algum atendimento. Neste cenário é importante ressaltar a relevância social da escola conhecida como “CAIC”, pois oferece educação integral o que é muito importante para os moradores.

O mapa a seguir, apresenta além das informações anteriores, as áreas consolidadas a partir de políticas públicas. O enfoque está no bairro Bom Pastor, onde se percebe uma interessante realidade: o mosaico de diferentes programas habitacionais, loteamentos ou conjuntos, que se somam às áreas de ocupação espontânea ou loteadas por organizações privadas. É interessante observar que por esta área ser considerada no plano diretor uma área de interesse social, houve, com o passar do tempo, uma grande concentração de políticas habitacionais, que minaram, por assim dizer, o território. Muitas áreas de ocupação espontânea foram subtraídas a partir da criação de loteamentos ou conjuntos novos na área. Dos moradores entrevistados que atualmente vivem na Vila Betinho, a maioria vivia em uma área de ocupação denominada “área verde”, que hoje está totalmente vazia. No mapa abaixo se pode identificar estes diferentes locais no bairro, entre outros territórios.

Figura 20 - Mapa identificando áreas de políticas públicas e de ocupação espontânea.



Fonte: Google Earth e edição da autora.

Este mapa é interessante por permitir vislumbrar a organização do território a partir de políticas públicas. As áreas irregulares em verde, em grande parte estão nas bordas do riacho (abaixo). É uma área de preservação ambiental. Mas também nas bordas da Vila Betinho (área de rua). Atualmente, até mesmo a Vila não consta como regularizada junto à prefeitura. O conjunto Vale das Hortênsias é o mais antigo desta região, todas as ruas são asfaltadas e a maioria das casas já passou por processos de ampliação e transformação, podendo incluir, neste caso compra, venda ou troca. O olhar sobre estes territórios durante a etnografia buscou analisa-los comparativamente, agregando camadas de similaridades e diferenças.

Uma interessante forma de subjetivação do território refere-se à própria generalização simbólica do lugar em termos de pertencimento e denominação: toda uma mancha que envolve dois diferentes bairros, com recortes de territórios (loteamentos, conjuntos, vilas) é considerada “São Pedro”. Este nome carrega um estigma muito intenso, que se reproduz em diferentes níveis. É interessante ressaltar que o estigma social aqui, é entendido a partir dos apontamentos de Goffman (1989) que resalta que os processos de elaboração, construção e reprodução de argumentos estigmatizadores são comuns em todas as sociedades e se realizam onde existem relações humanas: “é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade” (GOFFMAN, 1989, p. 152, *tradução minha*). Neste sentido os estereótipos são construções culturais elaboradas a partir das características ou diferenciais de um grupo, diferença esta que é ressaltada em oposição à existência de um grupo considerado mais ‘verdadeiro’ ou hegemônico. No caso analisado, o repertório acionado na construção deste estereótipo envolve principalmente o símbolo *periferia* e suas conotações negativas: lugar de crime, perigo e violência; lugar de miséria, ausências e problemas. A negatividade do lugar afeta também os seus moradores, que se reconhecem neste olhar (comentando sobre o preconceito sofrido), podem ao mesmo tempo reforçar o estigma (mesmo que seja voltado para *outros*).

Neste sentido, percebe-se que há um reconhecimento social do bairro como um *lugar de perigo*. O bairro provoca manifestações, geralmente negativas, quando mencionado por pessoas de fora. Em minha própria experiência de pesquisa, diversas vezes, ao comentar com algum colega professor sobre minha pesquisa de doutorado, era surpreendida com perguntas sobre o perigo do lugar, sobre o meu medo, se ia sozinha ao bairro, entre outros alertas. Estas experiências e meu próprio conhecimento que antecede à pesquisa fortaleceram uma perspectiva que se revelou interessante do ponto de vista analítico. Logo em minhas primeiras incursões em campo percebi que havia uma nítida diferença entre a visão de *fora* e de *dentro*. Visões estas que apesar de por alguns momentos se conectarem, são antagônicas e divergentes. A seguir tentaremos demonstrar as formas com que esta diferença se manifesta em relações de pertencimento e distanciamento.

As análises que seguem tomam como centrais as práticas e concepções a respeito do *território*, suas classificações e relações. A este respeito Wilson (2012) assinala que, embora o conceito de território passe pelas críticas dos pós-modernos, especialmente para os cientistas sociais que se debruçam sobre as temáticas de fronteiras e limites, o

território, ao aproximar-se das questões de lugar, espaço e identidade, permanece sendo o principal elemento para pensar *territorialidades*. O autor complementa: “Eu procuro explorar como uma antropologia de fronteiras ainda deve lutar com as questões ainda importantes, mas ainda assim controversas de território e territorialidade, examinando aspectos dos estudos urbanos e regionais” (WILSON, 2012, p. 200, *tradução minha*).

As questões que refletem sobre o território e o *lugar*, a despeito das críticas e dos atuais processos contínuos de desterritorialização, permanecem sendo centrais para a reflexão antropológica, dependendo, desta forma, que seja colocada atenção especial às maneiras pelas quais os espaços e lugares são produzidos, imaginados e contestados (GUPTA; FERGUSON, 1997). Assim, a categoria território permanece sendo produtivo, ou como dizia Geertz: “bom para pensar” antropológicamente a realidade. O conceito, no entanto, deve ser colocado em suspensão, conforme afirma Rifiotis (2010): “Operamos com conceitos, a questão está na colagem do conceito com o que está sendo observado, que não deve ser entendida como uma colagem de cima para baixo. Busca-se não somente uma simetria entre teoria e empiria – o próprio conceito tem que ser pensado também como um objeto para ser analisado – como um objeto que está construindo nossa maneira de interagir e nossa maneira de ver”⁶⁹.

Ainda neste sentido, considero importantes as contribuições teóricas de Gupta e Ferguson (1997) que criticam a abordagem tradicional sobre a inter-relação espaço e cultura, na qual se elaboram mapas etnográficos sobre os quais se supõe a distribuição espacial de pessoas, tribos e culturas. Neste sentido argumentam que nestas abordagens: “(...) o espaço em si torna-se uma espécie de suporte neutro, sobre o qual a diferença cultural, a memória histórica e a organização social estão inscritas” (p. 34). Assim, para estes autores, o espaço deve ser continuamente pensado a partir da premissa de que está sempre hierarquicamente interconectado: “(...) a mudança cultural e social não se tornam uma questão de contato cultural e articulação, mas de repensar a diferença através de conexão” (p. 35).

No espaço pulverizado da posmodernidade, o espaço não se tornou irrelevante: foi reterritorializado de uma forma que não conforma

⁶⁹ Transcrição de fala do professor Theophilos Rifiotis em sala de aula, na disciplina “Rastreado associações”, dia 07/06/2010.

com a experiência do espaço que caracteriza a era da alta modernidade. É esta reterritorialização do espaço que nos obriga a reconceituar fundamentalmente as políticas de comunidade, a solidariedade, a identidade e a diferença cultural. (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 37, *tradução minha*).

Assim, não apenas o conceito de território passa a ser colocado em novos termos, como também os processos imbricados a ele de *identidade* e de *diferença*. Desta assertiva, podemos conceber que é justamente ao desenvolver estratégias de diferenciação do *lugar do outro* em que podemos encontrar formas fortuitas de elaboração dos significados dos lugares e diferentes territórios dentro dos bairros, que será abordado a seguir.

(...) colocando em primeiro plano a distribuição espacial das relações hierárquicas de poder, podemos entender melhor o processo pelo qual um espaço alcança uma identidade distintiva como um *lugar* (...) a identidade de um *lugar* surge pela intersecção do seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados, com sua construção cultural como comunidade ou localidade. (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 36, *tradução minha*).

Em diferentes níveis, o campo desta pesquisa apresenta situações em que se verifica a presença e a disputa de relações de poder e empoderamento que conferem ao *lugar* características de *próprio* ou de *outro*.

O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2001, p. 86).

As formas de pertencimento indicam, principalmente, os nomes dos lugares e as diferentes táticas (CERTEAU, 1994) acionadas pelos sujeitos para significar estes lugares. Neste sentido emerge o tema da denominação dos lugares, enfatizando os momentos em que estes nomes implicam em relações de pertencimento ou distanciamento. Em seguida, são enfatizadas as questões relacionadas aos lugares e suas representações, as classificações do território especialmente em termos de pertencimento. São apresentados exemplos etnográficos que constroem *sentidos de lugar* que colorem o território a partir de significados, sentimentos e memórias. Assim, são exploradas as diferentes territorialidades expressas no contexto analisado, as formas pelas quais se materializam e são significadas, de maneira que nos possibilite pensar em territorialidades,

(...) mais do que território, a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples “qualidade de ser território” é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2006, p. 73-4 apud REIS, 2012, p. 13).

Sobrepondo-se aos mapas de delimitações oficiais do território, se desenvolvem outras formas de percepção que agregam nomeações e zoneamentos subjetivados ao território. Estas significações serão exploradas adiante a partir da análise das categorizações nativas dos **nomes de lugares**. Existem diversas nomeações dadas pelos sujeitos para identificar lugares e atribuir significados aos mesmos, como: embaixo, em cima, bairro, vila, loteamento, direito, área verde, baixada, rua a, beco, campinho, entre outros. A ideia é esmiuçar estes termos, identificar em quais circunstâncias são acionados, com quais significados, sob quais relações de oposição, etc.

Pensando nessas territorialidades, *lugares* constitutivos e constituídos pelas práticas, podem-se considerar os seus *sentidos de lugar* (AGIER, 1998), significações relativas que distinguem certos espaços no conjunto de uma cidade. Agier (1998), a partir de pesquisa realizada em um bairro de Salvador, conclui que essas significações constituem “fontes das identidades”. E complementa que a referência

aos nomes do *lugar* pode ser usada para analisar laços sociais de sentimento e apego ao *lugar*.

2.2 O MEU LUGAR: RELAÇÕES DE IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

A seguir trataremos dos seguintes temas: formas de apropriação simbólica e material do espaço que se expressam em categorias nativas relacionadas às *táticas* de ocupação do espaço e da terra como um *bem de troca* (noções de **direito** e **brique**), e nas formas simbólicas de expressão da propriedade: fronteiras e símbolos (cercas, números das casas). Todas estas formas de apropriação podem ser relacionadas, em termos simbólicos, às redes que se estabelecem e que podem ter relação com o território doméstico, mas geralmente o transcendem. Por exemplo, os terrenos usados para separação de materiais recicláveis, ou **barracões**, formam territórios em constante disputa que emanam relações de poder. Não é qualquer pessoa que pode construir um local para separar, mesmo em se tratando de terreno público. Existem esquemas de privilégios que orientam as práticas.

Rosander (1991) em sua pesquisa com mulheres que vivem em um pequeno vilarejo de subúrbio localizado entre o Marrocos e a Espanha teve como objetivo descrever e analisar como essas mulheres vivem em termos de moralidade, respeitabilidade e prestígio, focando, para tal, na construção de suas identidades de gênero, que incorpora ideias referentes aos pertencimentos étnicos e religiosos, e suas estratégias de autoafirmação social (p. 5). Neste sentido, em sua análise, enfatiza as maneiras pelas quais as mulheres em suas performances (especialmente durante as celebrações e festas de casamento) salientam *similaridades* (*sameness*) e distintividades – estas expressadas no pertencimento a uma mesma família, gênero, grupo de idade social, grupo étnico e religioso. E também expressam *distância* e *diferença* com relação às mulheres espanholas, por exemplo.

Neste sentido, a Rosander (1991) explora as ideias das mulheres sobre si mesmas e sobre os outros. É interessante ressaltar que em sua etnografia, realiza uma análise da forma e conteúdo das comunicações orais das mulheres, que são uma espécie de veículos de gerenciamento

do sistema moral e muito importantes na apresentação da individualidade das mulheres.

O encontro entre o *eu* e *outros* envolve uma contínua criação e recriação de identidade, por meio das quais as identidades dos atores sociais são confirmadas. Assim, os aspectos de identidade e individualidade com os quais eu estou lidando, enfatizam o elemento performativo do comportamento das mulheres (...) Portanto, identidade é compreendida como um processo bidirecional, testado e negociado nas interações sociais. É ao mesmo tempo performativo e persuasivo – é retórico (ROSANDER, 1991, p. 11).

Hall (1999) ao comentar sobre o descentramento do sujeito, e destacando especialmente as contribuições de Freud, problematiza a formação do eu sob o olhar no Outro, e faz importantes apontamentos sobre o conceito de *identidade* que cabe mencionar aqui:

(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (...) Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 1999, p. 38-39, grifos do autor).

Ao problematizar o conceito de identidade, Maffesoli (1996) propõe pensar os processos de identificação que relativizam o sujeito e a dinâmica social. Nesta perspectiva o mais importante é considerar o *estar-junto* suscitado pelo processo de identificação. O autor ainda faz

uma associação entre esta perspectiva e apropriação territorial pelas diferentes tribos contemporâneas:

Assim, a identificação ressalta que a pessoa é composta de uma série de estratos que são vividos de um modo sequencial, ou mesmo que podem ser vividos concorrentemente, ao mesmo tempo (...) Num esquema ao mesmo tempo simples e complexo, cada um desses elementos, pessoa, tribo, território, arrasta o outro, e todos retroagem uns sobre os outros (MAFFESOLI, 1996, p. 333).

Esta perspectiva é muito interessante por permitir uma conexão analítica da identificação e o território, pois a socialidade emocional conecta o lugar e o laço: “O lugar em que se mora, em que se trabalha, que se visita, é, assim, sempre o que favorece a experiência de grupo, o que tem uma forte carga empática” (MAFFESOLI, 1996, p. 336). Pensar a identidade, e nestes termos, a relação entre as pessoas e os *lugares*, sempre sugerem alguns cuidados que evitem a naturalização desta relação, é conceber que a identidade é sempre móvel e processual, parcialmente resultado de autoconstrução, mas também categorizada pelos outros, parcialmente uma condição, um status, um rótulo, mas também e ao mesmo tempo uma ferramenta de afirmação de si diante dos outros.

2.2.1 A construção do lugar: nomeações

Nosso bairro aqui mudou bastante, meu deus, tá muito bom. Eu vim do Paraná pra cá e nunca mais saí, rodiei o bairro São Pedro (...) Eu saio pra outro bairro mas volto porque não se acostuma em outro lugar, parece que estar em outro bairro é outra cidade (**Amarílis**).

Uma importante maneira de construir territórios subjetivados é através das formas pelas quais são denominados pelos sujeitos. Estas nomeações atribuem sentido aos lugares, e como afirma Certeau (1994) as narrativas e relatos inscrevem o *lugar*.

A observação nos permitiu constatar que, para os moradores as divisões entre conjuntos e loteamentos não se faz presente nas

nomeações e identificação do lugar de moradia. Ou seja, os moradores raramente mencionam que moram no loteamento *Vida Nova* ou *Vale das Hortênsias*, e utilizam referências de localização como proximidade de locais importantes no bairro, como por exemplo: “Moro ali na frente no CAIC”, “Morei na baixada, perto da sanga”, etc. O uso do nome do loteamento é mais recorrente entre os moradores da Vila Betinho, que como veremos adiante, é reconhecido como *lugar* tanto para os seus moradores quanto aqueles do entorno, na medida em que atribui uma identidade comum aos seus moradores.

Com relação aos nomes dos bairros, quando os moradores falam em “São Pedro”, fica muito claro de que região e local estão falando. Não há espaço para ambiguidades, sabe-se claramente como definir onde é o São Pedro (apesar de o olhar externo, como já mencionamos, não reconhecer essas diferenciações do território). Trata-se da ocupação mais consolidada e mais antiga. Muitas das mulheres entrevistadas que hoje vivem no Bom Pastor nasceram ou viveram um tempo de suas vidas no São Pedro, e remetem-se a este tempo e lugar:

Na sexta elas foram visitar, quando foi na quarta-feira, o pessoal da habitação foi lá na minha casa, era no bairro São Pedro, perto de uma sanga, não dava mais nem pra dormir de tanto rato, de tanto bicho que vinha, eles foram lá, olharam do jeito que era, em volta da casa e tudo, a sanga suja, onde ali eu lavava a roupa, olharam tudo e quando saíram o Marcos disse, o Dona Olivia, segunda-feira, a senhora vai lá na habitação com todos os seus documentos (**Olivia**).

Quando eu voltei do Mato Grosso minha mãe morava lá [na área verde], quando eu fui ela morava no [bairro] Seminário, quando eu voltei ela já morava ali, eu não sabia. Daí a gente ficou morando um pouco ali com ela, até melhor um pouco, o meu esposo arrumou serviço, que ele era estranho do lugar, daí quando ele conseguiu arrumar serviço, daí a gente já alugou casa, moremo no São Pedro de casa alugada, daí fiquemo um tempo lá, daí voltemo ali de novo. (**Flor**).

Daí a gente começou a sair pra lá e pra cá, viajava pra fora. Mas a mãe sempre morou ali (...) Nós moramos em uns quantos lugar ali no São Pedro. Que depois nós saímos de onde nós entramo no

começo ali, daí a gente começou a melhorar a situação e começou a comprar mais pra cima ali, mais no centro do bairro né. Só ali naquele lugar moremo em uns dez lugar, umas dez mudança.

(Lírio esposo de Amarílis)

Eu moro aqui há sete ou oito anos. Antes eu morava lá embaixo no São Pedro. Lá eu morava na beiradinha da sanga, e meu marido tem asma, daí lá ele vivia só doente e nós pensamos assim que se nós viesse morar aqui ele melhorava, só que não adiantou, piorou, ele vive mais no hospital que em casa. [*E lá no São Pedro vocês viveram quanto tempo?*] Ah lá no São Pedro eu morei muitos ano, na verdade eu morava no terreno da minha mãe, e eu nasci e me criei no mesmo lugar (...) **(Primavera)**.

Assim, o São Pedro, suas paisagens e territórios são familiares para a maioria dos moradores, seja porque vivem ou viveram ali um tempo de suas vidas. A parte mais antiga do bairro comumente é associada pela localização com os adjetivos “baixo” ou “embaixo”, pois se localiza em torno de um córrego e geograficamente fica em nível mais baixo. Destas denominações também surge a **baixada**, localizada bem próximo ao córrego e da qual trataremos adiante.

A oposição *embaixo/em cima* também é usada para referenciar ao local de moradia anterior da maioria dos moradores da Vila Betinho. As famílias ocupavam uma área em condições muito precárias, eram barracos de lona, sem água ou luz em uma parte baixa da região, que pertence ao bairro Maria Goretti⁷⁰. Este local é referenciado como “embaixo”, “nos barraquinhos”, “favela”, “área verde”, “embaixo nos barracos”. A seguir apresento alguns trechos de narrativas que se referem a este tempo antes da Vila e as dificuldades enfrentadas:

Nós morava lá embaixo na outra favela [*E você viveu a vida inteira aqui nessa região?*] Não, eu já viajei muito, tentei a vida não deu certo, aí vortei pra cá de volta. **(Marcela)**

Aqui nesse bairro aqui tem uns treze ano eu acho. [*E antes de vir pra cá?*] Antes de vir pra cá eu morava lá embaixo, fiquei uns três, quatro anos lá

⁷⁰ Esta área até os dias atuais não possui ocupação densa, sendo algumas empresas e recentemente um condomínio de prédios.

embaixo. [*Como que era a vida lá?*] Era ruim, que nem lá a gente não tinha água, tinha que tomar água de poço, pra lavar roupa era um sacrifício, não era fácil. A gente não tinha luz na casa, era só luz de velinha, era mais complicado (...) No inverno pra tomar banho tinha que esquentar a água no fogão (...) Daí que fumo pra cima, compremo uma casinha da Dona Maria que morava lá, que era amiga da minha cunhada, daí compremo dela, uma casinha até bem caprichadinha de madeira, de assoalho, daí ali nós ficamos, até subir pra cá. Daí tiremo a casa de lá e trouxemo pra cá, no começo aqui fizemo a casinha de madeira, já tinha o banheiro, já melhorou a situação né, porque lá embaixo não tinha nada. **(Flor)**

Primeiro nós morava lá embaixo num barraquinho, eu morava lá, porque eu era sozinha, viúva com esses pequeno (...) Aí um dia eu ganhei esse terreno aqui, de lá eles trouxeram a gente aqui. Daí nós viemo morar aqui sabe. **(Violeta)**

Nós morava no Esplanada, de lá nos fomos morar lá no Maria Goretti, ali onde estão fazendo os prédios da JPW, e de lá nos viemos morar para cá. Moramos um ano e pouquinho no Maria Goretti, não tinha nem água e luz. A mãe sempre trabalhou, meu pai sempre trabalhou, então graças a Deus eles nunca deixaram faltar as coisas pra nós dentro de casa. Então lá só era ruim essa parte de água e luz, mas no mais era sossegado, tudo tranquilo. Daí quando viemos para cá, tinham distribuído uns terrenos da prefeitura, daí ela veio pra cá, ajudou a construir os banheiros e as fossas, trabalhou para construir a casa e tudo, nós morava na primeira rua lá em baixo, daí depois trocaram aqui para cima. **(Acácia)**

As narrativas demonstram, desta forma, uma importante mudança com relação à vinda para a Vila Betinho, apesar de receberem apenas o terreno e o banheiro conjugado com o vizinho do lado, o acesso à terra representou para estas famílias uma significativa melhora nas condições de vida. Se muitos ainda vivem na mesma casa que construíram na época (dez anos atrás), outros já conseguiram reformar e fazer melhorias

nas casas. Assim, o local denominado *Vila* é acionado como referência a “em cima” em oposição ao antigo local de moradia, as áreas de favela ou **direito**⁷¹, que são denominadas “embaixo”. Essa oposição permanece sendo acionada até os dias atuais, mesmo que a maior parte das casas nesta área debaixo não exista mais: “É tipo um potreiro, no causo, ali tem o campo, e daí do lado de baixo tem um monte de mato, ali era um monte de casinha antigamente. Sabe a rua do CAIC, do que descia o asfaltão que sobe ali pra baixo, ali era cheio, até ali embaixo, ainda tem umas casinha ali perto da sanga, ali era cheio, era tudo favela, era onde todo mundo morava”. (**Marcela**).

Sobre este passado na “favela”, **Marcela** lembra do tempo em que toda família morava “lá embaixo”. Esta área, hoje uma espécie de potreiro, era cheio de “casinhas”. Hoje, o resquício desta densa ocupação está nas margens da sanga, onde há uma contínua rotatividade de moradores. A sua família vivia próxima em vários barracos, a mãe e outros tios e a avó: “Ali eu me criei (...) Nós era acostumado lá embaixo, não queria vim pra cima”. De maneira semelhante, **Hortênsia** comenta que na época da mudança, depois de trabalharem na construção dos banheiros chegou a hora de se mudar e ela não queria vir: “Eu peguei minha mala de roupa e se fui lá pra casa da mãe: eu não vou morar lá... a mãe disse: lá é teu minha fia, lá é teu. Não quero ir morar lá de jeito nenhum. A gente é acostumado no lugar.”

2.2.2 A construção do lugar: táticas e direito

A partir da etnografia se observou que as áreas irregulares podem ser identificadas de duas formas⁷²: área verde ou **direito**. A primeira é usada fundamentalmente para localizar uma determinada área dentro do bairro Bom Pastor, referindo-se especialmente às áreas que no mapa aparecem da parte de baixo do bairro, próximo à sanga. A segunda forma de identificação – **direito** – também está atrelada a este território,

⁷¹ Noção que será explorada no próximo item 2.2.2 A construção do lugar: táticas e direito.

⁷² Aqui cabe ressaltar que em alguns casos os moradores utilizaram a palavra “favela” ou “favelinha” para identificar estes locais, mas por ter sido mais amplo e comum o uso do termo direito, optou-se por não incluir esta enquanto categoria nativa.

mas também diz de outros, e envolve especialmente uma forma de concepção e prática de ocupação dessas áreas, chamadas, irregulares.

Durante a pesquisa percebi claramente o movimento de esvaziamento das áreas de ocupação irregular (remoção das famílias, demolição ou desmanche das casas) e reocupação. Por se tratar de uma área já consolidada, famílias que vivem próximas ao local logo se encarregam de reocupar aquele território garantindo o **direito** sobre ele.

Nestes termos, a noção de **direito** se configura ao mesmo tempo como uma configuração de *territorialidade* e também como uma prática, ou “maneiras de fazer”, nos termos de Certeau (1994). Para o autor essas “maneiras de fazer” são constituídas pelas práticas de reapropriação do espaço pelos usuários, se expressam por meio de *táticas*. Apesar de serem “(...) operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e a detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos dos quais elas são os modos de usar (...) Noutras palavras, deve haver uma lógica dessas práticas” (CERTEAU, 1994, p. 42). As táticas, para Certeau (1994) são performances operacionais, práticas cotidianas que representam as vitórias do “fraco” sobre o mais “forte”, as táticas são:

(...) pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia (...) Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula (CERTEAU, 1994, p. 42).

No caso de **Tulipa**, uma das interlocutoras desta pesquisa, a ocupação em um **direito** se tornou uma ação tática, nos termos de Certeau (1994), para garantir uma vaga no programa de habitação da prefeitura. Ela construiu um barraco em uma antiga área ocupada inclusive por familiares seus e do seu esposo, como forma de pressionar a prefeitura reconhecer seu cadastro. A *tática* deu certo, ela foi para um apartamento e vendeu os materiais usados na construção do barraco⁷³. Entre três e quatro meses após esta nossa primeira entrevista, **Tulipa** se mudou para um condomínio de interesse social no bairro Seminário, chamado Monte Castelo. Sua trajetória de mobilidades é emblemática e se aprofunda no próximo capítulo.

⁷³ A história de **Tulipa** será mais detalhadamente analisada no próximo capítulo.

As relações de apropriação presentes nas áreas de ocupação oferecem interessantes panoramas para pensar, não apenas estratégias de sobrevivência e transição para a casa própria, mas também as concepções de propriedade que os moradores desenvolvem, as subjetivações do território a partir de argumentos legitimadores do **direito**. No caso analisado acima, além da argumentação de necessidade, **Tulipa** também aciona a ocupação familiar anterior como legitimadora de sua atual ocupação, a noção de **direito** permite assim a manipulação e transferência de terra e da propriedade em termos materiais, mas principalmente simbólicos.

No caso de **Tulipa**, a ocupação do terreno e a subsequente reivindicação pelo apartamento representa claramente uma *tática* de reprodução social e acesso a terra, que veio após a negociação do apartamento por uma casa e terreno na Vila Betinho. Ou seja, há uma apropriação dos termos do outro, tanto nas *narratividades* quanto nas práticas, que revelam: “Mil maneiras de *jogar/desfazer o jogo do outro*, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (CERTEAU, 1994, p. 79).

(...) chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A *tática* não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a *tática* é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1994, p. 100).

Os relatos sobre as ocupações urbanas, denominadas **direito**, revelam as formas através das quais os sujeitos “penetram” no sistema e no lugar do *outro* para constituir para si um *lugar*. A *tática* de ocupação, apesar de aparentemente não ser uma ação organizada, é coletiva e articulada, no sentido de envolver, por vezes, grupos familiares, articulações que antecedem a ocupação ou simplesmente por serem ocupações que vão “germinando” pelo território, crescendo e ganhando força. É relativamente fácil desmobilizar uma ocupação de terreno com

uma família apenas, quando passa a ter dezenas de famílias, qualquer intervenção se torna mais delicada. Assim, mais uma vez enfatizamos a *processualidade* dos eventos de territorialização nos cotidianos da periferia:

Não tinha quase casa, pra lá era tudo mato, pra lá também, começaram a fazer as casa aos pouco, começaram a fazer as casinha e diziam que era direito, começaram invadir e foi. Só que agora quase tudo tem escritura. [*O que seria direito?*] Direito é um cantinho, é um final de rua, um cantinho assim que era da prefeitura, eles invadiam (...) e ficavam, não tinham mais como pagar aluguel, colocava um barraco em cima, quando tinha condição fazia uma casinha melhor. (Gérbera)

Assim, uma ação tática como esta descrita acima representa uma infiltração no campo de poder do *outro* e o empoderamento daquele até então destituído de poder:

A maioria dos que vinham de fora eles faziam de noite, amanhecia, como era de lona, de compensado, daí depois durante o final de semana. Uma época a prefeitura vinha olha mas a prefeitura nem dava bola, não vencia mesmo. Aqui pra cá era tudo, ali tinha uma fileira de casa, e tivesse deixado, ali tinha tudo casa bonita ali onde tem aquele mato lixão ali também, ali tinha as casa bonita, eles que tiraram e levaram lá pra cima. (Gérbera)

A partir da ocupação e efetivação do **direito** seguem-se uma infinidade de possibilidades e caminhos. Para **Gérbera** a casa se tornou sua propriedade com escritura e tudo, apesar de ser em borda de sanga, conseguiram via processo judicial de usucapião o reconhecimento da propriedade:

Uma época logo que nós tava aqui eles queriam tirar e levar lá pra Vila Páscoa, quando começou a sair as casa lá na Vila Páscoa, daí meu marido não teve jeito de ir, depois quando começou a sair a Vila Betinho eles vieram de novo pra levar nós

pra Vila Betinho, não queria também ir pra lá de jeito nenhum, que nós não queria sair daí começemo ir atrás dos dimensor (...) daí começaram medir e demo entrada no Fórum até conseguir a escritura. (**Gérbera**)

Essa perspectiva de resistência permitiu a consolidação no território. Poderia ser outro caminho a transição para outro local definitivo, através do ingresso em políticas públicas (caso de **Tulipa**), ou mesmo a conversão deste **direito** em moeda de troca e possibilidade de negociação. Áreas de direito são passíveis de **briques**.

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos (CERTEAU, 1994, p. 102).

As relações de propriedade envolvem intrincados processos de apropriação, negócios ou **briques**⁷⁴, agenciamentos em torno de compra, venda e trocas. Esta noção está intimamente relacionada à noção de **direito**, que pode se referir aos territórios ocupados nas áreas irregulares e orientar determinadas práticas em torno dos lugares de moradia e discursos de empoderamento. As relações referentes ao uso, nomeações e práticas nestes espaços e suas consequentes negociações serão analisadas a seguir.

A categoria **brique** é acionada em diferentes contextos, mas aqui cabe analisar especialmente àqueles em que envolvem as transações habitacionais. No discurso geralmente está associado à ação de **briquare**, envolvendo, portanto, uma ação, uma prática no espaço:

Aqui foi **briqueado**. Eu morava ali no Boa Vista, no caso lá, daí **briqueei** aqui. Aqui ficava mais perto do colégio, aí se ajeitou esse **brique** aí. Lá era irregular também (...) Eu **briqueei** aquela casa

⁷⁴ “Brique” é um termo nativo para indicar negociações ou transações, e podem envolver trocas, compra ou venda. Pode ser usado no sentido de verbo: briquare, briqueamos, briqueei, briqueou, etc.

por essa, era um outro que morava aí, **briqueei** com ele lá, aí ele foi morar lá e ficou um tempo lá, mas vendeu já e diz que mora em Coronel Freitas. (**Jacinto**)

Os **briques** podem ser feitos com terrenos de “posse” ou irregulares, os chamados **direitos**, ou outras situações de moradia, como terrenos ou unidades habitacionais compradas ou acessadas mediante políticas habitacionais:

Nós morava tudo aqui no bairro, daí ela ganho um terreno aqui e **briqueou**, daí foi morar ali na frente do CAIC e depois de tudo ela moro ali em baixo, onde tinha os barraquinhos, daí ali dos barraquinhos ele ganhou lá no Expoente. [*Ela acha melhor lá do que aqui ou ela tem saudade daqui?*] Ela disse que aqui ela conseguia se virar, ela catava papel para reciclagem, lá já não dá, é mais longe de tudo, lá depende de lotação pra vir pra cidade. (**Narcisa**)

No caso relatado por **Narcisa**, aparece uma primeira negociação envolvendo um terreno na Vila Betinho (loteamento popular) e o retorno para a área dos “barraquinhos”, que indica um retorno às condições de moradia anterior. Em um segundo momento há a transferência dessa família para o novo Loteamento Expoente. Não há garantia de que desta vez permanecerão no local, pois como a fala de Narcisa já indica, a vida em apartamento impossibilita, por exemplo, que continue desenvolvendo o trabalho com materiais recicláveis, um dos motivos que pode fazer com que retornem à condição anterior de moradia (áreas irregulares) ou façam um **brique** com o apartamento ou terreno e acessem uma nova casa.

Minha mãe morava ali embaixo na Barão do Rio Branco, naquela época tinha um monte de barraquinho ali né, daí minha mãe morava ali. Daí ela ganhou um terreno nessa rua debaixo aqui, daí meu pai **briqueou** com uma mulher que morava aqui, ele **briqueou** com ela, ela foi pra lá e eles vieram pra cá. (**Lis**)

Algumas vezes são necessários sucessivas negociações até ser possível um lugar mais definitivo. Na narrativa de **Flor** isso fica

evidente. O terreno na Rua Pará refere-se a uma área irregular e quando se refere ao “aqui” é a Vila Betinho:

Daí compramo um terreno na Rua Pará, aonde tinha uma igreja ali, a gente comprou um pedaço assim, e construímos uma casa e moramos ali um ano. Daí que fumos pra cima, compremo uma casinha da Dona Maria que morava lá, que era amiga da minha cunhada, daí compremo dela, uma casinha até bem caprichadinha de madeira, de assoalho, daí ali nós ficamos, até subir pra cá. Daí tiremo a casa de lá e trouxemo pra cá, no começo aqui fizemo a casinha de madeira, já tinha o banheiro, já melhorou a situação né, porque lá embaixo não tinha nada. **(Flor)**.

As relações com o território bem como as *táticas* de empoderamento e transição para a casa própria são vividas e significadas diferentemente pelos sujeitos, se para alguns o acesso aos programas habitacionais seja apenas transitório e um **direito** passível de compra e venda, para outros este tipo de transação é criticada:

Naquele época era muito diferente, muito sofrido. Nós passamo muita farta, muita fome (...) Dos doze irmão da mesma mãe, tudo foram se estraviando, uns vieram pra cidade, se ajuntaram, outros foram pra aldeia, se ajuntaram, assim. Tenho uma irmã que paga aluguel, ganhou um casinha lá em cima, ganhou aqui, mas vendeu. Nós são se conversemo, porque eu acho assim, eu sou ignorante, eu sou muitas coisas, eu reconheço que sou chata, porque o que eu sofri pra ter eu não quero que ninguém venha pra destruir, então eu acho muito errado, se tu ganhou, se tu sofreu pra ter, eu acho bom cuidar. Eu sofri muito pra conseguir, passei muita farta, chorei muito com os meu fio sem ter onde ir, sem ter onde dormir, não só os meu, mas com os dele também, e os outros que vinham visitar não tinha nem teto pra dormir. **(Rosa)**.

Assim percebe-se que a própria noção de **direito** pode ser manipulada e acionada em diferentes contextos. Para uns, o acesso aos

programas habitacionais não se configura em *direito* passível de venda, e no caso de precisarem sair do local, mencionam a “entrega” da casa na prefeitura. Mas esta “entrega” envolve uma negociação paralela, digamos, pelo *direito* de ficar no local. Assim, os sujeitos envolvidos da negociação, estabelecem um acordo, diante da autoridade, de que estão trocando (de qualquer forma, o contrato permanece em nome do proprietário original). Esta *tática*, em princípio, garantiria o acesso novamente a benefícios habitacionais caso fosse necessário, como no relato abaixo em que posteriormente à entrega da casa, a família teve acesso a um novo terreno:

Ali moremo um tempinho. Daí fiquemo um tempo lá naquela casa daí eu **entreguei** pra prefeitura de vorta. Daí se fumo pra Balneário, fui morar pra lá. Entreguemo a casa, fiquemo uns três mês lá, daí viemo de vorta, daí que viemos pra Vila Betinho ali. Ali embaixo. Daí moremo um tempo ali, daí peguemo e briquiemo por uma terra lá na colônia, e daí moremo na colônia, também não deu certo lá, vortemo de vorta pra cá, agora tamo aqui! Então é uma história muito longa da vida da pessoa... (**Lírio** esposo de **Amarílis**).

Margarida também explica a sua negociação do terreno que vivia há dez anos na Vila Betinho, que segundo ela, não vendeu o terreno, apenas a casa, e que “entregou” pra prefeitura, ou seja, informou a prefeitura da situação, o que, do seu ponto de vista é “a coisa certa a fazer”, ela disse que sua filha tem um contrato informal desta negociação, e a casa foi vendida para uma sobrinha, que necessitava de moradia e teria condições de pagar o terreno para a prefeitura.

Só que a mulher me explicou que eu não podia mais ir lá fazer cadastro nenhum que eu não ia ganhar [*Porque você já ganhou uma vez*] É. Só que nem eu disse pra ela, eu ganhei mas não fiz coisa errada, eu vim aqui e entreguei pra vocês, não vendi nada né. [*Mas esse dinheiro quem deu?*] Foi a dona da casa, ela que deu os dez mil (...) mas aquele cadastro ficou no meu nome ainda, porque a prefeitura ia vim ali, fazer vistoria, investigar, ia ver se ela tinha condições mesmo de pagar o terreno né [*Pra prefeitura?*] Pra prefeitura. Só que daí a prefeitura já fez um

ano que eu tô aí e a prefeitura não apareceu ainda (...) E daí a casa ela desmanchou e construiu tudo novo (...) Ela é filha de um irmão meu que mataram, e daí ela só comprou essa casa aí que era da morte dele né, e eu só vendi pra ela ali porque era parente, se não... (**Margarida**)

De qualquer forma ela tem esperanças de conseguir, através de um novo cadastro, receber uma casa ou terreno da prefeitura novamente:

Que daí ela me disse que eu não podia mais ir lá fazer cadastro. Daí me deu raiva, eu disse: é tem gente lá da Vila que vendeu, comprou, vendeu de novo e tá nos barraco, e agora vocês deram lá no Expoente, lá noutro bairro. Eu que nunca vendi, nunca fiz nada, nunca fiz sujeira nenhuma pra vocês, você vem dizer que eu não posso vir fazer inscrição aí... Ela *Ah mas você tá vendendo...* Eu não tô vendendo, você tá vendo aí no papel que eu tô vendendo? Eu não tô vendendo, eu tô entregando o terreno pra vocês, só tô vendendo a minha casa. (**Margarida**)

Assim, percebe-se que junto à ideia de **brique** os sujeitos demandam reconhecimento do seu **direito** de novamente fazerem o cadastro para serem contemplados. Aqui, cabe enfatizar que discursivamente se reconhece a “venda da casa” e não do terreno, no entanto, como **Margarida** mesmo reconhece, o lugar que vendeu, sua casa já foi desmanchada e outra de material foi construída no local.

Ao comentar sobre a possibilidade de compra e venda do terreno na Vila Betinho, **Hortênsia** considera que como não possuem a escritura pública, qualquer negociação deveria passar pela prefeitura, mas que acharia justo, já que pagou, receber a escritura para caso haja interesse pudesse vender dentro da legalidade: “Se eu paguei é meu, eu posso vender pra quem eu quero, fazer o que eu quero com o terreno, assim não dá, tem vez que só complica. Tem morador que entrou, vendeu, só complicou, tiraram” (**Hortênsia**). Ela reconhece na vizinhança alguns casos de vendas que acabaram complicando mais tarde e menciona que não tem interesse em vender: “A gente faz pensando nos filho, aquele que ficar vai ficar, não adianta dizer é meu, é dos filho, a gente faz pensando nos filho. É pra eles. Eu até brinco com eles, quando vocês

casar vão emendando pra cima, que aqui é de vocês, deixem no meu cantinho mas aqui é de vocês” (**Hortênsia**).

Esta situação de informalidade e irregularidade se repete em muitas residências, antigos proprietários negociam o imóvel e acabam passando para outros, geralmente parentes, que acabam não possuindo a regularização do lote. Na condição de uma regularização da Vila Betinho, surgirão inúmeros casos semelhantes a estes, que demandarão uma rearticulação em termos de propriedade original e propriedade cedida (vendida). As pessoas estabelecem muito mais um *valor de uso* para estes terrenos do que um *valor de troca*. Isto fica claro quando observamos que nas negociações as pessoas falam em vender ou trocar a casa e não o terreno: “[Venderam] parece que quinze mil. Bem dizer é a casa, que o terreno, se não tem documento não tem nada, não é da gente”. (**Camélia**).

Nestas *táticas* as quais denominam **briques**, é interessante analisar as relações de equivalência de valores entre coisas diferentes, pois a troca pode envolver desde automóveis, valores em dinheiro, parcelamentos, entre outros. As três narrativas a seguir são exemplares das trocas realizadas:

Daí apareceu o brique aqui, que morava um casal que tinha gêmeos, eles queriam ir embora, eles não se deram bem aqui daí trabalhava junto com ele, ele ofereceu aqui, daí nós compremo aqui [*Como pagaram a senhora lembra?*] Naquela época nós demo acho quinhentos em dinheiro e demo um jogo de sofá pra eles e uma estante. (**Gérbera**).

Nós ficamos um ano morando lá [em Porto Alegre], aí ganhamo um terreno numa granja, era grande assim, enorme. Tu me acredita o que o Lírio foi fazer, trocou a terra todinha por uma apareinho de som de fita e cem real naquela época, pra vir embora de volta pra Chapecó? (**Amarílis**)

Nós nem água não temo, a gente usa da vizinha do lado, sem ninguém saber. Tem uma manga da torneira. [*E isso desde que vocês vieram aqui? A vizinha já estava aqui?*] Ela sim, foi ela que contou que não era terreno aqui, que o home passou a perna em nós, ele vendeu e não era terreno. Ela disse, não, isso aí é área da prefeitura, é *direito*. Vocês tão comprando um lugar que não

vale nada, e daí o home já tinha dado o carro. [Vocês deram um carro em troca do terreno?] Um carro e mil real. (**Lavanda**)

Os **briques**, portanto, podem envolver negócios de compra e venda, mas geralmente envolvem a *troca*. Estas negociações de troca ocorrem, preferencialmente, pelo o que pude observar, entre pessoas conhecidas, pois ocorre em contexto de informalidade, e envolve apenas “acertos” verbais.

Daí ele trocou aqui com a minha vó, eu tinha 11 anos, e nós fomos pro interior, daí ficamos sete meses lá, aí ele **trocou**, fomos morar ali naquela rua João Turatti, nós fomos morar, daí ficamos ali um ano e pouco, e depois fomos morar no [bairro] Presidente Médice. [E no interior onde vocês foram?] Na linha das Palmeiras, mas daí meu pai não era muito de trabalhar, mas no interior né, se não trabalha não tem como (...) Daí ele **trocou**, comprou uma casa aqui na cidade e vendeu lá, daí ali embaixo, e aí fomos pro Presidente Médice, que aí que eu conheci o meu ex-marido, com 13 anos. (**Lis**)

Mesmo no caso de negociações com pessoas não conhecidas, a mediação para o negócio é feita pelo intermédio de alguém conhecido, já que se tratam de negociações “ilegais” não há um anúncio formal, geralmente passa de boca a boca⁷⁵. Esta situação é exemplificada pelo relato abaixo em que **Camélia** e **Antúrio** contam sobre a história da negociação da casa em que vivem em uma área irregular na Vila Betinho. Na época eles “se juntaram” e estavam pagando aluguel, mas o proprietário precisava desocupar a casa:

Nós tinha que arrumar uma casa, duma hora pra outra. Nós saímos num domingo eu e ela com as criança, nós sentava lá no gramado no potreiro, e sem saber o que que nós ia fazer, aonde que nós ia botar nossas coisa. Daí nós sentado e eu não conhecia ninguém aqui” (**Antúrio**)

⁷⁵ Aqui cabe ressaltar que observei na Vila Betinho a colocação de uma placa discreta, onde se lia “vende-se” e um número de telefone. No entanto, este tipo de prática não é comum.

E eu não conhecia ninguém, só essa mulher lá debaixo, que nós se conhecia do serviço, e daí eu falei com o Antúrio, vamos lá ver com a mulher do Preto se ela não sabe de alguém que tenha um terreninho pra vender, e viemo e deu certo. (**Camélia**) [Antúrio continua a narrativa]: Ela assim olha tem uma amiga minha que nós trabalhava junto no frigorífico, ela mora lá embaixo, nós podia ir lá tomar um chimarrão, quem sabe ela sabe. Cheguemo lá, tomemo uma cuia, aí o maridozinho dela disse: eu sei quem quer vender, tem um amigo meu ali pra cima, é *direito* da prefeitura, mas pra morar dá. Daí subimo aqui ele tava aqui, saindo, fechando a porta. Eu pedi pra ele e ele eu quero cinco mil e meio a vista, e eu tinha oitocentos pila no bolso, ou nós ia pagar aluguel. E daí eu bá mas podia fazer uma diferença, te faço por quatro e meio. Aí meu patrão disse: se precisar de ajuda só me diga. Aí eu fui lá de noite, chovendo, eu tinha um uno. Daí fumo lá e contei a história, ele disse amanhã as quatro hora tu vem buscar o dinheiro. Daí vortamo, tipo quatro hora fumo lá, peguemo o dinheiro que faltou, aí foi uma alegria. Viemo aqui, fizemo um recibo, na segunda e já na terça nós tinha que fazer a mudança. Que saindo não podia deixar aqui sem ninguém. Já no outro dia peguemo um caminhão e já trouxemo a mudança, só eu e ela. (**Antúrio** esposo de **Camélia**)

É interessante observar neste caso que mesmo que tenham feito um recibo, não havia garantia de propriedade a não ser ocupando imediatamente a casa: “Aqui é assim, por isso que quem ganha um apartamento uma casa, que vai sair, se deixar a casinha, amanhã já tem outro, é certeza, não tem nem lógica” (**Antúrio**). No caso das áreas irregulares em que há a remoção compulsória das famílias, normalmente a própria prefeitura se encarrega de destruir o barraco, ou os sujeitos resolvem, vendendo inteiros ou os materiais usados na construção do barraco antes de se mudar para o apartamento.

Outros casos semelhantes são comentados: “A mulher aqui que ganhou [apartamento] saiu e deixou a casa, venceu ano e voltou. O filho ficou na casinha, mas agora a mãe tá de volta ali” (**Antúrio**). Neste caso citado, e em outros que tomei conhecimento durante a pesquisa, as

famílias “passam” o **direito** para algum familiar, alguém fica tomando conta do terreno, ou mesmo ocupa o lugar definitivamente.

A prefeitura procura fiscalizar, como comenta D.B (assistente social): “Tem outra situação que é as áreas irregulares (...) que as pessoas foram invadindo e não existia essa fiscalização, a gente começou essa fiscalização no ano passado, é bem recente isso”. Assim, segundo ela, a tentativa é de aos poucos reestruturar as áreas e impedir novas ocupações. Nos casos que acompanhei mais de perto, há duas situações distintas. A primeira é a área verde próxima ao córrego na parte baixa do Bom Pastor. Por diversas vezes presenciei a destruição dos barracos e a subsequente reconstrução de outro no mesmo local:

Figura 21- Restos de barracos demolidos em área de ocupação (bairro Bom Pastor)



Fonte: Camila Sissa Antunes

A área desta fotografia estava assim em 2012, mas pouco tempo depois, já possuía novas habitações. A outra situação refere-se à área denominada “área verde”, ali, segundo informações da assistente social era área pública e serão construídos apartamentos:

Algumas sim, ali descendo do Maria Goretti onde você fala foram todas, um problema histórico que ali foi resolvido, 26 anos o terreno era invadido com 38 famílias, a última saiu faz uns 10 meses. A prefeitura vai construir apartamentos ali e tudo mais, é área pública, vão ser construídos apartamentos e nós temos também uma proposta de permuta de área particular, para uma pessoa particular construir, mas, é área pública também.

Ao que parece, a segunda alternativa se consolidou, pois na área pode-se presenciar a existência de uma placa que indica ser uma propriedade privada. Do meu ponto de vista, a possibilidade de permuta parece revelar o interesse de uso da área que fica muito próxima do bairro Maria Goretti, uma região relativamente valorizada.

Figura 22 - Terreno desocupado (antiga área de direito).



Fonte: Camila Sissa Antunes

Com relação ao controle de ocupação das áreas irregulares é interessante observar que os moradores atuais que pretendem se estabelecer definitivamente no terreno são favoráveis a este tipo de controle: “Se [a pessoa] saiu, dá um jeito, nesse terreno, bota uma placa,

ou faz. Aqui jamais, mas é claro que nunca vai acabar isso aqui, nunca, nunca”. (**Camélia**), e seu esposo **Antúrio** completa: “É mesma coisa que nós, eu não vendo aqui. Só que se eu vendesse já entra outro. E o pior é que não tem outro jeito, não vai acabar nunca. Se eu pegar e fechar a horta ali, emendar, já daria pra outro”. Assim, pode-se dizer que as negociações dos **direitos**, para além do valor da terra, se negocia uma “possibilidade de morar”, se negocia, efetivamente, um “direito”.

Ainda neste sentido, no caso das áreas irregulares a delimitação com cercas é mais simbólica que efetiva, pois no caso de um processo de regularização da área, haveria que repor as fronteiras “Se regularizar vai ter que medir, o tamanho tem que ser tudo igual” (**Camélia**). Apesar das indefinições, muitas pessoas ampliam as casas ou até mesmo vendem: “Tem gente que construiu, tem gente que vendeu, essa semana também saíram dali [*E você mais ou menos o valor que venderam?*] Parece que quinze mil. Bem dizer é a casa, que o terreno, se não tem documento não tem nada, não é da gente”. (**Camélia**). Apesar desta fala parecer contradizer a própria noção de *direito*: “não é da gente”, é como se houvesse o compartilhamento de certas noções de “direito de uso”, é uma propriedade muito mais simbólica, nos termos de ser uma prática no espaço, e sendo assim:

Trata-se de *um saber não sabido*. Há, nas práticas, um estatuto análogo àquele que se atribui às fábulas ou aos mitos, como os dizeres de conhecimento que não se conhecem a si mesmos. Tanto num caso como no outro, trata-se de um saber sobre os quais os sujeitos não refletem. Dele dão testemunho sem poderem apropriar-se dele (...) o saber-fazer das práticas cotidianas não seria conhecido senão pelo intérprete que o esclarece no seu espelho discursivo, mas que não o possui tampouco (CERTEAU, 1994, p. 143).

Ao narrar essas condições de habitação os sujeitos revelam formas através das quais podemos melhor apreender as relações que se estabelecem para os **briques** e a própria concepção de **direito**. Mas é claro que, além das narrativas, nas práticas e no exercício dessas negociações é que podemos vislumbrar as maneiras que efetivamente significam este “modo de fazer”. Analisaremos em seguida, através de um olhar sobre o espaço doméstico, as táticas de construção do lugar.

2.2.3 A construção do lugar: casas, puxadinhos, terrenos e limites

A casa é o espaço privado por excelência, aquele em que é próprio e não de outro. Ao abordar os espaços privados, Cerateau e Giard (1996) escrevem: “O território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das ‘artes de fazer’ é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente” (p. 203). Sendo o espaço para o agir cotidiano, a casa constitui-se em abrigo, é lugar de vida e de relações, proteção e aconchego:

Neste espaço privado, via de regra, quase não se trabalha, a não ser o indispensável: cuidar da nutrição, do entretenimento e da convivialidade que dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro. Aqui os corpos se lavam, se embelezam se perfumam, têm tempo para viver e sonhar. Aqui as pessoas se estreitam, se abraçam e depois separam (...) Aqui o costume permite passar o tempo ‘sem fazer nada’, mesmo sabendo que ‘sempre há alguma coisa a fazer em casa’. Aqui a criança cresce e acumula na memória mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar. Aqui podemos convidar os amigos, os vizinhos, evitar os inimigos, o chefe do trabalho, por tanto tempo quanto permite a frágil barreira simbólica entre o privado e o público, entre uma convivialidade eletiva, regrada pelos indivíduos e uma socialidade obrigatória, imposta pelas autoridades. Aqui as famílias se reúnem para celebrar os ritmos do tempo, confrontar a experiência das gerações, acolher os nascimentos, solenizar as alianças, superar as provas, todo aquele longo trabalho de alegria e de luto que só se cumpre ‘em casa’, toda aquela lenta paciência que conduz da vida à morte no correr dos anos (CERTEAU e GIARD, 1996, p. 205-206).

As narrativas que contam o acesso à atual moradia nos remetem a conceber a importância do acesso a este *lugar próprio*, como um sonho, algo que se espera e se deseja muito. As trajetórias consolidadas ou não em uma casa própria demonstram o quanto a conquista deste lugar é significativa: “Ah, o meu futuro, o meu sonho, que eu não penso o

futuro, o meu sonho é ter minha casa e meu terreno, meu não né, que eu quero construir pra ela né, que a gente já tá, tem eles né, eu sempre digo eu só trabalho porque eu tenho minha filha né, na verdade, se não tava por aí, na verdade quem mudou minha vida foi ela” (**Camomila**). Assim, percebemos uma importância inter-relação entre os projetos de casa e as relações familiares. Estes engendramentos podem acontecer a partir das relações de parentesco ou de conjugalidade.

Num primeiro sentido, podemos perceber que as *mobilidades* pelo território em grande parte são precedidas por relações familiares já existentes. A este tema retornaremos com maior detalhamento no próximo capítulo, por hora ressaltamos que os arranjos decorrentes destas *mobilidades* pode também **parar** na casa de algum parente ou mesmo fazer um **puxadinho** junto a algum parente: “Quando eu voltei eles não tinham saído daqui ainda. Daí eu **parei** na casa da minha cunhada. Eu **parei** acho uns dois, mais, três mês lá com eles” (**Tulipa**). Estes arranjos são emergenciais e acionados em momentos de crise ou de necessidade. Por outro lado, algumas vezes noras ou filhas permanecem mais tempo junto à casa da sogra ou mãe na condição de provisoriedade, mas que pode durar anos:

Morei bastante tempo com a minha sogra, que daí quando fez um ano que a gente tava junto eu engravidei na menina mais velha, daí eu engravidei dela e nós continuemo morando. Eu só saí da casa deles quando nós subimos morar aqui pra cima, que daí minha sogra ganhou aqui em cima, que naquela época deu um enchente feia lá no São Pedro, arrastou casa, morreu pessoa né, daí nós viemos morar aqui, eu morei um ano com ela aqui, eu morava atrás, mais pra trás aqui e daí depois eu saí daqui e fui morar na frente daqui da casa dela, aí fiquei morei tempo aqui, aí tive a outra menina (**Margarida**).

Das minhas interlocutoras de pesquisa são vários os casos de unidades domésticas lideradas apenas por mulheres, a casa em que vivem **Camomila**, **Acácia**, seus filhos, irmãos e a mãe e um dos exemplos mais interessantes. Neste caso, se organizam em torno do eixo matriarcal:

Então ela [a filha] é assim, foi criada a mimo, porque a mãe, deus o livre pelos neto dela. Então

ela tem a outra vó, mas ela mais conviveu com essa. Então minha mãe na verdade ajudou, eu tive ela em casa e tudo, e ela me ajudou e tá aí né (...) [*Mas porque você teve ela em casa?*] Eu tinha medo de ir no hospital. E eu não tinha dor. Quando dava dor me dava ânsia. Daí eu achava que era normal né, que pra ter uma criança dava dor né, eu disse eu não tenho dor eu não vou pro hospital e quando eu vi nasceu a menina (...) [E o pai?] Morei sempre com a mãe. Nós não se acertava muito, ele era muito ruim, muito louco na verdade. Daí ele vinha só visitar a menina, trazer as coisas. (**Camomila**).

Assim, uma importante modalidade que motiva mobilidades e novos arranjos domiciliares envolve as novas conjugalidades, que normalmente são precedidas de uma gravidez, e a partir deste “ajuntamento” o casal inicia sua luta em busca de uma moradia própria. Como me explicou Seu Lírio sobre sua forma de ver o casamento: “Depois que casei com a mãe dela, na verdade, depois que roubei a mãe dela. Porque nêgo não casa, se amontoa”. É comum nas falas das interlocutoras o termo “ajuntei” ou simplesmente “fomos morar juntos”, como sinônimo de casamento. Estes arranjos podem acontecer em torno da casa materna ou paterna de uma das partes, configurando os chamados **puxadinhos**, ou então significam o rompimento com o lar materno e a busca de independência:

Quando casei a gente morava na Vila Zonta aqui, pagava aluguel. [*Ele era mais velho que você?*] Na época ele tinha 21, ele morava na frente de casa, na época eu queria sair de casa, aí foi uma oportunidade pra mim, mais tarde me arrependi né, mas fazer o que. [*Se arrependeu porque?*] Porque eu era muita nova, parei de estudar, depois eu voltei pra casa da mãe não arrumei serviço, depois que você sai da casa do pai e da mãe, voltar não é a mesma coisa. (**Lis**)

A história de **Rosa** é interessante, pois sua relação conjugal foi uma tática tanto para a aquisição de terrenos na Vila Betinho como para garantir a guarda dos filhos. Ela viveu nos “barracos” na área verde, e

depois recebeu um terreno e seu companheiro outro⁷⁶. Eles conseguiram que os terrenos fossem um ao lado do outro, o que garante hoje um terreno só:

(...) com o tempo nós se ajuntemo assim, eu cuidava dos filho dele e ele me ajudava pra mim não perder os meu pro juiz. Porque o pai do Lucas e o Mateus queria um dos piá e como ele ficou com tudo lá em Gaspar, as coisa e não queria os filho, depois que ele veio pra Chapecó, ele queria um dos filho, só que aí ele já tinha perdido tudo que ficou lá. Daí pra mim não perder tudo o juiz disse só se você tivesse um marido. Nós se ajuntemo, eu cuidava dos fio dele e ele me ajudava com os meu. Ao menos só que fosse pra ir pro conselho e pro juiz (**Rosa**).

Ainda, os *arranjos* de moradia que envolvem a conjugalidade podem ser alternados com o retorno ao lar maternal, especialmente em situações de crise. A fala de **Lis** é interessante para demonstrar que nem sempre os pais estão de acordo com a saída dos filhos da casa, por vezes até preferem sua permanência junto deles. É o caso de **Petúnia**, que construiu no lugar em que possuía a garagem uma peça para o filho e a nora que espera um filho. Também **Orquídea**, que está ajudando as filhas que estão construindo dois **puxadinhos**, um na lateral de sua casa (esta filha tem dois filhos pequenos e já está morando no local), a outra filha está grávida e está em uma peça improvisada de madeira enquanto sua casa de material é construída, a este respeito a mãe mencionou:

Eu penso assim, a gente sofreu tanto pra ter um pedacinho, a gente não teve na oportunidade essa época com os meus pais, talvez eles pela carência também deles de conhecimento, então a gente viveu dez anos de aluguel, aí a gente conseguiu isso aqui, porque não dar pra elas, o que a gente vai fazer com um pedaço de terreno, e a gente sabe que é difícil conseguir. Então acho que até que a gente consegue ajudar eles, que não é fácil conseguir construir, mas acho que eles tando fora do aluguel já é um passo. O aluguel eu sempre digo, come junto na mesa, e come mais que uma

⁷⁶ A história de **Rosa** será melhor detalhada no próximo capítulo.

criança. E como a gente já passou por isso e já sofreu nesse momento (...) O que adianta quando a gente morre não leva nada, então vai ficar aí mesmo, pra quê ficar brigando por um pedaço de terra, então vamo já dividir agora, cada um com o pedacinho seu, cada uma constrói o seu cantinho e ficam aí. Só pagando água e luz pelo menos consegue viver um pouquinho melhor, porque eu sei o que foi difícil trabalhar o mês inteiro, chegar o fim do mês pagar aluguel, pagar água e luz e ficar pensando agora o que vou comprar pra passar o mês. (**Orquídea**)

Assim, a ajuda entre a família pode significar muito para um jovem casal, pois não precisar pagar aluguel já é muito significativo na economia do lar. Assim, construir um **puxadinho**, mesmo que seja uma solução provisória às vezes é a única saída. Com a voz um pouco embargada, **Margarida** comentou comigo sobre seu atual local de moradia: “Não me sinto bem aqui. Eu fico aqui por ficar, agora, essa semana quero ver se vou lá na prefeitura fazer minha inscrição de novo. Que eu não gosto de morar aqui, eu gosto de morar no que é meu mesmo. No meu terreno”. A casa de Margarida consiste em um bloco inteiro que aproveita como parede os fundos da casa da sogra. De formato retangular, aos fundos uma janela, na frente uma janela e uma porta. As paredes são de material, mas não está rebocado. Entre o final da parede e o telhado há frestas por onde entra a luz do sol, e no inverno também o frio. O piso é de cimento alisado. A parte da frente conta com um sofá, geladeira, raque com televisão, pia, fogão e mesa com cadeiras. Atrás do sofá um roupeiro, que também serve de divisão para o quarto. A outra metade é dividida com um tecido. Segundo Margarida, ela teria vontade de aumentar a casa, mas não tem condições. O dinheiro que seu marido recebe não é suficiente, e o que ganha com o material reciclável é usado para comida. De qualquer forma o seu desejo é sair dali e conseguir um lugar só seu. E comenta: “O meu quarto, eu durmo no chão, na cozinha, eu coloco um colchão no chão e durmo no chão. Aí a menina, a nenê e o meu piá dormem na cama. Porque eles dormiam no chão só que eu levantava ruim das costas. Aí eu achei melhor dormir no chão” (**Margarida**). Vivendo em situação semelhante, quando a filha de Margarida voltou de Erechim, precisou resolver sua situação de moradia, mas na impossibilidade de estar junto à mãe, comprou um **direito** com seu esposo:

Nós compreimo. Lá é igual da prefeitura né. Só que daí nós compreimo lá pra nós não ficar na rua também né. Daí nós compreimo lá um pedaço, é grande o espaço lá [Margarida: é bem mais grande que aqui]. Daí nós compreimo lá e fizemo uma casinha lá, é pequenininha, mas logo logo já aumentemo também. Nós oferecemos pra eles, mas eles não quiseram fazer lá. Daí ponhemo meu cunhado pra morar lá também”. (Filha de **Margarida**).

Este tipo de narrativa evidencia o aspecto de agregação que possui os arranjos domiciliares na periferia estudada. Podem ser úteis, para analisar mais atentamente as relações de mobilidades articuladas às relações familiares, as contribuições de Motta (2014) que discute a ideia de *casa* e *configuração de casas* como estratégias analíticas que permitem uma perspectiva positiva da economia presente na favela, analisando de maneira a enfatizar relacionais e processos (no lugar de estruturas, modelos e funções). Assim, a autora toma como ponto de partida para a análise a *casa*, mas esta é apenas um dos muitos elementos de um arranjo complexo que inclui outros objetos e pessoas: “Este arranjos e seus elementos são mutuamente constituídos nas circulações e transformações - em movimento” (MOTTA, 2014, p. 123). Ao analisar questões relacionadas à mutabilidade dos espaços na favela, Motta (2014) aponta normas para uso e transmissão de casas através da venda ou locação, apresentando no contexto de um quadro interpretativo de “informalidade”, problematiza as relações permeadas por regulamentos e legalidades.

De maneira semelhante, em estudo sobre a periferia de Cachoeira, cidade do Recôncavo Baiano, Marcelin (1999) aponta que: “Construir, na periferia (...), é um processo pré-configurativo da casa; só pode ser uma operação coletiva” (p.36). Assim, propõe o estudo e análise da construção e usos dos modos e locais de habitar, focando na casa como o foco da produção dos laços sociais e sistemas de sentido:

A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção de domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e

vivida nas inter-relações com as outras casas que participam de sua construção – no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma configuração (MARCELIN, 1999, p.36-37).

Assim, aparece com muita força a noção de associações familiares como estratégias, mas também como reforço de conjuntos de casas que fortalecem a própria ocupação, no caso de áreas de **direito**, como vimos acima. Por outro lado, consolidam relações familiares e organizam o universo doméstico e familiar:

Da gênese da casa à sua construção, desta ao exercício, no cotidiano, da experiência familiar, os agentes não se pensam e não pensam a vida doméstica a não ser no contexto das redes dentro das quais eles interagem. O processo de produção das casas, nos sentidos concreto e simbólico, a organização da vida doméstica no seu interior, o caráter ao mesmo tempo estruturado e não estruturado das relações entre as casas, fazem da casa uma unidade sociocultural na qual e pela qual o agente se realiza, um lugar no qual ele se identifica. Essas redes domésticas (...) são produzidas a partir das referências espaciais que concretizam cada casa. A estas referências eu chamo de *configurações de casas*. (MARCELIN, 1999, p. 37).

Como exemplo neste sentido, podemos observar que por vezes, em um mesmo terreno vão se agregando vários núcleos familiares, de distintas gerações, e podem envolver trocas e **briques** entre irmãos, como no caso da residência de **Lis**:

São três casas num terreno só (...) aqui eu moro tem dois anos, fiquei um ano, saí, fiquei seis meses, agora faz um ano que eu tô aqui de novo, então dois anos aqui [E foi você que construiu? Ou isso aqui já estava pronto?]. Aqui foi meu irmão que construiu. Minha mãe tinha uma casa de madeira aqui, daí quando ele resolveu casar, ele fez a casa a inteira da mãe, daí dividiu e ficou com essa metade pra ele, daí ele casou. Daí ele resolveu ir morar na cidade da mulher dele, Caxambu do Sul, daí ele vendeu aqui pra mim.

Que o terreno é da minha mãe, mas a casa como era dele ele me vendeu daí. Me vendeu pelo o que ele gastou na verdade (...) Depois aqui se for pra vender tem que sempre ficar com alguém da família né porque o terreno é da mãe, então nem tem como a gente vender pra outra pessoa de fora né. (Lis)

Neste caso, os puxadinhos são tão próximos que há um acordo tácito entre a família de negociar apenas entre eles, pois a proximidade das casas é muito grande, o que causaria dificuldades de relacionamento.

Figura 23 - Casa de Lis.



Fonte: Camila Sissa Antunes

As narrativas que contam de trajetórias mais traumáticas, por exemplo, no caso de mulheres que sofriam com maridos violentos, voltar junto à casa da mãe sempre representa o retorno a um porto seguro. Assim, a história de **Olivia** é bem ilustrativa:

Daí eu vim, eu fiz um barraquinho, uma varandinha de apar a casa da minha mãe, daí

fiquei ali e daí eu trocava a minha roupa, o carçado que eu ganhava assim, eu trocava a troco de tábuas, pedaço de tábuas de um metro, dois metros eu comprava (...). E daí eu ia ponhando debaixo da casa da minha mãe que era porão alto né, eu ia ponhando ali. Até que esse meu véinho, meu pai (...) olhava, minha fia essas madeiras que tem aqui dá uma peça, dá uma pecinha, um quarto com uma cozinha dá pra fazer. No outro dia nós levantava cedo e ó... antes do sol nascer. Eu, ele e essas duas meninas mais velha. Quando chegava de tarde nós aprontava aquela pecinha, ele fazia os buracos, nós tirava a terra, ele ponhava um cepo, nós ponhava outro, ele pregava um tábuas no assoalho eu pregava outra e assim nós fumo né. Daí tá, quando chegava a tarde faltava pro coberto, não tinha pro coberto. Daí eu saía procurar né quem tinha pedaço de brasilit pra me vender ou me dar né pra cobrir. Daí não achava ele ponhava até papelão em cima assim pra gente dormir né, nós dormia lá embaixo já (...) E daí o meu pai, ele arruma bem arrumado, que não dá nenhuma goteira, daí ele arrumava. Quando eu tinha minha casinha, não era lá grande coisa, mas não chovia, dava para mim agasalhar meus filhos, daí quando fazia quase dez meses que a gente estava ali, o meu marido veio buscar nós para levar de volta. (Olivia)

As relações familiares, portanto, são fundamentais diante de arranjos e mobilidades no território. Seja para a solução provisória ou definitiva do acesso à moradia. Em muitos casos, por exemplo, se dá prioridade para vender um terreno, uma casa ou um **direito** para algum “parente”. No caso de **Dália** o acesso à moradia se deu com a ajuda de um irmão. Ele comprou a casa no bairro Bom Pastor e deixou eles morando de favor, depois de um tempo negociaram um valor de entrada e uma parcela, “Ele queria vender e a preferência era nossa”.

Ainda neste sentido, é interessante a fala de Amarílis, que atualmente vive com a sogra e demonstra claramente uma dificuldade maior em negociar com uma pessoa estranha à negociar com o filho, que acabou ficando na casa deles na Vila Betinho:

Ali nós ficuemo uns seis sete ano, daí briquiemo ali embaixo na chácara, mas depois tivemo que briquiá de vorta porque o boca aberta do home pegou e foi na prefeitura denunciar nós [*Quem?*] O véio, eu acho que foi mandado pelos outros, o véio meio tongão, eu falei pra ele que não era pra ir na prefeitura, o senhor viesse falar comigo, pegou e foi lá. Aí tivemos que desmanchar o negócio. Aí eu fiquei ali com a minha sogra, e o meu filho ficou na minha casa, eu coloquei ele lá, tava na rua mesmo. A prefeitura veio saber porque eu dei o terreno pro piá, eu dei porque vocês não deram pra ele. Eu não vou deixar na rua. E depois tá pago o terreno, se eu quiser vender eu vendo. (Amarilis)

Nas construções identifica-se também a ideia de *processualidade*, e é outro fator interessante de ser analisado. Quando se acessa um terreno definitivo se iniciam os investimentos na casa, que pode ser de madeira, mas que preferencialmente será de material. No caso de **Hortênsia** foi um “acerto” do marido que proporcionou o início da construção: “Tivemos que ir fazendo aos pouquinho. Mas ainda não terminou, que atrás eu fiz uma peça pra deixar mais grande e também tá em meia viagem. E eu também sempre trabalhando pra ajudar (...) Fiz uma quarto a mais pros piá que agora tão ficando grande, lá atrás tem uma peçona grande pros piá”.

Assim, por vezes, as pessoas constroem aos poucos devido às dificuldades que se impõe, especialmente no caso das mudanças compulsórias, como foram àquelas para a Vila Betinho. Neste caso as pessoas receberam o terreno e o banheiro, e precisavam “se virar” para construir a casa.

[*E vocês logo conseguiram construir aqui ou demorou?*] Foi sofrido (...) quando eu falei para os homens da prefeitura pegar minha mudança lá, eles foram, eu acho que nós ficamos uns três ou quatro meses debaixo do barraquinho ali, as crianças iam dormir na casa da Janete e nos dormia ali, a metade do corpo para dentro do banheiro a outra metade fora, por que era bem pequenininho os banheiros. E daí ficuemo ali, sem dinheiro para pagar uma pessoa para fazer a casa, não tinha, era de madeira né, não tinha quem

fizesse, olha foi sofrido. Até que daí fizemo a casa de madeira e ficamos e graças a Deus, logo nos já começamos a puxar papel eu e ele, daí nos ganhava bastante coisa, até madeira a gente ganhava e daí tudo foi ajudando, depois eu me aposentei, veio os atrasados e eu fiz a casa de material. Em cima tem três quartos, mas só que eu ampliei o banheiro e em cima da laje do banheiro eu quero fazer outra pecinha para repartir certo os quartos, dá três quartos bem bom. Agora graças a Deus está pago tudo aqui, não devo nada, devo agora o ano que vem o IPTU, mas é só desse ano, mas eu senti meu Deus do céu, a gente doente, por que se a gente é são tudo vai bem, mas um dia a gente pode, no outro dia a gente não pode, mas graças a Deus agora está tranquilo. (**Olivia**)

A situação de **Flor de Lótus** e o filho **Crisântemo** não foi muito diferente:

[Aqui vocês fizeram de uma vez só, o que tem aqui construído?] Na verdade nós fizemos ao poucos por causa que eu tive que trabalhar e ajudar o rapaz que eu paguei para ele fazer por que sozinho ele não conseguia fazer, daí eu fazia só no final de semana, eu acho que nos demoremos um três meses para fazer (...) *[E assim quando vocês conseguirem economizar um dinheirinho qual é a prioridade aqui pra casa, você comentou do piso?]* Na verdade aqui a gente tem que ir devagarzinho, não ganha muito, eu molhei as bases aqui, mas o tempo não está colaborando, é a vontade de Deus, eu vou ter que erguer ali, desmanchar essa velha aqui pra mudar a frente essas coisas para mim poder fazer o piso, por que aqui é a fossa, eu vou ter que fazer um piso aqui, vou ter que esgotar essa fossa. (**Crisântemo**)

Assim, mesmo depois de dez anos da ocupação inicial, é quase unânime a indicação de alguma mudança ou melhoria na casa. Esta condição se acentua nos casos das áreas irregulares. Como comenta **Dália** que vive em uma área é irregular, e com relação à sua casa, seu maior desejo é que o terreno fosse regularizado:

(...) que medisse o nosso terreno, isso eu queria, que legalizasse, daí nós sabia o que fazer, medir pra fazer uma casa melhor (...) Como eles falaram se nós botar um tijolo e botar o terreno do vizinho a gente perde aquele tijolo, e daí nós queria arrumar as coisas pra não perder. O vizinho fez uma casa dois piso, aquilo ali é perdido com certeza, que o terreno não foi medido, vamos ver, dizem que é pra vim legalizar mas não sei quando.

Dália

Aqui não faz muitos anos que a gente ta morando. Nós morava naquela outra casinha velha ali pra baixo (...) Essa é melhor do que aquela, aquela lá tava caindo (...) Eu queria minha casa mais grande, mais tarde vamos fazer uma outra casa mais grande. Eu queria comprar um jogo de sofá, não dá por que a casa é pequena. Se sobrar um dia a gente vai fazer uma de material (...) [Até onde que seria da prefeitura?] Tem que fazer a frente pra lá, por que eles podem pegar de volta”.

Narcisa

A realidade da periferia é a autoconstrução, e isto significa certa economia, ao mesmo tempo exige tempo e dedicação, e como nem sempre é possível esperar para entrar na casa, muitas vezes as reformas que ficam para depois nunca são realizadas, pois envolveriam a mudança momentânea para outro local, pagamento de aluguel e um desalojamento que as famílias não podem arcar.

Aqui ele fez tudo meio malemau, ele que fez, com as minhas venda eu comprei o material tudo, e um tempo quis pegar fogo, a caixinha era pro lado de dentro, na varanda puxado, e o contador é do lado de dentro. Aí toquei de comprar poste, tudo eu também, só com as minhas venda (...) roupas eu vendo, produto, remédio, naquela época eu meio que vendia. Daí nós se ajudava, ele pagava racho, luz, água, e as conta do material tudo eu paguei. Foram prestação, seis, sete prestação, pagava certinho. Só agora que eu não mais arrumar minha casa, eu queria rebocar por dentro, mas eu ganho pouco e fazer um empréstimo não adianta, eu fiz mas me arrependi. Agora tem que esperar pagar esse aí. Eu gostaria de arrumar, trocar esses

forrinho, rebocar por dentro, tem o piso que precisava fazer. [Quantas peças é a casa da senhora]. Bem dizê são duas peça, que não é dividido, e lá é o quarto. E aí eu queria levantar, que o coberto chove ali no quarto, meu deus não é fácil. Pra fazer eu pego os piá que sabem, ajudam, que nem aqui foi o marido dela que fez a área pra mim. Que chovia e entrava tudo água lá dentro, agora não vem. Quando eu puder que arrumar lá no fundo, daí a água corre por aqui. Daí aqui eu quero fazer um murinho, um muro alto, que é muita piazada de noite, correndo da polícia. Eu tenho muito medo sozinha. Daí se escondem da polícia na casa dos outro, meu deus. Daí eu gostaria de fechar, pelo menos com isso aqui mesmo, ficava bem bom, mas não é fácil pra gente sozinha. Agora eu só ganho quatrocentos e oitenta. (Amora)

Ao comentar sobre a possibilidade de reforma a casa **Acácia** comenta sobre a possibilidade ampliar a casa por fora, e permanecer no local:

[E vocês estão pretendendo construir. Tem espaço?] Sim, até na rua lá em baixo é nosso, até onde está cercado, daí vão construir que pega do banheiro pra lá, daí fica esse espaço para traz. A casa a mãe qué de material, mas eu estava pesando em fazer de madeira, assim sabe, mas o meu tio veio aqui e conversou e ele disse que pega direto de fábrica, então ele sabe de um lugar que faz bem mais barato, ele disse que economiza até R\$ 200 cada milheiro de tijolo. Ele é pedreiro e tudo, por que se nos quiser ele constrói para nos bem mais barato, por que hoje em dia é mais caro os pedreiros para pagar pra fazer, do que os material, o que tu economiza no material tu paga o dobro no pedreiro, então a de madeira ta mais carro as madeiras e mais barato pra fazer. Mas vamos ver ainda. Meu irmão trabalha na construção por dia, por que ele tem 15 anos, mas eu to fazendo os documentos dele por que com 16 anos ele vai fichar junto com a minha irmã. Ela trabalha em construção com carteira assinada e a mãe também tem carteira assinada. *[Vocês vão ter*

que se mudar para construir] Na verdade não, nos vamos alugar uma casa ou nos vamos fazer aqui pra traz um lugar pra colocar as coisas, daí nos vamos alugar uma casa para ficar com as crianças até construir, por que não tem como, ou só se nos for fazer de material, nos vamos fazer em roda dessa aqui e daí quando estiver pronta a gente desmancha essa aqui e só faz o assoalho, é mais prático, senão nos vamos ter que desmanchar essa aqui pra fazer. (**Acácia**).

Gérbera possui escritura do lote em que vive que conseguiu através de processo de usucapião. No entanto, as reformas e mudanças internas em sua casa nunca cessam, e comenta seu próximo projeto: “Vou fazer um banheiro pra mim no alto lá em cima, que a outra casa é alta, aí eu vou fazer um banheiro e uma área de material pra mim lá em cima”. Após consolidar a propriedade do terreno ficaram mais tranquilos com relação às ampliações, sendo que, inclusive, sua filha construiu uma casa no terreno após “briquer” o apartamento que ganhou no Monte Castelo em troca de materiais para a construção.

Assim, geralmente a transição para a casa de material, considerada melhor ou mesmo a reforma da casa pode ser feita quanto há a entrada de um valor maior de dinheiro, que pode vir de **briques**, empréstimos, ou mesmo acertos com empregadores, como conta **Hortênsia**, ela e o esposo conseguiram mudar a meia-água de madeira para uma casa de material:

Porque quando ele veio morar pra cá ficamos dois anos puxando papel também, aí depois ele entrou numa empresa que tinha ali, uma madeireira, daí ele trabalhou dois ano ali, daí deu falência, com o dinheiro dali daí conseguimos construir a casa. Mas tivemos que ir fazendo aos pouquinho [*E ainda não terminaram?*] Não, que eu fiz mais uma peça atrás pra deixar mais grande lá e também tá em meia viagem [risos]”. (Hortênsia).

Assim, a construção da casa dificilmente é finalizada, e continuamente há o desejo de ampliar ou reforçar, sejam por demandas familiares (quartos individuais para os filhos), agregações ou mesmo ampliações dos cômodos para melhor acomodar a família.

Com relação aos limites entre terrenos e cercas, podemos fazer interessantes análises observando as diferentes táticas acionadas para marcar o território com uma identidade de propriedade. Uma primeira condição diz da necessidade de ter um número na casa, uma identificação, algo que informe sobre o local. No caso da residência de **Camélia**, em uma área irregular, a colocação do número na casa foi uma iniciativa deles:

[*O número da casa já tinha na casa?*] Não tinha, o número é oitenta e seis ‘e’. [*Como vocês fizeram pra escolher o número?*] Nós vimos nas outras casa daí seguiu. A gente põe esse número só pra ficar o endereço mas não tem nada registrado esse número lá. [*Vocês recebem algum tipo de correspondência?*] Não. Daí é bem complicado quando vai dar endereço, daí aqui não vem. Tem que dar dos outros. Eu dou o endereço da vizinha, ou de um parente. Tem que dar um endereço assim (...) Colocamos o número pra identificar, pra quem quiser achar. Por exemplo final do ano, que as criança escrevem cartinha. (**Camélia**)

Assim, os números das casas funcionam como demarcações territoriais, que legitimam a relação de propriedade ou *direito*. Os números funcionam como totens que demarcam o meu lugar. Ter um endereço é uma condição de dignidade. Por isso, mesmo em áreas irregulares as pessoas legitimam seu território simbólica e materialmente através da colocação de identificação nas casas. A figura abaixo refere-se à casa de Aninha, aquela que recebi a carta e mencionei na introdução deste trabalho. A linguagem criada, referenciando como: Rua “A”, casa “2” trata-se de uma invenção, pois este terreno está em área pública (fim de rua). Atualmente há uma terceira casa no terreno, mas a placa apenas mudou de lugar, e a casa nova se tornou “C = 3”, ou seja, a casa três.

Figura 24 - Cercas e placas de nome de rua e casa (Vila Betinho, bairro Bom Pastor)



Fonte: Camila Sissa Antunes

As imagens abaixo também são ilustrativas no sentido de mostrar a importância que os sujeitos colocam na identificação do seu endereço nas faixadas das casas. Na primeira, a casa de **Alfazema** e a segunda o **puxadinho** que **Rosinha** e seu esposo construíram, inicialmente, para abrigar os materiais recicláveis que separam, mas que aos poucos passou a receber tratamento de casa (internamente foram colocados alguns utensílios domésticos, e externamente foi pintado um número que segue a ordem das casas à direita).

Figura 25 - Números das casas



Fonte: Camila Sissa Antunes

As cercas são importantes demarcações simbólicas do território. Trata-se da expressão das relações de propriedade e pertencimento, e são acionadas com diferentes finalidades. Durante minha pesquisa encontrei desde casos em que os vizinhos sobem muros “cegos” muito

altos para separaram-se um dos outros, como terrenos em que as cercas eram apenas pequenos arbustos preenchidos com pedaços de madeira ou tela. Em ambos os casos, é muito perceptível a quem pertence o *lugar*, dificilmente há indefinição de fronteiras, mesmo nas áreas irregulares. Uma situação a que tomei conhecimento em campo demonstra um momento em que houve disputa destas fronteiras, a partir do desalojamento de uma família de um terreno de **direito**, os vizinhos das bordas passaram a disputar o domínio sobre aquele território. A este respeito explicou **Lavanda**:

Esse terreno aqui do lado é de uma vizinha que foi lá pra aqueles apartamento. Daí antes de ir ela disse: olha vou dar [o terreno] pra você, que era pra mim né. Não deixe ninguém entrar aqui. Até briguelo com a vizinha do lado. Ela arrebentou a tela, briguelo tudo. Daí veio o fiscal tudo, mandaram ela fechar a boca, que ela tinha que cuidar do terreno dela não do terreno dos outros. [*Aí você fechou ali na frente...*] Fechei lá e ali onde ela tinha estourado a tela. Daí eu peguei o poste e ponhei ali, paguei o poste. [*Mas não tem luz não tem nada?*] Não, dá trezentos real eu não tenho como comprar. As peça, caixinha e coisarada que tem que comprar. [*Mas daria pra pôr?*] Sim, só ponha os fio. Daí a habitação dá a ordem pra ligar. Só que eu não tenho condições de comprar né, sem trabalhar sem nada. (**Lavanda**)

A situação foi resolvida, em princípio, com a ajuda do fiscal da prefeitura, que foi acionado na resolução do conflito. Observei claramente que o terreno fora cercado provisoriamente (com cerca de madeira), ampliando-se o terreno de **Lavanda**, e o poste foi colocado exatamente na divisa com a vizinha da lateral. A casa de **Lavanda** não possuía luz, tão pouco neste terreno que passou a ser seu por *direito*. Esta situação é muito interessante por demonstrar mais uma vez *táticas* acionadas na resolutividade de conflitos e conquista de direitos.

2.3 O LUGAR DO OUTRO: DIFERENÇAS, DISTINÇÕES E DISTANCIAMENTOS

A região leste da cidade, foco desta etnografia, incorpora, desde seu surgimento, relações hierárquicas de poder, como propõe Gupta e Ferguson (2000) a: “(...) identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidade” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 34). O histórico de surgimento do bairro como oriundo de políticas de remoção de famílias pobres de áreas centrais e outras áreas de ocupação em novos loteamentos populares e conjuntos habitacionais de interesse social, inferiu em processos contemporâneos de exclusão e estigma.

Ainda, do ponto de vista destes autores, o processo de produção da diferença cultural ocorre em espaços atravessados por relações políticas e econômicas desiguais. Desta forma, sugerem a exploração dos processos de produção da diferença dentro de espaços comuns, compartilhados e conectados (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 45). E ainda neste sentido acrescenta-se: “A habilidade das pessoas em confundir as ordens espaciais estabelecidas, seja por meio de movimentos físicos ou de seus próprios atos conceituais e políticos de reimaginação, significa que o espaço e o lugar nunca estão ‘dados’ e que o processo de sua construção sociopolítica deve sempre ser considerado” (p. 45).

Neste sentido, a seguir são pensados os processos de constituição de *lugares de alteridade*, que provocam práticas e discursos que enfatizam a diferença, distinções e distanciamentos. Os *lugares de alteridade* são produzidos a partir da diferença, e observando as práticas e as lógicas de percepção do mundo social é possível, segundo Bourdieu (2008) acessar elementos que elucidam a maneira como os sujeitos dividem-se a partir de *habitus* diferentes: “Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e também um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença”. (BOURDIEU, 2008, p. 164).

É importante lembrar que na região estudada atuam mecanismos de exclusão e estigmatização, estes acabam por unificar e atribuir uma identidade única para os bairros, por estarem imersos e submetidos a condições similares. Por um lado, é preciso reconhecer os indicadores de

renda e criminalidade, comuns em ambos os bairros. E, além disso, também por formarem um único bairro até nove anos atrás, o estigma é generalizado. Atualmente, segundo os moradores, um dos maiores problemas enfrentados é a discriminação, pelo fato dos bairros serem reconhecidos socialmente como lugares violentos. Os próprios sujeitos reconhecem que há pessoas envolvidas com drogas e criminalidade, no entanto, minhas observações mostraram um lugar de trabalhadores, que em grande parte, saem do bairro todos os dias em direção ao centro ou outros bairros da cidade em busca do sustento para a família.

A violência, o crime e o tráfico são indicadores frequentemente usados para classificar o *lugar do outro*, ao mesmo tempo, as narrativas me mencionam a violência em relação ao passado no próprio lugar de moradia ressaltam estes *distanciamentos*. No entanto, as adjetivações do território estão mais relacionadas aos usos e práticas do lugar do que com o próprio espaço. A fala de **Acácia** é muito interessante neste sentido: “Nós que já moramos aqui todo mundo respeita nós (...) não é o lugar que faz a pessoa, quem *faz o lugar* é a pessoa”.

Esta noção de *fazer o lugar* nos permite pensar em dois níveis: simbólico e das práticas. No nível das práticas, possibilita refletir sobre as diferentes formas através das quais as relações constituem e caracterizam o território, relações estas que podem ser escolhas dos sujeitos ou por necessidade. Assim, aparecem as diferentes estratégias de boa convivência, que incluem os silenciamentos diante do crime e da violência, que pode ser sintetizado nas palavras de **Acácia**: “Cada um tem que saber cuidar da sua vida”. No plano simbólico esta noção desconstrói a ideia de estigma, reconhecendo o sujeito como preponderante na significação dos territórios que habita. Para esta significação a oralidade e as práticas se articulam.

Não penso em sair. Aqui a gente tem muito futuro, o bairro já começou a crescer, aqui a gente é conhecida de todo mundo, nunca entraram na nossa casa, nunca roubaram nada, foi sempre tranquilo. Nunca teve uma briga uma coisa assim, não é da melhor vida, não é fácil, a gente tem que correr atrás no dia-a-dia (...) a gente sabe tem que ter ética, tem ser pessoas com visão, tem que saber conviver com as pessoas. (**Orquídea**)

Certeau e Giard (1996) apontam para a duplicidade de uma estética urbana feita de *gestos* e *relatos*. O primeiro é tático, o segundo,

linguístico. Ambos inventam colagens, os gestos refazem diariamente a paisagem urbana e estruturam a experiência da cidade. Os relatos são memórias que se contam, no lugar comum:

As histórias sem palavras do andar, do vestir-se, de morar ou do cozinhar trabalham os bairros com ausências; traçam aí memórias que não têm mais lugar – infâncias, tradições genealógicas, eventos sem data. Este é também o “trabalho” dos relatos urbanos. Nos cafés, nos escritórios, nos imóveis, eles insinuam espaços diferentes. Acrescentam à cidade visível as “cidades invisíveis” de que fala Calvino. Com o vocabulário dos objetos e das palavras bem conhecidas, eles criam uma outra dimensão, sempre mais fantástica e delinquente, terrível ou legitimante. Por isso, tornam a cidade “confiável”, atribuindo-lhe uma profundidade ignorada ao inventariar e abrindo-a a viagens. São as chaves da cidade: elas dão acesso ao que ele é, mítica. (CERTEAU e GIARD, 1996, p. 200).

Fazer a cidade, neste sentido, equivale-se a esta noção de **Acácia**, de *fazer o lugar*. Neste sentido, Feixa (2004) ao analisar a cidade de Porto sob a ótica dos novos paradigmas sócio espaciais em processos de transição comenta que “o modelo orgânico hegemônico reflete-se no espaço construído e praticado da cidade como uma ideologia em ação, sendo difícil destrinçar uma relação simples causa-efeito entre cidade praticada e cidade pensada” (p. 13). Para este autor, as periferias se consolidam e se relacionam com o que se pode denominar estrutura antropológica ou estrutura da diferença. Esta diferença se expressa nas relações dentro-fora, cidade-bairro, centro-periferia. Ao mesmo tempo em que se instauram no espaço **lugares da diferença**. No início do século XX com a política higienista que visava a limpeza urbana e consequente remoção dos mais pobres para longe do centro, formou-se o bairro São Pedro. Atualmente com a criação de novos condomínios destinados às famílias mais pobres, mais uma vez se criam fraturas, descontinuidades ou mesmo *apartheids* urbanísticos.

Quando o espaço se torna demasiado compacto para comportar as diferenças culturais que nele existem, as cidades recorrem a imaginações mais ou menos infernais ou mais ou menos paradisíacas para reinstalar a hierarquia e a ordem social. De

uma forma ou de outra, em nome da qualidade de vida de uns desqualifica-se outros e, por vezes, mesmo parte inteiras de uma cidade. A cidade mecânica, orgânica e espetacular, expiatória ou de resgate, sustentada em estratégias infernais ou paradisíacas da diferença está sempre condenada à sua própria destruição pela saturação do modelo na construção da diferença que se propunha inicialmente. (FEIXA, 2004, p. 23).

Há uma constante indefinição, por parte dos próprios sujeitos entre onde começam e terminam os bairros, usando, comumente, locais emblemáticos como o campo ou o posto de saúde para indicar as fronteiras entre eles. De qualquer forma, percebe-se por um lado que, internamente há várias diferenciações e fronteiras, que se expressam em relações de pertencimento e distanciamento. Por outro lado, externamente, não há reconhecimento destas fronteiras, tanto por parte da mídia, quanto por parte de moradores de outros bairros. Ao comentar sobre esta indefinição, a narrativa de **Orquídea** é esclarecedora:

A gente fala Bom Pastor, mas as pessoas, quando vieram morar aqui era São Pedro, mesmo que não era. Eu digo pras pessoas, aqui não era São Pedro era o final do Maria Goretti, só que pra eles ficou tudo São Pedro. Mas na verdade São Pedro sempre foi lá embaixo, da Marechal Floriano pra baixo, pra cima nunca foi São Pedro (...) Mas muitos ainda falam, tem pessoas que não tem esse entendimento e nunca vão ter. [*Você prefere chamar Bom Pastor?*] Sim, porque é Bom Pastor, nunca foi São Pedro”.

É interessante observar que, mesmo nos jornais, através da pesquisa hemerográfica, notou-se que caso aconteça algum evento violento ou acidente, mesmo que tenha acontecido no bairro Bom Pastor, na mídia impressa geralmente aparece como São Pedro. A expressão comumente usada pelos sujeitos é “o São Pedro é mau falado”, o que demonstra a negativização do lugar em decorrência de sua histórica realidade de violências e estigma.

Neste sentido, cabe citar o estudo de Antunes, Guzzon e Mattiello (2013) que para analisar a produção midiática sobre o bairro, para verificar como a imagem destes bairros é construída socialmente,

através de uma pesquisa hemerográfica nos principais jornais de Chapecó (Sul Brasil; Diário do Iguçu; Folha de Chapecó e Voz do Oeste), constatou-se que no período selecionado (de outubro de 2012 a janeiro de 2013) o maior volume de notícias referente ao bairro e suas adjacências está na editoria de Polícia, com 22 publicações⁷⁷. Das notícias analisadas, percebe-se uma grande ênfase àquelas relacionadas à violência, o que reforça o estereótipo negativo que se tem da região. Em estudo anterior sobre este tema, Sékula (2005, p. 1), afirma que os discursos midiáticos contribuem para confirmar a imagem de miséria e violência historicamente construída sobre o bairro, o processo histórico de dominação e de exclusão acabou por oferecer aos moradores de Chapecó uma representação do São Pedro como um local de pobreza e de violência, cuja população é composta de ladrões, assassinos, drogados e outros. (SÉKULA, 2005, p.1).

Ainda, outro aspecto que pode ser destacado é que a imprensa, bem como a sociedade, não identifica diferenciadamente às áreas adjacentes ao São Pedro, como o Bom Pastor e Vila Betinho. A própria mídia trata as informações destes locais indistintamente. A este respeito, a notícia intitulada “Apreensão”⁷⁸, menciona como local da ocorrência a Rua Anselmo Santa Catarina, a qual percorre tanto o bairro Bom Pastor como o São Pedro, impossibilitando de termos certeza se o fato aconteceu mesmo no bairro São Pedro ou se esse foi mencionado para caracterizar de modo genérico a região como comumente acontece. Esses elementos detectados nessa pesquisa hemerográfica, indicam uma preponderância de notícias relacionadas aos temas da violência que reforçam a imagem negativa associada às periferias de Chapecó especialmente o bairro São Pedro. Neste sentido, a pouca expressividade de publicação de temas relacionados a outros assuntos da comunidade, com viés mais positivo, acabam no conjunto por reforçar o estereótipo social construído a respeito do bairro (ANTUNES, GUZZON E MATTIELO, 2013).

A este respeito, **Orquídea**, que trabalha como agente de saúde e conhece de perto a realidade dos bairros faz uma interessante análise:

⁷⁷ A distribuição total das notícias por local de publicação dentro dos jornais ficou a seguinte: 22 publicações em Polícia; 10 em Segurança; 15 em Geral; 2 em Eleições; 1 em Economia e 1 em Educação. (ANTUNES, MATTIELO E GUZZON, 2013, p. 6).

⁷⁸ Jornal Diário do Iguçu, dia 22 de janeiro de 2013. Editoria de Polícia.

Parece que é um carma que tem com esse bairro São Pedro (...) Isso é porque há muito tempo atrás, vinte anos atrás, o bairro São Pedro era casebre, era tudo casinha de lona, lona, lona, e tudo que era pobreza vinha pro São Pedro, não tinha outro bairro pra morar, eles não deixavam morar em outro bairro, era no São Pedro. Eles vinham botavam uma lona e moravam. E aí o que era ali? O tráfico, as cachaça e as morte. Um tempo assim, acho que foi por isso. Então quem passava aqui pelo bairro São Pedro, meu era apavorante (...) Ali era os casebre, era feio de andar, era lona pra tudo quanto é lado, era casinha tudo ali, e hoje não, hoje tá bem melhor. (Orquídea)

A memória que permanece deste tempo de antes acaba criando um roteiro e normatizando os olhares sobre o bairro, consolidando o estigma social. Nestes termos, parece pertinente pensar nos termos de Certeau (1994), para quem a memória mediatiza transformações espaciais:

O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: 'aqui vocês vêem, aqui havia...', mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento (CERTEAU, 1994, p. 189).

Neste sentido, os sujeitos sabendo da indefinição de fronteiras entre os bairros, evitam mencionar, por exemplo, que moram no Bom Pastor, pois a interpretação subjetiva do *outro* o reconhecerá como morador do São Pedro. E isto significará a reprodução de uma série de preconceitos impregnados na cultura chapecoense com relação a este bairro:

Eu falo que é Maria Goretti, porque Bom Pastor, São Pedro é tudo um bolo, quem diz que é Bom Pastor, é São Pedro (...) É uma pura verdade, tem

lugar que eu não conhecia a pessoa que eu tô trabalhando: aonde que tu mora? Eu falo em tal lugar, Maria Goretti. Aí é outro tratamento, eles vê que eu tenho, me dão chave. Se eu disser que moro no São Pedro, parece que meu Deus do céu, ficam cuidando. Então pra mim eu não sinto, calcule! (...) É um lugar assim mais falado, mais abandonado. É humilhação sabe! Eu me sinto humilhado sabe, calcule (**Antúrio, esposo de Camélia**)

Desde quando a gente veio se mudar, teve gente que: meu deus foi morar lá na Vila Betinho, vai morar na favela. Mas que vai da pessoa né. (**Camélia**)

Tem uma menina que a gente conhece, ela mora na Servidão do Bom Pastor, na frente da escola parque, mas ela diz que mora no Maria Goretti, pra ela poder trabalhar no centro. Que se não eu acredito que ela não teria um trabalho. Que se tu falar que mora na grande São Pedro, é difícil até conseguir trabalho no centro. E as pessoas que não conhecem aqui, bom uma mulher que eu trabalhei dois anos, ela nunca veio perto porque sempre tiveram medo, medo. Ai meu deus mas tu mora lá. Não! É um bairro como qualquer outro. (**Orquídea**).

Ainda não é possível vislumbrar uma forma de superar este estigma. O conhecimento das áreas pode contribuir para desvelar esses imbricados processos de “contágio” que acontece devido há algumas áreas concentraram a criminalidade. Como nos fala **Orquídea**:

E outra coisa que acontece muito, também porque [o São Pedro] é mau falado, às vezes assalto, roubo que acontece, eles vem desovar aqui. Rouba o carro lá longe, faz tudo que tem que fazer com o carro e vem e largam o carro aqui e vão embora. Aí fica onde? Fica no São Pedro, mas não é que seja pessoal daqui, às vezes nem são pessoas daqui que fazem isso (...) A gente sabe, tem um que outro que faz isso, mas a maioria são pi lazada que vende droga pra poder sobreviver ou pra poder se manter na droga. (**Orquídea**)

No mesmo sentido, segue a fala de Acácia:

Não é que o São Pedro é perigoso, por causa que é muita droga pra aqueles lados ali, tipo nós aqui nós temos que agradecer que aqui não existe uma coisa assim que vende droga, vende pedra essas coisas assim, agora, já passando pra aqueles lados de lá tem, nós aqui na verdade é um lugar bem mais tranquilo, que tem lugar que tudo não pode andar que é cheio de droga, nessa parte graças a Deus nós não temo. Às vezes a polícia passa, mas aqui é bem tranquilo. Bem tranquilo mesmo, nessas parte assim de droga, lá é uma vez ou outra que um foge, com um ferro que se esconde aqui, mas agora tá tudo limpo aqui pra cima não tem essa preocupação. (Acácia).

Assim, como possibilidade de *distanciar-se* desta realidade violenta, as pessoas acabam por ocultar ou mentir a respeito de seu endereço, pois enfrentar esta *memória* consolidada do lugar parece ser ainda muito difícil. Do ponto de vista teórico, podemos pensar nos termos de Certeau (1994) que sinaliza que “O memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar (...) a subjetividade se articula sobre a ausência que a estrutura como existência e a faz ‘ser-aí’” (CERTEAU, 1994, p. 190). Claro, não podemos negar a existência das práticas ilícitas, mas o mínimo necessário é perceber o quanto as práticas, as narrativas (dentre estas as midiáticas) e as subjetividades (sentimentos em relação ao lugar) fortalecem ou até mesmo, constroem estas memórias.

Apesar das tentativas de distanciamento, os sujeitos da pesquisa reconhecem o estigma que sofrem enquanto moradores da região do bairro São Pedro e, em seu cotidiano, acionam diferentes táticas levando em conta este olhar. O relato a seguir demonstra uma situação em sobre a possibilidade de revelar ou não o local de moradia e as possíveis consequências dessa informação quando dialogando com pessoas de *fora* do bairro:

Que aqui tem gente boa, gente trabalhadora que trabalha na Sadia, na Aurora, e até esses dias eu conversando com um piá ele mentiu, tu sabe que tá tão complicado que se eu disser que eu moro aqui, lá no centro eu não trabalho. [É Bom Pastor

aqui?] [Camélia: aqui é] (...) [*E esse guri o que ele fez?*] Ele foi trabalhar ele é pintor, tá na Sadia agora, aí tava pintando e coisa aí diz que o cara disse que tinha um armário coisa mais linda, o cara ia jogar na rua, e ele precisando. Só que aí ele disse que morava na Vila Zonta, que é lá cima, é outro bairro né, mas... E não contou que morava aqui. Ele disse: Deus o livre se ele saber não... Daí ele com vergonha os caras não vão mais pegar serviço pra mim. Daí ele: quer levar? E o guri: então eu vou pedir (pro irmão dele) pegar. Ele [o patrão]: não não nós mesmo levemo. Daí ele se obrigou contar: olha eu menti porque se eu dissesse que eu morava lá eu não tava mais trabaiando aqui, e eu queria trabaiaar. E eles são assim, é um preconceito sabe. E daí ele disse [o patrão]: não mais ainda que tu contou a verdade. [Camélia: *ele falou que foi trabalhar de pintor pra conseguir a carteira dele, que eles pagavam carteira aquele tempo, e ele precisava*]. E daí depois de 10, 15 dias que já tinham pegado amizade tudo daí, tinham terminado, iam carregar daí ele se obrigou contar. (**Camélia e Antúrio**)

Relações de distanciamento em relação ao próprio local de moradia se tornam estratégias necessárias para garantir trabalho, por exemplo, e evitar associações desnecessárias entre estes moradores e o estigma negativo que sofre o lugar em que eles vivem. Mesmo assim, durante minha pesquisa, foi comum as pessoas relatarem experiências de discriminação por serem moradores da região do bairro São Pedro. Como foi mencionado anteriormente, o bairro Bom Pastor trata-se de um recente desmembramento do São Pedro, o que ocasiona, ainda hoje, confusões entre onde inicia e terminam os bairros. Quando perguntei para um morador do Bom Pastor como chamava o bairro ele disse:

Eu não sei, uns dizem que Bom Pastor vem até aqui nessa rua, e daí tem a Vila Betinho, Vila Zonta é lá, do asfalto pra cá é Vila Betinho, e daí tem o Bom Pastor que eu não sei se pega a Vila Betinho (...) E daí lá embaixo São Pedro e Maria Goretti. Só que dependendo Bom Pastor, Vila Betinho, coisa, é tudo São Pedro. Já aconteceu alguma coisa aqui, um acidente, uma coisa é São Pedro. (**Antúrio** esposo de **Camélia**)

As relações de distanciamento podem ocorrer também com relação à diferenciação entre o bairro ou o local de moradia e o restante da cidade. E neste sentido a cidade é entendida como o fora, o distante, o centro. Sair do bairro é referenciado pela maioria dos moradores como: “Ir para a cidade”. Quando acompanhei trabalhadores que frequentam o centro e seus bairros próximos, tanto os trabalhadores autônomos que coletam materiais recicláveis, quanto aqueles empregados na empresa de limpeza urbana (terceirizados), percebi nas falas constantes referências à cidade como o local de trabalho:

E daí foi que eu peguei e eu fui pra cidade puxar papel, peguei meu carrinho e fui pra cidade puxar papel, mas só que onde eu ia, nas véinha do centro, eu pedia um serviço, pra lavar uma calçada, até carpi, o que me der tá bom. Só que daí elas ficavam com dó de mim [ela solta um riso] Daí elas me davam qualquer coisa pra fazer assim, lavar uma calçada e elas me carregavam de coisarada (**Iris**).

Quando as interlocutoras referem-se à *cidade* estão falando de outro *lugar*, um espaço distante para onde se deslocam em busca de serviços, ajuda ou materiais. Deste modo, podemos dizer que aparece uma oposição entre centro/cidade → bairro e bairro → centro/cidade. Estas diferenças serão analisadas a partir das distinções elaboradas pelos sujeitos para identificar e atribuir sentido aos lugares, cotidianos ou não.

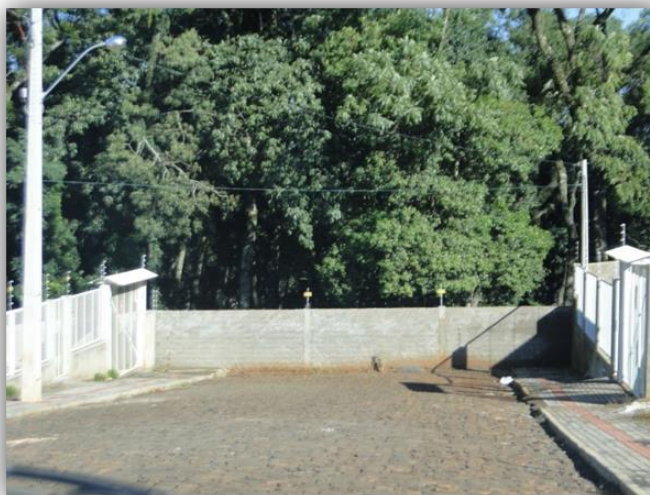
Estas falas muitas vezes remetem à memória, ao comentar de tempos passados, tempos de sofrimento: “Daí nós viemos morar lá no querer subir lá, fizemo um barraquinho e viemo morar lá. Mas lá meu deus do céu o jeito que era de ruim. Porque eu tocava de ir pra cidade, das veiz pedir com as criança sabe?! Pedir pra poder comer que não tinha daonde tirar”. (**Violeta**). A cidade é vista como uma possibilidade muito clara de recursos, onde podem encontrar auxílio e ajuda, talvez mais facilmente que no próprio bairro. Assim, esta é uma tática de sobrevivência e solução para as faltas que a condição de pobreza impõe:

O que leva a bebida e a droga é a falta do que comer em casa, de um tempo pra cá tu não via nenhuma criança aqui, todas iam pra cidade, uns achavam errado pedir. Eu nunca cansei de pedir serviço, pedir cesta básica, por que meus filhos

chegavam da escola e eu não tinha, eles pediam eu não tinham nem um arroz, um feijão, pra mim doía mais eu tinha que lutar, se eu parasse era pior. **(Rosa)**

Um último aspecto a ser ressaltado com relação às estratégias de distinção e diferença no contexto etnografado, refere-se à relação entre a Vila Betinho e os loteamentos próximos, especialmente o Vento Minuano. Os dois lugares são separados por uma área de mata nativa, não há transição ou conexão entre os dois, pelo contrário, são visíveis as medidas de distanciamento e separação. Podemos observar na imagem abaixo, a forma com que foi construído em final de rua um muro muito com cerca elétrica. Observa-se também um grande investimento em aparatos de segurança nas casas, todas são cercadas e protegidas por cercas, muros, portões, câmeras, etc.

Figura 26 - Divisa entre loteamento e Vila Betinho (bairro Bom Pastor)



Fonte: Camila Sissa Antunes

Esta barreira física, no entanto, não impede o trânsito dos moradores entre os locais. As crianças atravessam o “matinho” e seguem por um carreiro até o loteamento e brincam no parquinho

recentemente construído no local. A travessia não demora mais que cinco minutos e dá a estas crianças a oportunidade de brincar em um espaço que inexistia em seu local de moradia.

Figura 27 - Acesso ao loteamento vizinho a partir da Vila Betinho.



Fonte: Camila Sissa Antunes

2.3.1 Quando o outro constrói o lugar: relações de poder e políticas públicas

A esta realidade de “mosaico” de diferentes áreas fruto de políticas públicas habitacionais, cabe uma análise a respeito dos bairros pesquisados e que representa um olhar sobre as relações de poder instauradas nestes territórios, é com relação ao discurso do poder público e suas formas de ação nos locais. Estes discursos podem ser visualizados no contexto das políticas públicas implementadas nas áreas, que reforçam, por exemplo, a sua condição de área de interesse social, através das progressivas implantações de conjuntos habitacionais, bem como nas falas dos agentes públicos envolvidos em ações localmente. A este respeito, ao comentar sobre o processo histórico dos bairros São Pedro e Bom Pastor, a fala do vereador **Pinheiro** é elucidativa:

No decorrer deste desenvolvimento, os caboclos estes que trabalhavam nas atividades extrativistas, foram alguns depejados, alguns foram levados, realoadados para essa grande região do São Pedro. E ali se concentrou muita desigualdade social, e Chapecó tem um débito muito grande com esse povo dessa região (...) Começou a mudança dessa desigualdade a partir do governo popular, onde que se levou alguns projetos pra aquela região, onde que se configurou o projeto Vale das Hortênsias [I e II], casas, inclusive com pavimentação da rua principal da Marechal, ginásio de esportes, também na época nós tínhamos o lixão em Chapecó, e que há época tinha o lixão e grande parte dos moradores lá de pessoas que viviam do lixo (...) essas famílias foram realoadadas para hoje bairro Bom Pastor, mas na época era São Pedro, o conjunto habitacional Vida Nova, eram casas conjugadas. Também foi feito um mutirão para realocar as famílias que moravam em roda do Verde Vida, moravam em lonas, em condições sub-humanas, debaixo de lonas pretas. E com a iniciativa, na época do governo popular, todas aquelas famílias foram realoadadas também, através de um outro projeto, um projeto de mutirão, na construção de banheiros e com o empenho e envolvimento dos próprios moradores. Até na época foi feito a comercialização de uma parte daquela área de terra com esses moradores, os quais teriam que pagar por esse imóvel um preço bem favorável, da época do contrato, aonde que teria um prazo, muitos já pagaram, alguns tão pagando, alguns ainda estão em débito.

Assim, podemos perceber claramente que o denominado “governo popular” deixou uma marca significativa especialmente no atual bairro Bom Pastor a partir das políticas públicas implementadas, especialmente as políticas habitacionais. Este fato evidencia jogos de poder instaurados dentro do setor administrativo perpassado pelas diferenças políticas entre os que implementaram as políticas e aqueles que deram continuidade, o governo atual e o anterior; e também demonstram a visão estatal sobre os bairros pesquisados, que podem ou não, reforçar o estigma social.

Com relação às diferenças e disputas entre as administrações, um caso clássico é a Vila Betinho, um loteamento popular implantado na época do governo do partido dos trabalhadores, que permanece até os dias atuais em situação de irregularidade. A este respeito, apresento a fala de D.B., assistente social que trabalha da secretaria de habitação:

O que acontece com o Bom Pastor, em 2001 foi feito um loteamento no Bom Pastor juntamente com a Vila Betinho, antes não se pensava em documentar, antes de colocar as famílias, na época foi colocada as famílias desordenadas e tudo mais ocupando o espaço por que era de emergência e depois teria que ver a documentação, o que é a documentação: o contrato habitacional para eles fazerem o pagamento pra prefeitura para ter uma garantia a mais e até hoje está pendente, é isso que eles dizem, que eles estão esperando o documento, eles não tem contrato, eles moram lá assim, tem autorização de água, luz, tem autorização para residir só que não tem o contrato para poder fazer o pagamento, essa é uma situação (...) Tem outra situação que é as áreas irregulares ali, que realmente não é loteamento, são áreas irregulares que as pessoas foram invadindo e não existia essa fiscalização, a gente começou essa fiscalização no ano passado, é bem recente isso. Então tem duas situações, uma que o loteamento não está aprovado/regularizado por isso que as famílias não tem contrato e a outra é que são áreas irregulares que não é possível regularização.

Apesar da fala vir no sentido de que não houve organização e não pagamento por parte dos moradores, muitos dos que entrevistei durante a etnografia, moradores da Vila Betinho, relatam que fizeram o pagamento do terreno, e guardam recibos e contratos assinados à época. Mas não detém a escritura pública dos terrenos, principalmente pelo fato de que cada terreno abriga duas residências. As vendas e trocas de terrenos na Vila Betinho é uma prática comum, mas percebo a permanência de muitos moradores originais, e, neste sentido, o processo de regularização demandaria uma atualização das famílias que hoje estão no local:

[*E qual seria a solução para a Vila Betinho?*] Fazer a regularização imediata do documento. [*A gente conversa com as pessoas e elas dizem que pelo tamanho do terreno não é possível fazer a escritura do terreno individuais*] É que depende da onde você foram, depende aonde eles estão, por que o Vila Betinho e o Bom Pastor o loteamento não é uma faixa, ele é um pedaço aqui outro ali, no meio ele tem áreas irregulares que não é possível regularizar, então ali não comporta uma residência no mesmo lote. O Vila Betinho para vocês ter noção foi feito na época tudo em condomínio, são dois terrenos por lote e isso gera muito problema, isso não dá certo, não tem como. Eu moro atrás e você mora na frente e eu acessar pelo teu terreno não dá certo, não tem como, as famílias de baixa renda é cada um no seu terreno individual. Seria a regularização imediata, mas daí a gente está fazendo o levantamento e isso tudo está sendo via Ministério Público para facilitar e agilizar, a gente já iniciou no ano passado estava tudo pendente, iniciamos no ano passado a regularização e esperamos que até metade do ano estar tudo concluído. [*Uma coisa que eles falam que regularizando uma, uma das famílias vai ter que sair. É mais ou menos isso?*] Não, por que na época, eu estou falando no loteamento que o município implantou, por que na época o município autorizou as famílias residir em condomínio e vai ser regularizadas elas em condomínio. [*Então a escritura vai ser no nome dos dois?*] Sim das duas famílias. Uma quer vender vai ter que pedir autorização para a outra e tudo mais. [*Vocês te algum controle, algum cadastro inicial das primeiras famílias?*] Sim temos toda a documentação das primeiras famílias que foram, estão em pastas divididas em loteamento, temos um controle. Só que teve muita comercialização, claro que quando a gente faz uma regularização nós temos que fazer o levantamento tudo novamente e vamos regularizar de quem está residindo hoje no local, a família que saiu, por algum motivo vendeu e saiu do local então nem tem como deixar no nome dela.

Provavelmente a gente vai ter que pedir a documentação dessas famílias de novo.

A situação de irregularidade do loteamento reflete na própria condição dos moradores, mas se por um lado a incerteza de poderem um dia ter a escritura pública definitiva afeta suas decisões por reformas ou ampliações, o fato de estar há tanto tempo sem solução faz com que muitos moradores negociem ou façam **briques**⁷⁹ com os terrenos e casas.

Desta situação é importante ressaltar que o poder público usa como válvula de escape para a precariedade da área e situação de irregularidade, o fato de ter sido a criadora do loteamento a gestão municipal anterior. Mas os moradores demandam por esta regularização, e se atualmente a prefeitura está atuando diante da possibilidade de regularizar a área, muito se deve à mobilização popular que exige a solução para o caso. A este respeito, conversei com um vereador na época que foi um dos articuladores das mobilizações requerendo a regularização da Vila Betinho:

Essas famílias estão aguardando a escrituração o registro desses bens. Famílias que moram no mesmo lote, algumas que moram num lote social, algumas já pagaram, outras pagam IPTU mas não tem escritura. O que nós queremos é e resolutividade dessa situação essa angústia que essas famílias vivem há muito tempo, ou seja, que também nesses locais tenham dignidade de ter nome da rua, hoje é rua A, rua B, então buscar a regularização fundiária é o que nós queremos fazer daqui pra frente (...) Elas tem o terreno mas não tem a escritura, nós queremos que o poder público municipal venha buscar a solução imediata para esta situação. **(Pinheiro)**

Sob a perspectiva dos agentes públicos, há uma constante disputa entre a crítica do projeto habitacional e sua defesa. Ao passo que, neste entremeio, os moradores sofrem na condição de contínua precariedade da Vila, a incerteza da propriedade e o constante jogo de um para o outro das responsabilidades. Mas é importante notar que os moradores não permanecem inertes diante deste processo, e além de fazerem

⁷⁹ A este respeito, retornaremos ao abordar o tema das negociações.

mobilizações populares (como a reivindicação de água e luz para residências em condições de irregularidade frente aos órgãos públicos), participam de mobilizações e reuniões pautadas pelo ministério público para a efetiva solução do caso⁸⁰. A este respeito, uma das interlocutoras mais atuantes é **Camélia**, que juntamente com seu esposo **Antúrio** e três filhos (dois apenas seus e uma bebê do casal) vivem em uma área de *direito* adquirida há mais de três anos nas bordas da Vila Betinho. Quando a questioneei sobre a importância da participação e da mobilização coletiva disse:

Acho importante, pois desde o tempo que eu tô aqui, se não sai reunião a gente não sabe se vai ficar aqui ou não vai, não sabe se faz alguma coisa ou não faz, por onde que é a medição, fica indeciso. E assim, tendo reunião, a gente fica por dentro do que vai acontecer, se vão deixar aqui, se vão regularizar. Quando regulariza de certo eles medem, faz pelo menos um papel, um contrato.
(**Camélia**)

Assim, se para o poder público as áreas de ocupação irregular representam um problema, para os moradores ela é solução habitacional, e apesar da posse não ser legítima, utilizam das ferramentas possíveis para reivindicar melhorias e mesmo o direito de regularização das áreas. Neste sentido, podemos analisar na perspectiva de Haesbaert (2006), que enfatiza duas dimensões importantes para pensar o território: as dinâmicas de poder ou simbólicas e as dinâmicas funcionais. O poder é visto a partir de sua construção social, na cotidianidade e apropriações simbólicas de espaço por determinados grupos, aproximando-se efetivamente da abordagem de Foucault (1979) que não procura indicar quem deseja dominar, suas motivações e objetivos, mas justamente, enfatiza no processo de sujeição e dominação dos indivíduos.

Esta *processualidade* das áreas irregulares, que são reconhecidas pelos sujeitos da pesquisa como **direito**, demonstram diferentes táticas para ocupação efetiva do território. Por um lado há a insegurança na construção e investimento no local, por outro, este mesmo investimento serve como maneira de efetivar a ocupação do espaço. É um paradoxo, vivido cotidianamente, em que os moradores vivenciam a necessidade

⁸⁰ Até o fechamento deste texto ainda não havia tido nenhuma perspectiva definitiva de regularização fundiária da Vila Betinho.

de ampliar as casas e ao mesmo tempo resistem e são controlados pelo poder público. Com relação às reformas desta área de **direito** em particular, **Antúrio** esposo de **Camélia** é enfático: “Aqui os vizinho tão começando ajeitar [as casas] porque ninguém toma decisão, que nem eu aqui, eu disse pra muié: sabe o que vou fazer? fechar tudo de tijolo, vou cercar aquela parede, vou fechar a garagem e vou arrumar. Já é três ano e pouco aqui, ninguém veio dar uma resposta”.

Na Vila Betinho, consegue-se identificar as áreas irregulares justamente pela provisoriidade das construções, normalmente são casas de madeira. Mas as pessoas falam da regularização como a possibilidade de efetivamente tornarem o *lugar seu*: “Eu quero colocar uma grade, não é bonito, eu gosto de flor, fazer um jardim de flor. Eu quero erguer na frente de dois piso, eu quero eu mesmo, devagarinho, que daqui há dez ano, é um sonho, é um *lugar* da gente”. (**Antúrio** esposo de **Camélia**). Percebe-se claramente que estas ações de engajamento na luta pela regularização é importante para os sujeitos, e envolve o reconhecimento público de um **direito**: “A gente vai poder dizer, aqui é meu!” (**Camélia**).

As relações de poder se manifestam a partir das ações de controle do estado, seja com o controle e não fornecimento de água e luz, seja através de medidas mais efetivas de acompanhamento: “Hoje passaram assim ó, filmando, um carro branco, é da prefeitura, o que eles tem pra fazer é encher os carro da prefeitura de gente e daí filmar. [*Com que finalidade o senhor acha?*] Eu acho que pra dizer que eles tão medindo. Mas só pra influenciar as pessoa”. (**Antúrio** esposo de **Camélia**).

Assim, ao ocuparem um terreno em área pública, e sendo esta uma ação coletiva, os sujeitos se empoderam simbolicamente, e a partir das noções de **direito**, exercem força e poder político diante do “próprio”. Ao acompanhar pelos jornais uma mobilização de moradores do bairro Bom Pastor, reconheci **Camélia**, uma das interlocutoras da pesquisa em uma foto, quando nos encontramos perguntei sobre o evento, quando elas e outros moradores se mobilizaram diante da Celesc para reivindicar ligação de luz na área irregular: “Foi pelo caso da luz, que eles tinham cortado”, naquele dia observei que acima da casa de Camélia as casas agora possuíam postes, e também na divisa entre o terreno dela e do vizinho, ao que ela me explicou:

O daqui é o posto do vizinho, dá pros dois. [*Mas vocês tá com luz em casa?*] Sim, agora sim. [*Vem desse poste, mas aí vem conta pra vocês?*] Não, vem da rede direito, passa pelo poste mas vem

direto da rede, não vem conta. Só da água. [*Mas no caso isso mudou...*] Mudou porque no caso eles ligaram, autorizaram que era pra ligar que todo mundo tava sem luz, com criança tudo. [*E você acha que é melhor?*] Não é melhor, a gente gostaria que regularizasse aqui e de todo mundo, que tem gente que tá pagando, e não tem escritura, não tem contrato, não tem nada. E daí eles vão ver pra dar o contrato das pessoas que tão pagando. [*Você daqui tem alguma coisa do contrato?*] Não tem nada. (**Camélia**)

Fica muito claro nesta fala que a luta por luz e água é apenas paulativa e que o objetivo mais amplo é mesmo a regularização da área. Neste sentido Camélia se posiciona diante do *outro* e se empodera, apesar das constantes ameaças e pressões que sofrem por ocuparem uma área irregular:

Falaram na habitação que aqui não é meu e nunca vai ser, que eles iam tirar. Mas eu falei lá de lá eu não saio. Eu só saio se é pra uma casa ou terreno, tá no meu cadastro, não apartamento. Se a gente vai pagar pode exigir também. [*Mas você preferia permanecer aqui?*] Eu acho que sim, que eles regularizando aqui não carece de outro lugar, de tirar todas as família, porque é um lugar que é rua, teria que regularizar aqui mesmo. Meu marido tem o mapa, que tem rua que não tem, teria que fechar [*Teria que talvez algumas famílias que teriam que ser realocadas*] Sim, mas não de sair do lugar, só mudar aqui, mas não ter que sair do lugar. (**Camélia**).

Em Foucault (1979) aparece a ideia de múltiplas dominações que se atravessam, reforçam ou fragilizam, permitindo, assim, pensar a dominação de forma complexa e não definida unilateralmente, podendo analisar os posicionamentos e relações dos atores (alianças, enfrentamentos) nas arenas sociais, alternando posições continuamente. Foucault (1979) assim expressa sua concepção: “(...) quando se considera que o poder deve ser analisado em termos de relações de poder, é possível apreender, muito mais que em outras elaborações teóricas, a relação que existe entre o poder e a luta, em particular a luta de classes” (FOUCAULT, 1979, p. 256).

Quando começamos fazer o banheiro veio a prefeitura. Denunciaram nós, meu Deus. [*Quem denunciou?*] Sabe aquela pessoa que é egoísta, é os próprio pessoa do lugar, tem um dois que olha. Tem uma muié que se ela enxergar que tem uma coisa diferente meus deus. Aí o [fiscal da prefeitura] veio aí, mas home o que tu tá fazendo aí? Eu tô fazendo um banheiro, não sou acostumado cagar na rua. Daí no fim disse ó as duas horas da tarde tu pode ir lá na habitação? Não tem problema nenhum, vou memo, aí conversemo com a assistente social, ela disse não, é nossa obrigação, nós temo que fazer nossa obrigação, mas amanhã pegue e termine. E daí eu vortei na mesma hora já terminei. Sozinho, eu fazia a massa, tijolo e ia levantando. Eles passavam ali da prefeitura e eu abanava. Por isso que nem tá terminado, tem que rebocar, fazer viga, quero colocar piso aqui. Mas não queria investir coisa, sem ter certeza. (**Antúrio** esposo de **Camélia**)

Assim, cotidianamente estas famílias gerenciam e negociam com os órgãos competentes os seus direitos, e não apenas, pois nesta “arena”, aparecem outros atravessamentos, como os vizinhos, que ora aparecem como aliados (como no caso das mobilizações coletivas), ora como “inimigos”, como no caso de disputa de fronteiras.

2.3.2 Lugares de alteridade: área verde, becos e baixada

O bairro Bom Pastor mais recentemente criado, é o principal cenário para as relações, redes, encontros, alianças e *socialidades* descritas a seguir. Desta descrição genérica – Bom Pastor – usada geralmente quando a fala é direcionada para os de fora, outras subdivisões do bairro acrescentam cores e valores ao território: Vila, baixada, área verde, entre outros.

Como mencionado anteriormente, o estigma não aparece apenas em relações externas, mas ocorre também dentro dos bairros, se expressando em atitudes e linguagens. A partir de alguns valores ou signos (família, religião, vizinhança, criminalidade) desenvolvem-se

fronteiras, limites que se traduzem em nomes próprios de categorias (ex. regular / irregular), que dependendo das circunstâncias se aproximam (condição que unifica) em outras se distanciam. Estes antagonismos internos nutrem a identidade e formas de distinção, por meio de discursos e práticas estigmatizantes do outro. Como se pode observar nos relatos abaixo:

Naquele tempo que nós andava tinha coisa errada, mas não era que nem hoje, hoje em dia tão matando por causa de droga, hoje em dia tem muita morte, muita coisa errada na verdade mais do que tinha no passado, então hoje em dia é bem mais difícil que os tempos atrás. Antes tu podia andar pra lá e pra cá por tudo que não tinha perigo, hoje em dia tu tem que se cuidar, vai lá pra **baixada**, pro São Pedro por aí nesses mato é perigoso. (**Acácia**)

Onde eu morei no São Pedro era pra lá do asfalto, pra banda da **baixada**. Pra lá é bem mais violento que pra cá. Mas graças a Deus que a gente morou né e nunca teve nada assim, minha família se dá bem em todo lugar que a gente vai morar. (**Flor**).

Os lugares denominados **becos** e **baixada**, indicam claramente formas estereotipadas de reconhecer a criminalidade no lugar. É um nome que transmite a sensação de perigo e medo, ao mesmo tempo distanciamento. Dependendo do lugar de fala é acionado um distanciamento: “Lá embaixo no **beco**”.

Com relação aos nomes do lugar, durante a etnografia percebeu-se que a categoria *beco* é usada para referenciar ruas estreitas, sem saída, pouco transitadas e/ou perigosas. São também locais reconhecidos socialmente como “bocas de fumo”. Durante a pesquisa identifiquei pelo menos dois becos, através das falas e indicações dos sujeitos. É importante ressaltar aqui que esta conotação negativa parte daqueles que não vivem no lugar, e sempre identificam os *becos* com certo distanciamento, aos moradores do lugar interessa, justamente, afastar esse olhar negativo, e remetem a outras expressões como: “ruazinha”.

Dos becos identificados, um deles fica no conjunto habitacional Vida Nova (imagem abaixo e à esquerda), o outro na **área verde** (imagem à direita), ambos estão localizados no bairro Bom Pastor:

Figura 28- Becos.



Fonte: Camila Sissa Antunes.

Estes lugares podem constituir-se, ao menos momentaneamente, em *pedaços*, caracterizados por serem frequentados por grupos mais restritos, que compartilham certos gostos e fazem parte de uma mesma rede de relacionamentos. Utilizo a noção de *pedaço* elaborada por Magnani (2007), que o define como “espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 2007, p. 20). Estes **becos** são abertos, são ruas, no entanto, o controle de sua ocupação e circulação é constante, são locais muito movimentados e de comércio de entorpecentes, conforme me foi relatado. Durante a pesquisa de campo houve uma notícia de grande repercussão em que foi divulgado um vídeo pelas mídias de notícia intitulado “Vídeo mostra a crueldade do tráfico de drogas em Chapecó” que mostra uma situação em que no beco um usuário permite que os traficantes lhe batam com chutes e golpes em troca de droga (crack, droga conhecida como pedra). A ação foi filmada pelos traficantes e posteriormente encontrada pela polícia nos celulares dos mesmos, ao serem presos. As notícias comentando o vídeo referiram-se à ação como crueldade e ressaltaram a tranquilidade da ação de comércio de drogas em plena luz do dia no bairro.

A **baixada** refere-se a um lugar geograficamente reconhecido no bairro São Pedro, é um lugar “famoso”, que mesmo na fala dos moradores do lugar fica clara sua realidade problemática. **Gérbera** vive há vinte anos no bairro São Pedro, sua casa fica na **baixada** próximo à sanga. No terreno é a sua casa original de madeira (baixa), um **puxadinho** mais alto e uma casa alta de material da filha. Ela possui escritura do lote que conseguiu através de processo de usucapião: “Aqui é a baixada do São Pedro [*E o que vocês pensam aqui do lugar?*] Fora essas droga essas coisa que tem a piaçada que se esconde aqui, se fosse tudo limpo, aqui é bom de morar, colégio pertinho, o postinho é encostado, creche, tudo igreja é pertinho, e as lotação também tem direto, é bom de morar aqui”. Assim, este território circunscrito representa uma grande mancha de casas nas bordas da “sanga”, não possui pavimentação, no entanto, em comparação aos anos anteriores melhorou muito:

A baixada continua a mesma baixada. A baixada assim, tem casa de madeira, casa de material, as casa são muito boa, sabe? Eles vivem da maneira deles, mas eu acho que o pessoal da baixada tem

uma vida até boa. Eles não tem uma casinha de lona caindo nada, tudo casinha boa, mas só que ali é constituído o bairro que ali tem o tráfico. Mas não são todas as famílias, é algumas famílias que tem ali que são as que realmente fazem o tráfico, mas não é aquele tráfico pra viver pra ficar rico, é pra sobreviver. Trabalham de dia fichado e de noite fazem outro trabalho, que o traficante mesmo o bandido não mora ali no São Pedro. E ali assim, quando acontece é um que outro menino que tá no gás, aí faz acontecer e pronto, não é que seja planejado aquilo. (**Orquídea**)

Em conversa com duas moradoras da “**baixada** fluminense”, como chamam, constatei que há também naquela região, além da concentração de tráfico, a concentração de usuários de drogas:

A única coisa que a gente sofre aqui é por causa das droga. Porque ali do outro lado a gente diz que é a cracolândia, tudo que sai da cadeia que vem de outros bairro vem se esconder ali no potreiro daí ficam por aí atrás de droga. Com tudo esses ano aqui no meio da cracolândia e os filho dela [Gardênia] nenhum usam, trabalham. Os meus também não usam, o meu um é taxista, droga os meu não usam, o meu tá preso lá por má companhia, não queria ficar em casa, saiu, foi se enfiar naquele beco lá embaixo, e o pai dele não aceitava, daí ele não veio pra casa e ficou lá daí, foi de lá que ele foi preso mas ele não usa droga”. (**Gérbera**)

[*Mas porque cracolândia?*] Cracolância⁸¹ porque os usuário ficam tudo ali, a noite inteira, dormem tudo ali embaixo das árvore [*E isso vinte anos atrás já existia?*] Não, quando nós viemos morar aqui, não sei se era porque eram tudo pequeno, ou agora que são tudo grande, mas droga não existia, existia homicídio, existia bastante naquela época,

⁸¹ Este termo inicialmente foi usado para referenciar um local muito conhecido na cidade de São Paulo, onde se juntavam usuários e vendedores de drogas. Há uma tentativa de desestruturar o lugar. O termo parece ter sido adaptado para outros lugares, como no caso do relato acima.

cada pouco eles matavam um nos mato, ali nos potreiro, mas droga não tinha naquela época”.

Em outro sentido, relações de poder mais sutis envolvem a necessidade de silenciamento diante dos casos de violência e crime:

(...) se tu tem um bom convívio com as famílias. Agora claro se tu não souber respeitar, se tu não sabe dar o respeito como é que tu quer ser respeitado, então eu acho que em primeiro lugar vem o respeito, se tu souber conviver tu pode andar pra lá e pra cá, aqui não tem dizer eu não posso sair por causa disso e daquilo, a gente se quiser sair pra cima a gente sai, se a ente quiser sair pra baixo a gente sai, aonde a gente quiser andar a gente anda, porque a gente sabe ter o respeito, a gente sabe dar o respeito pra ser respeitado (...) Nós chegou a noite, se eu não vou na igreja, nós vamos fazer a janta, vamos jantar e vamos dormir, dez horas nós tá tamo tudo dormindo, então a gente não tem nada com o que se estressar. Então a gente não tem essa preocupação, agora, se for andar cuidando da vida dos outros, aí claro, se incomoda, mas hoje em dia se cada um cuidar sua vida não tem essa preocupação, graças a deus. (**Acácia**).

Diante da violência, a melhor atitude no cotidiano é “fingir que não vê”, deixar que o outro faça o que quiser. Neste sentido, as boas relações são cultivadas com o cuidado. Neste sentido Orquídea comenta sobre o bairro:

Não penso em sair. Aqui a gente tem muito futuro, o bairro já começou a crescer, aqui a gente é conhecida de todo mundo, nunca entraram na nossa casa, nunca roubaram nada, foi sempre tranquilo. Nunca teve uma briga uma coisa assim, não é da melhor vida, não é fácil, a gente tem que correr atrás no dia-a-dia (...) a gente sabe tem que ter ética, tem ser pessoas com visão, tem que saber conviver com as pessoas. (**Orquídea**)

Assim, se o lugar do outro representa o espaço de violência, o *lugar próprio* é positivado, no caso de haver uma relação de respeito e

ética, mesmo emitindo julgamentos em relação às decisões do outro, se sabe que deve haver um respeito mútuo: “respeitar para ser respeitado”.

Quando Whyte (2005) descreve Cornerville e sua gente, na introdução de seu livro “Sociedade de Esquina”, o local é retratado como uma “área pobre e degradada”, objeto de inúmeras ações estatais preocupadas com esta área “problemática”, e continua:

Em passeios turísticos ou nas estatísticas podia-se descobrir que os banheiros eram coisas raras aqui, que as ruas estreitas e mal-cuidadas transbordavam de crianças, que a delinquência juvenil era alta, a criminalidade entre adultos maior ainda, e que uma grande parcela da população recebia auxílio-desemprego ou estava na WPA [*programa federal de assistência social*] durante a Depressão. Vistas dessa perspectiva, as pessoas de Cornerville aparecem como alvos do interesse de assistentes sociais, são identificadas como réus em casos criminais ou integrantes indiferenciados das ‘massas’. Há algo de errado nesse quadro: nele não há seres humanos. Por meio de levantamentos gerais, as pessoas preocupadas com Cornerville buscam responder a perguntas cujas respostas exigem o mais íntimo e detalhado conhecimento da vida local. A única maneira de obter esse tipo de conhecimento é viver em Cornerville e participar das atividades de sua gente. Para quem faz isso, a área se revela sob uma luz totalmente diferente. Prédios, ruas e becos que antes representavam destruição e aglomerado físico passam a formar um panorama familiar para os atores da cena cornevilliana”. (Whyte, 2005, p. 19-20).

De forma similar, a visão geral que se tem dos locais etnografados para esta tese, reproduzidas e reforçadas nos mais diferentes âmbitos (mídia, poder público, discursos cotidianos), remetem a um lugar pobre e perigoso. Esta visão estereotipada e negativa, apesar de apresentar-se de forma imanente durante todo este texto, foi em grande medida questionada pelos próprios sujeitos da pesquisa, tanto em seu discurso como em suas práticas. Efetivamente, a imagem negativa do bairro existe nos discursos, mas normalmente é remetida ao passado, e reforçada uma imagem de um lugar melhor

atualmente. Whyte (2005) destaca continuamente que no caso de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que as pessoas de classe média enxergam Cornerville como uma área de caos social, os de dentro veem em Cornerville um sistema social altamente organizado e integrado (p. 20).

Hoje eu vejo o bairro como calmo. Antigamente era bem mais ruim. Uma época de uns quatro cinco anos atrás, era bem violentinho sabe? Graças a Deus que meus filhos nunca se envolveram com nada, toda vida eles eram umas pi lazada que a gente dava conselho pra eles, eles escutavam, nunca deram dor de cabeça pra gente, se criaram aqui, e nunca foram de caças confusão com ninguém. Então um pouco é por isso, o lugar pra gente é tranquilo por causa disso (...) Eu lembro foi pra natal de 2005, mataram dois só aqui, no mesmo dia. Foi assim meu Deus, um saiu do enterro o outro entrou. Agora não tenho medo, mas depender que eu até tinha medo, só que daí a maioria daquelas pi lazada, não sei pra onde que foram acho que, não sei se mudaram de lugar. **(Flor)**.

Eu gosto de morar ali naquele bairro, toda vida eu gostei de morar no São Pedro. Eu morei em outros bairro não gostei. Ali o povo pra mim é bom, eu não olho os erro dos outro, então eu me acerto. De vez em quando dá um cinema em casa na rua, a gente assiste (...) Mas é bom, eu desde que vim de Foz do Iguaçu sempre morei nesse bairro e não consegui morar em outro bairro. **(Amarílis)**

Assim, como vimos, a visão diante do *lugar próprio* remete aos sentimentos de *apego* que fala Agier (1998), e constituem para os sujeitos princípio de sentido e identidade. Ao enfatizar no discurso a positividade de *lugar*, se instaura nas práticas e na narratividade, à qual Certeau (1994) sugere uma pertinência *teórica* no que concerne às práticas cotidianas:

Noutras palavras, há ‘histórias’ que fornecem às práticas cotidianas o *escrínio* de uma *narratividade*. Certamente, só descrevem alguns de seus fragmentos. São apenas metáforas delas. Mas, a despeito das rupturas entre configurações

sucessivas do saber, representam uma nova variante na série contínua de documentos narrativos que (...) expõem as maneiras de fazer sob a forma de *relatos* (CERTEAU, 1994, p. 142).

Assim, o *lugar* toma forma através destes relatos, que orientam e refletem as práticas cotidianas, tão importantes para as análises que seguem a respeito das relações de identidade e pertencimento que serão exploradas em seguida.

3 DA MEMÓRIA DO COTIDIANO: ALIANÇAS, MOBILIDADES E REDES

No capítulo anterior foi desenvolvida uma análise dos *lugares* dentro dos bairros pesquisados, enfatizando territorializações e consequentes distinções entre *lugares* de diferença e *lugares* subjetivados (ou identitários). Este capítulo foca nas relações existentes entre os moradores, enfatizando as *redes* que criam conexões entre pessoas, lugares, eventos, instituições e práticas. Estes vínculos podem se manifestar a partir das relações de trabalho, parentesco, amizade, vizinhança, religiosidade entre outros.

As redes muitas vezes estão associadas ao território da periferia, mas o podem transcender, e nestes casos as análises nos levam a outros lugares, outras agências, outras pessoas, conectadas a eixos relacionais que, apesar de terem conexão nos bairros estudados, o transbordam. Nesta perspectiva, são analisados os processos de *mobilidade* envolvendo, inclusive, as relações que os moradores estabelecem com o restante da cidade e com outros bairros. São analisadas também as redes mais amplas que acompanham mobilidades para outros bairros, em especial acompanhei algumas famílias que foram removidas para novos conjuntos habitacionais, bem como narrativas de saídas e retornos anteriores, que narram a trajetória até chegar aos bairros. Nestes casos, as redes sociais, plenamente desenvolvidas no bairro de origem não se romperam com a mudança, pelo contrário, permearam as decisões e estratégias dos sujeitos, culminando, algumas vezes, com o retorno ao bairro. É possível metaforicamente atribuir a estas redes uma propriedade elástica, pois elas permitem o afastamento sem rompimento, ao mesmo tempo em que exercem uma força atrativa de retorno ao ponto inicial.

As histórias de *mobilidade* e *alianças* nos permitem vislumbrar a complexidade dos *processos* inerentes à constituição das periferias urbanas. Demonstrando, por sua vez, que laços e *lugares* podem determinar as práticas dos sujeitos, práticas constituintes de *nós* nas redes criadas no território. Esses *nós* são caracterizados por relações intensas que afetam relações e práticas no cotidiano dos bairros analisados.

Um segundo momento deste capítulo está voltado à apreensão dessas *redes* de socialidades, anteriormente citadas, que se instauram nos lugares e para além destes. Assim são apresentadas formas específicas de socialidade relacionadas a estas redes, que serão

compreendidas em torno dos *nós*, responsáveis pela consolidação de determinadas práticas. Serão abordados exemplos etnográficos relacionados aos seguintes elementos: *relações religiosas* (usos e discursos, eventos e ritos, trajetos e parcerias na igreja, mudanças e mobilidades entre igrejas); *relações de vizinhança* (cuidado com as crianças, negociações e ajudas, relações de reciprocidade); *relações de trabalho* (a casa, o quintal e o trabalho, o lugar do trabalho na sociabilidade, trajetos e mobilidades); *relações familiares* (conjugualidades, violências, parcerias, família extensa, “ter” filhos e “criar” filhos). A partir de exemplos etnográficos a análise parte para a identificação de formas de *identidade* específicas que os sujeitos desenvolvem para integrar-se em coletivos, compartilhar formas de pensamento e desenvolver *táticas* de reconhecimento público de suas atividades e grupos.

Para esta análise, penso ser possível utilizar uma perspectiva dialógica para pensar a periferia enquanto um “evento em processo” (BAKHTIN, 2010), pois está em contínua composição e recomposição a partir das diferentes vozes que a constituem. Pensar, nestes termos, a periferia enquanto um ser-evento, cuja abordagem dialógica ecoa como ato responsável do pesquisador, a partir de Bakhtin (2010) e cuja perspectiva permite olhar para o mundo dos atos humanos em sua individualidade, unicidade e diversidade. Formando a imagem de um caleidoscópio que se antepõe à visão de uma totalidade generalizante ora requerida pela cognição teórica. Desta ótica, penso que a pesquisa urbana deve desenvolver um olhar exotópico⁸² sobre a periferia, e teorizar a partir de categorias desveladas a partir de um processo de “comunicação real”, de uma “vivência participativa”, pois “(...) ser realmente na vida significa agir, é ser não indiferente ao todo na sua singularidade” (BAKHTIN, 2010, p. 99). Este *ser* se concretiza através de mim e dos outros. Assim também o resultado das análises e descrições que seguem resultam de uma relação dialógica estabelecida em campo.

As vozes que ecoam desta periferia são essencialmente vozes femininas, mulheres que contam e recontam sua vida, fragmentos de eventos e trajetórias que dizem, não apenas de processos individuais e subjetivos, mas também de processos amplos de construção deste *lugar* cotidiano. Certeau e Giard (1996) afirmam que ao levar em conta as

⁸² Exotopia significa desdobramento de olhares a partir de um lugar exterior. Etimologicamente a palavra exotopia é formada pelo prefixo “ex” que significa fora e “topos” que significa lugar.

práticas cotidianas na caracterização cultural, em detrimento das ordens estabelecidas e sólidas reconhecidas por uma “cultura hegemônica”, busca-se reconhecer a prioridade da oralidade:

(...) a oralidade exige o reconhecimento de seus direitos, pois começamos a descobrir mais nitidamente o papel fundador do oral na relação com o outro (...) A oralidade constitui também o espaço essencial da comunidade. Numa sociedade não existe comunicação sem oralidade, mesmo quando esta sociedade dá grande espaço à escrita para a memorização da tradição ou para a circulação do saber. O intercâmbio ou comunicação social exige uma correlação de gestos e de corpos, uma presença das vozes e dos acentos, marcados pela inspiração e pelas paixões, toda uma hierarquia de informações complementares, necessárias para interpretar uma mensagem para além do simples enunciado (...) A oralidade está em toda parte, porque a conversação se insinua em todo lugar (CERTEAU e GIARD, 1996, p. 336-337).

Assim, a oralidade é parte fundamental desta tese, pois consolida de maneira intensa as práticas cotidianas dos sujeitos. A estas oralidades se somam as minhas observações e as experiências de campo, ambas sustentam, tanto os próprios eventos narrativos em campo, quanto as posteriores transcrições e seleções. Apesar de considerarmos no formato de texto escrito as narrativas coletadas em situação de entrevistas, as conversas, os encontros casuais no meio da rua e outras confissões fazem parte também das descrições e reflexões aqui presentes. Mas as narrativas constituem o *locus* privilegiado que orienta nosso olhar para a análise dos processos de circulação pelo território.

As narrativas, fragmentos de narrativas, comentários e estórias que apresenta-se abaixo, são aquelas que, após passarem por minha seleção, recorte e inteligibilidade servem aos propósitos de melhor demonstrar aquilo que venho caracterizando no decorrer desta tese como *processualidades*, aqui intimamente relacionadas às práticas cotidianas dessas mulheres, as redes que as enredam, suas famílias, suas trajetórias pelo território e toda gama de motivações, táticas e arranjos que mobilizam estes deslocamentos.

3.1 DESLOCAMENTOS, ARRANJOS E MOBILIDADES

Dos deslocamentos pelo território e mobilidades relatados pelas interlocutoras da pesquisa são destacadas as trajetórias, a partir de casos particulares, narrativas e histórias de vida, que expressam diferentes motivações para as mudanças. Acompanhei durante a pesquisa de campo pessoas que saíram do bairro, pessoas que retornaram, pessoas que chegaram; saídas e retornos, enredados por relações sociais de diferentes ordens. Estas histórias particulares enfatizam processos dinâmicos e amplos que movimentam a periferia.

Estas mudanças tomam forma nesta tese a partir das narrativas das interlocutoras da pesquisa, que compartilham memórias, expectativas e decepções, justificam suas escolhas ou dos outros, constroem e reconstróem diferentes *lugares* e itinerários. Assim, concebem-se aqui estas narrativas com o auxílio de Certeau (1994):

(...) as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais. Com toda uma panóplia de códigos, de comportamentos ordenados e controles, elas regulam as mudanças de espaço (ou circulações) efetuados pelos relatos sob a forma de lugares postos em séries lineares ou entrelaçadas: daqui (Paris) a gente vai pra lá (Montargis); este lugar (um quarto), inclui outro (um sonho ou uma lembrança); etc. (CERTEAU, 1994, p. 200).

Certeau (1994) concebe, portanto, que as circulações pelo espaço são realizadas pelos relatos, estes ligam *lugares* entre si, conduzem de um lugar a outro, pois “Todo relato de viagem – uma prática do espaço” (p. 200).

Sem dúvida o ato de caminhar e de viajar suprem saídas, idas e vindas, garantidos outrora por um legendário que agora falta aos lugares. A circulação física tem a função itinerante das ‘superstições’ de ontem ou de hoje. A viagem (como a caminhada) substitui as legendas que abriam espaço para o outro (CERTEAU, 1994, p. 187).

Assim, as histórias que narram mobilidades, mudanças e “andanças pelo mundo” refletem sobre diferentes *lugares* e apresentam

interessantes perspectivas para pensar a constituição *processual* da periferia. As idas e vindas pelo território não falam apenas de circulação física, mas acionam memórias e significados que ampliam nossa compreensão dessa realidade.

3.1.1 Trajetórias: flores, enraizamentos e caminhos

A fim de discutir as temáticas das mobilidades pelo território, apresenta-se a seguir algumas *trajetórias* coletadas em campo, que tomadas como ponto de partida para as análises, buscam demonstrar diferentes motivações, agenciamentos, táticas e significados atrelados à decisão de mudar, categoria que assume nas narrativas muitas possibilidades discursivas ou sinônimos⁸³.

Das mudanças que pude acompanhar presencialmente, é emblemática a de **Tulipa, Girassol** e seus três filhos, que conheci vivendo em uma área irregular, “área verde” ou **direito**, acompanhei a mudança para um apartamento conquistado em um programa habitacional e o retorno ao bairro de origem. Como mencionado no capítulo anterior, quando conheci **Tulipa**, ela e sua família viviam provisoriamente em um barraco de lona, madeira e materiais reutilizados que ficava em um terreno público⁸⁴. Na imagem abaixo, observa-se a casa em que morava na “área verde”. Esta foi construída à sombra de duas árvores, na época que a conheci fazia três meses que dividia com os três filhos, o marido e um irmão o espaço de aproximadamente 10 metros quadrados, coberto com lona e pedaços quebrados de telhas de amianto⁸⁵. A primeira mudança foi da “área verde” para apartamentos

⁸³ O verbo “mudar” é acionado de diferentes formas: “se fumo”, “se bandiemo”, “vortemo”, entre outros.

⁸⁴ Esta área de ocupação histórica abrigou tanto sua família, mãe e irmãos, como de seu esposo. Aos poucos todos foram removidos para os novos conjuntos habitacionais ou se mudaram para outros locais. Atualmente este terreno está cercado e possui uma placa onde está escrito “Proibido a entrada, propriedade particular”.

⁸⁵ Do lado de dentro do barraco havia uma cozinha com pia, fogão, geladeira e mesa com cadeiras (os móveis pareciam muito novos e bem conservados em comparação ao teto que os abrigava). Do lado esquerdo duas camas. As roupas ficavam armazenadas dentro de caixas e sacolas penduradas. Nas paredes porta-retratos e outros enfeites. O chão era coberto

de um programa habitacional, a segunda foi do apartamento para a Vila Betinho. A imagem abaixo ilustra estes três locais de moradia.

Figura 29 - Moradias de Tulipa durante o período de realização da pesquisa.



Fonte: Camila Sissa Antunes.

Após uma trajetória que envolveu a tentativa frustrada de mudar-se para Florianópolis e o pagamento de aluguel, optaram por ocupar novamente um vazio urbano. O barraco improvisado foi construído em uma área que já haviam vivido logo após o casamento, as demais pessoas que ocupavam a área foram removidas do local. Ao se estabelecerem novamente no *direito* que outrora abrigou toda a família,

com pedaços de “mdf” que ao andar dava a sensação de instabilidade. Do lado de fora uma máquina de lavar, outro puxadinho que servia de depósito e uma churrasqueira feita de tijolos. Perto da casa, no terreno ao lado que é alagadiço, uma poça de água servia para lavar as roupas, ao lado havia um tanque. E mais para trás da casa o lugar onde pegavam água para beber. Acima da casa havia uma “casinha” de mais ou menos 2m², ali era a patente. Para ter luz fizeram um gato direto do poste.

Tulipa aciona em sua narrativa, diferentes táticas desenvolvidas como legitimadoras da prática de ocupação daquele lugar:

(...) eu tenho cadastro lá faz 10 ano, eu tô pagando aluguel e eles não me resolvem nada, eu disse, eu vou pegar e vou fazer lá onde que eu morava. Daí fizemo. E fumo na habitação primeiro, ainda a moça ali ela reclamou e ainda meu marido falou pra ela, eu vou fazer lá pra morar e pronto já que vocês não resolvem meu problema, não querem me arrumar um apartamento, terreno ou casa eu vou fazer lá (...) expliquei pra ele porque que saí, eu tô pagando aluguel eu tô com três pequeno, eu não vou ficar rolando de bairro em bairro, meu mais velho estuda e tá prejudicando ele, ele já rodou, eu disse pra ele, ele já ficou quase um ano sem estudar (...) Eu vou fazer aqui, se vocês não me dar eu vou construir aqui e daqui eu não saio, eu falei pra ele, daqui eu não saio. (**Tulipa**)

O posicionamento de **Tulipa** para negociar na prefeitura sua permanência na área demonstra de maneira muito clara seu conhecimento e empoderamento para a solução do seu problema habitacional. Assim, nesta perspectiva, podemos analisar estas mobilidades a partir das relações de poder engendradas neste processo, reforçadas e colocadas em circulação através dos discursos e práticas cotidianas. Assim enfatiza Foucault:

Não emprego quase nunca de forma isolada o termo poder, e se o faço algumas vezes, faço-o com o objetivo de abreviar a expressão que utilizo sempre: relações de poder. Mas existem esquemas já estabelecidos, e assim, quando se fala de poder, a gente pensa imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, em um senhor frente ao escravo, etc. Porém não é absolutamente nisso que eu penso quando falo de relações de poder. (...) Estas relações são, portanto, relações que se podem encontrar em situações distintas e sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja, podem modificar-se, não estão determinadas de uma vez para sempre (...) são

móveis, reversíveis e instáveis. (FOUCAULT, 1994, p. 269).

Partindo destes pressupostos, estes processos tomam a forma de relações de poder perpassadas pelos discursos, e neste sentido, a análise destes discursos, possibilitará a compreensão dos procedimentos mobilizados para a produção da subjetividade. Porquanto, comumente este aporte teórico seja utilizado para pensar a subjetividade enquanto interioridade, de certa forma, desconectada dos processos sociais, a proposta nesta tese é compreender os processos de subjetivação em suas conexões e diálogos com o território.

Assim, não apenas como já mencionamos anteriormente, os processos de apropriação do território a partir da noção de *direito* nos permitem pensar em *lugares subjetivados*, como também nesta situação de disputa em que **Tulipa** apresenta suas ferramentas de luta, a saber:

Ele disse que ia vim ordem de despejo eu disse ‘Pode vim que eu vou pegar os três e vou levar lá na Ric Record e vou colocar em pratos limpos, daí ele não falou nada.

Eu disse eu sei que tem lá no Expoente, casinha e apartamento de varde, eu falei pra eles, eu sei que tem porque a gente vai lá, a gente convive lá, eu sei que tem de varde lá, e quem tá fuçando, indo todo dia lá pedindo pra vocês, vocês não arrumam.

Mas agora eu falei até com a deputada Mariane, eu disse pra ela que eu ia fazer aqui, eu disse eu tenho cadastro lá faz 10 ano, eu tô pagando aluguel e eles não me resolvem nada.

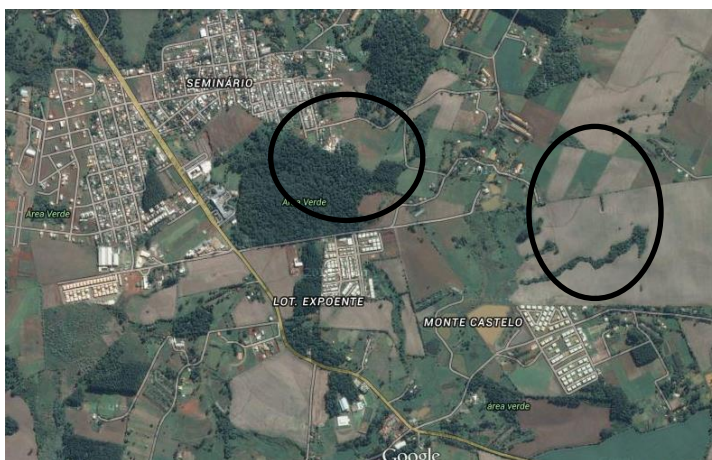
Não eles não podem fazer isso, o pessoal nem sabe ler né’, meu marido não sabe ler direito, eles não podem enganar assim. (**Tulipa**)

Ou seja, mencionar a televisão; demonstrar conhecimento com a realidade dos novos conjuntos; acionar suas articulações políticas; questionar a legitimidade de um documento de despejo assinado por alguém que não sabia ler, entre outras ações, a colocam em uma situação de *empoderamento* e força para a conquista de seu *lugar*. Assim, sua *tática* enquanto uma performance operacional (CERTEAU, 1994) lhe permitiu sair “vitoriosa”, eles “ganharam” um apartamento em torno de quatro meses depois.

Após a mudança para o novo apartamento no Monte Castelo, os laços com o território anterior – bairro Bom Pastor – não se dissiparam, pelo contrário, se fortaleceram. Os filhos mais velhos continuaram frequentando a escola no bairro (em tempo integral), pelo menos uma vez por semana frequentavam a igreja na Vila Betinho e eu continuei a encontrar **Tulipa** nos eventos do “peso” da Pastoral da Criança. Acompanhando a mudança de **Tulipa** para o apartamento, quando perguntei sobre como estava a vida na casa nova sua resposta por curta: “Eu fico só aqui dentro. Lá eu tinha mais liberdade. Aqui tem que ficar dentro da casa fechada. Não dá pra misturar muito como lá”.

Os problemas levantados por **Tulipa** e **Girassol** são compreensíveis quando analisamos a própria inserção territorial deste empreendimento. Localizado em uma área pouco ou quase nada urbanizada, o isolamento do conjunto com a restante da cidade é muito perceptível. A este respeito é importante ressaltar que a responsabilidade pelas políticas de urbanização e acesso a outros serviços públicos é de responsabilidade do governo municipal, ao passo que o conjunto foi construído com recurso do programa federal “Minha Casa Minha Vida”. Na imagem abaixo se pode perceber o isolamento espacial do Conjunto Habitacional Expoente, e na segunda, a vista para o Monte Castelo a partir do Expoente:

Figura 30 - Bairro Seminário, Loteamento Expoente e loteamento Monte Castelo



Fonte: Google Earth.

Durante a pesquisa de campo encontrei diversas narrativas de descontentamento com a remoção para estes novos conjuntos habitacionais. Em um primeiro sentido, ressaltam-se as diferenças impostas com relação aos hábitos, especialmente comparando com a vida em casas, comentam o sentimento de se sentirem “presos” dentro dos apartamentos. Ao comentar sobre um filho que mora no Expoente, **Lírio** esposo de **Amarílis** comenta:

Eles não tão contente lá...porque lá é uma prisão, lá não pode conversa alto, tudo tem regra, é a mesma coisa que tá numa cadeia (...) Eles tinham vontade se a prefeitura conseguisse uma casa eles devolviam o apartamento, mas do jeito que tá indo, não é fácil; Que lá é difícil, o pessoal tudo tão querendo sair de lá, não dá.

A esta dificuldade do isolamento espacial dos apartamentos em relação aos vizinhos, e do próprio conjunto em relação ao restante da cidade, se acrescenta a questão do tamanho do apartamento e a dificuldade em pagar as prestações: “E depois é muito caro lá, e tem muita gente que não tem renda fixa pra pagar” (**Lírio**). Assim são listados inúmeros motivos que justificariam a **mobilidade** de retorno ao bairro:

Fizeram uma coisa muito esquisita, muito pequenininho, não fizeram uma sacada, óia, aquilo ali é pra uma pessoa que nunca mais vai ter filho, que tem um filho e não projeta outro filho, é um cubículo. É longe. (...) E tem outra, desses que moravam em favela, em barraco, ninguém vai ficar lá, a maioria vai abandonar que não vai conseguir pagar e vai voltar pra favela de novo (**Amarílis**).

Claramente a fala de **Amarílis** retoma os aspectos centrais que justificam as mobilidades de retorno às áreas anteriormente ocupadas, bem como os possíveis **briques** que possam ser realizados com os apartamentos. A sua fala é contundente: “Mas isso já fizeram pra complicar a vida do pobre”. O que é interessante destacar aqui é que, apesar de todas as dificuldades apontadas, os sujeitos se colocam em uma postura crítica e de agência, ou seja, além de evidenciar nos

discursos, desenvolvem, na prática, *táticas* de superação destes problemas.

Logo após se mudarem para o apartamento, **Tulipa** e seu marido já deixavam explícito o desejo de **briquear** o apartamento e voltar para o bairro de origem, próximo dos familiares e da igreja que frequentam. Pelo menos duas vezes por semana se deslocam até a igreja na Vila Betinho. Para estes eventos, eles relataram as dificuldades de transporte. Na época, como as crianças ainda estudavam no “CAIC”, **Tulipa** ia quase todos os dias com eles, com o ônibus escolar, e ficava no bairro na casa de parentes, na casa do pastor ou amigos. Diante deste contexto, o desejo de vender o apartamento e voltar para o bairro era latente:

Girassol: Mas eu tive proposta de briquear esse apartamento. [*É? E como que ficaria, você poderia vender? Como que é?*] Só que não pode tirar do nome, se não pagar tudo, o cara que comprar não é dono.

Tulipa: ele vai ter que continuar pagando.

Girassol: Aí se ele pagar os dez anos aí sim.

Tulipa: ele tem que assumir as prestação de cinquenta reais por mês, e é dez ano. [*Entendi*]. Dez ano por que eu pago cinquenta e cinco, tens uns aí que pagam cento e trinta, cinco anos tá tudo pago. [*E vocês pensam em vender?*] Se fosse que desse pra gente comprar um terreno, que desse pra comprar do jeito que quisesse.

[*E ofereceram quanto pra você Girassol?*] Na verdade não fizeram proposta, ele pediu se eu queria vender, mas se acertar e ele assumir as parcelas que tem. [*Tu não acha que é meio arriscado se ele não pagar?*] Eu acho que não, se ele não pagar a caixa vai despejar ele. **Girassol**

Tulipa: a única coisa que a caixa vai fazer é despejar quem tá morando aqui dentro. Diz que o dono daí tem que ir lá e desistir. Só que se ir lá desistir só não ganha mais. Vai ter ir lá e desistir do apartamento pra eles. Eles não deixam assim chegar a um ano sem pagar, o máximo que já tem eu vi o papel ali, não pode ficar um mês, se não eles cortam a água e a luz. Agora eles fizeram uma ata lá no registro civil, que se tiver quinze dias vencidos, não é da Caixa é condomínio, isso daí é da PROL [*administradora do condomínio*], foi eles que fizeram essa lei, porque eles não

fazem nada Camila, eles só querem o dinheiro, tu vê ali embaixo eles não colocaram ninguém pra lavar a escada, pra lavar as coisa, cada morador cada dia um. Porque eles não vem dar uma oiada nos corrimão nas coisa que tá tudo arrancado, nem arrumar. Daí isso daí eles querem cobrar de nós pra arrumar, quando síndico falar na reunião que vai toca de trocar, vai os morador pagar.

Girassol: Eu na verdade que eu sei que eu tenho compromisso é pagar tipo o apartamento, água e luz.

Tulipa: ma vem descontado na folha.

Girassol: Outras coisas por fora aí não... mas só que vem descontado tudo na foia. Ao invés deles colocar um talão de água, um de luz, eles deixam tudo junto (...)

[Mas assim, se vocês se mudassem, vocês iriam voltar lá pro Bom Pastor?]

Tulipa: eu pra mim indo lá pra Vila Betinho tava bom, tendo casa é a conta, tendo a casa e o cantinho da gente.

Girassol: Tem um homem lá que eu pedi pra ele o preço do terreno dele, só que toda casa é rebocada, teria que botar cerâmica. Que lá fica do ladinho da igreja. O pastor já me escalou pra pregar hoje, daí vou ter que sair daqui pra ir lá, na verdade vou chegar em casa onze e pouco.

Nas idas e vindas da pesquisa de campo, acabei perdendo um pouco o contato com **Tulipa**, pois para mim também era difícil me deslocar até o Monte Castelo, mas a reencontrei no início de 2013 no “peso” e ela me contou que estava morando na Vila: “Voltei Camila”, disse ela, com um sorriso no rosto. Em outra oportunidade a visitei em casa, e ela me explicou como foi que conseguiram negociar o apartamento e voltar pra Vila Betinho.

[Quem morava aqui foi pra lá?] Não, eu vendi. A caixa liberou, desde que paguem, eles recebendo é a conta, só aconselharam quem comprar não pagar muito caro se não vai ter que pagar pra eles também. Daí vendi por dez, e daí eu di oito de entrada aqui e dois eu comprei as coisas que não tinha lá. Só a geladeira nova que eu tinha lá eu dei no brique pra minha cunhada. Que ela que é dona

aqui, eu di a cama, guarda-roupa, mas daí comprei duas cama, um outro roupeiro, a pia, a centrífuga, a máquina. (**Tulipa**).

Assim, além de retomar a proximidade com as redes de sociabilidade anteriores (parentes e igreja, principalmente), o **brique** também significou uma melhoria nas condições internas da casa: aquisição de novos eletrodomésticos e a possibilidade de ampliação no futuro.

A casa que compraram era de uma cunhada: “(...) a prefeitura fez reunião ali né que ia tirar quem tivesse dois terreno (...) Aqui ela alugava. Daí a habitação disse que tinha que tirar que não pode” (**Tulipa**). Assim, o negócio em família é uma garantia há mais de permanência, **Tulipa** contou que já são os terceiros moradores daquela casa, pelo o que sabe, mas no caso de fazerem uma regularização da Vila, não sabe como vai ficar. Assim, também, o comprador do apartamento fica numa situação de irregularidade, pois não é possível efetivar o negócio, mesmo que **Tulipa** afirme que “a Caixa autorizou”:

Só que lá o apartamento vai continuar no meu nome por dez ano, depois eu vou desistir pra eles. Tem que pagar primeiro os dez ano. A guria que mora lá pagava quinhentos e cinquenta de aluguel né, daí ela vai pagar quarenta e cinco por mês. Daí ela que paga. [*E foi fácil achar pra vender?*] Foi fácil, mas queriam dar dois, três, seis, mas eu disse pra ela não seis eu não quero, eu tenho que vender pra pelo menos eu poder dar entrada em outro lugar. (**Tulipa**).

Aqui podemos mencionar que há um refinamento da ideia de **brique**, que mais uma vez revela a contínua inventividade dos sujeitos da resolutividade dos seus dilemas habitacionais. Sendo o **brique** um modo de agir *tático*, aqui também são acionados relacionamentos de longo prazo, pois depois de dez anos **Tulipa** afirma que vai “desistir pra eles”, portanto, os vínculos da negociação permanecem, ante a necessidade de garantir sua efetivação no futuro. Contrariamente ao que seria esperado: impessoalidade diante de um negócio “ilegal”, os sujeitos estão implicados em uma relação de continuidade.

Resumindo as trajetórias de mobilidade de **Tulipa** encontramos o seguinte itinerário: na infância morou bairro Palmital (próximo ao lixão) → veio com a mãe para o Loteamento Vida Nova → a mãe vendeu,

“botou fora” → a mãe foi pagar aluguel no Bairro Jardim América → Tulipa casou e fez uma casa em um **direito**, onde já estava a família do companheiro, construiu um puxadinho atrás para a sua mãe → foram todos embora para Florianópolis → Tulipa, o esposo e os filhos retornaram para Chapecó → construíram um “barraco” na “área verde” → foram contemplados com um apartamento no Monte Castelo → venderam o apartamento e retornaram para a Vila Betinho.

Apesar de ter vivido um tempo em Florianópolis, **Tulipa** passou maior parte do tempo em Chapecó. Mas é interessante observar que muitas mulheres contaram experiências de “ir embora” para outras cidades, são histórias que falam de um tempo que remete à memória. **Olivia** relatou para mim duas mudanças para Blumenau, ambas com o propósito de acompanhar o marido. Suas histórias contam de relações violentas e muito sofrimento, mas também evidenciam sua força para voltar para Chapecó e começar tudo novamente, desde a construção da casa até novos relacionamentos.

Olivia nasceu em Chapecó, os pais moravam no São Pedro próximo à sanga. Após casar também permaneceu no bairro, mas uma época foram embora da cidade: “(...) ele resolveu vender a nossa casa que era ali no bairro São Pedro e daí nós fumo pra Blumenau. E daí lá nós ficamos 8 ano lá, morando”. Após um episódio de violência doméstica em que perdeu o bebê, resolveu voltar para Chapecó com os filhos. Procurou ajuda na assistência social para poder voltar: “Que eu queria vir aqui com a minha gente, com os meus parentes”.

Após retornar para Chapecó, sua saída para solução habitacional foi construir um barraco próximo à casa da mãe. Ali, aos poucos reestabeleceu sua moradia, trabalhando coletando materiais recicláveis, pedindo ajuda e trabalho onde fosse: “Eu não tinha vergonha de chegar, se eu visse um pedaço de tábua e pedir esse pedaço de tábua, eu chegava” (**Olivia**).

Quando eu tinha minha casinha, não era lá grande coisa, mas não chovia, dava para mim agasalhar meus filhos, daí quando fazia quase dez meses que a gente estava ali, o meu marido veio buscar nós para levar de volta, mas daí eu sabia que era só para sofrer, por que eu sei que eu não queria ir, e ele tinha a passagem já comprada (...) daí eu fui, pra ele parar de incomodar, fui com os meus filhos. (**Olivia**)

A saga de sair, sofrer e voltar se repetiu mais uma vez. Diante de uma relação extremamente violenta, a opção foi “fugir” para Chapecó, como explica sua filha **Iris**: “A mãe veio com as criança, como ela veio fugida dele, nós vendemos tudo pra ela vim (...) eu fui catar latinha até arrumar dinheiro pra mim vim embora também, arrumei dinheiro e vim embora”. Assim, é preciso relativizar a posicionalidade de vítima e agressor, pois mesmo sob ameaças e agressões, **Olivia** foi capaz de alterar por si mesma sua trajetória e retornar à cidade de origem.

Após retornar para Chapecó **Olivia** passa a reconstruir seu *lugar*, assim, desde a casa que encontrou saqueada até suas relações. Um marco importante para esta passagem de sua vida é a alfabetização e o novo casamento. A consolidação desta trajetória acontece após receber um terreno na Vila Betinho: “Um dia elas disseram pra mim, ‘Dona Olivia, a senhora não gostaria de ganhar um terreno, de ter um terreninho seu’, mas eu disse menina do céu quem que não vai gostar né, imagine, a gente ter um terreninho da gente, não depender de beira de rua” (**Olivia**). Assim, ela passou a trabalhar no projeto de construção dos banheiros no sistema de mutirão e depois se mudou para o novo terreno, mas não conseguiram construir a casa logo que vieram:

(...) eu acho que nos ficamos uns três ou quatro mês debaixo do barraquinho ali, as criança iam dormir na casa da Margarida e nós dormia ali, a metade do corpo para dentro do banheiro a outra metade fora, por que era bem pequenininho os banheiro, bem pequenininho. E daí ficamos ali, sem dinheiro para pagar uma pessoa para fazer a casa, não tinha, era de madeira né, não tinha quem fizesse, olha foi sofrido, tá loco. Até que daí fizemos a casa de madeira e ficemo ali e graças a Deus, logo nós já começamos a puxar papel eu e ele, daí nos ganhava bastante coisa, até madeira assim a gente ganhava e daí tudo foi ajudando, depois eu me aposentei, daí veio os meus atrasado e eu fiz a casa de material. (**Olivia**).

Após estabelecer moradia na Vila, conseguiu aos poucos melhorar sua condição de vida. Atualmente sua renda é da aposentadoria e pequeno comércio de salgados e doces que faz em sua casa. Mas sua trajetória teve uma recente experiência de *mobilidade*. No início deste ano resolveu ir para Balneário, onde mora uma filha. A sua ideia era estando lá economizar para ampliar a casa em Chapecó: “Pensei assim:

eu vou pra lá e por mais que eu vá pagar aluguel eu jogo que lá vai me sobrar dinheiro pra mim fazer...[*E tava sobrando dinheiro*] Tava, mas daí a casa que eu aluguei lá desabou, daí tive que gastar meu dinheiro. Mas eu já tinha quinhentos reais guardado. Mas agora se Deus quiser eu quero ir pra lá [novamente] e pagar tudo que eu devo, daí o que eu ganhar lá é nosso” (**Olivia**). Aqui cabe ressaltar que estas mobilidades mais recentes são vistas como transitórias e não permanentes, inclusive estão associadas à temporada de verão em que há mais ofertas de emprego no litoral. Sendo transitórias, não resultam em desfazer-se do atual local de moradia.

[*Mas a senhora não vai vender aqui...*] Não. Não vou vender porque a hora que eu quiser voltar pra minha casa (...) Porque eu pensei, ih meio veio gente pra comprar a casa, eu disse eu não vou vender. [*E quanto oferecem pela casa?*] Nem falam nada né porque quando vem eu já corto. Daí eu pensei as coisa de casa é mais fácil de comprar do que o terreno, onde é que eu vou comprar um terreno não tem. E aí, se eu alugasse aqui, por uns duzentos já digo, que paguem a água e a luz, com esse dinheiro eu posso mandar rebocar e fazer o muro e ir fazendo as coisas que tem que fazer, mas se não sei lá. (**Olivia**)

Um tempo depois de nossa conversa ela viajou, venderam parte dos móveis e eletrodomésticos em casa e partiram. Dois filhos mais velhos que trabalham no hospital permaneceram na casa, mas como ficavam o dia inteiro fora, a sombra do seu quintal acabou sendo “invadida por um bando de drogados”, nas suas palavras. Eles ficavam sentados à sombra, próximo à rua e ali vendiam e consumiam drogas. Chegaram a esconder coisas nos fundos da casa e circulavam livremente pelo terreno que não era cercado. Os vizinhos avisaram **Olivia** da situação e ela se viu obrigada a voltar, para “cuidar da casa” e também porque ficou temerosa pelos filhos que saíam cedo para trabalhar. Quando a encontrei após seu retorno ela demonstrou sua indignação: “Onde já se viu invadirem a casa da gente desse jeito... [*Mas a senhora chegou a encontra-los aqui?*] Não, tudo isso que eu te falei foi os vizinho que me falaram” (**Olivia**). Apesar do pouco tempo que ficou “pra lá”, conseguiu juntar um dinheiro para cercar a frente da casa e construir piso na varanda. Apesar dos problemas que a fizeram voltar

ressaltou após um suspiro: “Mas aqui tá melhor, não adianta, a gente acostuma. Aqui é bom de morar”.

Resumindo as trajetórias de mobilidade de **Olivia** encontramos o seguinte itinerário: nasceu em Chapecó, os pais moravam no bairro São Pedro → constrói uma casa em área de rua com o esposo → mudam-se para Blumenau → retorna para Chapecó sozinha com os filhos, reconstrói o barraco na mesma área (ao lado da casa da mãe) → o marido vem busca-la e retornam para Blumenau → decide voltar para Chapecó novamente, vive no mesmo local em final de rua → as famílias da área são removidas para a Vila Betinho → sazonalmente passa a temporada com uma filha no litoral → retorna para a casa a qual não pretende vender.

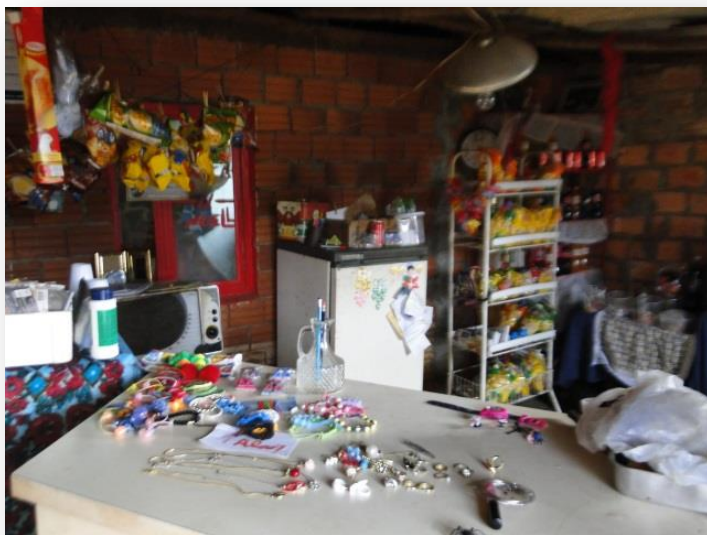
Uma última trajetória que gostaria de explorar com mais detalhamento é a de **Rosa**. Assim como as duas mulheres anteriores, **Rosa** vive na Vila Betinho, bairro Bom Pastor, há doze anos. É casada com **Jacinto**, tem descendência indígena e viveu muitos anos onde hoje é a atual área indígena Toldo Chimbangue em Chapecó, mas atualmente sua mãe vive em outra área da cidade, a Aldeia Condá. Da infância ao casamento, foram muitas intermitências e relações de **criação** de filhos que retomaremos adiante. O casamento com **Jacinto** começou ainda na “área verde” quando ambos estavam sozinhos e com filhos. Assim, a relação envolveu a solução para garantia de guarda dos filhos, conta que na época eles viviam próximos no *direito* e acabaram se “juntando” estrategicamente: “(...) com o tempo nós se ajuntemo assim, eu cuidava dos filho dele e ele me ajudava pra mim não perder os meu pro juiz (...) Nós se ajuntemo, eu cuidava dos fio dele e ele me ajudava com os meu. Ao menos só que fosse pra ir pro conselho e pro juiz [*E acabaram se gostando?*] Não. Logo não. (**Rosa**). Assim, entra aqui uma peculiaridade de sua história. Quando conversávamos sobre seu casamento e perguntei como começaram a se relacionar ela me contou:

A minha irmã me vendeu pra ele...[**Jacinto**: é sério...] Eu fui vendida pra ele [*Verdade?*] Mas tá aí ele que não me deixa mentir [**Jacinto**: a irmã dela me vendeu ela, e eu comprei né risos]. Uma cesta básica. Nem eu sabia, um dia nós discutindo ele me disse: não, eu te comprei por uma cesta básica e um maço de cigarro. O que? Achou que a gente se conheceu assim numa boa? Não foi numa boa, eu fui vendida naquela época [risos]. (**Rosa**)

Este casamento “arranjado”, também significou a garantia da guarda dos filhos e o acesso a dois terrenos na Vila Betinho, que o casal mantém até hoje. Os terrenos permanecem com visíveis divisórias (muros), e externamente a primeira impressão é mesmo de que se trata de duas casas, mas internamente elas são conectadas.

Figura 31 - Casa de Rosa.





Fonte: Camila Sissa Antunes

Aos poucos ampliaram as casas e hoje conseguem inclusive manter um local pequeno para o comércio de alguns produtos: doces, refrigerantes, salgados e alguns itens de bazar. Além da renda obtida com a “vendinha”, trabalha com reciclagem de materiais recicláveis juntamente com o esposo em um “barracão” próximo à sua casa. Durante muito tempo “puxou carrocinha”, especialmente quando morava na “área verde” e logo depois que veio morar na Vila. A este tempo atribui uma condição de “luta”: Mas é uma batalha, uma luta que tu tem que passar, eu não tive ninguém pra lutar por mim então eu queria lutar também por que eles também não tinham quem lutasse por eles, era tudo jogado. Se tu lutar por uma pessoa e chegar ao final do dia e ela ter o que comer e ter onde dormir, você já dorme tranquila (**Rosa**).

A trajetória habitacional de **Rosa** termina de certa forma consolidada na Vila Betinho. De um casamento, para o qual inicialmente foi “vendida”, hoje reorganizou sua vida com o companheiro e compartilham não apenas a criação dos filhos como as relações de trabalho e sonhos. **Rosa** o incentivou a voltar a estudar:

Meu sonho ainda é fazer carteira de motorista, pra isso que eu tô estudando. (...) Mas ele comprou esse fuquinha e aprendeu, se ele é analfabeto e aprendeu, tá lutando pra estudar pra fazer a carteira, porque que eu não posso? Se um dia eu posso ir no colégio buscar meus filho. Todo mundo consegue porque que não, sim, to lutando por isso (**Rosa**).

As histórias dessas mulheres têm valor e importância em suas subjetividades – olhando para esta realidade a partir das suas individualidades, unicidades e diversidade (BAKHTIN, 2010), pois nos permitem perceber para além de *trajetórias* individuais, repetição de processos mais amplos que envolvem transições entre modalidades de moradia, táticas de resolubilidade de problemas habitacionais e a repetição de itinerários.

Assim, olhando para as trajetórias das interlocutoras da pesquisa em suas organizações familiares mais antigas (enquanto ainda viviam com os pais), a ampla maioria tem sua origem no campo, vivendo na condição de agricultores ou agregados. A vinda para a cidade representou, para a maioria, a busca por melhores condições de vida, mas também culminou com dificuldades de acesso à terra, forçando as famílias a ocuparem áreas periféricas dentro da cidade. Esta é uma

primeira característica comum aos itinerários da maioria das interlocutoras da pesquisa.

Este tempo na “roça” ou na “colônia” é identificado, geralmente, como um tempo de muito sofrimento, trabalho e dificuldades: “Que eu vejo que no passado eu passei fome, sofri tanto, e tinha que trabalhar cedo. Era na roça, o dia inteiro lavar roupa no rio, e daí que eu peguei essas doença, ficava dois três dia lavando quatro ou cinco bolsa de roupa e não era com sabão, era com cinza do fogão” (**Rosa**). Para grande parte das mulheres entrevistadas o tempo no campo foi o da infância, e com isso as dificuldades de acesso ao estudo são ressaltadas: “Nós estudava na colônia, mas nós não aprendemo nada (...) a gente não tinha tempo para estudar, tinha que trabalhar, não tinha tempo para ir no colégio” (**Narcisa**).

A transição campo-cidade representa uma significativa mudança de vida, especialmente ressalta-se o não isolamento, as possibilidades de trabalho e de conseguir ajuda. Assim, ao contar sua trajetória de vida, **Narcisa** mostra isso com a expressão “na cidade é diferente”:

Nós morava na colônia, junto com os meus pais, na linha das Palmeiras (...) A mãe e o pai vieram e eu fiquei lá (...) Depois eu e minha irmã viemos para cima. [*E a senhora foi morar aonde?*] Nos viemos morar junto com eles, meu pai era muito ruim com a minha mãe, ele batia nela, daí a irmã dele tirou ela de lá e alugou a casa para eles morar, mas ele veio junto, só que na cidade é diferente. (**Narcisa**).

A vinda para a cidade muitas vezes está associada ao casamento. Há casos em que os pais ou parte da família permanecem até hoje no campo (os principais locais de ascendência das interlocutoras que pude identificar são: Linha Cachoeira, Distrito Marechal Bormann e Linha Baronesa da Limeira)⁸⁶. Assim quando relataram a vinda para Chapecó, seu **Lírio** pai de **Lavanda** lembrou que nasceu do Rio Grande do Sul, mas veio pequeno para Chapecó, o primeiro lugar de parada foi a Linha Cachoeira: “Era tudo um sertão, nem mato não era, era sertão. Meu pai não trabalha, era expedicionário de guerra, ganhava bem. Então o pai meu veio, invadimo ali, posseiro né, nós era posseiro. Aí fiquemo

⁸⁶ Localidades do interior da cidade de Chapecó.

morando ali. Sai dali eu tinha oito ano, nove. E cheguei não tinha nem cinco”.

A condição de ocupação da terra geralmente se dava na condição de agregados, atividade que envolvia a prestação de serviço para os agricultores em troca da possibilidade de morar na terra, e produziam uma agricultura de subsistência:

Por que na verdade a mãe e o falecido pai, eles não tinham costume de ficar muito tempo numa área, tu compra um terreno e fica ali fixo e eles não, uns seis meses numa área, uns seis meses em outra, quase igual ritmo de cigano, uma coisa deles, daí quando tu é pequeno ti tem que acatar a ordem deles e ir junto. Daí quando tu pensava que ia estudar num colégio fixo, tu recebia aquela notícia, vamos ter que mudar. (**Crisântemo** esposo de **Jasmim**)

Após a morte do pai a família resolveu vir para a cidade, se colocaram “numa área verde dos Bertaso”, onde já tinham parentes vivendo na área: “Daí a gente mudou para o Esplanada, tem umas casa lá em cima do morro, na Antena e lá nós tinha um terreno, nós tinha uma casa, daí nos vendemos lá e viemos morar aqui em baixo, onde tinha aquela área irregular” (**Crisântemo**). Assim, de diferentes trajetórias percebemos essa ascendência comum no campo, como uma transição recorrente entre os sujeitos da pesquisa. Como relata **Calêndula**: “Eu vim de lá [Nonoai] com doze anos de idade, eu vim junto com meus pais, os dois morreram pra cá [*E lá vocês moravam no interior?*] Era no interior. [*E tinha um pedacinho de terra?*] Tinha. Aí viemos morar lá no Maria Goretti, mas em casa alugada já. Meu pai trabalhava, a gente era tudo pequena, biscate, né. Pra nós sobreviver. Foi difícil”.

A história narrada por **Manjerona** também ilustra um tempo de vida no campo na condição de agregados, na época, que relata como um tempo de trabalho e sofrimento, as memórias envolvem as dificuldades que tinham em se sustentar no dia-a-dia:

De lá em vim pequenininha, daí viemos pro tal de Jundiá, perto de modelo, e fumo se criando ali. Numas terra que não sei se era invasão que diacho que era, eu sei que o falecido pai trabaiava, ele fazia cesto na época, a mãe trabalhava na roça e

nós vivia de acampamento em acampamento. Se tu procurava para pegar e ir lá uma empreitada, eles davam um lugar bom pra nós ficar, é mió, nós ia lá. E a mudança era uma panela e uns pano. Tipo cigano. (**Manjerona**)

A sua narrativa contou com a participação do seu irmão, que nesta ocasião a visitava. Ele se chama **Manjericão** e vive em uma cidade próxima a Chapecó, Xanxerê. Ele veio para buscar ajuda com a família, ele e a esposa “criam” dois filhos de uma irmã falecida, e assim os demais irmãos ajudam quando ele precisa. Sobre esse tempo de infância ele completa: “Tinha uma empreitada nós ia lá fazer. Terminava aquela nós ia fazer outra e ia se mudando”. A rotatividade entre um local e outro era muito grande, o que dificultava muito que eles estudassem: “[*Enquanto isso como vocês se alojavam no lugar, faziam um puxadinho de madeira?*] Era lona, galpão, quem tinha galpão era bom, quem não tinha era lona. Coqueiro, sabe as palmeira? Daí a gente instalava e fazia as esteira, aí tu fazia um barraco do tipo que tu quer e não entra água, era aquela a nossa casa, nós memo conhecemo casa depois de véio [risos]” (**Manjerona**). Dos doze filhos todos se criaram trabalhando e o pior problema que ressaltam é a questão da bebida, que por consequência quase todos os irmãos seguiram o vício dos pais, dois faleceram em decorrência disso. Todos os irmãos sempre trabalharam muito, tanto na roça quanto na cidade: “Temos testemunha, principalmente onde que nós andamo. Aqui na cidade grande, que nós viemo da colônia, aqui ninguém conhece ninguém, mas onde que conheceu nós, conhece a história toda” (**Majericão**) e **Manjerona** completa “O pai do meu pai tinha o apelido Baitaca, então nós era os baitaquinha, e sempre Baitaca, se tu perguntar pelo nome algum sabe, ah mas se tu perguntar pelo Baitaca lá em tal lugar tu vai achar, então era assim, tudo os irmão do pai”. Atualmente essa descendência está em parte preservada, alguns filhos homens ainda se chamam por este nome (apelido) de família.

A narrativa a seguir exemplifica de uma maneira poética a situação de vida durante a infância de **Manjerona**, que se resumia à produção de subsistência na terra agregada, criação de alguns bichos para alimentação, o trabalho nas empreitadas na roça (a mãe, ela e os irmãos) e o pai na feitura de cestos e outros artesanatos que vendiam em troca de alimentos como açúcar, queijo e melado:

Então nós viemo de uma região aqui. Mas era divertido aquela época, tu não tinha um calçado, os outros tinha nós não tinha, era pé no chão, arrancava uma unha não se queixava (...) dormia com o pé sujo, as vezes dormia sem lavar, piolho era o miúdo, o bicho de pé e o berne [risos], Jesus, o berne era demais porque nós tomava banho no rio, só que igual nós andava só nos mato (...) Eu me conheci por gente nessa época, eu era a mais velha da mãe e daí tudo as coisa que eles me mandavam fazer eu tinha que fazer. E o finado pai as vezes saia beber, ficava semanas e semanas bebendo, aí tinha uns dia com chuva e a mãe tinha os pequeno, tinha que dar comida pra eles. Aí o finado tinha deixado dois cesto: tu vai lá pega os cesto pro fulano, é a troco disso e disso, queijo, farinha, melado, mandioca e batata. Eu fui lá, mas tinha um que o pai tava devendo um cesto pra ele, e ele zoiudo, ele assim, ah o teu pai fez cesto pra vender pro vizinho e o meu? E eu na hora assim: tá lá em casa o seu é só ir buscar, mas não tinha nada [risos] era só eu que menti na hora. Tu vê, naquela época eu usava já, se eu dar esse cesto nós vamo fica sem comida, na hora me passou. E fui pra casa, e eu tinha um espinho no pé. Aí eu cheguei em casa com as coisa e fui tirar o espinho do pé, chegou o home. Mas meu deus quem que disse pro senhor que o cesto tava pronto? Daí ele falou foi a sua fia que falou. Eu falei mas eu menti, por causo que ele queria o cesto que disse que o pai tava devendo pra ele, mas nós não temo devendo cesto nenhum. Daí a mãe faz duas semanas que aquele infeliz tá bebendo, eu não sei fazer, o pai que fazia. Daí quando o home saiu a mãe ia me surrar. Daí quando eu vi ela com a pá e eu tirando o negócio do pé eu disse mãe, se a senhora me surrar eu não vou mais fazer as coisa, por causo que eu tive que mentir, se não ele ia pegar o cesto que a senhora me deu pra mim vender, daí nós ia ficar nem nada igual, assim nós temo comida até a senhora ir atrás de outro serviço. Daí me escapei de apanhar”. (Manjerona).

Depois deste tempo, foram alternando em diferentes terras, sempre trabalhando para os “gringos”, em uma condição de vida muito precária, sem acesso a calçados e roupas boas. Tomavam banho no rio com sabugo queimado, “aprontavam” muito, apanhavam muito. Até que em certo momento conseguiram uma “terra dada”, onde ficaram quase vinte anos. Depois de um tempo o homem foi embora e vendeu a terra que eles estavam, e como explica **Manjericão**: “Nós não semo uma pessoa de avançar coisa que não temo no nosso nome. Daí o pai disse eu criei meus filho aqui, deu a graça e saimo”. Eles teriam todo o direito de permanecer na terra, mas como explica **Manjerona**, entre os “gringo” em que eles iam trabalhar começaram a dizer que eles tinham que sair, que não era deles, eles resolveram sair. E seguiram trabalhando em terras alheias sob o rótulo de “peão”, o irmão de **Manjerona** vive até hoje nesta condição de trabalho, que eles chamam hoje de “bóia-fria”.

Violeta “nasceu e se criou em Chapecó”, a família originalmente vivia na Linha Cachoeira. Eles produziam alimentos e criavam animais na propriedade. Viveu com os pais até os treze anos:

Eu tinha uns treze anos quando eu sai, porque casei (...) Logo que a gente casou era bom, depois não gosto nem de lembrar (...) Com quinze eu já tinha a **Rosinha**, e depois foi um atrás do outro. Eu nem bem conheci ele e já fui embora, e fui morar com ele numa terra, que ele morava e trabaiava (...) Lá eu também trabaiava [na roça] (...) De lá nós viemos morar na favela ali, e daí eu fiquei morando naquela favela ali, mas eu já tinha bem dizer cinco criança tudo pequenininho e daí ele morreu, daí eu fiquei sozinha. E eu que criei tudo eles. [E você ficou bastante tempo ali embaixo?] Ali eu fiquei mais ou meno mais de vinte ano. [Como era a vida ali?] Ah era bem difícil, porque tinha que catar papel, eu que trabalhava, só que que trabalhava (...) eu daí eu carregava tudo eles dentro do carrinho pra ir catar papel. (**Violeta**).

Assim, o caso de **Violeta** ilustra uma trajetória comum detectada em campo, que inicia com a origem campesina dos moradores das periferias urbanas de Chapecó e pode seguir uma infinidade de caminhos, sendo um dos mais comuns, a ocupação de áreas de **direito**, que na sua fala aparece como “favela”. Esta condição de moradia pode

ser analisada em termos comparativos com a anterior. Sobre a diferença entre viver no interior e na favela, **Violeta** explica:

(...) porque lá [no interior] era mais difícil, ali eu trabalhava e eu tinha, eu fazia minhas carga boa de papel e eu vendia e eu sabia analisar o dinheiro, e lá era diferente, era ele. As vez o que ele trazia pra nós comer era farinha de milho e azeite, e tinha que ficar que tranquilo com isso e ele saía beber (...). Já quando eu vim pra cidade eu comecei catar papel daí a ente já ganhava as coisa, ajudavam a gente, davam cesta básica e tudo, era bem mais melhor, na cidade era mais melhor. (**Violeta**).

Além disso, podemos ressaltar que esta ocupação em áreas públicas ou de preservação em muitos casos culminaram com a inclusão das famílias em programas habitacionais. Foi este o caso de **Camélia** e **Alecrim**, que hoje vivem na Vila Betinho: “Me alembro de eu vim pra cá aqui era só mato, aqui não parecia bairro, só existia o bairro São Pedro e Passo dos Fortes. Era tudo mato” (**Alecrim** esposo de **Camélia**).

Eu vivi trabaiano de arrendatário, os meus filho eu criei tudo na colônia, me ajudando trabalhar, só de arrendatário, eu não tinha terra, eu não tinha nada, nem um pedaço de chão. Então aí que depois o preço do produto não ajudava então a gente tinha que repartir com o dono da terra, repartir o produto que colhia, então daí eu achei mió vir pra cidade [*O senhor lembra que ano que foi isso?*] Isso aí eu acho que foi 82, que daí nós viemo pra cidade morar, moremo no São Pedro, do São Pedro moremo na favela. Antes eu cheguei pagando alugueis, paguei oito mês. Depois achei um barraco pra comprar, comprei o barraco e passei a morar ali em baixo. (**Alecrim**).

Assim, a trajetória familiar é permeada por esta condição de agregados, que oferecia condições miseráveis de vida e muito trabalho. O acesso à terra na cidade, através da compra de um **direito** representou a possibilidade de conquista de um terreno através da política pública. Para a compra foram “juntando o dinheirinho e tratando de querer se colocar”, ou seja, aqui podemos interpretar o “se colocar” como a

conquista de um *lugar* próprio, mesmo que provisório ou não “legítimo”. Em comparação, a conquista no terreno na Vila é considerada uma conquista legítima: “Foi assim que daí de lá da favela que não era nosso, era da prefeitura, então que ganhamos aqui, daí trouxe meus filhos tudo aqui” (**Alecrim**), “Os filhos moravam cada um na casinha deles, no barraco deles, tudo perto” (**Camélia**) e todos vieram juntos para o novo local de moradia, permanecendo a maioria deles no local até hoje, apenas dois que “botaram fora” e estão “extraviados”. O tempo na colônia, apesar de tudo, ainda é representado com saudosismo: “nós se criamos na roça, tanto eu como ela” diz seu **Alecrim** e me mostra um item que guarda com carinho pendurado na parede da varanda: uma máquina de semear manual: “Esse era o meu ganha pão”. Porque guardam? Perguntei, e **Camélia** me explicou: “Nós queremos guardar porque tem muita gente que não conhece”.

As trajetórias habitacionais, de um modo geral, podem ser representadas por uma passagem: da condição de desapropriados ao acesso à terra/moradia. As relações de propriedade, cujo acesso se dá pela compra, ocupação – **direito** – ou políticas públicas de habitação, geralmente são precedidas por situações de cessão de moradia (compartilhar residência com os pais, **parar** em algum parente, construção de **puxadinhos**, morar de favor ou como agregados – este último principalmente na área rural) ou a situação do aluguel.

Uma segunda característica comum aos itinerários das famílias que conheci, e que nas narrativas aparece sendo identificada como a mais difícil é a condição de pagar aluguel, pois é um gasto que significa um “peso” para a renda familiar, como conta **Gardênia**:

(...) num ano nós fizemos quatro mudança com tudo pequeno, de um lugar pra outro, pagando aluguel (...) De cidade em cidade, de Seara fomos pra Xaxim, depois voltamos pra cá, depois de Concórdia pra Seara, num ano fizemos quatro mudança, rolemos, ponhamos tudo fora o que tinha, daí viemos pagar aluguel aqui, e o aluguel era muito caro, enquanto que ele trabalhava no sindicato era só o salário pra nós comer e nós ia dando as coisas pra mulher no aluguel, guarda-roupa bom que tinha, tapete, colcha, essas coisas que eu tinha de bom, quando não tinha dinheiro pro aluguel ia dando as coisas de dentro de casa. (**Gardênia**).

Assim, geralmente o tempo de pagar aluguel é relacionado a um tempo de dificuldades, medos, e muitas mudanças, pois, a partir do momento em que se torna insustentável a negociação, o proprietário acaba desalojando a família, que tem que dar um jeito e sair da casa. Nestas situações, podem surgir possibilidades de comprar um **direito**. Como conta **Dália**, que após a primeira separação e com dois filhos pequenos, pagava aluguel no Bairro São Pedro, “(...) era uma pecinha, muito pequeno, eu sofri aquele tempo”.

Também ao comentar a trajetória familiar quando ainda morava com os pais, quando venderam a casa no bairro Presidente Médice para ir para Novo Hamburgo na esperança de trabalho melhor, mas não deu certo e acabaram voltando, o que acabou desestabilizando a família economicamente, especialmente pelo gasto com o aluguel: “Eles sofreram, foram pagar aluguel, do dinheiro da casa que ele tinha no Presidente Médice virou uma lambreta, gastou tudo o dinheiro. Ali eles compraram um terreno e foram pagando parcela, a mãe trabalhava pra pagar” (**Dália**). Percebe-se que a condição de pagar aluguel é encarada como algo transitório e emergencial, sendo o plano, a longo prazo, adquirir uma casa ou terreno. É interessante, neste sentido, a fala de **Calêndula**: “Eu morava lá no São Pedro. Pagava aluguel. Eu paguei vinte quatro anos aluguel. Daí que ganhei essa casinha aqui, foi uma benção, porque a gente não tinha dinheiro pra pagar o aluguel as vez, tinha que ficar devendo, não dava, quando mudei pra cá foi uma benção de Deus”.

Também neste sentido, nas relações de aluguel pode haver complicações não apenas de ordem material (desacordos com relação ao valor do aluguel, dificuldade de pagamento e conseqüente “despejo”, entre outros), mas também desajustes de relacionamento. Assim **Amarílis** comentou que antes de morar no porão da cunhada havia previsto que haveriam problemas: “(...) minha cunhada perdeu o marido dela, daí queria que nós fosse morar no porão dela lá no Esplanada. Eu disse pro Lírio, eu não vou que você sabe eu sou meia braba, não gosto de morar com os outros, qualquer desaforo eu enloco”, e ela tinha razão, pouco tempo depois ela e a cunhada se desajustaram e a situação ficou complicada: “Daí eu disse pro Lírio, ou você dá um jeito arruma uma casa ou eu vou deixar você sozinho. E daí de lá de baixo que nós viemos na Vila Betinho, o Lírio que conseguiu esse terreno na Vila Betinho” (**Amarílis**). Também, neste sentido a narrativa de **Flor** menciona:

Quando eu voltei do Mato Grosso minha mãe morava lá [na área verde] (...) Daí a gente ficou

morando um pouco ali com ela, até melhorar um pouco, o meu esposo arrumou serviço, que ele era estranho do lugar, daí quando ele conseguiu arrumar serviço, daí a gente já alugou casa, moremo no São Pedro casa alugada, daí fiquemo um tempo lá, daí voltemo ali de novo. Era bom [no São Pedro] só que daí eu tinha as minhas criança e daí a mulher que nós pagava aluguel também tinha os dela, e daí as piaçada não se acertavam muito , tinha a minha menina mais velha e o pia dela mais velho viviam discutindo, viviam naquela briguinta deles lá, aí eu falei um dia pro meu esposo É melhor a gente sair daqui porque, antes que uma hora se complique né, que briga de criança acaba resultando pra pessoas né, daí peguemo e saimo de lá”. (**Flor**).

O relato de **Antúrio**, esposo de **Camélia**, também vai neste sentido, pois na época o proprietário necessitava da casa em que viviam de aluguel: “Nós tinha que arrumar uma casa, numa hora pra outra”, acabaram encontrando uma casa para **brigue** em uma “área da prefeitura”, e diante da possibilidade de negociação do valor ele comenta: “(...) eu tinha oitocentos pila no bolso [fechava o negócio] ou nós ia pagar aluguel”. A condição de emergência relatada no caso de **Camélia** e **Antúrio** exemplifica bem as situações de grande mobilidade, que quando se mora de aluguel, a qualquer momento a mudança pode acontecer, seja por decisão dos próprios moradores ou do proprietário.

As relações de aluguel são muito comuns na região pesquisada, a exemplo disso, quando **Primavera** vislumbrou a possibilidade de ir morar na casa que era da sua mãe no São Pedro, logo vieram a procurar para alugar sua casa na Vila Betinho:

*[Se a senhora for pra lá, o que vai fazer com essa casa aqui?] Daí eu vou alugar aqui, porque nós já peguemo né, aqui é nosso. [É fácil achar gente pra alugar?] É, meu Deus, quanta gente que não tem casa. Agora esses dias que eu falei que eu ia me mudar, que eu ia pra lá, nossa o que veio de gente procurar pra alugar aqui, porque tem bastante casinha ali pra baixo, os *direitinho* ali pra alugar, mas não tem água e luz né, daí as pessoa preferem pagar aluguel num lugar que tenha*

água e luz. [*E quanto seria mais ou menos o valor do aluguel de uma casa aqui?*] Trezentos reais.

Aqui cabe destacar, que das relações de propriedade, o aluguel acaba sendo para quem aluga uma boa oportunidade de renda, possibilitando melhores condições de vida, e até mesmo casas em áreas de **direito** podem ser alugadas. Ou como citado por **Tulipa**, que comprou uma casa na Vila Betinho que estava alugada. A proprietária também vivia na Vila, mas em outra casa.

Neste sentido cabe aqui retomar a explicação dada por **Orquídea** e que já exploramos no capítulo anterior a respeito do significado do aluguel no cotidiano de uma família:

(...) não é fácil conseguir construir, mas acho que eles tando fora do aluguel já é um passo. O aluguel eu sempre digo, come junto na mesa, e come mais que uma criança. E como a gente já passou por isso e já sofreu nesse momento (...) Só pagando água e luz pelo menos consegue viver um pouquinho melhor, porque eu sei o que foi difícil trabalhar o mês inteiro, chegar o fim do mês pagar aluguel, pagar água e luz e ficar pensando agora o que vou comprar pra passar o mês. (**Orquídea**)

Deste modo, o aluguel sempre é uma condição emergencial e passageira para as famílias, que geralmente conseguem acessar alguma forma de moradia que não dispense tanto empenho monetário familiar, permitindo o acesso a outras formas de habitação. Além disso, a fala de **Amarilis** demonstra outros níveis de compreensão para a relação de aluguel:

Primeiro pagamo aluguel, depois viemo morar num direito ali no Vida Nova, ali que nós ganhemo as casinha. Depois que nós fomos pra Camboriú. Lá não deu certo, viemo de vorta pra Chapecó. [*E aí vieram aonde?*] Nós fumo pra lá no Passo do Forte, ali pra baixo da Tiquin, tinha uma favelinha ali uma vez, nós compreimo um direitinho, [antes] nós pagava aluguel mas eu não gostava de morar na casa dos outros, preferia morar num barraco, mas que fosse meu. Daí eu fui

morar lá. Ficamos uns três ou quatro mês.
(**Amarílis**).

Ou seja, os sujeitos acionam em suas *táticas* cotidianas a possibilidade da propriedade como uma condição melhor em termos simbólicos e materiais. Simbólicos pelo significado de morar em algo “próprio” e material pelo significado econômico de não pagar aluguel.

Tulipa retornou ao bairro de origem, mas apesar disso ressalta desde a época que estava no **direito** sua preferência em ficar no lugar: “Eu preferia que eles tivessem regularizado e deixado aqui. A gente vai pra lá porque não tem pra onde ir” (**Tulipa**). O caminho de retorno para o bairro após distanciar-se pode resultar em críticas por parte de algumas pessoas que não concordam com estas práticas, no entanto, a partir da experiência etnográfica, fica perceptível que os laços de afetividade e as redes que envolvem os sujeitos sempre irão prevalecer em detrimento dos deslocamentos. É claro que boa parte das pessoas permanece vivendo nos novos conjuntos, não é possível mensurar qual a taxa de rotatividade dos mesmos, no entanto, fica claro que, apenas o fornecimento de moradia não é suficiente para manter as pessoas no local e possibilitar rearranjos dos laços preexistentes. Além disso, torna-se impreterível, por parte do poder público municipal, a implementação de políticas públicas de saúde, educação e trabalho para as populações deslocadas, caso contrário, a política torna-se uma simples transferência pelo território, e não uma política de inserção social⁸⁷.

Eu que era deles pegar e fazer no bairro. Porque não fizeram um loteamento pro bairro daqui? Quem morava aqui, ganhar aqui? Do Santo Antonio por exemplo fazer lá pro pessoal ficar no mesmo bairro né?! Não tem transtorno nenhum! Não tem problema nenhum. Que aqui você tá acostumada com o pessoal daqui, assim eles fizeram lá no canto do mundo, e daí vão sacar toda a gente pra lá, catam de tudo os bairro e socam tudo junto lá (...) E não tem dizer que não tem lugar, olha ali ó [aponta para construção de prédios próximo] como é que tão construindo? Poderiam colocar o pessoal que tava aqui, que

⁸⁷ Aqui cabe ressaltar que no loteamento Expoente já no final de 2012 de percebiam novas articulações sociais de reativação dos laços de sociabilidade, a partir da construção de igrejas e pequenos comércios.

moram em área irregular podiam regularizar tudo e deixar aqui mesmo e os outros deixa cada um no seu bairro (...) Assim eles que acabam mais transtornando. Mas é como o pastor diz né, os pobre eles vão socando tudo lá num canto né, não deixam no meio deles (**Tulipa**).

Identifica-se que as mobilidades sempre representam alternâncias territoriais e relacionais, pois envolvem adaptações ao novo contexto de moradia. Em algumas situações as pessoas preferiam não mudar: “Eu acho que assim a gente já está assim com aula pras crianças tudo, colégio tudo pertinho, não carece de mudar nada né, não aquele transtorno de mudar né, a gente já tá acostumado no lugar” (**Tulipa**). Assim, dos relatos de mudança, é interessante observar o receio com que o novo local de moradia é visto: “Eu peguei minha mala de roupa e se fui lá pra casa da mãe: eu não vou morar lá... a mãe: lá é teu minha fia, lá é teu. Não quero ir morar lá de jeito nenhum. A gente é acostumado no lugar e não quer sair.” (**Marcela**). Mas, como nos casos analisados, a mudança mesmo que compulsória e gerando medo e dificuldades iniciais, pode desenvolver laços subjetivos com o território, transformando um *lugar* estranho em um *lugar* próprio. A este estranhamento inicial, é elucidativa a fala de **Hortênsia**:

[*Você gosta de morar aqui?*] Agora gosto, mas antes não gostava. Que logo que eu vim morar aqui eu demorei pra me acostumar, fiquei uns dois, três anos pra me acostumar? [*O que você mais estranhou?*] O lugar né, porque nós chegemo aqui, frente de mato, e ainda os primeiro morador ficaram sem luz, moravam na escuridão, de noite era uma treva, daí tudo a gente estranha, meu deus! (**Hortênsia**)

As narrativas de mudanças enfatizam este receio com o lugar novo, mas também ilustram as mudanças positivas e a nova perspectiva de vida que se apresenta diante da casa nova. **Calêndula** me contou sobre a mudança para o conjunto Vale das Hortênsias como um dia de muita felicidade:

Era um dia de sol. Viemos de tarde, era março. Puxamos as coisas na mão, todas as piazada

carregadinho. Nós morava pra baixo do colégio, daí de lá tinha um carreiro que vinha, não tinha rua nada, tinha um carreiro que vinha de lá descia por baixo do posto. Daí de lá nós vinha puxando a mudança, fiquemo até umas hora puxando, até umas oito, nove hora da noite. [*E os móveis mais pesados?*] Nós paguemo uma carrocinha, que trouxe pra nós. Daí ajeitemo tudo aqui, faceros né **Arruda**? Faceiros, pois a casa era nossa, meu Deus, onde nós ia era só pagado, de aluguem em aluguel, chegava o dia tinha que tá com o dinheiro ali, as veis tirar da boca pra pagar (**Calêndula**).

Os casos analisados acima, de **Tulipa e Olivia** são emblemáticos porque efetivamente percebemos que mesmo as situações em que se poderia considerar como estáveis e definitivas (acesso à políticas públicas de habitação), podem ser encaradas pelo sujeitos como possibilidades móveis e processuais, passíveis de serem alteradas, modificadas, negociadas. Aqui cabe ressaltar que no caso das políticas habitacionais mais antigas, em que se priorizava realocar as famílias no próprio bairro (caso exemplar da Vila Betinho), significaram uma maior *permanência*, pois os laços afetivos, familiares e de vizinhança foram mais facilmente mantidos – caso da família de **Acácia, Rosa e Flor**. Ao passo que as políticas mais recentes que envolvem o deslocamento para um espaço periférico distante, percebe-se uma maior rotatividade e descontentamento. Mas tanto em um caso como no outro, a relação com o território permanece sendo recontextualizada de acordo com as necessidades que surgem pelo caminho, ou seja, são passíveis de serem reinventadas. E as trajetórias enfatizam esta *processualidade*, a qual, em grande parte caracteriza as mobilidades vivenciadas pelas interlocutoras da pesquisa.

3.1.2 Das mobilidades: famílias, violências e desagregação

A partir da etnografia foi possível perceber que um segundo nível de mobilidades estão relacionadas, principalmente, às questões familiares, e, na maioria das vezes, referentes a eventos violentos ou trágicos. Foram comuns os relatos que mencionavam conflitos ou mortes de parentes como condicionantes para a mudança. Esta não necessariamente é definitiva, e pode ser apenas até “baixar a poeira” ou

então envolver a venda dos bens imóveis para aquisição em outro local (mesmo que dentro do próprio bairro). Como mencionado anteriormente, no caso de **Tulipa**, a mudança da família toda para Florianópolis foi motivada pela morte do irmão, que era “envolvido com drogas”. Ela explicou que também no mesmo período, houve outra morte na “área verde” e o assassino “encasquetou” que o seu esposo **Girassol** tinha visto o ato, o que segundo ela não era verdade, mas de qualquer forma eles resolveram sair até que tudo estivesse mais tranquilo, para evitar conflitos: “Não vale a pena se incomodar”, ela disse.

As narrativas que referem-se a tragédias familiares como motivações para mudança são frequentes. Por outro lado, muitas vezes a resolutividade de um conflito exige o afastamento com a finalidade de evitar nossas tragédias.

A história de **Violeta** esteve sempre permeada por situações de violência e desagregações. Sua história, relatada a seguir, demonstra de forma exemplar essas mobilidades e mudanças de vida motivadas pela violência, tanto geradas dentro das relações conjugais como externas. Sua trajetória está envolvida em uma trama de relações de poder e violência. Abaixo transcrevo uma parte da sua narrativa:

(...) Eu tinha medo o pai desses piá aí quase me matou, eu tenho um sinal aqui no braço, tenho a cabeça cortada, eu fiquei noventa e dois dias internada no hospital (...) [*Onde você morou com ele?*]. Primeiro nós morava lá embaixo num barraquinho, eu morava lá, porque eu era sozinha, viúva com esses pequeno. E daí ele veio ali a gente se conheceu e daí eu fui embora pro Rio Grande com ele. Mas daí menina no céu, foi um inferno sabe? Maior inferno da minha vida foi esse casamento, que eu nem gosto as vez de comentar (...) Daí nós viemos morar lá no querer subir lá, fizemo um barraquinho e viemo morar lá (...) Aí um dia eu ganhei esse terreno aqui, de lá eles trouxeram a gente aqui. (...) [*Como foi que a senhora se livrou desse homem?*] Desse homem sabe nós tava morando aqui, daí ele caiu na cadeia, não sei o que ele fez, não sei porque ele saiu do emprego aqui e foi embora lá pra Constantino de volta, e nós tava morando aqui. Mas nós tinha uma casinha véia, era ruim, chovia dentro de casa, e aí ele ficou um tempo pra lá, aí

um dia ele veio aqui e convidou [pra ir junto] eu e já digo, eu gostava dele, eu tinha um amor, queria bem mesmo, sofria mas corria atrás igual. Daí eu fui pra lá passear com ele (...) daí ele chegou de manhã e disse assim: Violeta eu quero falar uma coisa pra você. Eu disse fala... e sentei assim numa cadeira ele se ajoelhou na minha frente. Sabe que você veio pra cá e eu vou ter que matar você? Ele falou (...) Mas eu fiquei sem saída menina do céu. (**Violeta**).

Assim, a história detalhada que **Violeta** narra, apresenta aspectos interessantes para demonstrar as mobilidades decorrentes da violência. Num primeiro nível, o próprio afastamento de **Cravo** que após ser preso vai embora de Chapecó, e depois retorna para levar a família com ele, representa uma das situações recorrentes no campo: em uma situação de conflito, a solução é se afastar do bairro.

Ao mesmo tempo, por repetidas vezes as mulheres relatam mobilidades decorrentes de relações conjugais. No segundo casamento, **Violeta** justifica sua decisão de acompanhar o marido para cidade pelo amor que sentia por ele, sem imaginar que ao chegar lá sofreria uma tentativa de assassinato. No terceiro casamento, a história de mobilidade se repete, mas dessa vez um companheiro que a respeita chamado **Romeu**. Conforme se pode observar na narrativa abaixo, há uma negociação para a consolidação da relação que envolve, inevitavelmente, uma mudança de local de moradia, e assim **Violeta** precisa decidir entre ficar com **Romeu** ou permanecer em Chapecó:

Ele falou que queria conhecer uma mulher que ele queria que eu fosse lá pra lá com ele morar. Mas eu falei que eu não ia porque eu não conhecia o lugar, daí foi indo foi indo até que a gente ficou junto (...) Daí um dia fazia tempo que a gente tava junto, ele chegou bem aqui e disse: é, é preciso de uma mulher pra viver junto comigo, se você não quer memo viver junto comigo eu vou arrumar outra muié, ah mas daí eu comecei pensar, aí ele disse: pense até amanhã ele falou pra mim (...) e aí eu fiquei pensando, será que eu vou ou não? Que eu tinha a minha casinha né, com tudo as coisa, mas ele também tinha lá, e me falou que era só pra arrumar as roupas das criança e a minha roupa e o resto era pra deixar. E tinha a R. que morava aqui

[no terreno] tinha uma pecinha, uma casinha que ela morava e daí eu pedi pra ela, fique aí morando que eu ainda pago a luz e a água pra vocês, só cuide das minhas coisa, cuide da minha casa, aí fui embora pra lá com ele. (**Violeta**).

Nesta cidade, moravam em uma chácara, produziam e criavam animais, **Violeta** narra como um tempo bom, de fartura e felicidade. No entanto, novamente, o motivo para o retorno à Chapecó foi uma situação de violência: o filho de **Romeu** se envolve em um assassinato: “(...) ele teve um problema com um fio dele, daí ele matou um rapaz sabe? O fio dele mais velho (...) e daí ele disse: mãe nós temo que dar um jeito, vamo ter que vender aqui, ir pra Chapecó, ir pra algum lugar” (**Violeta**). Sobre esta questão **Romeu** me explicou em outra ocasião, ou eles saíam de lá, ou tinham que resolver a situação com mais mortes, mas o filho não quis, resolveram sair todos. **Violeta** na época queria voltar pra Chapecó sozinha mas “(...) ele disse: não capaz que eu vai ir pra Chapecó sozinha, morar lá naquela tapera sem casa sem nada, eu vou junto com você. Vou pegar um dinheiro e vou lá construir uma casa”. Venderam a chácara em que viviam e com o dinheiro construíram a casa que vivem até hoje no terreno que **Violeta** já possuía na Vila.

É interessante observar que nos casos dessas mobilidades em decorrência de atos violentos, não necessariamente é apenas o agressor ou a vítima que precisa “ir embora”, mas toda a família, o que sugere que as relações familiares são perpassadas por uma relação de cumplicidade, e servem de apoio, tanto no caso do familiar ser a “vítima” ou o “agressor”. Como, por outro lado, ações de vingança podem ser reorientadas para os familiares. Nestes casos, cabe aqui assinalar, os “papeis” vítima-agressor-vítima não ficam claramente definidos, pois pode haver uma cadeia de fatos anteriores não conhecidos. É o caso relatado por **Margarida**, que explica que se mudou com toda a família após conflitos na Vila, o filho sofria ameaças:

Dali que eles me deram o terreno lá na Vila Betinho, daí eu fui morar pra lá [Erechim]. Mas lá na Vila Betinho fazia 10 anos que eu morava lá (...) [*Dez anos na Vila Betinho. E porque resolveram vender?*] Porque na verdade eu me incomodava demais ali, na verdade eu e ele fomos ameaçados, daí nós resolvemos vender e sair, que, até eu tenho um piá que agora ele até tá preso lá em Erechim, de vez em quando eu vou lá ver ele,

ele tá com 19 ano agora. As piizada prometiam de matar ele aqui né, daí nós saímos daqui. [*Esse teu filho ele tá preso lá há quanto tempo?*] Agora dia 17 fez 11 mês. [*Então foi logo depois dos 18 anos*] É... [*e ele foi preso aqui em Chapecó?*] Não lá mesmo. Ele morava junto comigo.

Narrativas como essa expressam não apenas relações de mobilidade, mas também informam sobre as negociações envolvidas nos processos de mudança, como mencionamos anteriormente. Assim, as relações familiares pressupõe articulações, relações de proteção e novos arranjos em decorrência de situações vivenciadas cotidianamente. Neste sentido, um dos casos para mim relatados por **Hortênsia** sobre uma vizinha que teve que se mudar do bairro por causa de uma “encrenca com os sobrinhos”, no caso, uma briga de família, mas que fez com que os núcleos dela e da irmã tivessem que se separar para evitar maiores problemas. Casos como esse demonstram que as famílias (nucleares neste caso) se agregam para defender os seus próximos. A vizinha de **Hortênsia** e todos os seus filhos se mudaram, venderam a casa na Vila e se mudaram para o interior, mas já indicavam quando a conheci o desejo de voltar, ao que **Hortênsia** a tranquilizava: “Mas nem ponha na cabeça mais, os que brigaram saíram foram embora, nem ele não tá mais ali, até já tem outro morador novo, vai dar bola, eu não saio do que é meu, mas não saio mesmo”. Assim, vislumbra-se que muitas vezes o afastamento temporário é suficiente para evitar maiores problemas, e podem retornar ao bairro após a “poeira baixar”.

Algumas vezes, as relações conjugais violentas podem culminar com rearranjos e mobilidades, mesmo do pequeno núcleo familiar, como no caso de **Olivia** relatado anteriormente, a história de **Calêndula** envolve uma relação de violência e sua decisão de se mudar com as filhas para sair daquela condição:

Eu sofri demais. Ele me bateu grávida e eu tinha que aguentar por causa dos filho, tinha que aguentar, onde que eu ia ir, tinha que sofrer ali junto com ele. [E o que fez a senhora tomar a decisão, agora vou me separar?] Eu cansava de dizer pra ele, você tanto que me atropela uma hora tu vai ficar sozinho, eu vou sair daqui. Não vou te incomodar mais, eu to saindo. Daí as filha pegaram e alugaram uma casa, e chegaram e falaram pra ele: hoje ou amanhã nós tamo saindo

daqui, vamo deixar o pai sozinho. Ele quer ansim, ele tem raiva de nós, ele quer ficar sozinho, nós vamos sair. Daí alugaram uma casa e se mandemo, deixemo ele sozinho. [E o que aconteceu com ele?] Nada, ficou tranquilo na casa. Aquele dia nós nem briguemo, eu saí assim numa boa. E depois disso nós fiquemo se dando um com o outro, depois que nós separemo ele vinha em casa, vinha ver as criança, nós não brigava. Daí chegou mais uns tempo que ele vinha em casa e queria mandar dentro de casa. Eu disse assim, então se é assim tu não precisa mais vim aí, eu tô bem aqui com os fio, vá viver tua vida onde tu quer, você queria assim (...) Aí até hoje tô aqui, daqui vou sair quando morrer eu acho (**Calêndula**).

Também, as relações conjugais, como estas vividas por **Violeta** e **Calêndula** além de deixarem marcas em seu corpo, também orientam mudanças e escolhas. Histórias como as de **Orquídea** e **Violeta** nos mostram que as trajetórias dessas mulheres podem nos ajudar a compreender a *processualidade* da periferia. A violência, a morte, o medo, são motivadores de deslocamentos e novos arranjos de vida. A violência tem, portanto, *agência* desagregadora. Isto se percebe nas práticas e experiências cotidianas de violência, que envolvem a resolução de conflitos, negociações e mobilidades. Como vimos, a violência aparece como motivadora de mudanças pelo território e pode ser considerada uma “presença ausente”, está no inter-discurso dos sujeitos, nos relatos de história de vida e como motivações para deslocamentos de moradia.

3.2 REDES E SOCIALIDADES: PESSOAS, LUGARES, EVENTOS E PRÁTICAS

O cotidiano e a experiência de campo mostraram alguns elementos importantes para pensar as formas *socialidade* que sustentam a vida nos locais pesquisados. Entre estes é importante ressaltar o lugar das relações familiares e de vizinhança. Assim, as agregações familiares representadas tanto pela prática dos **puxadinhos** já mencionados anteriormente, como as articulações e táticas de proximidade territorial

de grupos familiares, demonstram a força e importância das redes familiares, especialmente para relações de ajuda mútua para cuidado dos filhos, relações de compadrio e relações de vizinhança (que não referem-se apenas à proximidade física, mas remetem-se também à proximidades simbólicas).

Por outro lado as igrejas aparecem como concentradoras de encontros, produzem sentidos, formas de agir e ser no mundo. Orientam práticas e discursos, e as relações decorrentes das *socialidades* que se desenvolvem em seu seio, criam conexões e redes importantes para a vida social nos bairros pesquisados.

E por último, o trabalho com a reciclagem aparece como fomentador de alianças e redes, que alimentam relações de solidariedade, sistemas de organização do trabalho, hierarquias e relações de poder, discursos de empoderamento e organização social.

Para esta análise usa-se o conceito de *redes* a partir das perspectivas complementares de Latour (2008) e Hannerz (1986). Inicialmente, cabe ressaltar que o conceito de rede social está presente na antropologia há muito tempo, e podemos remontar seu desenvolvimento pioneiro a Barnes (1954), que apresentou no artigo "Class and Committees in a Norwegian Island Parish" os resultados iniciais de dois anos de pesquisa de campo na Noruega, e ele comenta que apesar de existirem muitas organizações formais, no caso por ele etnografadas, as pessoas agiam a partir de seus contatos pessoais: "Eu tentei capturar essa configuração com o rótulo de 'rede' e aplicar ao sistema de classes, um dos focos de minhas investigações" (BARNES, 1954, p. 18, *tradução minha*)⁸⁸. Ao analisar esta proposição de Barnes sobre o conceito de redes, Hannerz (1986) reconhece que para ele as redes estavam constituídas pelo parentesco, as amizades e as relações, com vínculos continuamente transformados e não formados por grupos estáveis. Hannerz (1986) indica que Barnes (1954) não chega a desenvolver o conceito, e apresenta um breve genealogia do conceito que passa pelas redes familiares de Bott (1957) apud Hannerz (1986), que indica redes fechadas e abertas para analisar as relações e alianças dos cônjuges em seu contexto de convivência: "O estudo de Bott (...) estabeleceu a ideia de uma relação entre a estrutura interna da família e

⁸⁸ "Their social world had na abundance of formal organizations, but most individuals appeared to make decisions with reference to personal contacts that often cut across organizational boundaries. I tried to capture this configuration with the label "network" and applied it to the class system, one of the foci of my inquiries" (BARNES, 1954, p. 18).

o padrão de seus contatos externos, e parece haver considerável consenso de que as redes de malha fechada mantem-se com relação conjugais separadas” (HANNERZ, 1986, p.192).

Seguindo este raciocínio as proposições de Hannerz (1986) culminam com sua concepção sobre a análise de *redes*, e aponta que entre os antropólogos este conceito tem sido adotado para “tornar a análise relacional mais adaptável ao estudo de um conjunto de estruturas sociais cada vez mais variadas” (p. 197), e esta análise é especialmente útil nos contextos urbanos, pois estes apresentam unidades variáveis e a análise de redes se converte em um exercício de flexibilidade:

Em uma estrutura tão diferenciada, o indivíduo tem muitos tipos de participações, situações, isto é, papéis (roles), e as oportunidades para fazer diversas combinações destes no repertório de cada um podem ser consideráveis. Mas a cada papel correspondem uma ou mais relações com outras pessoas; e assim, as redes se reúnem com uma variabilidade que amplamente se assemelha às constelações de papéis (HANNERZ, 1986, p.198).

Hannerz (1986) concebe a cidade é como uma rede de redes, que forma um modo urbano de viver. O autor traz importantes considerações acerca das ideias de densidade, acessibilidade e consciência da rede, para transcender às limitadas análises de grupos, e fornecendo um olhar mais denso sobre a cidade: “(...) a cidade é (como outras comunidades humanas) uma coleção de indivíduos que existem como seres sociais primordialmente através de seus papeis e que estabelecem relações uns com os outros através destes” (HANNERZ, 1986, p.279). Assim, em sua teoria das redes, o *papel* aparece com relevância teórica, permitindo ao antropólogo acessar as negociações que ordenam a perpassam as relações dos sujeitos, ao mesmo tempo, as *redes* para ele compreendem um número flexível de relações, e se articulam em torno do que ele denomina *ego* e *alter*.

As revelações não apenas podem levar à identificação dos vínculos existentes, como podem também constituir a base de formação de outros novos. O ego, ao descobrir que seu alter está vinculado a uma terceira pessoa útil, pode pedir-lhe que o apresente; isto aumenta o alcance da rede de ego e a densidade da rede de alter. Por

outro lado, é possível que haja uma concessão indireta com alguma terceira pessoa não desejável e que interrompa, portanto, seu próprio contato com o alter intermediário. Ao levar o alter a uma relação múltipla, o ego também condensa muitas vezes sua própria rede, o grau que implica a formação de vínculos diretos entre segmentos da rede previamente separados. (HANNERS, 1986, p. 285).

As redes podem ser analisadas, nesta perspectiva, a partir das *segregatividades* e *integratividades* que produzem. Os sujeitos (ego) continuamente ampliam ou restringem suas relações, quando a rede de um indivíduo se estende por âmbitos outros, sem que haja fortes concentrações em nenhum deles, criam-se segmentos que podem variar em termos de magnitude e densidade: “Enquanto que a segregatividade depende de manter as distâncias existentes entre as diferentes pessoas e atividades, a integratividade se pode considerar, talvez com perversão, uma influência corruptora no urbanismo como modo de vida, pois cria vínculos onde não existia e torna conhecidos rostos desconhecidos” (HANNERZ, 1986, p.290).

Assim, na perspectiva de Hannerz (1986) a análise da *rede* deve necessariamente passar pelas relações. De modo complementar, a perspectiva de Latour (2008) pode fornecer bons subsídios epistemológicos e analíticos. Primeiramente a noção de *ator-rede*, que nos permite considerar em primeiro plano as ações dos atores, os efeitos produzidos pelas suas ações, as agências evocadas, procurando descrever os movimentos circulatorios das redes. Nesta perspectiva a experiência do antropólogo cria a rede, sendo compreendida desta forma como modo de pensar, uma inscrição. Além disso, enquanto pesquisadores, fazemos parte da rede, somos atores que criam/elaboram conexões (esse engajamento deve fazer parte também da descrição). Descrever os atores e as maneiras com que modificam e são modificados pela rede é o principal objetivo da ANT (Actor-network theory) – seguir os nativos e descrevê-los em suas ações, agências⁸⁹ e

⁸⁹ Levando em conta a segunda incerteza apresentada no livro: a ação não é transparente (2008, p. 82-89), Latour apresenta uma série de “dicas” para lidar com as controvérsias a cerca das **agências**: (a) as agências fazem algo, incidem de alguma maneira sob um estado de coisas, transformando-as; (b) as agências possuem figurações, características e explicações abstratas; (c) os atores criticam outras agências, agregando novas entidades e separando

controvérsias. Esta perspectiva nos convida a desenvolver a prática de compartilhar generosamente a metalinguagem, a teoria social e a reflexividade com os atores mesmos, não mais considerados meros informantes (LATOURET, 2008, p. 128). Assim, na perspectiva latouriana a *rede* não é algo dado, o contexto para as ações, uma configuração pré-existente, mas um *processo*. A seguir a tentativa é rastrear algumas das redes que apareceram durante a pesquisa de campo, evidenciando suas *processualidades* e enredos de práticas e discursos.

3.2.1 Relações de vizinhança, parentesco e compadrio

Ao comentar sobre a etnografia da vizinhança, Hannerz (1986) problematiza que os sujeitos podem definir como vizinhos aqueles que estão próximos, isto é mais óbvio, mas podem acionar como elemento definidor de vizinho a presença recorrente destes no espaço mais ou menos público, e por consequência, acionar a relação especial que tem com eles – vizinhança seria, neste sentido, uma relação de reconhecimento: “A definição de sentido comum implica apenas algumas das possibilidades de variação do conceito de vizinhança. A natureza do cenário físico é uma das causas desta variedade. Quando as pessoas estão mais expostas ao contato entre si, aprenderão logo a se reconhecer” (p. 293). Mas a vizinhança não implica apenas em rituais de diferenciação e formas de proceder, que incluem saudações, expressar consideração e evitar ao máximo interferências nos espaços compartilhados. Assim, Hannerz (1986) comenta que a consideração de vizinhança envolve também o cuidado para que não haja ruídos ou odores, que não se coloquem obstáculos na rua ou nos pátios, entre outros, o que demonstra que as relações de vizinhança efetivamente podem significar incomodar o menos possível uns aos outros.

As relações de vizinhança geralmente são positivadas pelo discurso, enfatizando-se a importância de manter bom relacionamento

outras; (d) os atores também são capazes de propor suas próprias teorias da ação para explicar de que modos de concretizam os efeitos das ações dos agentes, os atores são metafísicos plenamente reflexivos e capazes; também possuem sua própria meta-teoria sobre como atua a agência. Deste modo, a ação é deslocalizada, não pertence a nenhum lugar específico; é distribuída, variada, múltipla, deslocada e um enigma tanto para os analistas quanto para os atores (LATOURET, 2008, p. 92).

com os vizinhos: “Dos vizinho que eu conheço são tudo legal, aqui do lado era uma sobrinha mas ela vendeu, agora é um senhor que mora sozinho, mas ele é bem legal, não incomoda. Essa daqui é minha comadre, a outra ali da frente semo igual ser parente, se damo bem com todo mundo” (**Flor**). Assim, as relações de vizinhança são positivadas em termos de compartilhamentos, que comumente envolvem relações de parentesco ou compadrio, como menciona **Flor**. A expressão de “ser igual parente” reforça a característica solidária e de proximidade que se estabelece nessas relações.

Assim estabelecem-se *socialidades* que perpassam diferentes níveis e dizem desde as relações de proximidade espacial até as próprias escolhas e manutenções de vínculos, por meio de compadrios e relações de parentesco. Para algumas interlocutoras, as vizinhas ocupam um importante lugar nas redes de *socialidade* cotidianas, estabelecendo relações de proximidade até mais intensas que as familiares:

Nós somos vizinhas assim que tirei como irmã, e nem a minha própria irmã de sangue nós não somos tão grudada, quando eu tenho algum problema eu nem conto pra ela, é duas, é essa aqui do lado, e essa outra que saiu dali, tipo assim, tem algum problema eu desabafo com essa ou com aquela lá, se elas tem algum problema também. São como irmã mesmo, não como amiga, que daí tu conta as coisa assim, tu desabafa, elas também desabafam com a gente, e é bom, meu Deus. (**Hortênsia**).

Deste modo, pude perceber claramente a importância destes vínculos. Em uma oportunidade em que eu estava na casa de **Hortênsia**, uma dessas vizinhas, que se mudara recentemente do bairro, chegou para visita-la, e os cumprimentos foram muito amigáveis, uma dizendo que estava com saudade da outra, e depois ressaltaram para mim o quanto “queriam bem” uma a outra. Assim, diante do diálogo eu aprendi que “se faz vizinho”, ou seja, apenas a proximidade territorial não é suficiente para que as pessoas estabeleçam vínculos de amizade e vizinhança: “A primeira vizinha que eu fiz quando vim morar aqui foi ela. Nós era que nem bicho, porque eu tinha medo de conversar e ela também, e nós com medo uma da outra, até que foi foi...” (**Hortênsia**). Com o tempo estabeleceram uma relação de amizade recíproca que dura já doze anos:

Era nós três, uma ia no posto, as duas iam junto. Essa aqui a L. tinha um barracão de reciclagem, nós não ia trabalhar, nós ia só olhar, dali a pouco nós tava atacada ajudando revirar a reciclagem e coisarada e terminava. Aí uma já vinha pra casa esquentava a água, levava a cuia, levava a termica e nós passava a tarde inteira lá (**Hortênsia**).

Ainda a respeito das relações de vizinhança, Hannerz (1986) aponta que algumas pessoas podem se sobressair diante dos vizinhos, tornando-se referência aos demais: “Pode acontecer que alguém tenha habilidades singulares ou conexões de rede que o convertam em um vizinho bastante especial para todos ou alguns dos que o rodeiam” (p. 299). Assim, parece ser o caso de mulheres como a **Rosa**, que são referenciadas pelas outras mulheres como uma excelente vizinha, sempre disposta a ajudar, e além de possuir em sua casa uma pequena venda que fornece suprimentos “fiado” para os vizinhos quando necessitam, aplica injeções e trabalha como líder da Pastoral da Criança, o que reforça ainda mais seu lugar de destaque nas relações cotidianas da Vila Betinho.

De um modo geral, percebe-se que as famílias criam entre si relações positivas de vizinhança. Muitas vezes ao realizar pesquisa de campo, encontrei minhas interlocutoras umas nas casas das outras, tomando chimarrão em frente de casa, compartilhando relações de vizinhança.

Aqui é bom, a gente conversa com todo mundo, mas eu vou mais na vó do meu piazinho que mora ali embaixo e na minha comadre, mas se dá bem com os vizinho, as vezes se encontra na rua conversa, toma um chimarrão, e tem a janela sabe, a gente abre conversa com o vizinho, então todo mundo se dá bem, e onde que passa um conversa com o outro sabe. As vezes um tá passando de manhã pra ir no posto, o outro grita sabe? Então se dão muito bem, todo mundo conhecido né?! Há anos que mora aí, então é de boa”. (**Acácia**).

Assim, a prática da visita estreita os laços de amizade e compadrio, é uma importante forma de *socialidade*. **Rosa**, comenta sobre as visitas que recebe em casa, ainda mais comuns pelo fato de que não sai muito devido as “coisinhas” que vende na peça anexa à casa:

Eu não vou na casa de ninguém. Fui visitar aquela vizinha que teve câncer, eu converso assim na rua, no portão. Mas se eu ficar em casa é o dia inteiro gente, tu não faz nada. Eu tava gastando por mês sete quilos de erva! Chegava já vinha acompanhada da creche [Jacinto: Já vinha com quatro cinco lá da creche, risos] Chegavam e o marido trabalha o dia inteiro, tudo desocupada, por isso que eu peguei essas coisas, eu me tranquei um pouco porque era demais, daí eu passo, vai pra casa? Eu falo não, e vou lá pra reciclagem [risos] (**Rosa**).

Em outro sentido, conforme Hannerz (1986) as relações de vizinhança podem assumir outras formas: “Desde um ponto de vista mais positivo, pode haver certo intercâmbio de bens e serviços, como proporcionar pequenas quantidades de produtos básicos quando se necessitam, em uma espécie de reciprocidade generalizada, empréstimo de ferramentas, vigilâncias das crianças ou da casa do vizinho quando seus habitantes tem que sair” (p. 296). Assim, percebemos no campo que outro aspecto interessante das relações de vizinhança e reciprocidade dizem da prática de ajuda com alimentos para vizinhos em dificuldade e empréstimos, foi comum durante minha pesquisa presenciar momentos em que as interlocutoras apareciam nas casas umas das outras para pegar algo ou devolver, e sempre ressaltavam que isto era uma prática comum entre elas. Este aspecto é interessante e a própria concepção construída a respeito desta prática representa maneiras pelas quais a reciprocidade é pensada neste lugar, como a explicação dada por **Hortênsia** esclarece:

[E outras formas de ajuda, uma família numa situação mais complicada, de faltar comida já aconteceu?] Já, acontece bastante, tem muitos que não tem marido, eu sempre ajudei, porque foi esse sentimento que a mãe deu. Porque a mãe quando ficou sozinha ela sempre recebeu um monte de ajuda, e quando ela conseguiu se firmar ela também pôde ajudar, e a mãe sempre dizia, o que a direita dá, a esquerda não precisa saber. Sempre ela ensinou nós assim. E desde um empréstimo, pediam uma colher de sal, a mãe sempre dizia, nunca empreste de colher ou copo, se puder dá um

quilo dá um pacote inteiro pra receber inteiro.
(**Hortênsia**)

Estas relações terminam por fortalecer a amizade e os laços, pois a ajuda nos momentos de necessidade acabam criando um sentimento de gratidão e retribuição quando o outro precisar: “É assim, sempre se demo bem de emprestar as coisa, nunca chegar e dizer não, não tenho” (**Hortênsia**). Este tipo de relação permanece sendo uma característica comunitária, que se aproxima da realidade de núcleos urbanos menores, onde as pessoas se conhecem e tem intimidade o suficiente para estabelecer este tipo de vínculo.

Cabe aqui também ressaltar que as relações de vizinhança e os laços que aproximam as pessoas vão se estreitando com o tempo, e se inicialmente pode haver certo estranhamento com vizinhos novos, como no caso das mudanças compulsórias para novos loteamentos, é possível ajustar as relações com o tempo, como menciona **Hortênsia**, que me contou que logo que se mudou para a Vila Betinho tinha medo:

Tipo assim do lugar, eu tinha medo de morar por causa das vizinhança, que tinha vizinho que a gente se dava, que a gente não se dava. Mas eu, graças a Deus, de doze ano que eu moro aí nunca tive desavença com nenhum vizinho (...) Eu tinha medo de vim morar num lugar novo, assim conhecia metade dos morador que vinham morar aqui [*E agora você conhece*] Sim. [*Você acha que é por isso que você não tem mais medo?*] Eu acho que é. Que é tudo conhecido. (**Hortênsia**)

Das histórias que contam as tramas envolvidas na conquista de casas ou terrenos a partir de programas habitacionais, é muito comum as interlocutoras mencionarem a presença de **compadres** ou vizinhos que auxiliam nesta questão. Aparecem diferentes vozes nas narrativas, articuladas em torno de um discurso legitimador de práticas. Estas características podem ser vislumbradas na narrativa a seguir, cujo disparador foi a seguinte pergunta: *E essa casa que você está agora, como vocês conseguiram?*

Foi assim, toda semana eu ia lá na habitação, porque eu precisava de um lugar. Só que sempre eu chegava lá e nunca tinha nada, nunca tinha nada. Daí uma vez eu nem tava mais esperando,

daí eu cheguei lá tava o meu cumpadre também lá. Daí ele disse bem assim (...) Nós viemo lá da tua casa agora (...) levei lá pra ver do jeito que vocês tão morando lá em cima. (...) E daí ele disse: é porque vocês foram contemplado, ganharam a casinha (...) Daí eu fui lá, a mulher me explicou tudo, me deu uma foia de tudo os documento pra mim levar lá, só que ela disse: você tem que anoitecer lá onde você e não amanhecer, porque se você deixar alguém entrar ali você não pega de vorta. Quando ele sair você já tem que tá ali com a tua mudança. Eu: não não se preocupe, nem que eu passe a noite inteira trazendo nas costa, mas que eu venho eu venho. (**Iris**)

Mais tarde descobri que na época eles ainda não eram compadres, esta relação se estabeleceu mais tarde quando este homem “apresentou” a filha mais nova do casal na igreja. Na época eram amigos, e segundo **Iris**, ele tinha uma dívida com eles porque o marido perdeu um dedo trabalhando para ele. Ou seja, há outras camadas na história, uma trajetória anterior que explica a forma com que as pessoas agiram neste evento acima citado que culminou com a colocação de **Iris** e sua família naquela casa. Também cabe aqui ressaltar o contínuo papel de *empoderamento* e participação das minhas interlocutoras através de reivindicações e na luta pela garantia de seus direitos: “Toda semana eu ia na habitação porque eu precisava de um lugar”.

No relato de **Iris** também aparece a figura desse “compadre” que auxiliou na mediação e resolutividade da situação precária em que se encontravam. De maneira semelhante, **Margarida** (irmã de **Iris**) contou que para conseguir o terreno na Vila Betinho contou com a ajuda de um amigo de seu marido que soube que iria sair o loteamento popular e os avisou, conseguiram realizar o cadastro junto à prefeitura e acessar a casa própria, anteriormente moravam de favor. **Margarida** trabalhou como servente de pedreira durante dois anos e meio na construção dos banheiros da Vila (as pessoas recebiam o terreno apenas com o banheiro de material) e levaram a casa de madeira que ocupavam no terreno cedido ao lado do salão comunitário da igreja católica (onde viveram por oito anos).

Assim, fica muito claro que as articulações envolvidas nas aquisições de terrenos e mesmo realização de **briques** podem envolver relações anteriores de amizade e compadrio. Ao mesmo tempo, manter boas relações com a vizinhança é fundamental para as moradoras: “Eu

não tenho queixa dos meus vizinhos aqui, me dou bem com todo mundo” (**Olivia**).

Assim, um primeiro nível que podemos mencionar a este respeito são as demandas por **puxadinhos**, que já foi mencionado anteriormente, que implicam em uma densa ocupação dos terrenos, e configuram ocupações e organizações territoriais entre aqueles que mantêm alguma relação de parentesco. Neste sentido, **Amora** comenta sobre seu desejo de manter agregados os filhos:

Eu ia colocar todos eles juntos aqui comigo, não precisava sair, pagar aluguel, nada. Meus netos todos aqui perto, mas infelizmente, vai fazer o que, espero que uma hora Deus abençoe e dê tudo certo (...) A gente espera que cada vez seja melhor (...) de dar as coisas certas, para os filhos e ter os filhos juntos sempre. (...) o prazer nosso era ter eles todos juntos pelo menos as piazzada [os netos] se criam junto com a gente.

No caso de **Calêndula**, as filhas foram sendo agregadas ao seu entorno, ela criou todas praticamente sozinha e atualmente das treze filhas que teve, quatro permanecem morando ou no mesmo terreno ou na mesma casa com elas (todas sem os companheiros). Uma de suas filhas **Arruda** explicou o motivo de estares perto da mãe:

[*Você fez a casa ali há quanto tempo?*] Faz quatro anos ou cinco. [*Antes disso você morava onde?*] Antes disso eu pagava aluguel, lá perto da garagem no Maria Goretti, morei ali na baixada. [*Qual a dificuldade de pagar aluguel?*] É tudo porque antes eu era casada, daí ele trabalhava, mas daí ganhava pouco, daí pesava o aluguel, luz, água, mais a comida, e eu não trabalhava, era só ele, daí depois que nós fizemo aqui atrás da casa da mãe melhorou (**Arruda**).

Estas proximidades familiares acabam por aproximar estes núcleos em termos de parentagem, sendo que das vezes que fui até a casa de **Calêndula**, na grande maioria pude encontrar em sua varanda vários netos brincando, em torno daquela senhora que se tornou a matriarca e referência da família.

Falar deste sentimento de compartilhamento citado, proporcionado pelas relações de vizinhança, não significa que não existam conflitos, até porque, pode-se perceber que se chamam de vizinhos não aqueles que estão imediatamente próximos espacialmente, e sim aqueles que compartilham certos laços de amizade e reciprocidade. Estas relações são fortalecidas cotidianamente através de ajudas mútuas, como auxílio para levar as crianças para o hospital ou outra necessidade, em que os nativos chamam “fazer corrida”. Contar com bons vizinhos é importante, como explica **Hortênsia**: “Eu graças a Deus não tenho o que me queixar dos meus vizinho, porque são muito bom. Nunca encenquei com ninguém, e se precisarem de mim sempre eu ajudei. Essa folia de dizer não gosto desse vizinho, não gosto daquele nunca tive”. A narrativa de **Hortênsia** é interessante pois ressalta justamente que uma vez precisou de ajuda e hoje pode ajudar:

Tem vezes que a vizinha precisa ou outros eu digo pode ir lá em casa, que quando eu precisei, graças a Deus meus vizinho nunca me negaram e eu também, eu digo vai, se é criança vai e não cobra nada, também a gente faz pra um anjinho, não deve cobrar. Que eu muitas vez levava dinheiro e eles não não, deus o livre, criança não pede pra ficar doente.

Com relação aos conflitos, nos que encontrei, a solução geralmente está em evitar o contato. No caso de **Violeta** optaram por erguer um muro alto entre as casas, para evitar confusão: “Só com essa aqui que é parente dele daí encencou uma vez (...) chegamo fazer esse muro aí, foi feito esse muro porque ela não podia nem enxergar a gente. [*Mas porque?*] De varde, eles brigavam direto” (**Violeta**). Na Vila Betinho, por haver o compartilhamento de banheiros geminados há cada dois terrenos, alguns relatos sobre conflitos de vizinhança chamaram a atenção, pois no caso de existirem problemas comuns, precisam negociar.

(...) nós ganhamo só isso aqui [o banheiro], e tudo mau feito ainda, por causo que a fossa, quero que tu veja, uma fossa cada dois vizinho, se tranca, se o vizinho do lado colaborar você arruma, se o vizinho do lado não colaborar você se estora. Nós tava com a nossa trancada, trancou do outro lado e nós se arrombemo aqui ó, o que que aconteceu,

aqui quando chovia, alagava (...) chamemo a habitação, mandei vim, se vocês vissem, se vocês chegassem vim ver aqui como que tava, ficavam as necessidades a céu aberto. E fumo na habitação eles mandaram nós se virar. Eu disse não é problema nosso, vocês vão lá olhar, até hoje não ponharam os pé. (**Camomila**).

Ela ressalta a dificuldade que tem de receber qualquer tipo de auxílio da secretária de habitação para a mediação dos conflitos “Depois que eles ponharam aqui o pessoal ninguém se importa com ninguém” (**Camomila**). Sendo o terreno em condomínio não podem tomar nenhuma atitude isoladamente: “Na verdade falam aí que se você vai construir uma outra fossa ou vai fazer uma outra coisa em cima, eles vem e embargam, que já aconteceu deles embargar” (**Camomila**).

Ainda neste sentido, **Camomila** explica que no caso do problema que enfrentaram tiveram mais dificuldade de resolver e dialogar porque o vizinho não é morador original, ou seja, não participa, de certa forma, do grupo inicial de moradores que tinha em comum uma mesma trajetória ou mesmo já eram vizinhos na “área verde”, é um morador que comprou a casa e veio morar depois: “[*Camomila e é morador original?*] Não, mas é bem por isso que a gente vai lá conversar com eles, que eles não vem, que se fosse morador original eles [a ahabitação] vinham, só que eles não, a habitação não liga pros pobre, eles só jogam os pobre e depois eles não ligam. Isso aí é errado que eles fazem” (**Camomila**).

Outro exemplo de conflito de vizinhança que já foi mencionado no capítulo anterior, trata-se de uma disputa por um terreno de **direito** entre **Lavanda** e sua vizinha. No caso, a antiga dona do terreno, após ser realojada, “deixou o terreno” para **Lavanda**: “Daí antes de ir ela disse: olha vou dar pra você, que era pra mim né. Não deixe ninguém entrar aqui”. Mas a vizinha do lado diluiu a sua cerca e incorporou o terreno vazio ao seu. Brigaram e chamaram o fiscal da prefeitura, que apoiou **Lavanda**. Como garantia de manutenção do terreno ela cercou e colocou um poste.

As cercas entre as casas delimitam distanciamentos e separação do outro. Assim, dizem também das relações de vizinhança. Como relata **Tulipa** sobre o desejo de cercar a casa, mesmo que enfatize que não há perigo, justamente pelo fato de conhecer bem a vizinhança:

Aqui depois que pagar tudo vou levantar muro. [*Porque tu faria isso?*] Não pelos vizinho, mas as vezes sempre dá um tiro ou outro na rua, daí é ruim. [*E lá no Monte Castelo aconteceu alguma coisa assim?*] Lá não. [*E mesmo assim tu prefere vir pra cá, porque?*] Aqui não tem perigo, eu me criei aqui e nunca aconteceu nada, que nem eu disse, a gente é acostumado. [*Quem tinha mais vontade de vir pra cá, você ou o Girassol?*] Eu. Ele ia trabalhar eu vinha todo dia pra cá, tava me estressando ficar o dia inteiro fechada. [*Vocês vinham bastante por causa da igreja?*] Da igreja, da escola, do posto... do posto eu vinha todo dia, lá não tem (...) [*A vizinhança aqui tu já conhece?*] Sim, pois me criei aqui, desde os quatro seis ano de idade (**Tulipa**).

No caso de **Hortênsia**, por outro lado, são enfatizados conflitos nas relações familiares e de vizinhança. Certa vez quando eu estava em uma roda de conversa num final de rua onde organizaram um local para separação de material reciclável, tocou o celular de **Hortênsia**, ela olhou mas não atendeu. Perguntaram se era a cobrar, ela explicou:

Não, era minha cunhada ela quer vim ali em casa, eu disse pra ela que eu tava na cidade. Ela é daquelas cunhada assim que chega e sabe começa a falar e chorar da vida, eu não gosto, eu já não gosto de falar da minha vida pros outros, daí eu digo que eu não tô em casa, porque eu não gosto dela. Ela é uma pessoa que se criou assim comendo revirado que nem a gente, e agora ela é muito antipática sabe? Eu não gosto dela. (**Hortênsia**)

Assim, para evitar uma visita que não se quer receber, uma boa estratégia é sair de casa, que no caso, foi o que aconteceu. É interessante também assinalar que o “não gostar” de **Hortênsia** está relacionado ao julgamento que faz da cunhada e sua forma de ver a vida, que parece distanciar-se da simplicidade que ela gostaria que tivesse.

Ainda com relação aos laços afetivos, cabe aqui retomar a experiência de **Olivia**, que comenta, da primeira vez que foi para longe da cidade que sempre morou, ressalta como principal dificuldade justamente o fato de não conhecer ninguém, não ter parente próximo e

que em Chapecó seria mais fácil se “ajeitarem as coisas” justamente pelos laços de amizade e parentesco que mantinha:

Que eu queria vir aqui com a minha gente, com os meus parentes (...) Eu queria vir pra cá porque aqui eu era conhecida, trabalhei a vida toda e aqui eu sabia me virar mais do que lá; aqui eu armava um barraquinho em qualquer lugar e eu morava com os filhos né, não precisava pagar aluguel. E lá os aluguel muito caro e não dava pra fazer qualquer casinha, não dava pra ponhar. (**Olivia**)

Gostaria de discutir este tópico a partir de um relato de campo sobre uma festa de aniversário que descrevo detalhadamente em um trecho do meu diário de campo (Ver APÊNDICE B – Trecho do diário de campo). Esta história, vivenciada durante a pesquisa, serve para pensar os aspectos de vizinhança e compadrio, o evento em si é interessante pois permite o reconhecimento daqueles que fazem parte do círculo e aqueles que são excluídos. Neste sentido, são relevantes os argumentos que justificam as escolhas dos convidados: “Tem gente que nunca ajuda, não faz favor, nada, e agora ficaram de cara virada porque não convidei pra festa” (**Tulipa**). Assim o evento acaba sendo uma maneira de evidenciar as alianças e dissidências, convidam apenas os que são próximos, e aqueles que fazem parte das redes mais amplas de vizinhança e compadrio. Aqueles que “não são chegados” opta-se pela não inclusão no evento. O evento em si, transparece para todos os envolvidos e aqueles que foram excluídos sobre seu lugar na *rede* de relações da família de **Tulipa**.

A respeito das relações de parentesco, aparece um tema muito interessante que diz de articulações e engajamentos em torno de ajustes nas constituições familiares. Por um lado aparece a proeminência das práticas de “ajuntar” ou “amigar” como formas reconhecidas e legitimadas de alianças conjugais. E por outro, foram recorrentes as histórias de adoções de crianças, que nas categorias nativas se reconhece como “criar”. Durante a pesquisa de campo em várias situações conheci histórias de mulheres que foram abandonadas pelas mães e/ou pais biológicos e que foram criadas por avós, madrinhas, vizinhas. E também mulheres que assumiram a responsabilidade de **criar** filhos e filhas que não eram seus biologicamente. A estas relações e configurações familiares, seguem uma série de arranjos e mobilidades que em parte

ilustram o caráter *processual* com que até mesmo as relações familiares se constroem nas periferias.

Das narrativas coletadas, gostaria de iniciar com a de **Azaleia**, que relata o tempo difícil da infância e suas ações para sair de casa, que culminaram com sua “adoção” por uma família na cidade de Chapecó:

Eu não estudei. Meu pai era alcóolatra, e daí ele não deixava a gente estudar, tinha que só trabalhar na roça, desde pequenininha, tu começava a caminhar já tinha que acompanhar na lida. Aí eu com nove ano vi que eu não ia mais aguentar perto dele, por causo que ele batia demais, aí eu peguei e saí de casa, vim sem rumo pra Chapecó até achar a casa do meu irmão. [*Como tu fez? Tu veio a pé?*] Meu irmão mais velho deu um dinheiro pra mim, ele sempre deixava um dinheirinho pra mim porque ele trabalhava na Sadia, daí ele ia daqui pra lá e sempre deixava uns troquinho pra mim, eu ia guardando aquele dinheiro, fiz um cofrinho e ia guardando. Daí eu peguei e fui num supermercado onde sempre pegavam o ônibus pra Chapecó e perguntei pro home quanto que saía a passagem, fui lá, contei meu dinheirinho, vi que dava a passagem pra mim vim, e daí eu peguei e vim. [*E aqui, tu sabia chegar na casa dele?*] Não, eu não sabia. Eu fui no, tempo do SBT, eu fui no SBT pedir, conversei com uma senhora de idade no terminal daí ela me levou. Daí lá na hora do programa eles acharam o meu irmão. Daí o meu irmão veio me pegar ali e me levou pra casa dele. Desde aquela vez eu nunca mais voltei pra casa do meu pai, nem da mãe. [*Daí tu ficou quanto tempo com seu irmão?*] Eu fiquei quatro anos só com ele. Daí uma família me adotou, daí fui morar com eles. [*Como foi essa história?*] Eu tava limpando a casa do meu irmão e eles tavam passando na rua, daí eles tinham três criança pequena e queriam alguém pra cuidar das criança, brincar com as criança, pra cuidar. Daí eles pediram pro meu irmão se ele deixava, daí eu ah se me der comida, uma roupinha e calçado eu vou, eu falei pra ela, daí fui morar com ela, eles me adotaram, tudo que eles davam pros filhos eles davam pra mim. (**Azaleia**)

Após um tempo vivendo com esta família, eles se mudaram e ela se juntou aos familiares que na época viviam no antigo lixão da cidade. Lá viveu com um tio, **parando** na casa deles e depois acabou se casando. Esta relação foi de muita violência e sofrimento, com este companheiro ganhou a casa no bairro São Pedro e enfrentou muitos desafios. Depois da separação nunca mais se casou novamente.

A história de **Margarida** retrata estes os dois aspectos mencionados acima com relação aos arranjos familiares de conjugalidade e criação de filhos, e é repleta de lutas e desafios. Por dificuldades da mãe em lhe criar, viveu com os avós até os dez anos de idade. A seguir, trecho de seu relato sobre o tempo da infância e o casamento:

Depois dos 4 anos comecei a conhecer o mundo, fui crescendo, até os 10 anos eu fiquei com ela, daí depois eu fui trabalhar pra fora [*Aonde?*] Com uma mulher aqui da cidade de Chapecó, me pegou pra **parar** com ela porque o marido dela viajava (...). Eu morei três anos com ela. [*Aonde que era essa mulher?*] Você sabe a garagem da Reunidas aqui? [*sim*] Bem na frente, onde tem umas casas em fileira assim, era bem na frente. [*E ficou três anos ali, então dos 10 aos 13 por aí?*]. É, daí eu conheci esse home que eu tô com ele, aí nós fugimos. [*Ele é mais velho que a senhora?*] Ele tem 40 agora, eu tenho 38. [*Ele tinha 15*]. Que na verdade eu e ele se criemo aqui, os pais dele também são daqui. E daí nós fugimos... [*vocês foram pra onde?*] Ele me levou direto pra casa da mãe dele, daí eu fiquei lá na mãe dele, fiquemo junto. [*Onde que era a mãe dele?*] A mãe dele morava perto da onde eu morava lá no São Pedro.

Mas, a experiência de viver longe da mãe **Olivia**, que tinha outros filhos menores, retrata o tempo da infância em que a obrigou a crescer rápido, ao ponto de aos dez anos sair de casa para **parar** na casa de uma mulher, fazer o serviço para ela em troca de comida e abrigo. O casamento, usado aqui como sinônimo de **fugir**, representou sair desta condição de trabalho. Cabe aqui, neste sentido, ressaltar brevemente o papel das conjugalidades nos arranjos e relações familiares. As narrativas abaixo são do casal **Camélia** e **Alecrim**, casados há 54 anos, são exemplos de uma relação duradoura, que inicia numa condição de

“amigados” e termina numa relação de “casamento”. **Camélia** reconhece que hoje em dia isso é muito difícil, até mesmo uma raridade, olhando mesmo para a história dos filhos.

Eu tinha treze anos, mas desde menina, daí com treze ano nós casemo (...) Mas toda vida, desde que nós se conhecemo um gostava do outro. Aí tratemos de juntar os trapo [risos] Aí tamo até hoje e junto e peço pra Deus que temo que morrer junto. Mas é difícil, mas hoje é muito difícil viver essa quantia de ano que nós vivemo. Fiquemo uma temporada só amigado depois fizemo o civil. (**Camélia**)

Por causo dos fio, naquele tempo é assim meio os pai não faziam conta, por causo dos fio que tava na escola o professor me cobrou, que daí nós era só amigado, daí ele disse não vocês tem que casar se não os fio vai sair só no nome da mãe e o pai não tem direito... Eu fiquei com vergonha, daí vamo casar então, somos casado no civil”. (**Alecrim**)

O casal montou em torno de si uma extensa família, que podemos entender como uma rede articulada em torno da moradia, trabalho e relações familiares. Juntos compartilharam a ocupação na “área verde” depois de saírem da condição de arrendatários. No **direito** “Os filhos moravam cada um na casinha deles, no barraco deles, tudo perto” (**Camélia**). O grupo familiar esteve articulado na época da construção da Vila, foram personagens importantes tendo inclusive prioridade para escolha dos terrenos: “Foi assim que daí de lá da favela que não era nosso, era da prefeitura, então que ganhemo aqui, daí trouxe meus filho tudo aqui. Tão tudo colocado” (**Alecrim**). A partir desta mudança surgiu também a questão do trabalho com reciclagem, que retomarei mais adiante. Este casal de idosos, ele tem 84 anos e ela 74, são o centro do núcleo familiar e exercem um papel de liderança, os filhos lhes devem muito respeito. Eles se sentam à varanda da casa, e quando estive com eles ali, diversas vezes passam netos, filhos, afilhados, que acenam e “pedem benção”.

Em torno da casa de **Camélia** e **Alecrim** estão os filhos, e ao lado, no mesmo terreno mais recentemente agregaram um neto: “É de um neto meu [Camélia: neto e filho!], é nosso, nós criemo, peguemo

com quarenta dia e criemo ele” (**Alecrim**). Este neto, hoje com dezessete é motivo de grande orgulho: “Ele não bebe, não usa droga, não fuma, não bebe chimarrão, eu não sei como é que nós criemo assim [risos]” (**Camélia**). Eles “pegaram pra criar” porque o pai, filho deles não se “acertou” com a mãe: “Daí a mãe dele trabalhava e deixava o piá sofrer. Daí ela chamou no juiz, nós fumo e fiquemo com o piá. Aí foi feita a casinha pra ele, foi ele mesmo, porque trabalha, fera! Trabalha com reciclagem, lá embaixo (...) Agora em maio ele vai fazer dezessete ano. Ele morava com nós, toda vida” (**Camélia**), “ele morava dentro da nossa casa. Aí construiu aqui, achou uma companheira e construiu aqui” (**Alecrim**). As narrativas deste casal e a forma que com se relacionam com o neto, “ele é nosso”, representa bem o tema das adoções ou criações de filhos que retomarei a seguir.

Outra senhora que conheci e cria em torno de si uma rede é **Amora**. Ela está viúva há cinco anos, quase todos os filhos permanecem próximos dela, todos morando nos bairros São Pedro e Bom Pastor. Principalmente a filha sempre esteve perto. Em sua atual casa vive há 23 anos, antes disso morava no São Pedro (baixada). Vindo de uma família de oito irmãos, nasceu no Rio Grande do Sul, viveu um tempo em Gramadinho, bairro Passo dos Fortes e depois São Pedro. Também tem vários irmãos morando perto. Atualmente mora apenas com um neto, e aos fundos o filho mais velho fez um puxadinho e está “agregado” temporariamente (o filho é o esposo de **Margarida**). Quando lembra do passado, **Amora**, remete-se especialmente ao companheiro, e às possibilidades de “colocar” todos os filhos:

Aquele tempo era um tempo bom. Meu marido toda vida trabalhou fichado, era trabalhador (...) Meu homem sempre foi trabalhador, um homem caprichoso com os negócio, sempre pagou certinho, então aqui é tudo pago, lá também, agora tem que ver se encaminham pra indenizar, ou dinheiro ou outra coisa. Colocar um filho, se me deem o dinheiro eu reparto pros filho, vamos ver o que vai dar agora, tenho tudo os recibo. É dos Bertaso que nós compramo lá, aqui da prefeitura (...) Aqui pelo menos se me derem um terreno eu posso botar a fia, que ela não tem terreno dela, que eu não vou durar muito, ela pode ficar aqui, dar pra outro que precisa. Mas quase todos eles são colocados, tem o terreninho deles. (**Amora**).

As conjugalidades também, e comumente, acontecem a partir de uma gravidez, sendo que nas narrativas isso aparece com muita frequência. Os arranjos na sequência de se “ajuntar”, “morar junto” ou “se amigar” podem seguir diferentes itinerários, como já vimos. Mas indiferente da escolha, a busca por um local de moradia é sempre a maior prioridade. Neste sentido, a fala de **Hortênsia** representa bem a mudança e necessidade de uma casa a partir da gravidez:

Eu morava no São Pedro, perto da minha mãe. Eu morava na rua, ela não tinha terreno e eu morava na rua. [*E ficaram quanto tempo lá?*] Lá eu fiquei dois anos. [*E como foi a decisão, ah eu vou fazer uma casinha pra nós?*] Ah porque a obrigação né, cresceu a barriga. Daí tem que ter o que é da gente. [*Você tinha que idade?*] Eu tinha dezessete ano. [*Como era a casa?*] Era uma meia água, quando eu vim morar pra cá eu trouxe ela, e coloquei no terreno. [*Como foi? Porque saíram de lá?*] Lá os moradores mais velho queriam que abrisse a rua, daí eles falaram que tinha ido bastante abaixo assinado eles queriam que abrisse a rua, daí foi que eles falaram vocês ganharam um terreno, só que vão ter que trabalhar em cima pra construir os terrenos, mas já era uma ajuda, porque trabalhava ali e já descontava no terreno, já pagava pra prefeitura (...) Mas eu não queria vim, de jeito nenhum. Eu tinha o meu nenê com dois anos, porque imagine todo tempo só do lado da mãe, daí trabalhava deixava o nenê com a mãe, eu não queria vim, mas bem no fim tive que vim, porque daí é da gente. E a mãe sempre fala que depois que casa, se o marido for morar debaixo da ponte tem que acompanhar né. Aí eu vim morar, e já faz doze ano, e vim com um filho, já fiz mais dois [risos]. (**Hortênsia**)

Em sua narrativa percebemos a transição entre a importância dos laços familiares, no caso aqui a proximidade com a mãe, para a importância do casamento e a necessidade de manter este novo laço: “(...) depois que casa, se o marido for morar debaixo da ponte tem que acompanhar”. Este é um caso de permanência no relacionamento, mas pode não acontecer desta forma. As conjugalidades podem se conformar

como tentativas, são relações de experimentação, como aparece na fala de **Iris**:

Quando eu vim e disse pra ela mãe eu vou morar junto com ele eu vou cuidar do meu filho e ele vai me ajudar, nós vamos morar junto com a mãe dela, ela assim minha fia tu vai passar fome, ele não trabaia, e ela chorando e me explicando, eu disse: mas mãe eu tenho que tentar, se eu vou ficar aqui nós vamos ficar assim pro resto da vida, eu vou tentar, pois ele é o pai do meu filho, vou tentar, e ela se não der certo vorte pra cá”. (**Íris**)

Sendo uma experiência, a conjugalidade pode ser passageira, mas a maternidade não é, e em muitas situações entre manter um relacionamento violento e o bem estar dos filhos, é mais comum encontrar o caso da mãe preferir aos filhos. Como os relatos de **Acácia**, que ressaltam isso e também a importância dos filhos para uma mudança de vida:

Eu morava junto com o pai do meu piazinho antes de ter ele, aí depois que eu tive ele (...) eu só fazia coisa errada e daí quando eu tive meu piazinho eu pensei não é isso que eu quero para minha vida, não é um bom futuro pro meu filho, daí eu pedi se ele queria mudar ou não né, não quis mudar, até hoje ta na cadeia e daí então eu larguei de mão, disse não, eu me viro criar sozinha, minha mãe sempre me ajudou, nos sempre se ajudamos uma a outra. (**Acácia**)

Assim **Acácia** assumiu a responsabilidade pela criação do filho, assim como sua irmã **Camomila** e sua mãe. Ela optou abrir mão da vida no crime e nas drogas para cuidar das crianças e não se arrepende desta escolha:

Eu o que eu fui eu não quero que os meus filhos sejam. Então com certeza você tem que dar um bom exemplo (...) o que eu posso dar pra ele de melhor eu faço, por que sempre estou conversando com ele sabe, explicando que não é fácil as coisas, que não é assim que muitas vezes pensa, por que hoje em dia é muita coisa errada,

então a gente tem que saber o que fala, o que faz por que senão eles acham que é normal, eles acham que tudo é dez por que são crianças, mas senão se desde criança não ir mostrando o que é certo e o que é errado (**Acácia**).

Acácia relata a mudança de vida em detrimento dos filhos, que também aparece na fala de **Marcela**, cujos relacionamentos também são atravessados por rompimentos que envolvem a vida no crime.

Nós era namorado de infância, aí eu acabei engravidando e nós se separamo, porque não deu certo. Daí eu criei a menina sozinha, aí ele fez umas coisa errada, foi pra cadeia, e assim foi indo. Aí a menina ficou grande, eu fui embora pra Florianópolis, fiquei nove mês lá, não deu certo eu vim pra cá. Aí quando eu voltei eu me encontrei com outro rapaz e a gente acabou se envolvendo. Daí a gente casou, não deu certo, eu engravidei, ele foi embora. Daí eu mais uma vez eu continuei trabalhando e sustentando ela. Daí ele saiu da cadeia a nenê tinha um mês, essa que é do outro, a gente se encontrou de volta, ele quis voltar e tamo até hoje. Daí agora a nenê tá com três ano já. [*Esse tempo todo você continuou gostando dele?*] Mas com certeza, é difícil esquecer o primeiro namorado, mas não foi fácil, eu tentei esquecer mas não deu (**Marcela**)

Como ela relata, entre os rompimentos com o atual companheiro surge outra filha, mas cuja paternidade é assumida pelo atual companheiro. Essa realidade foi compartilhada por muitas de minhas interlocutoras da pesquisa, **Olivia** viveu as consequências de violência e a própria tentativa de assassinato no filho “não legítimo” pelo marido. Já no caso **Marcela** e também **Dália**, retomaram os laços de casamento após um filho com outro homem. Estas relações nos fazem perceber que a maternidade, geralmente, tem um valor simbólico superior às relações conjugais, sendo que as mulheres geralmente se tiverem que escolher entre os filhos e um casamento, optarão pelos primeiros, caso seja possível esta opção.

Em sentido semelhante, **Rosa** comenta que os filhos a motivam a continuar a luta do dia-a-dia, pois assim eles também vão à luta:

Importante que, se eu continuar, meus filho vão atrás, nem um parar não vai. E se eu parar e deixar o remédio tomar conta de mim, daí parou de novo. Se eu tiver mesmo caindo e levantando, indo, eles vão atrás. Porque a mãe sempre dizia pra nós, mesmo que tu cortou o dedo amanhã depois ele sara, agora se tu cortar o braço inteiro a dor é mais cruel e tu vai perder o lado que tu mais precisa, e ela sempre diz, nunca pare no caminho. **(Rosa)**

Também aparecem nas narrativas os filhos como motivação para o trabalho. Em muitos casos após a gestação, que geralmente acontece ainda na adolescência (para a maioria das mulheres que conheci), elas abandonam os estudos e passam a trabalhar e se dedicar aos filhos:

[*E aqui em Chapecó você trabalhou com que depois disso?*] Trabalhei na Sadia, trabalhei de em empregada doméstica, trabalhei aqui do lado que é uma reciclagem também, ih eu fiz tudo na minha vida já, puxei pedra, fiz muro de pedra, fiz valeta, fiz poço, fiz tudo. [*Sempre pensando nas filhas...*] Sempre pensando no melhor, porque eu quando era criança era difícil ter alguma coisa, que nós já era bem mais pobre, então meus pais não tinham condição de dar o que nós queria, então eu faço o que eu posso pra dar do bom e dor melhor pra elas. **(Marcela)**

O sentimento de responsabilidade para com os filhos independe de serem biológicos ou **criados**. Das relações da mãe biológica **Olivia** que não pôde criar a filha **Margarida**, podemos também destacar que ambas, mãe e filha, reconhecem a necessidade desta ação, mas isso não significa algum ressentimento ou afastamento, pelo contrário, percebo entre elas a existência de carinho e atenção. As mulheres me falaram repetidas vezes que, geralmente, para uma mãe é muito difícil chegar ao ponto de “abrir mão” na criação de um(a) filho(a), mas que algumas vezes essa é a única saída.

No caso de **Gardênia** que ficou sozinha com nove filhos e vivendo em condições precárias na baixada do São Pedro, conta: “Eu tenho doze filho. Criei tudo, aí quando eles tavam numa idadezinha os parente levaram pra estudar fora, elas vem, volta e meia elas vem, tão tudo bem (...) Tão tudo em Porto Alegre, São Paulo, outra em

Florianópolis, outra no Rio Grande do Sul (...) mas eles vem me ver, eles vem me ver” (**Gardênia**). Atualmente vive próximo de dois filhos, e “cria” os três netos da filha que mora com ela, eles tem cinco, quatro e três anos. As crianças são muito apegadas a ela, que é a responsável por cuidar e levar na escola, creche e no peso da pastoral: “Eles não vão com a mãe deles, nem dormem com a mãe deles é tudo com a vó” (**Gérbera**). A vizinha acompanha de perto a relação de cuidado que **Gardênia** tem com os netos. Assim **Gardênia** completa: “Ele diz assim: vó, a senhora não vai morrer, não vai deixar nós, é assim, eu digo a vó não vai morrer, e ele: não deixe nós vó, não vá deixar nós, o dia que você morrer nós vamos junto, bem assim”. A filha está sem serviço, dependem do benefício para comer: “Eu tenho que guntar, tenho que eu gastar na bodega e eu compro fruíta pra eles, compro tudo pra eles, quando eu recebo vou na bodega e pego, eu quero bem eles, Deus o livre” (**Gardênia**). Aqui cabe observar que, além dos doze filhos já criados, D. **Gardênia** encontra nos netos uma motivação para viver, se envolve com o cuidado deles, sendo que é isso o mais importante para ela.

Rosa é outro caso de mãe que dedica-se aos filhos com muito amor e cuidado, mas lembra que o passado foi difícil: “Eu sofri bastante, mas eu sempre carreguei os meus fio junto. Nem que eu tocasse, nem que dormisse na rua, mas os fio tem que tá junto” (**Rosa**). Ela é mãe de quatro filhos biológicos e “um par” de **criados** (esses criados incluem crianças que “pegou pra criar” e os filhos apenas do seu esposo, que foram agregados ao núcleo familiar a partir do casamento). Como ela mesma explica: “Filho biológico mesmo eu tive uma menina, foi minha primeira filha, eu perdi, mas aí disseram que eu não podia mais ter filho. Aí com o tempo, minha vó era índia, com o tempo ela fez remédio e eu consegui engravidar de novo. Eu era a seca da família” (**Rosa**).

Das relações de **criação** de filhos, é interessante que ela conta que, além de **criar** vários filhos, ela também foi **criada**, e na verdade nem sempre soube disso: “Eu fui criada pela outra minha mãe, quando eu descobro aquela minha outra mãe, não era minha mãe mesmo, então eu fui criada naquele rolo” (**Rosa**). A infância é marcada pela independência forçada e a luta para sobreviver, e já aos oito anos de idade **criou** seu irmão, na época salvando-o da morte, cuidou dele até os três anos, quando o devolveu para a sua mãe:

Porque eu não tive uma mãe que me abraçasse e dissesse ó meu filho tá aqui um feijão com arroz ou eu vou te dar uma roupa. Eu lutei por mim

mesma. [*Desde que idade isso? Que você lembra de ter que se virar?*] Eu não tinha oito ano quando saí de casa, e sabe a primeira casa que eu fui bater, na casa da vó dessa menina, na Baronesa, me lembro até hoje, lá eu fiquei uns dias ajudando ela, um tempo não deu certo (...) [*Quando você fugiu não levou nenhum irmão junto?*] Levei, levei [risos] o Neguinho. Meu irmãozinho quando eu fugi ali do Chimbangue ele era recém nascido, ele tinha doze dia, ele não era filho do pai e o pai tava batendo na mãe. [*Tu com oito anos...*] E levei meu irmão recém-nascido, tinha doze dia, me lembro, levei ele enrolado num cobertor, não tinha o que vestir, não tinha, se eu deixasse o pai ia matar ele, não era filho dele. [*E a tua mãe?*] Ela não tinha como fugir, tinha pisado num espinho de cobra, o pé podre e o pai batia nela sentada, parada, não tinha. Ela disse só salve o meu filho. [*E esse teu irmão?*] Tá lá com a mãe, tá casado. Eu não sei como eu me virei, como criei todo esse tempo, trouxe ele pra ela de vorta quando eles separaram, ele tava com três ano (...) Então vivi minha vida rodeando Chimbangue, Baronesa, Pinhalzinho, Nonoai assim. **(Rosa)**

A este tempo de infância, segue-se um casamento que gerou dois filhos biológicos e muito sofrimento, pois o marido bebia muito. Neste tempo consolidou-se sua colocação na *área verde* do bairro Bom Pastor. Sobre sua vida, ressalta as imensas dificuldades que enfrentou, antes e depois do casamento, pois logo que casou com **Jacinto**, ele bebia muito, e ela assumiu a responsabilidade pelos seus quatro filhos:

Naquele época era muito diferente, muito sofrido. Nós passamo muita farta, muita fome. Então dos que puderam sobreviver, [dos] doze irmão de uma mãe só, tudo foram se estraviando, uns vieram pra cidade, se ajuntaram, outros foram pra aldeia, se ajuntaram (...) Eu sofri muito pra conseguir, passei muita farta, chorei muito com os meu fio sem ter onde dormir, não só com os meu mas com os dele **(Rosa)**.

Este casamento inicialmente foi uma ação *tática* para garantir a guarda dos filhos, como vimos anteriormente, e permitiu, entre outras

coisas, o acesso ao terreno que vivem atualmente. Sobre os filhos **criados**, ela explica: “(...) eu peguei eles porque a mãe deles vivia pra lá e pra cá. Eu peguei eles porque eles não tinham pra onde ir, na bebida, da droga, no cigarro, oito ano, três ano e quatro ano. O menor tu soltava ele ia correndo pra cheirar, era só pena e bico, eu peguei ele lá embaixo”. **Rosa** refere-se aos filhos adotados como os meus **criados**, lamenta imensamente que este menor acabou se suicidando quando foi preso (ainda menor de idade), e até hoje ampara os filhos em situações problemáticas, mais recentemente, recebeu uma de suas “filhas criadas” grávida em casa, e deu um suporte.

Eu sofri bastante, mas eu sempre carreguei os meus fio junto. Nem que eu tocasse, nem que dormisse na rua, mas os fio tem que tá junto. E ela [a filha adotiva] sabia que isso ia me doer bastante, só trouxe no hospital e queria deixar lá (...) ela abandonou o bebê pra morrer no hospital. O meu lema é assim (...) a mãe pode ser o que for, mas carrega seus filho junto. E nunca faça com a família de vocês o que a mãe fez com vocês (...) Sabe menina, quando tu cria os fio, eles vão, mas sempre voltam não adianta, pode atropelar, é assim pro resto da vida. (**Rosa**).

Assim **Rosa** ressalta que mesmo que os filhos sejam criados, filho é para sempre, e numa situação de dificuldade eles sempre voltam, criam-se laços afetivos fortes, pois, além da relação de amor de mãe para filho(a) há também um sentimento de gratidão. Mas, ela ressalta que, em sua trajetória, nem sempre conseguiu “endireitar” os filhos **criados**, e na verdade, até fica visivelmente sentida ao perceber como uma das filhas **criadas** repetiu o mesmo erro da sua mãe biológica, abandonando um filho. História semelhante aconteceu com **Lavanda**, que criou duas filhas adotivas em sua vida, e conta com muita emoção nos olhos as histórias dessas filhas. Na época da pesquisa, a primeira estava com vinte e oito anos e a outra com quinze.

Essa não tinha mãe, só tinha o pai. Nós morava porta a porta. O pai dela mora aqui atrás, daí ele vivia bêbado. Daí um dia eu fui trabaiá, eu tinha esses dois mais velho, cheguei em casa tinha um ofício embaixo da porta pra mim comparecer no fórum, e eu: nunca fiz nada, vou fazer o que lá?

Arrumei minhas criança, eu pensei vão pegar minhas criança, eu tinha oque, dezessete, dezoito ano. Fui lá, cheguei ela tava lá dando risada, que o abrigo recolheu ela aí pediram com quem que ela queria ir morar, ela disse eu. [*Ela tinha que idade na época?*] Oito ano. Mas desde que ela veio comigo, que foi pegado ela lá, ela só me chamava de mãe. Até hoje. [*O que aconteceu? Com quantos anos ela saiu de casa?*] Ela tinha quatorze anos, como não é da gente, a gente não pode brigar, é bem diferente daquele que é da gente, que pode raiar, dar umas parmada nos da gente, dos outros já é diferente. Nós fumo atrás dela mas quando não dá não dá, não adianta. Aí um belo dia chegou grávida em casa, atropelar também não dava (...) Ela saía um tempo, vortava, só agora que tá demorado pra vorta (**Lavanda**).

Aqui cabe ressaltar que as mães adotivas, ressaltam a importância de sempre contar aos filhos suas raízes, mas em alguns casos como esse de **Lavanda**, nem partiu dela a decisão da adoção, mas da própria menina. Mesmo assim, as relações com os filhos **criados** é muitas vezes difícil, como aparece na fala acima de **Lavanda**: “(...) como não é da gente, a gente não pode brigar, é bem diferente daquele que é da gente, que pode raiar, dar umas parmada nos da gente, dos outros já é diferente”.

Assim, por um lado a diferenciação que se faz entre os filhos biológicos e os **criados** aparecem na forma com que terminam se relacionando na vida adulta. Mas mesmo com as dificuldades, **Rosa** usa o exemplo de sua mãe para insistir e continuar lutando pelos filhos:

Porque ela nunca desistiu, uma vez cheguei lá só doença, só problema e ela ih minha fia eu passei bem mais, vocês iam dormir com fome, eu disse eu cansei de fazer isso pros meus criado, mas eles não dão valor, mas ela dizia, não é pelo valor, é por você lutar por eles, e eu achava que tudo que eu plantava, ia ser diferente, em vez não, pode até cair, mas se tu desistir no caminho é pior. Eu continuo na luta porque na época ninguém nunca me ensinou como viver e mesmo a mãe caída daquele jeito que eu vi quando eu fugi com o meu irmão (...) eu não sabia nada, eu carreguei pra ele

não morrer, eu sabia que tinha que dar de comer. (Rosa).

Apesar do retorno para casa ou o não reconhecimento que comenta **Rosa**, pode acontecer de saírem cedo de casa, como aconteceu com a primeira filha **criada** de **Lavanda**. Esta retornou quando estava para ganhar bebê:

Ela não queria, ela ia deixar no hospital. Nós sem sabia o que era, ela não tinha feito ultrassom, nada, nada. Daí eu levei ela pro hospital e disse: Se amanhã eu chegar aqui e tu não tiver com o nenê eu quero te dar um tapa aqui dentro. (...) Eu disse eu levo pra casa, fui lá e assinei os papel. Só que daí a bonita veio pegar a menina pra passear, levou e não me trouxe mais [*Que idade ela tinha?*] Ela tava com sete pra oito ano já. Agora fez quinze. [*E tu nunca mais viu?*] Nunca mais [*Tu tem saudade dessa menina?*] Tenho, eu tenho as foto dela tudo, tem aquele quadro. [*Ela te chamava de mãe?*] Sim, perguntava ela dizia que tinha duas mãe, quem? Uma é você e outra é aquela que tá na rua. Eu sempre, desde pequenininha fui contando (**Lavanda**).

Ou seja, a segunda é filha da primeira, a pegou recém nascida, na época um dos seus filhos biológicos estava com onze meses o que a permitiu amamentar a filha no peito. No caso de **Lavanda** a decisão para a adoção da menina foi dela, o marido não interferiu. Em outros casos, como **Rosa**, as adoções estão relacionadas às conjugalidades, casa-se com o homem e vem junto a responsabilidade com a criação dos seus filhos. É interessante perceber que, apesar de em muitas situações presenciar durante a pesquisa o caso contrário (geralmente o mais comum) de homens assumindo a “paternidade” dos filhos da esposa, quando são as esposas que assumem a “maternidade” elas não viram madrastas, elas tornam-se mães de criação. Como conta **Amarílis**: “Casemo e se mandemo embora, fomos lá pra Porto Alegre, eu, ele e os três outro filho dele, que a mulher abandonou ele, deixou dele, então eu tinha que ajudar criar”. Assim, para várias das minhas interlocutoras de pesquisa, as relações maternais podem inclusive iniciar numa relação de **criação** de filhos, e não de filhos biológicos.

3.2.2 Redes, agregações e religiosidade

As igrejas, que se espalham pelo território do bairro, agregam muitas relações em torno de si. As pessoas costumam transitar entre elas, não sendo necessariamente batizados na igreja que frequentam atualmente. Interessa analisar os processos que dizem de apropriações do território e formação de redes envolvendo as igrejas. Nem todas puderam ser alcançadas pela etnografia, mas permanecem no mapeamento como um dado da importância colocada pelos sujeitos nas socialidades religiosas. As igrejas constituem espaços de sociabilidades, que transbordam para outros espaços cotidianos. O fenômeno religioso aparece em uma rede de relações e se constituem como *nós* dessas redes, pois agregam em torno de si sujeitos, situações, ações e atividades ritualizadas consistentes, presentes no cotidiano dos seus “crentes”.

Neste cotidiano estão presentes as rotinas de ir para a Igreja, atividade realizada sempre em coletivos, seja a família ou vizinhas:

Meu lugar é só na igreja e em casa. Oito horas eu vou na igreja. Vou lá na cadeia da prece, lá embaixo no São Pedro (...) Vou sempre lá [*Você vai sozinha?*] Não! vai uma tropa de mulherada daqui também vai, vai um monte de muié. [*Aí vocês vão juntas e voltam juntas?*] Aham, voltemo tudo junto. Tem gente que diz: você não tem medo irmã Rosinha, eu digo, eu não, com Jesus onde a gente vai a espada vai. Mas a gente tem que se cuidar na rua também né, onde a gente vai se cuida. Tem gente que diz que deus o livre é muito perigoso, eu digo pra ir nas bodega é bom de ir, pra ir numa igreja não vão. Mas olha quanta coisa que tá dando. (**Rosinha**)

Em outros casos, como a D. Gardênia e D. Açucena, os membros da igreja as buscam em suas casas, já que são idosas e não conseguiriam ir caminhando. Para elas, participar da igreja é muito importante, conforme podemos perceber nos relatos: “Eu frequento a igreja, nas quarta-feira tem o terço, eu vou bastante na igreja católica, o que tiver eu vou. Todos os domingo na missa (...) Eu também vou em outras igreja, vou na Cadeia da Prece” (**Gérbera**); “Eu vou na Universal, eles vem buscar nos domingo. Desde que eu vim morar aqui sempre na Universal. Eu acho bom isso. Tudo meus fio não incomodam, não cheiram droga, nada, são feliz”. (**Gardênia**)

As experiências de vida antes e depois da igreja também são interessantes para perceber o lugar colocado por esta nas socialidades e também a forma com que a própria religião tem *agência*, no sentido de fazer agir. **Acácia**, ao relatar sua história de consumo de drogas fala da importância dos filhos e da igreja para sua recuperação:

Eu deixei por conta própria. Eu não nasci com isso porque vou viver com isso? Basta eu tomar uma decisão, e eu graças a Deus consegui me libertar. Porque dizem que é muito difícil conseguir, mas eu consegui. [*E é a mesma igreja que você frequenta até hoje?*] Sim, a Igreja Evangélica. Aqui nessa mesma rua nossa. [*Qual o nome da Igreja?*] É Igreja Primitiva o caminho da salvação. Eles tinham alugado uma casa, agora compraram um terreno aqui, em cima é a casa deles e embaixo é a igreja. Participemo até hoje ali, se demo muito bem com eles.

Frequentar a igreja é uma atividade cotidiana e a qual os sujeitos atribuem importância crucial, pois esta tem influência em diferentes sentidos da vida, ou seja, eles atribuem o bem estar mental e até financeiro com a prática religiosa: “Hoje todas as sextas-feiras, sábados e domingos levo eles pra igreja e graças a Deus nos levamos uma vida sossegada, uma vida tranquila, as vezes tem os momentos difíceis mas nada que a gente não consegue superar e passar, por que a melhor coisa que tem é a gente ir para uma igreja” (**Acácia**).

Foi comum os sujeitos narrarem eventos marcantes da vida, de transformação, que culminaram com a conversão. É o caso de **Camélia**, quando perguntei sobre religião, seu esposo Alecrim falou: “Minha companheira através da doença dela, ela frequenta os crente”. Assim, o marco da doença de **Camélia** foi o ponto decisivo para sua participação cotidiana na igreja que fica quase ao lado de sua casa:

Eu vou de sexta e de quarta. O que salvou minha vida foi Deus, eu quase morri. Foi uns três meses, me levavam lá em cima duas vez por dia, e daí fiquei mió. Foi aceitar Jesus que sarei. Era pra fazer em Xanxerê um exame ainda, que era do coração o meu problema. Mas eu tô sã, graças a Deus. Eu vou só pra ir, pra eles ver. [*Na igreja a senhora vai sempre?*] Vou sempre, toda semana, as vez vou quarta, domingo, sexta. (**Camélia**)

Percebe-se claramente no campo pesquisado uma proeminência de igrejas pentecostais. Este fenômeno se reproduz em várias outras cidades de médio e grande porte e indica uma tendência das populações mais pobres em recorrerem às chamadas religiões populares (que agregam além das igrejas pentecostais, a umbanda e outras frações religiosas afro-brasileiras). Alguns autores explicam esta associação entre estas religiões e as regiões periféricas com o argumento de que para esta parcela da população elas oferecem um suporte social e psicológico muito importante: “(...) elas não só satisfazem aspirações em relação a uma visão espiritual e mágica do mundo, mas também fornecem ao crente uma orientação definitiva em relação a sua conduta, assim proporcionando apoio emocional” (CAMARGO, 1976). Neste sentido, os sujeitos da pesquisa continuamente referiam-se às suas redes de relacionamentos no bairro com a igreja, relatando atividades cotidianas ou extraordinárias dentro deste contexto. Assim, uma importante e agregadora atividade religiosa é o *culto*, realizado pelo menos duas vezes por semana na maioria das igrejas, conforme as mulheres mencionaram. Geralmente as pessoas frequentam pelo menos duas atividades semanalmente, e esta participação é precedida pelo encontro com os “irmãos da igreja”, no caminho ou no próprio local da celebração. E procedida pelo mesmo tipo de atividade. Em uma ocasião participei de um culto no bairro Bom Pastor. Abaixo transcrevo um trecho do diário de campo que ilustra de maneira mais profícua o evento:

Tulipa sempre me convidou para conhecer a igreja deles e participar de um culto. Sempre me falava de como era bonito e que eu iria gostar. Hoje estive em sua casa a tarde e resolvi permanecer e participar do culto que iniciava às 19h. Acompanhei desde o final da tarde todo o preparativo para o evento que incluiu fazer o jantar, arrumar os três meninos e se arrumar. Seu esposo Girassol, chegou em torno das 18h, e após tomar um banho logo se arrumou com calça e camisa social, separou a bíblia que estava sob a televisão em uma prateleira e passou a ajudar Tulipa com os meninos. Eu me preocupei muito com minha aparência, e perguntei se não haveria problema, afinal, eu estive a tarde toda com eles, não iria tomar banho nem nada. Mas eles me

tranquilizaram, dizendo que “ninguém repara nisso e tem gente que vai direto do serviço também”. Enquanto o pai terminava de arrumar os meninos, Tulipa preparou a comida, entre pedidos e ordens para com os dois maiores, que tomaram banho e se vestiram sozinhos (os meninos tem 5 e 7 anos). Enquanto isso minha tarefa foi cuidar do menor (1 ano e meio). Depois de servir a mim, ao marido e aos meninos, Tulipa foi tomar banho, ela não comeu. Disse que comeria depois. Vestiu uma saia preta jeans, que terminava logo abaixo dos joelhos e uma blusa azul claro. Os longos cabelos penteou com cuidado e prendeu em um rabo, ainda molhados. Depois de pronta pelo o bebê e tratou de arrumá-lo de forma muito ágil. Saímos da casa as 18h45min. Apagaram todas as luzes, deixando apenas acesa a da varanda. O clima estava muito agradável, típico de uma noite quente de primavera. A igreja fica dentro da Vila, na mesma rua em que moram Tulipa e Girassol, precisamos andar apenas cerca de uns oitenta metros. O perfume no ar era de banho tomado, a família toda muito alinhada seguiu pela rua, os meninos de mãos dadas com o pai e o pequeno no colo da mãe. No caminho um ou outro cumprimento. Na “procissão” juntou-se à nós uma moça que eu conhecia de vista e perguntou a Tulipa se o irmão dela iria cantar no culto, ao que ela confirmou. Chegamos e logo entramos. A igreja é de material, não muito grande mas cabem bem sentadas umas cinquenta a sessenta pessoas. À frente, o que eu reconheceria como altar, uma mesa, cadeiras e um pequeno suporte de madeira alto, o lugar que ficava o pastor. No canto direito uma caixa de som, microfone e pedestal, ao lado um violão ainda dentro da capa. Os meninos foram logo colocados em seus lugares, e Girassol foi até a frente conversar com o pastor, este estava mexendo nos ventiladores laterais. Eu fiquei ao lado de Tulipa, a esposa do pastor se juntou a nós e conversamos brevemente. Ela foi muito simpática e disse: “Que bom que você veio mesmo!”, fiquei pensando que a Tulipa havia mencionado minha presença com antecedência. Reconheci vários rostos familiares, entre eles

Sara, os dois filhos e dois irmãos. Me cumprimentaram com um sorriso. As pessoas conversavam animadamente antes do culto, algumas permaneceram do lado de fora, mas logo que se aproximou do horário todos foram entrando e se aquietando. O rito teve início com as boas vindas do pastor, e a sequência do culto envolveu: músicas, a leitura do texto bíblico, comentários do pastor, músicas e oração final. A leitura quase todos acompanharam em suas próprias bíblias, e as músicas também cantavam junto, mas como o som estava bem alto, quase não se ouviam as vozes das pessoas, apenas a do cantor (irmão de Tulipa). Não lembro muito bem do que foi falado durante o “sermão”, me perdi em meus pensamentos refletindo sobre o quanto parecia ser importante para aquelas pessoas, depois de um dia longo de trabalho, dedicarem um tempo a proferir sua fé e sua esperança, se encontrarem uns com os outros e principalmente acreditarem que aquilo era muito importante. A fé com que fizeram as orações me comoveu, e até arrisquei fazer também uma prece. Hoje me senti feliz.

Este evento chave para a manifestação religiosa concentra em si vários aspectos importantes, um primeiro aspecto é o próprio reconhecimento social entre os membros da igreja que se tratam como “irmãos”, e também o reconhecimento daqueles que não pertencem à igreja, mas respeitam “Aqui todo mundo sabe que esse horário tem o culto, ninguém liga música alto nem nada, eles respeitam muito” (**Girassol**). Outro evento importante é a questão do “pôr-do-sol”, este é específico da congregação Adventista do Sétimo Dia e envolve o encontro nas casas de um grupo de vizinhos para estudar e celebrar ao pôr-do-sol do sábado, quando inicia o tempo de “se guardar e voltar-se para Deus”. Neste estudo o grupo faz a leitura e discussão a partir de um pequeno livrinho da igreja. Normalmente se encontram várias pessoas da mesma família e vizinhos próximos.

Bourdieu (2007) considera o campo religioso a partir de sua concepção de campo de forças, no qual se confrontam diferentes agentes: os agentes religiosos especializados, os leigos (grupo formado pelos grupos sociais cujas demandas são atendidas pelos agentes especializados) e o “profeta”, que idealiza novos discursos e práticas. O

enredo do campo religioso, enquanto sistema simbólico, deve ser analisado, na ótica de Bourdieu, especialmente em suas funções extra-religiosas, ou seja, relacionadas ao campo econômico e político:

Em função de sua posição na estrutura de distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar as bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa no mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. (BOURDIEU, 2007, p. 57).

A conexão desta experiência com estes patamares políticos e econômicos são facilmente encontrados quando percebemos alguns aspectos referentes à própria igreja e sua organização. O pastor, pelo menos à época da pesquisa, não desenvolvia outra atividade laborativa a não ser o trabalho na igreja, e mencionaram que tanto a igreja como a casa em que vivem foi construída com a ajuda dos fiéis. Também, é fácil perceber que o pastor e sua família detém lugar de prestígio social na comunidade.

E você nunca pensava de ser crente? [*Não, nunca pensei, também nunca fui numa igreja*] Eu também não queria nada de primeiro, eu não queria nada, ela que virou crente primeiro, eu não queria nada, falavam pra mim de crente eu nunca vou na igreja. Eu não aprontava, não bebia, não fumava, não saía, mas também. Eu sempre dizia: a hora que eu tiver preparado eu vou, só que esse dia nunca chegava. Um dia eu disse pra ela, eu tinha encrencado com o guri do pastor e ela: vamo na igreja, e eu olha nessa igreja eu nunca que vou ir. No domingo quando eu vi, não sei como é que foi, eu tava sentado dentro da igreja, nem me lembro como cheguei também, só sei que eu tava

lá. [*E isso faz quanto tempo*] Faz uns dois anos já.
(**Girassol**)

As igrejas se desenvolvem a partir da estrutura familiar, pois, o pastor e sua família assumem papéis que podemos associar às relações paternalistas. Isto se efetiva em diferentes níveis, desde a concessão de alimentos (cestas básicas), orientações (conselhos), dádivas (por exemplo, quando **Tulipa** menciona que quando estava muito mau, com gripe, o pastor esteve em sua casa e lhe curou) e o mais importante são as *revelações* (previsões de coisas que irão acontecer e que são usadas para evangelizar e orientar).

Num caso que acompanhei de perto, o pastor e sua esposa abrigam em sua casa pessoas que passam por necessidade. Foi o caso do irmão de Tulipa. Segundo ela o jovem de dezesseis anos foi “adotado” pelo casal, que não tem filhos. O pastor e sua esposa assumem perante os membros de sua igreja um papel orientador de práticas e discursos, e contribuem para a criação em torno de si de um verdadeiro *clã*. Como por exemplo no relato a seguir, em que os fiéis se alojam em sua casa para poder participar dos cultos.

Quando **Tulipa** e **Girassol** moravam nos apartamentos, um dos maiores sentimentos de perda em morar no apartamento, era justamente o afastamento das relações cotidianas relacionadas à vizinhança e à igreja, e este afastamento em grande parte se devia à distância: “Aqui é longe de tudo”, disse **Girassol**. Além do fato de o condomínio ser longe do antigo local de moradia, eles também reclamavam dos poucos os horários de ônibus: “Não é muito pelo preço (...) mas é pouco horário. Já foi feito abaixo-assinado, colocaram uns horário a mais mas pouca coisa, durante a semana, domingo não tem, se tiver horário é até as oito e meia depois não tem mais” (**Girassol**). No caso de participarem do culto a noite, não tem mais horário para voltar pra casa.

Eu fui sexta pra lá, que o ônibus não pagava, daí ficamos sexta, sábado, domingo, e daí domingo cheguei em casa só pra posar. Daí segunda eu fui pra lá com eles de novo, daí terça fui de novo. [*E dormiram onde lá?*] Lá na casa do pastor. Ele tem uma casa do tamanho dessa aqui, que é só cozinha que a mulher dele faz pão, bolacha, daí é só a cozinha dela trabalhar com isso. Daí ela tem outra casa de piso em cima e a igreja embaixo. Só ela e o meu irmão que tá morando junto com ela só.

Tem espaço, daí nós ficemo os três dia lá.
(**Tulipa**).

O caráter doméstico e familiar desta igreja em específico que pude acompanhar mais cotidianamente, nos permitem associar igreja e família, ainda mais levando em conta que membros de uma mesma igreja tratam uns aos outros como “irmão” e “irmã”. As relações de proximidade se tornam mais fortes entre àqueles que frequentam a mesma igreja cotidianamente, no entanto, quando se comparam com os que “não temem a Deus”, as diferenças inerentes às religiões se dissipam, e estes grupos se unificam em discurso em práticas.

3.2.3 Trabalho com reciclagem: táticas, territórios e conexões

O contexto que envolve o trabalho com materiais recicláveis nos locais pesquisados será analisado a partir dos seguintes eixos: o trabalho enquanto *prática* (motivações, modalidades, percepções e formas de fazer); relações com o território (quintal, barracão, “cantinho”, itinerários, pontos); *táticas* e relações de poder (negociações, diferença, disputas, ações táticas e empoderamento). O trabalho de coleta e separação de materiais recicláveis faz parte do cenário do bairro Bom Pastor e São Pedro e é uma das atividades laborativas mais recorrentes entre as pessoas que conversei, mesmo que refiram-se ao passado.

O “trabalho com o lixo”⁹⁰ pode ser identificado de diferentes formas pelas interlocutoras, sendo os mais comuns: trabalhar com reciclagem, puxar material, puxar papel, trabalhar com reciclado, trabalhar com materiais recicláveis. Durante a pesquisa de campo, a grande maioria das interlocutoras da pesquisa ou trabalhavam ou já tinham trabalhado com materiais recicláveis, por isso, com o passar do tempo, passei a me interessar em compreender as dinâmicas envolvidas neste tipo de trabalho.

Um primeiro olhar está voltado para a compreensão das motivações para esta *prática*. Para o desenvolvimento deste trabalho

⁹⁰ Cabe ressaltar que a expressão “lixo” faz uma caracterização genérica dos produtos descartados, e que, efetivamente, o termo lixo é usado pelos sujeitos para identificar os materiais que não tem uso, os restos. Por outro lado, os materiais separados são denominados como: material reciclável, reciclado, papel, etc.

existem diferentes modalidades. Uma das mais comuns é o trabalho individual, “puxam material” utilizando para isto uma ferramenta de transporte. Este trabalho pode ser feito de três formas: carrinho, carrocinha ou carro. O primeiro, e mais comum, tem como força motora a própria pessoa, o segundo utiliza algum animal de tração e o terceiro é um automóvel adaptado. Neste caso o trabalho é dividido em duas tarefas principais: catar, coletar ou buscar o material na cidade, por um lado, e por outro, separar, selecionar e acumular o material.

Uma segunda modalidade de trabalho é a organização familiar ou cooperativa de trabalho em **barracões**, estruturados para o trabalho de seleção dos materiais. Uma terceira modalidade é o trabalho assalariado nos **barracões** de separação. Neste caso, as atividades das interlocutoras é apenas de seleção dos materiais, seguindo uma organização definida pelo comprador. Estes **barracões** funcionam como pequenas empresas que contratam a mão de obra para o serviço. Nestes dois últimos casos, o material chega até os locais através dos caminhões da prefeitura (que fazem a coleta seletiva na cidade). Os barracões que apenas separam e são empresariais, geralmente são também os que compram o material separado das trabalhadoras que estão inseridas na primeira modalidade (trabalho autônomo).

Com relação à organização supra individual, existe a Associação Municipal de Catadores, que fornece uniformes e realiza o cadastramento dos trabalhadores. Esta organização transcende o próprio bairro, e envolve toda a cidade. Neste sentido há uma cobrança por parte dos catadores que conversei para que a associação efetivamente os represente e resolva os problemas com relação ao trabalho.

A associação é assim, quando começou eles andavam pra lá e pra cá visitando os catador, conversando com o catador, mas hoje tá meio abandonado. Hoje o nosso presidente caiu preso, e daí tá o fio dele, só que agora tá um rolo entre ele e o E. aquele que tinha barracão ali embaixo, que ele quer assumir a presidência também. (...) Só que o presidente tinha que ser um catador. Pelo seguinte: a prefeitura manda dezoito mil por ano de verba. Seria melhor ser um catador que aí esses dezoito mil que vem não precisaria tá pagando em corrida pra eles tá correndo pra lá e pra cá a toa, já ficava em depósito pra associação mais tarde, dois três anos, poderia construir pavilhão num bairro,

outro noutro, que tinha verba daí, tinha um auxílio pro catador”. (**Lírio**).

Durante a pesquisa de campo fui procurada por **Lírio** e **Amarílis** para participar da assembleia da associação municipal dos catadores. Eles vieram até minha casa me convidar para ir com eles no evento. Vieram com o carro que usam para catar material reciclável na cidade. Em nossas conversas, falamos muito sobre o trabalho deles, a associação, as dificuldades, e eles pensaram que seria interessante para minha pesquisa. Mais tarde fui entender que eles também queriam minha ajuda, fui acionada como peça mediadora do processo, eles se sentiram valorizados com a minha presença. Fui apresentada como pesquisadora por seu **Lírio** para alguns membros, eu mesma me apresentei como tal para outros, mas para a maioria permaneci sendo uma “estranha”.

No caminho **Amarílis** me explicou que a assembleia extraordinária havia sido convocada por algumas pessoas que queriam colocar uma nova diretoria no lugar da atual. Tudo isso se desencadeou especialmente pelo fato de que o atual presidente “caiu preso”. Havia certa excitação por parte de **Lírio**, ele dizia que talvez houvesse outra chapa disputando, mas não tinha certeza. Quando chegamos no local indicado (a sede de um CTG – Centro de Tradições Gaúchas) não havia muitas pessoas, apenas uns três carros e cinco ou seis pessoas do lado de fora. Dentro do salão mais umas três pessoas pareciam organizar o local, sistema de som e papeis sobre uma mesa. Sentamos do lado de fora, em um muro de pedra. Fiquei conversando com **Amarílis** e outra mulher que se aproximou da gente, moradora de outro bairro da cidade. **Lírio** ficou em outro grupo conversando com alguns homens. Demorou certo tempo para começar a assembleia. Parecia que estavam esperando mais pessoas chegarem. A associação possui mais de quatrocentos sócios, no entanto, havia menos de 40 pessoas no encontro. O clima era de desconfiança, alguns sequer assinaram a lista de presença e durante as votações alguns não votaram. Apesar disso, não votavam contra, mas como não era solicitado que se manifestassem as abstenções, falava-se em unanimidade. A primeira frase proferida ao iniciar a assembleia foi “Não estamos fazendo nada ilegal aqui, todo nosso procedimento está pautado em lei”⁹¹. Mais tarde descobri que a pessoa que estava

⁹¹ Desta experiência de campo surgiram algumas constatações: 1) a classe dos catadores de materiais recicláveis agrega pessoas de muita simplicidade e por isso mesmo são facilmente manipuladas e ludibriadas. Em grande parte não

“liderando” a assembleia é proprietário de um galpão/empresa de separação de material no bairro Bom Pastor, não integrando assim a categoria “catador”, que como diz **Amarílis**, deveria ser um catador um presidente da associação. Assim, envolvem-se jogos de interesses econômicos e políticos nos agenciamentos e atividades desta associação.

Com relação ao trabalho com o lixo, é comum as interlocutoras referenciarem o trabalho na reciclagem como um tempo de dificuldades e luta. Sendo que a única alternativa era “puxar papel na cidade” diante das difíceis condições de vida. Para algumas mulheres aparece como um relato do passado “Criei esse [filho] aqui na carrocinha pra cima e pra baixo catando lixo na cidade e depois separando pra vender” (**Rosa**). Aparece nesta narrativa o termo “cidade” para referir-se ao centro, como metáfora que distancia o bairro de moradia e o restante da cidade. Neste sentido também fala **Azaleia**: “Ia pra cidade. Pra essas banda aqui eu ia por tudo, ia até lá na Avenida, não dava material pra um lado eu ia pro outro. Tinha dia que eu já carregava nas casa já recicladinho, daí não precisava nem caminhar muito, só chegava, carregava e voltava”.

O trabalho com reciclagem pode ser acionado também como recurso de trabalho quando a situação financeira está complicada, como no caso de **Dália**, que recorreu a este trabalho num período curto de tempo, enquanto a conheci. Ela mora bem próximo ao terreno que há cerca de 2 anos passou a ser utilizado como depósito e central de separação de lixo. Segundo ela, era muito difícil conviver com o lixo tão perto de sua casa, além de que há muitos problemas com ratos e mau cheiro devido ao acúmulo de material que não é separado. Um tempo depois, ela mesma acabou tendo que se infiltrar neste local “sujo” para trabalhar, devido a um momento crítico de trabalho.

A entrada no mundo do trabalho com reciclagem geralmente é mediada ou auxiliada por alguém que já trabalha com isso, neste sentido, a narrativa de **Azaleia** é muito interessante:

compreendem os dispositivos institucionais que os representam. 2) A associação não representa os trabalhadores, trata-se de um espaço para que determinadas pessoas ganhem visibilidade política (o atual presidente, o mesmo que está preso e o único presidente da associação até hoje, foi candidato a vereador no ano de 2012 e trazia como uma de suas bandeiras justamente a defesa dos trabalhadores que coletam material reciclável). Ouvi muitas pessoas referirem a este sujeito como tendo grande importância e poder, frases como por exemplo “Imagina se já foi até candidato a vereador”, “Ele é amigo dos grandes, é metido com política”; 3) As pessoas tem medo de enfrentar este poder centralizado. Este medo se reflete no próprio discurso e não-participação nos eventos;

Logo no começo que eu vim morar aqui, que eu tava grávida da minha mais velha. Eu cheguei aqui daí a gente tinha ganhado esses dois barracão de reciclagem ali embaixo pra trabalhar né, daí eu cheguei aqui, quando eu descobri que eu tava grávida, eles disseram não pra mim, e daí eu fui procurar emprego ninguém queria me dar porque eu tava grávida, daí eu fiquei desesperada. Daí uma vizinha aqui, eu contando a minha história pra ela, ela disse não, eu tenho um carrinho de catar papel, manda teus dois piazinho ir catar na rua, daí tu acompanha eles né, os primeiros dias pra eles aprenderem bem né. E daí foi ali que eu comecei, tudo de novo, pra não passar fome com eles, eu fui à luta. (**Azaleia**).

Percebe-se que são recorrentes, entre estas mulheres, as histórias de trabalho com material reciclável como um tempo de luta, mas também como um trabalho de força e superação, do qual contam com um sentimento de satisfação e orgulho, como **Violeta**:

[*A senhora ia catar onde?*] Em toda cidade, por tudo eu catava papel, quando eu vim morar aqui [na Vila] eu fazia duas carga por dia também (...) uma e meia eu chegava daí eu pegava e fazia eles me ajudar, guardava tudo e quando era cinco hora da tarde eu me boliava de vorta, daí chegava da escola. Quando era oito nove hora eu já tava voltando com uma cargona de papel” (**Violeta**).

Assim este trabalho envolve diferentes níveis de organização, pois há que identificar algum itinerário ou horário favorável para a coleta, e depois há que separar todo o material. Também pode haver uma divisão por gênero, a mulher separa o material que é “puxado” pelo marido: “Geralmente ele vai puxar sozinho e eu fico reciclando” (**Amarílis**). É também o caso relatado por **Primavera**:

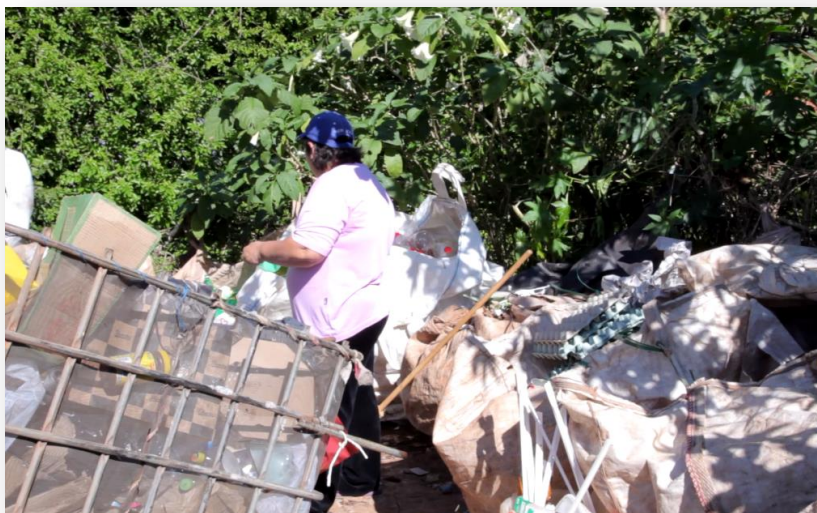
Eu trabalhava com reciclagem, só que agora eu não tô conseguindo. Eu puxava reciclagem aqui em casa. Reciclava e vendia [*Vendia onde?*] Tem vários comprador que vem comprar (...) Tem que separar tudo, papel de plástico, papel branco de outros papel de cor, papelão... [*Ele vinham pesavam? Como que é?*] Sim eles traziam a

balança, pesagem e a gente anotava num caderno, tantos quilo de tal material, mais tantos quilos de tal material. [*E a senhora ia sozinha?*] Não, meu marido puxava e eu reciclava. E a gente vivia só disso. (...)

Recentemente, **Primavera** voltou a trabalhar com material reciclável, morando novamente no São Pedro, ela tem um “cantinho” para armazenagem perto da sanga, onde trabalha com uma amiga. Elas puxam papel juntas, todos os dias. O seu retorno para o trabalho com reciclagem foi motivado por dificuldades da família após o marido ter problemas de saúde e ter que se afastar do serviço. Na época em que a conheci morava na Vila Betinho, mas retornou recentemente para o bairro São Pedro, na casa que era de seus pais. O carrinho para o trabalho ela ganhou de **D. Alfazema**, outra interlocutora desta pesquisa. Em uma oportunidade acompanhei o itinerário diário de **Primavera**, que percorreu, naquele dia, desde o bairro São Pedro até o bairro Maria Goretti. As vezes ela vai até o centro.

Figura 32- Acompanhando Primavera no trabalho com o material reciclável.





Fonte: Camila Sissa Antunes.

Depois de recolher os materiais, elas trabalham na separação em **bergues**, que classifica o lixo por tipo. O lugar que atualmente utilizam é um pedaço de terreno vazio, perto da sanga, não tem cobertura e não é cercado, o que dificulta o armazenamento do mesmo, quando chove ou no caso de enchente, elas acabam perdendo parte do material coletado.

É sempre relatado essa dificuldade no armazenamento dos **bergues**, que no caso de trabalho individual, geralmente é feito no quintal da casa. E a este respeito podem surgir conflitos com a vizinhança, como conta **Primavera**: “O pátio era bem bonito, terminemo com tudo, com a lixarada entulhando, pra completar os vizinhos vinham e jogavam lixo aqui. Um pouco por desaforo”. Assim, o ideal de separar o espaço da reciclagem e o espaço doméstico é sempre o desejo, isso pode ser conseguido a partir de uma ocupação em borda de rua ou sanga, ou então com o uso de um **barracão**, caso que retomaremos adiante.

Nós queria um pavilhão pra tirar essa lixarada da frente das casa né. Que isso aí é muito dificultoso pra todo mundo. Que isso aí é uma coisa é ruim pra gente e pros vizinho também. Que a gente não quer ver os vizinho sofrendo por causa da gente né, mas só que pra nós é um trabalho né, é o nosso trabalho. (**Lírio** esposo de **Amarílis**).

Figura 33 - Quintal de Amarflis e Lírio.



Fonte: Camila Sissa Antunes.

Amarflis e **Lírio** trabalham há muito tempo com reciclagem: “A gente tá lutando com material reciclável. Há vinte ano que a gente trabalha nisso aí” (**Lírio**). Quando começaram, **Amarflis** lembra que

tinha receio e até um certo estranhamento com relação ao trabalho: “No tempo que nós começemo puxar papel, até um dia eu disse pra muié, crendios pai que eu vou puxar lixo né, e deus não mata mas achata, daí nós começemo puxar, ele começou e acabamo gostando”. Durante muito tempo usaram carrinho e carroça para puxar papel, este tempo era mais difícil que hoje, que conseguiram um carro (automóvel) para fazer o trabalho de coleta:

Do tempo que nós puxava de carrinho, de carroça, com esse carro é bem mais vantage, mais favorável pra gente trabalha é a camionete assim, uma porque ela gasta pouco e a gente não sofre. Porque lidar com os cavalo, que nem nós lutava, por exemplo não é sofrido, mas é sofrido pro bicho, pro animal. Aí chegava aqui descarregava o material, chegava essas hora tinha que ir procura pasto pro bicho pousar. Então aí é sofrido, dia de chuva né. (**Lírio** esposo de **Amarílis**).

Pros bicho porque muitas vez a gente tocava de ir naqueles subidão, eu tinha dó dos bicho porque, eu descia até da carroça pros bicho subir porque, da dó porque os bicho também sofriam bastante, não só a gente, eu tinha mais dó dos bicho do que de mim. (**Amarílis**).

Assim, fica clara uma diferenciação entre o trabalho com o carrinho e a carroça. O carrinho exige o trabalho de tração e impede cargas muito grandes, mas a carroça também envolve algumas dificuldades, como a questão do animal, seu manejo e alimentação.

A carroça tu não cansa tanto e traz mais. E carrinho se tu vai ali e tem morro, se tu encher demais o carrinho estraga o pneu uma coisa ou outra, é mais sofrimento. E a carrocinha nós tinha uma eguinha pocotó [*E o que vocês fizeram com a égua quanto resolveram parar?*] Daí quando ele “fichou”, eu na verdade não queria que ele vendesse, que eu me dava bem com o bichinho, só que daí ele vendeu minha eguinha [risos]. Ele vendeu a carroça, vendeu o cavalo, tudo. (**Hortênsia**).

Hortênsia trabalhou bastante tempo com reciclagem, e segundo as amigas **Marcela** e **Rosinha**, trabalhou tanto tempo que tem “diploma de lixeira”. Chegou a ela própria junto com o esposo puxar o material, mas ficou mais tempo trabalhando dentro da associação: “Eu gostei da reciclagem. Tu até se diverte, o serviço é cansativo mas é divertido (...) E acha um monte de coisa, roupa, calçado, acha um monte coisa” (**Hortênsia**), e **Marcela** completa: “Quando eu trabalhava ali no lixo não precisava comprar roupa pras criança, era só dali, calçado bom, roupa, coisarada, até pra gente”.

Sobre as percepções com relação ao trabalho podemos analisar em dois sentidos. Um primeiro refere-se ao significado deste trabalho na sociedade, sendo um lugar de subalternidade, não há muito do que se orgulhar, assim, sendo o trabalho “sujo”, que ninguém quer fazer, em algumas situações acaba aparecendo como alternativa para aqueles que sem estudo ou formação, necessitam trabalhar com o lixo. Sendo assim seria considerado o lugar de tudo que é excluído e rejeitado, esta característica acaba sendo também atribuída àqueles que manipulam e sobrevivem destes materiais: “E por ser assim considerado, é o ambiente em que apenas uns poucos escolheriam estar por vontade própria. Porém, em alguns casos, é a opção que resta. A única forma de se sobreviver e de se almejar reconhecimento social. É o caso dos catadores de materiais recicláveis” (CUNHA e BORGES, 2010, p. 11). Para estas pessoas, a relação com o lixo não está isenta deste estereotipo, mas também representa uma maneira de acessar bens de consumo, trabalho e solidariedade:

Este grupo, formado por agentes que selecionam resíduos para serem encaminhados à reciclagem, lida direta e cotidianamente com o bem mais rejeitado pela sociedade, o lixo, o resto. No entanto, para este grupo, o lixo tem significado especial. É dali que retiram sua sobrevivência e, é por ele que, na maior parte das vezes, têm acesso aos bens de consumo. Um consumo que ocorre através do que já foi descartado por terceiros. Uma relação homem-mercadoria peculiar e que afeta diretamente a construção de sua identidade social. (CUNHA e BORGES, 2010, p. 11).

Assim, por um lado podem surgir sentimentos e táticas como esta acionada por **Lavanda**: “Eu puxo carrocinha no centro, mas eu vou só de tardezinha catar papel. Eu vou de noite porque eu tenho vergonha”.

Ou quando **Violeta** mencionou que a filha de doze anos não quis mais acompanhá-la porque não gostava e sentia vergonha. Ao mesmo tempo, em outro sentido, até mesmo **Lavanda** conta que uma das motivações para ir **catar** é o fato de ganharem muita ajuda, que para eles é importante no dia-a-dia, como ela explica:

Só que eu vou, que nem no causo eu não posso fazer pão, eu dependo mais de pão de padaria, aí já é umas coisa que a gente não precisa comprar que eles dão. [*Quem dá pão?*] As padaria, as crianças chegam pegar. Chegam também nas fruteira, as vezes traz pão pra semana inteira. As vezes ganham comida, as mulher chamam dão comida congelada, carne (...) (**Lavanda**).

Assim, os filhos acompanham as idas para coleta de materiais, ela geralmente vai acompanhada de quatro filhos, inclusive o pequeno que tem dois anos. As crianças, especialmente a menina de dez anos, é muito ágil, organiza o carrinho, separa os materiais do carrinho nos **bergues** e colabora muito com a mãe no trabalho. Na época eu perguntei a ela se ela tinha vergonha, ela disse que não, e que ficava muito feliz quando ganhava coisas.

Quando relata o tempo em que catava materiais, **Violeta** conta que quando morou na **favela** e ficou viúva com os filhos pequenos, a saída era trabalhar com isso: “[*Como era a vida ali?*] Ah era bem difícil, porque tinha que catar papel, só eu que trabalhava (...) eu daí eu carregava tudo eles dentro do carrinho pra ir catar papel”. Ela afirma que sempre encontraram coisas úteis misturado ao lixo, roupas, calçados ou materiais para o barraco. **Azaleia** relatou que trabalhou muitos anos com reciclagem, catava o material na cidade, separava em casa e entregada (vendia para compradores locais):

Eu saía todo dia, saía umas sete e meia da manhã, umas dez e meia eu tava em casa, aí vinha, separava, fazia o que tinha que fazer, a noite eu ia de novo, cinco e meia eu saía de casa de novo. Quando eu catava com carrinho de papel eu vivia melhor do que eu vivo agora, por causo que eu sou bastante conhecida, há vinte e dois anos que eu cato papel na rua, daí eu sou bastante conhecida, aonde que eu vou eu tenho bastante conhecido, daí eles me ajudavam com cesta

básica, roupa, calçado, não dependia de mim comprar. Mas daí o médico me proibiu de erguer peso, por causa que eu tenho problema nos osso né, daí eu parei um pouco, e agora eu depende de trabalhar por dia assim nas reciclagem pra manter a família. (**Azaleia**)

Neste sentido, o trabalho com a coleta de materiais recicláveis abre possibilidades para conseguir ajuda e apoio, e acaba criando, nos casos que acompanhei certos vínculos. Explico, geralmente as pessoas repetem o mesmo trajeto, tornando-se conhecidas das pessoas, criando relações de proximidade. Como explica **Lavanda**: “Tem uma padaria que a gente passa sempre, quando fica uns dias sem ir eles falam ô vizinha, não veio mais...”.

Assim, nesta perspectiva, o trabalho de coleta permite também acionar outros campos de ajuda, como explica **Olivia**, em relato já explorado, os barracos que construiu foi sempre puxando material com carrinho, pedindo e trocando materiais por serviço: “Eu não tinha vergonha de chegar, se eu visse um pedaço de tábua e pedir esse pedaço de tábua, eu chegava, olha não quer me vender aquele pedaço de madeira, aquele pedaço de tábua... É o que você quer? Eu contava a minha história... Não, não, pode levar”. (**Olivia**).

É interessante destacar duas ações táticas: a primeira refere-se ao fato de ao invés de simplesmente pedir as coisas que identificava, **Olivia** pedia pra comprar e acabava ganhando. Outra tática que usava **Iris** e **Lavanda** é fazer uso da ideia de que as pessoas ficam com “pena”, assim levar as crianças para pedir ou se colocar na postura humilde de pedir pra fazer algum serviço em troca de ajuda sempre tem eficácia, como o relato de **Iris** demonstra:

(...) que meu marido tava desempregado. Só que ele [o ex-patrão] dava, ele dava um vale de oitenta reais por mês, só que nós tinha duas criança pequena, os dois na fralda, e ele daquele jeito, não podia trabalhar. E daí foi que eu peguei peguei meu carrinho e fui pra cidade puxar papel, mas só que onde eu ia, as véinha do centro, eu pedia um serviço, pra lavar uma calçada, até carpi, o que me der tá bom. Só que daí elas ficavam com dó de mim [*ela solta um riso*] Daí elas me davam qualquer coisa pra fazer assim, lavar uma calçada, elas me carregavam de coisarada. Daí ali que me

ajudou mais também, que daí não precisava comprar né. E daí quando ele dava o vale eu comprava mais fralda pras criança e as coisinha pra eles né. (**Iris**).

Iris me explicou que levava as crianças junto algumas vezes, outras vezes deixava com a mãe ou a vizinha. Relatou inclusive, que alternava o cuidado das crianças com a vizinha para ambas poderem sair. O trabalho com a reciclagem, no caso de **Iris** foi mantido apenas até que seu esposo conseguiu emprego novamente e se estabilizaram, mas em diferentes momentos de sua vida relata que voltou trabalhar, em caso de necessidade. Atualmente está passando por um problema sério de saúde que a impede de trabalhar, apesar de estarem necessitando.

Para mim ficou claro esta relação com o itinerário comum, as escolhas que fazem nos caminhos e os aspectos relacionais quando acompanhei **D. Alfazema** em uma manhã de coleta, sendo uma importante experiência em campo que já mencionei. Nestas trajetórias comuns também pode acontecer que consigam efetivar **pontos** de coleta, especialmente em comércios, que separam os materiais especificamente para elas.

A casa de **Alfazema** fica muito próxima de outras duas importantes mulheres da minha pesquisa, **Violeta** e **Olivia**. Foi assim que a conheci. Um primeiro olhar para a sua casa chama a atenção o fato de ser muito humilde, de madeira sem pintura, com alguns remendos e com muitos **bergues** de lixo armazenados no quintal da frente. É muito comum encontrar ela sentada em frente da casa tomando chimarrão com alguma vizinha. E foi desta forma nosso primeiro encontro. É uma mulher miúda, já de idade, ela não sabe dizer quantos anos tem, mas eu imagino entre 60 e 70 anos. Vive na casa apenas com um neto de 14 anos. Este é seu filho de criação, foi adotado após o pai do menino, filho de **D. Alfazema** morrer e sua mãe se suicidar em seguida.

O que a casa tem de humilde, compensa-se com aconchego e cuidado. Na parte interna um agradável fogão a lenha fica aceso mesmo em dias quentes. Ela diz que não gosta de usar fogão a gás, e está acostumada desta forma. Ao lado do fogão algumas painéis penduradas em um suporte de ferro. Este suporte era originalmente uma floreira, **D. Alfazema** encontrou-o na rua e lhe deu outra finalidade. Ao lado do fogão a lenha há uma estante, com alguns mantimentos e utensílios de cozinha. São dois pequenos quartos. O da frente parece ser um depósito, há uma grande pilha de roupas, móveis pequenos e um colchão. No quarto de trás uma cama de casal e um roupeiro.

Alfazema coleta materiais recicláveis para complementar a renda que recebe como pensionista. Sai de casa cedo, quase todos os dias pela manhã e volta quando enche o carrinho. Propus a ela uma experiência, me deixar acompanhá-la em um desses dias. Ela aceitou, estranhou, mas aceitou. Combinamos para as 7:30 da manhã. No dia combinado, cheguei em sua casa no horário marcado. Fui recebida com um abraço receptivo e a frase: “Você veio mesmo!”. Esperamos um pouco porque a Rosinha havia combinado de vir com a gente, mas não apareceu. Ela me perguntou diversas vezes se o que eu ia fazer ia sair na televisão, que falaram pra ela não ir comigo que poderia dar problema já que ela é aposentada e em tese não poderia mais trabalhar. Eu expliquei que não tinha problema e que se ela quisesse eu não filmaria nosso trajeto. Ela disse que tudo bem. Me chamou atenção que um tempo depois passou a **Acácia** por nós e **D. Alfazema** comentou com ela: “Viu, a moça disse que não sair na televisão não” e sorriu. Compreendi sua apreensão, e mais tarde, depois das várias visitas que lhe fiz, certa vez ela retornou ao assunto sobre este dia: “Eu pensei que você não vinha, todo mundo falou que você não vinha”.

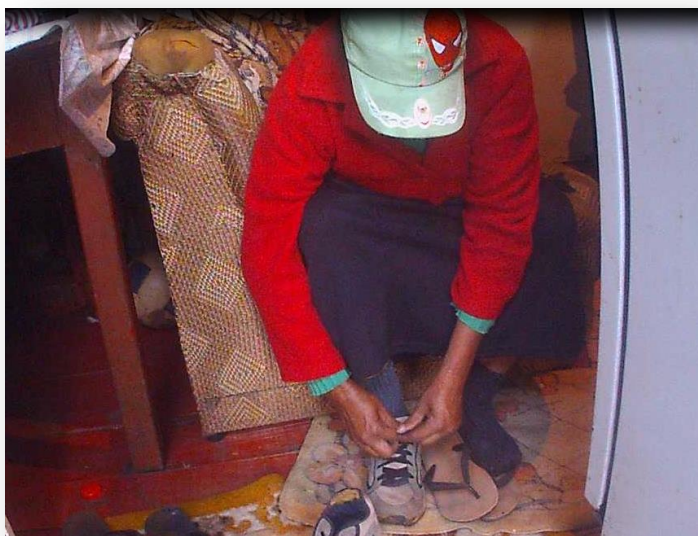
Antes de sairmos houve toda uma preparação. **D. Alfazema** vestiu seu jaleco da associação municipal de catadores, e na bolsa água e a “bombinha”, o remédio inevitável devido aos problemas respiratórios, nos pés calçou tênis. Amarrou umas sacolas de ráfia ao lado do carrinho e colocou os pneus, estes sempre são retirados e o carrinho deixado de cabeça para baixo para não acumular água. Ajeitou os papelões que formam as paredes laterais no carrinho e partimos. Saímos em torno das 8h em direção ao bairro Santa Maria. Já na primeira descida me coloquei ao lado de **D. Alfazema** para auxiliar no manejo do carrinho.

Saímos ainda antes das oito da manhã, pelo caminho me contou histórias, falou da família e de sua vida. Durante o trajeto, de aproximadamente uma hora e meia, que foi filmado com o auxílio de uma discreta câmera portátil que fixei no carrinho, conversamos. **D. Alfazema** não sabe onde nasceu, quando perguntei ela respondeu: “Sabe que eu nem sei muié, não sei ler nada”, mas eu insisti: “E qual a memória mais antiga que a senhora tem?”, sem pestanejar ela: “Que que é memória?” e riu completando: “Nem sei”. Sobre o passado, o tempo, onde nasceu, de onde veio, há quanto tempo vive em Chapecó são todas informações nebulosas para ela, assim, não fiz muitas perguntas e deixei que ela me contasse o que tivesse vontade. Conversamos mais sobre o trabalho mesmo, suas escolhas, caminhos, o que leva e o que não leva e por que. Foi interessante poder identificar, desta fora, as relações que estabelece com as pessoas e lugares, pois foi, ao longo do caminho,

identificando as pessoas e os lugares, quem morava na casa, se ela conhecia, se já haviam conversado ou se eram conhecidos. Cumprimentou pessoas pelo caminho, as pessoas a chamavam pelo nome. Claramente se identificou uma rede através do qual **D. Alfazema** circula, favorecendo seu trabalho. Como eu mencionei anteriormente, hoje fui incorporada a esta rede, a ponto de guardar meus materiais e outras doações apenas para quando ela passa na minha casa. A seguir, apresento uma sequência de imagens que resumem nossa experiência de trabalho.

Figura 34 - Acompanhando D. Alfazema na coleta de materiais







O carrinho voltou transbordando, amarramos várias bolsas ao redor também. O material mais abundante foi o papel, e algumas coisas muito pesadas, como uma janela velha de alumínio, **D. Alfazema** evita pegar por ser muito pesado. Depois que voltamos, já separamos todos os materiais em seus respectivos **bergues**. Adiante detalharei este processo de separação. Assim que está com uma boa quantidade de material, vende. Geralmente eles vem até a casa buscar. Pesam e levam. Sobre este procedimento, **Lavanda** reclama que não sabe se eles pagam certo, tem muitas dúvidas, como o seu relato a seguir demonstra:

Só que eles robam demais da gente. Eu entreguei trinta e dois bergue e o home me deu 200 pila. [*Trinta e dois bergues deu quantos quilos?*] Crendios deu mais de dois mil quilo. [*Só pet?*] Não tinha pet, plástico cristal que eles pagam bem, e o que tinha menos era papelão e tudo apartado os pet, que eles não pegam, tem que ser só branco e só verde, e eu tinha tudo apartado, aí já me desanimei. Eu vendi prum home lá no fundo, a outra vez vendi aqui embaixo o homem me deu noventa pila. Duas carga. [*Mas eles te deram tudo certinho, o que, quantos quilo?*] Tudo, só que daí nós somemo em casa dá um preço, daí eu falo ele não dá isso aqui, daí são os comprador, tu vai dizer o que, se eles somassem antes, aqui no caso, se eles somassem aqui, mas eles pesam aqui só e vão somar lá embaixo. [*Em quanto tempo tu juntou esses trinta e dois bergue?*] Deu um mês e um pouquinho.

O resultado do trabalho, as centenas de quilos de materiais coletados durante semanas transformam-se em valores pequenos, pois, por exemplo, os compradores pagam quinze centavos o quilo do papelão, é um valor muito pequeno pelo volume de material e trabalho. A este respeito cabem as reflexões de **Primavera**: “E a gente vivia só disso. (...) Mas a gente vivia de arrasto, porque reciclagem é bobeira quem pensa que vai conseguir fazer alguma coisa puxando reciclagem, porque é só trabalho, a gente quase se mata trabalhando e a gente não vê resultado”. Em comparação, **Lírio** faz as contas do trabalho, somado seu e da esposa **Amarilis**: “Se nós trabalhar o mês inteiro, que nós não tocar de dar doença nada, dá uma média de dois [mil], dois e pouco por mês.

Então dá nessa faixa limpo (...) Nós trabalhamos na faixa de oito hora por dia”.

Assim, aqui cabe ressaltar que, nos casos analisados até agora, as pessoas coletam o material, separam e vendem. Uma segunda modalidade de trabalho que gostaria de destacar é quando possuem um **barracão**, e neste local apenas separam em **bergues** o material recebido por caminhões da prefeitura. Após separar o material é vendido, geralmente para associações ou empresas que ficam dentro do próprio bairro. Estes galpões abrigam as prensas, que criam os fardos de material para serem vendidos para a indústria de reciclagem. Este trabalho pode ser individual ou familiar, organizado em torno de associações ou cooperativas, como veremos adiante, ou se estabelecer numa relação de venda da mão-de-obra, numa relação empregador-empregado.

Sobre esta segunda condição de trabalho, o relato de **Margarida** permitiu compreender bem como funciona este sistema, ela trabalhava na época que a conheci num **barracão** de separação do lixo. Neste local há um chefe, responsável em conseguir os materiais para serem separados e realizar o pagamento pelos **bergues**⁹² de lixo. O controle destes pacotes é feito tanto pela trabalhadora, quanto pelo dono do barracão. Tudo é anotado e o pagamento realizado ao final do mês. **Margarida** me mostrou uma caderneta em que estava tudo anotado em uma tabela. Os preços são constantemente alterados e definidos pelo chefe: papelão – 15 centavos o quilo; pet ou litro descartável – 75 centavos; cristal⁹³ ou plástico duro/branco – 60 centavos; sacolinha ou plástico mole – 25 centavos; misturada – 45 centavos (inclui plástico leitoso, potes, jarras); misto⁹⁴ e caixinha de leite – 9 centavos (papeis diversos). Os seguintes materiais não são reciclados e são considerados lixo: pacotes de salgadinho, embalagens de flores, plástico seco, pacote de pipoca de microondas, carteira de cigarro, entre outros. Este *lixo* é separado embalado e colocado na rua para o lixeiro recolher.

Na caderneta da **Margarida** também está anotado o que ela já havia entregue naquela semana:

⁹² *Bergues* é o termo utilizado para referir-se aos grandes pacotes formados com um mesmo material, por exemplo, pet, latinhas, papel, etc. Estes *bergues* são pesados e o pagamento se dá a partir de um preço preestabelecido.

⁹³ *Cristal* é o nome dado ao material plástico mais duro (embalagens de amaciante, sacolas transparentes, etc.).

⁹⁴ *Misto* é o material mais barato, e de todos é o único que não vai pra prensa.

Esses três pesos que tá aqui é o que eu já entreguei essa semana. [*400 seria o que?*] 400 seria papel o misto [*mas é 400 o que?*] 400 quilos [*400 quilos! Essa semana agora?*] Essa semana, ontem foi entregue. [*E só você?*] É. Esse aqui 300 e 100, dá 400 quilos, é papelão, que daí papelão tu tem que colocar tudo dentro dos *bergue*, amarra e coloca no monte. Eu entrego agora só dia 10. Cada material que eu entrego eu tenho que marcar no caderno, no final ele soma os dele e eu fecho os meus aqui, pra ver se fecha o preço [*ele também anota então...*] Sim. Eu comecei a entregar pra ele desde a semana passada, daí é tudo marcado no caderno. (Margarida).

Ainda segundo **Margarida**, após essa separação inicial, os **bergues** são levados para um barracão que fica do lado de cima da Vila, lá há prensas que formam **fardos** desse material para ser vendido para indústrias e reciclado. Essas mulheres participam de uma parte importante do processo, na separação manual deste lixo, recebem relativamente pouco e trabalham em condições precárias, nem sempre usam luvas, sofrem com o calor e frio (é um espaço apenas coberto), mas diante das possibilidades de trabalho, e levando em consideração que não precisam mais sair com a carrocinha catar o lixo nas ruas, representa uma significativa melhora. As mulheres com quem conversei relataram também sobre as coisas boas que encontram no lixo:

A gente meio que acha coisarada. Eu tenho 4 celular que no caso foi achado [*até celular?*] Celular é o que mais acha. [*mas funcionando?*] Sim, tem até um ali que tá carregando. Tem um rosinha que a bateria dele tem que mandar trocar que é do Paraguai. Tem aquele pretinho que tá do lado que ele foi moiado aí fica uma tela branca. Esse celular aqui que eu uso, também é do lixo. A gente meio que acha coisa, esse lençol fui eu que achei também, essa toaia fui eu que achei, essa de baixo fui eu que achei. Eu tenho jarra ali, essa baciinha branca ali é tudo que eu achei, tudo que eu acho e trago pra casa. (Margarida)

Também **Rosa** conta que já criou um esquema para recolhimento e classificação de coisas boas que encontra no lixo e separa para levar nas aldeias indígenas, onde vivem parentes, ou mesmo pessoas que procuram em sua casa: “As vezes no final de semana é fila pra vir ver o que veio no barracão, pra mim buscar. Quem não tem ou não acha na assistência social vem direto ali em casa” (**Rosa**).

A segunda modalidade de trabalho se dá especialmente nos **galpões** da Vila Betinho. Quando conheci **Rosa**, havia pouco tempo que ela e seu esposo **Jacinto** haviam retornado ao trabalho com reciclagem, como ela explicou: “To indo ajudar o meu marido, ele pegou um barracão da associação de reciclagem para tocar”. Eles já haviam feito parte da associação de catadores que possui um barracão na rua de cima da Vila Betinho, e trabalharam muitos anos puxando materiais recicláveis com a carroça. Quando ela me levou até o barracão e me apresentou para o esposo usou as seguintes palavras: “Quer ajudante? Ela veio ajudar nós a trabalhar? [risos]”. Eu expliquei que naquele dia, eu havia combinado com Lavanda, de acompanhá-la na tarefa de catar com o carrinho, mas surgiu uma atividade para ela, expliquei: “Estou fazendo uma pesquisa aqui, eu ia com a **Lavanda**, mas não deu, aí me convidei pra vir aqui”, eles riram e **Rosa** disse: “Aqui não falta serviço, falta peão. Você trouxe luva?”. Eu havia levado um par de luvas na bolsa, vesti e orientada pela **Rosa** me coloquei ao seu lado, enquanto conversávamos, informei que meu gravador ficaria ligado. **Jacinto** falou: “Você vai colocar a mão na massa também? Tem coragem? (...) vamos aproveitar que estamos em três e carregar essas bolsas e os vidros pra lá”. Foram cerca de uma hora e meia de serviço, conversas e trocas.

O ambiente destes **barracões** é um terreno público bem no centro do bairro Bom Pastor. Sempre há muito material acumulado e **bergues** ao seu redor. Um olhar afastado não consegue perceber as pessoas trabalhando em seu interior. Este espaço é um terreno público e está ocupado por construções que abrigam os trabalhadores, o lixo e uma série de **bergues** que após separados são coletados por uma empresa. O material é trazido pelos “tucanos”, caminhões da empresa terceirizada que realiza a coleta seletiva na cidade de Chapecó.

Figura 35 - Barracões de reciclagem (Bairro Bom Pastor)





Fonte: Camila Sissa Antunes.

Estes **galpões** são geralmente estruturas em madeira de aproximadamente três por quatro metros quadrados, abrigam uma série de **bergues** contendo materiais já classificados e outro tanto de lixo ainda por separar. As laterais são revestidas, parte com lonas, parte em madeira. O terreno é inclinado, de maneira que o material a separar fica do lado de cima e é colocado sobre um balcão de madeira na parte de baixo. Deste balcão são colocados em diferentes **bergues**, que depois são lacrados e empilhados. O material que eles separam é trazido pelos caminhões da coleta seletiva da prefeitura, e dividido entre os cinco barracões que ocupam o terreno.

Existem diferentes aglomerações de catadores neste local, cada **galpão** desta área é de responsabilidade de um grupo, geralmente familiar. Um destes espaços que acompanhei mais de perto foi o barracão da **Rosa**, que me explicou detalhadamente o seu processo de funcionamento:

Aqui é uma associação, daí vem os caminhão de reciclado, eles catam no centro, trazem e despejam. Daí a gente vem aqui a hora que o caminhão chega e descarrega. Aí começa lá no

fundo no Alemão. Aí cada um que tem seu barracão pega carga né (...) Daí os caminhão quando vem a gente tem que vim descarregar, de segunda a sexta. [Vocês que descarregam?] Sim, se não tá um tem que tá o outro pra descarregar. No mínimo é quarenta minutos descarregando o caminhão. Agora diminuiu bastante o material. [Porque?] Porque tem mais associação. (**Rosa**).

O trabalho de classificação do material é realizado a partir de uma bancada, onde eles separam os materiais que podem ser reciclados, outros produtos como roupas e calçados e aquilo que não se recicla. **Rosa** explicou, em uma conversa durante o trabalho de separação que é um trabalho muito bom, especialmente porque permite certa liberdade no gerenciamento do tempo: “Tu vem quando pode, quando tu não pode ou tem algo pra fazer é tranquilo. Quando tu tem tempo tu volta, vai fazer. Eu quando tenho tempo, que aqui tá apressado eu venho pra cá, se não eu tenho os tema da pastoral, da escola, então tenho mais coisa pra fazer. E daí quando dá um tempinho a gente corre pra cá de novo”. Assim, ao ter o **barracão** possibilita fazer outras atividades para além deste trabalho com o material, pois dá tempo entre separar tudo que recebem e chegar mais para separar novamente. A principal dificuldade é manipular algumas cargas que vem com muito lixo, ou seja, com material que não podem aproveitar. E o descarte deste material é difícil porque o caminhão da coleta não passa toda semana, o que acaba acumulando sujeira, mau cheiro e lixo em torno dos **barracões**.

Figura 36 - Barracão da Rosa – organização da separação do material.





Fonte: Camila Sissa Antunes.

Na sequência de imagens acima, podemos observar o barracão da **Rosa** externamente e a forma com que organizam o trabalho: o material é colocado sobre a banca e separado manualmente em **bergues** específicos para cada tipo. Observa-se na bancada até mesmo restos de

alimentos que acabam vindo junto com o material recolhido, gerando maus cheiro e condições de insalubridade para os trabalhadores. No caso, **Rosa** ressaltava que quando trabalhava com carrinho, já fazia uma pré-seleção do material ao **catar**, assim trazia muito pouco lixo pra casa.

O que os unifica estes trabalhadores é uma associação, que é a responsável pela mediação junto ao poder público com relação às demandas e cadastramentos dos catadores. Apesar de muitos estarem contemplados com o uso deste espaço, além de melhorias para serem feitas no próprio local, construir uma estrutura de material, melhor organizada, muitas famílias ainda não estão incluídas: “Pra nós facilitaria se nós tivesse um pavilhão decente, não só pra nós mas pra todo pessoal” (**Amarílis**). Em conversas com alguns trabalhadores, disseram que havia uma verba para a construção de barracões, mas que não sabem quando seria feito. Sobre este aspecto, **Amarílis** é contundente:

Eles que façam um pavilhão pro povo. Tem vice-presidente, presidente de núcleo, presidente de não sei o que, mas corre atrás, luta pelo povo. Se fosse na televisão, fosse no jornal, fosse em alguma coisa, conseguia tijolo, conseguia material, até uns pau pra ponha de pé e fazer um barracão fechado ali pra nós. (**Amarílis**).

A rede que envolve o trabalho e família é muito complexa. Geralmente há o envolvimento das crianças no trabalho, como mencionamos acima no caso das mulheres que levam os filhos juntos catar o material. E como enfatiza **Lírio**: “Na verdade nós ensinemo nosso filho foi nos material reciclável, que eles estudavam de manhã e de tarde iam comigo juntar, catar. De noite faziam o tema, de manhã iam no colégio, de tarde eu levava trabalhar, porque daí não fica na rua”. Não por acaso, atualmente quase todos os seus filhos também “lutam com material reciclável”. Na frente casa de **Amarílis** e **Lírio** há o terreno público onde há alguns **barracões** de separação de material, mas atualmente eles não fazem mais parte, mas um filho faz, eles ajudaram a construir, mas resolveram “parar um tempo devido há alguns problemas”, e sempre, segundo eles é complicado gerenciar os problemas: “é melhor trabalhar sozinho”.

O gerenciamento de usos destes **galpões** é feito por uma **associação**, esta mesma que **Rosa** mencionou já ter feito parte. Esta associação existe há doze anos, e foi criada juntamente com o

loteamento Vila Betinho como uma alternativa de renda para as famílias que foram ao local. Há muitas controvérsias com relação à associação local, entrevistei pessoas que se afastaram, outras que ainda fazem parte, no entanto, o que fica claro é que o **barracão** da associação foi, de certa forma, apropriado por uma família apenas (este fica localizado em outro espaço, do lado de cima da Vila Betinho). No entanto, seu **Alecrim** esposo de **Camélia**, uma das famílias pioneiros na organização da associação explica que, em comparação com a antiga relação de trabalho, a reciclagem representa uma melhora: “Você sabe, a gente trabalhar de arrendatário não é dono, a gente é mandado”, já a nova condição de trabalho autônomo ou com a reciclagem, comenta **Alecrim**, representa outra relação: “Daí é um trabalho que nós adquirimos, que fumo lutando, que antes tinha preconceito esse trabalho, daí a gente foi ver, mas não é mais um preconceito, esse é um trabalho”.

Sobre a organização da associação, que na época recebeu muito apoio da prefeitura ele afirma: “Sempre pensei em formar uma equipe e trabalhar de acordo. Que a gente aprendeu trabalhar, estudo a gente não tem (...) daí eu fiz colocar meus fio nesse trabalho aí, pra eles ir vivendo né, e foi o que eu empenhei e fui a luta e fizemos” (**Alecrim**).

Do resultado desta organização surge a CESMARC, que fica na Vila Betinho, e que deveria funcionar no formato de cooperativa, mas acaba sendo, como os galpões particulares, um lugar de exploração do trabalho individual. A este respeito conversei com **Amarílis**:

Cooperativa dá muita dor de cabeça, deus o livre, nós somos meio quieto porque... [A associação funciona como uma cooperativa?] É... [mas não tem compartilhamento de lucro?] Não, nada [É cada um por si?] É, cada um por si. Eu digo assim cooperativa no caso, assim eles não são de fazer as coisas, lutar pela gente, eu acho que cooperativa, associação, eu acho que assim, se tu é o presidente da associação tu vai lutar, nós queremos pavilhão, o povo precisa, luta. Mas não, eles ficam ali de braço cruzado, tem medo de falar na televisão, tem medo de falar com rádio, acham que os cara vão morder”. (**Amarílis**)

Esta realidade atual seria uma contradição, já que este local foi resultado da luta coletiva, como enfatiza a fala de **Lírio**: “O barracão da CESMARC ali nós fizemos tudo com doação. [Vocês fizeram parte ali no começo?] Eu era o vice-presidente desde o começo, quem assentou o

primeiro tijolo foi nós”. Atualmente não se incluem mais na organização do trabalho dentro da CESMARC: “Nós saímos dali porque, acho que nós dois pensamos a mesma coisa, nós não gostamos desse negócio, então o negócio, gastou alguma coisa mostrar pro povo, tá aqui ó (...) Tem que trabalhar unido e não escondendo as coisa das pessoa” (**Amarílis**).

Só que ali ele queria tirar do trabalhador pra por no bolso e eu não aceito isso aí. Eu, por um centavo... Aí eu pensei assim, tudo os que trabaíam lá são pobre, são pessoas que precisam daquele dinheiro, agora vou eu tirar dez quinze pila deles por mês, roubar, eu vou tirar deles vai fazer falta, e pra mim não vai adiantar isso ali. Que claro nós era em dezoito vinte ali, então faz a conta, se tirar, dez quinze de cada um como eles queriam lá já ia longe no mês, pra eles fazia falta, pra nós claro que rendia, só que eu não concordo com isso aí”. (**Lírio**).

Assim, o trabalho na cooperativa figura dentro da terceira categoria de trabalho com o lixo: a venda da mão-de-obra nos **barracões** de separação. A diferença é que nos locais particulares há o acerto de um valor por dia (que pode variar entre trinta e trinta e cinco reais), e na cooperativa o valor recebido pode variar de acordo com a produção, mas é dividido igualmente entre os trabalhadores. Quando relataram o tempo de trabalho na associação, **Marcela** e **Hortênsia** mencionaram que chegaram a assumir cargos na diretoria, sendo que Marcela foi vice-presidente por um mandato e Hortênsia secretária, trabalharam juntas por um período: “Ali dentro era divertido, tinha vez que era sofrido, mas era divertido, ali todo mundo se dava, a gente dava risada. [*E como era o ganho ali?*] Ali era dividido, porque é uma associação [*E dava pra tirar bem?*] Eu quando tava ali não tinha do que me queixar, que eu tirava bem” (**Hortênsia**). Esta é uma organização local, gerenciada pelos moradores e que figura como uma importante alternativa de trabalho no bairro, apesar de haver críticas como as apontadas por **Amarílis**, este tipo de iniciativa é considerada uma maneira interessante de organização. Segundo **Rosa** explicou, para que todos pudessem trabalhar deveria haver união: “Precisa união, porque aqui um quer mais que o outro, se vem um caminhão cheio aqui eles ficam brabos, se vem meio lá pros outros, o outro fica brabo, aí não tem união”.

Com relação à venda de mãos-de-obra, no caso de serem em empresas particulares, percebi que há uma nítida exploração do trabalho. Esta é a última alternativa possível que as mulheres escolhem, e apenas no caso de não poderem puxar o carrinho por questão de saúde ou algo assim, pois trabalham muito e recebem pouco (em média trinta reais por dia de trabalho).

Figura 37 - Barracão de separação e prensa de materiais recicláveis (bairro Bom Pastor)



Fonte: Camila Sissa Antunes.

Como mencionamos anteriormente, **Azaleia** ressalta que quando trabalhava “puxando carrinho” tinha uma melhor renda, porque esse trabalho acaba culminando com o acesso a outras formas de ajuda. Atualmente ela trabalha no galpão de reciclagem por dia (imagens abaixo), e trabalha apenas na separação do material, nas esteiras de separação. Já neste local, são feitos os **fardos** (material prensado), que é posteriormente vendido. Apesar de ser um trabalho considerado mais leve que puxar o carrinho, ela acaba não trabalhando apenas na mesa, e frequentemente ajuda a carregar os fardos e os bergues. “Se eu tivesse condições e força eu voltaria a catar papel na rua, porque assim todo final de semana eu entregava, o que eu dependia de comprar eu comprava, agora não, depende deles, o dia que eles querem pagar, tudo assim” (**Azaleia**).

Assim, percebemos que o trabalho com material reciclável, em todas as suas modalidades, por um lado caracteriza fortemente estes locais pesquisados, e por outro aciona uma infinidade de táticas e “modos de fazer” que o tornam interessante para pensar *redes* e *socialidades* presentes no cotidiano deste trabalho. Podemos concluir com Certeau (1994) que coloca o trabalho com a sucata como uma prática de dissimulação, práticas enunciativas que manipulam espaços impostos:

(...) o trabalhador que ‘trabalha com sucata’ subtrai à fábrica tempo (e não tanto bens, porque só se serve de restos) em vista de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo (...) Com a cumplicidade de outros trabalhadores (...) ele realiza ‘golpes’ no terreno da ordem estabelecida. Longe de ser uma regressão para unidades artesanais ou individuais de produção, o trabalho com sucata reintroduz no espaço industrial (ou seja, na ordem vigente) as táticas ‘populares’ de outrora ou de outros espaços (CERTEAU, 1994, p. 87-88).

A este lugar “transgressor”, digamos, colocamos o trabalho com o lixo, este que de tão comum, banal e simples, poderia passar despercebido de sua importância na articulação de *socialidades* específicas nos bairros pesquisados, envolvendo em redes amplas, estratégias de negociação, sobrevivência e resistência.

4 PROCESSUALIDADES, EXPERIÊNCIA E DIÁLOGO: UMA PERSPECTIVA PARA PENSAR A PERIFERIA

Este capítulo apresenta as análises teórico-metodológicas da tese, desenvolvidas em torno das ideias de *processualidade*, *experiência* e *diálogo*. Esta perspectiva reflete tanto os resultados analíticos como as escolhas teórico-metodológicas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo, que nos permitiram compreender que as periferias podem ser entendidas enquanto *processos* flutuantes, descontínuos e relacionais. Nossa ênfase em revelar formas de *territorializações* e *redes* emanadas do cotidiano e experiência relacional dos sujeitos da pesquisa, que apresentamos nos capítulos anteriores, aponta para este caráter processual. Desta forma, neste trabalho se defende que a noção de *processo* para análises das periferias urbanas na cidade contemporânea – o mapeamento de suas dinâmicas internas, delimitações de fronteiras, subjetivações de territórios, formação de redes dentro e fora da periferia – permite uma abordagem heurística no tratamento da complexidade dessas realidades.

Inicialmente este capítulo recupera de forma sistemática os principais temas tratados no desenvolvimento do trabalho. Pensar as *processualidades* das periferias a partir do mapeamento das mobilidades pelo território, significou olhar para a construção dessas periferias, considerando suas continuidades no território (lugares), bem como formas transitórias de distinção e distanciamento (fronteiras) e circulações pelos territórios que fazem parte da lógica compartilhada dos moradores locais. Lógica que não é compartilhada pelas políticas públicas de habitação, que partem de um pressuposto de fixação no território. Há, na concepção dessas políticas, uma ideia de continuidade e eternidade que não corresponde ao que efetivamente acaba acontecendo. As minhas interlocutoras, como várias vezes foi mencionado nesta tese, acionam diferentes *táticas* que refletem justamente o contrário: uma ideia de transitoriedade e desapego, ou seja, reconhece-se na ação e no discurso dos moradores das periferias, essa forma de agir mais fluida e processual.

Assim, no decorrer dos capítulos anteriores se buscou enfatizar maneiras através das quais as interlocutoras desta pesquisa experienciam em seu cotidiano formas relacionais não acabadas e em contínua

construção, as quais optamos analisar em termos de *socialidades*, *redes* e *lugares*. Nosso recorte para a pesquisa, portanto, apesar de circunscrito em um território específico (os bairros São Pedro e Bom Pastor), não tem nessas delimitações geográficas seu principal identificador, sendo, justamente, o enfoque dado para a *dialocidade* e *experiência* o principal marco teórico-metodológico da pesquisa etnográfica e da própria tese. Deste modo, cabe aqui retomar os âmbitos eleitos para análise deste contexto periférico, a fim de clarificar nosso olhar analítico desta realidade. Ao optar pelo enfoque processual, fica clara nossa decisão em acompanhar o movimento, ao invés de estabilidades e estruturas, redes e relações em contínua transformação, ao invés de formas estagnadas e papéis sociais.

Esta decisão foi pautada em uma diversidade de leituras e influências teóricas que permitem uma aproximação do real, sem, no entanto, pressupor a explicação e a apresentação de uma realidade acabada, verdadeira e definitiva. Para a construção deste olhar foi de crucial importância a maneira com que se desenvolveu o trabalho de campo e o subsequente tratamento para com as *discursividades* coletadas. Por outro lado e de maneira análoga, a própria experiência de campo nos levou a construir este raciocínio, pois a dinamicidade vivenciada, os diferentes arranjos, as mobilidades e transformações contínuas, especialmente com relação ao território, nos possibilitaram ver algo produtivo e “bom para pensar” nestas “instabilidades”.

No campo das ciências sociais, os termos usados para definir esta realidade são variados, podendo partir da ideia crítica de *liquidez* de Bauman (2005a), que indica que o estilo de vida e a identidade contemporâneos são caracterizados pela precariedade, marcada por condições de incerteza constante, pela transitoriedade e alterações sucessivas em suas formas. Esta vida líquida marca uma sociedade balizada por valores voláteis e instáveis (BAUMAN, 2005a), caracterizando o que ele considera "um mundo esvaziado de valores que finge ser duradouro" (BAUMAN, 2005b, p. 59). Este paradigma pode ser reconhecido também em diferentes enfoques antropológicos que privilegiam a processualidade e a performatividade da construção de sentido (e não em seus sistemas e estruturas), características reconhecíveis, por exemplo, na teoria perspectivista ameríndia, explorada por Viveiros de Castro (2002), onde os limites entre os vários níveis da experiência (os mundos natural, humano, animal, sobrenatural...) são, na maioria das vezes, fluidos e flexíveis. Quando consideramos o campo da antropologia urbana, aparece com relevância especialmente os estudos de Gilberto Velho (1994), que usa a metáfora

da metamorfose para enfatizar os paradoxos dos processos sociais em que os indivíduos se percebem em trânsitos permanentes entre papéis, projetos e realidades. Ou seja, Velho aponta para o desafio de estudar uma realidade de experiências pulverizadas e fragmentadas.

Ainda neste sentido, o termo *barroco* é usado por Maffesoli (1996) para caracterizar os acontecimentos contemporâneos, sublinhando seu dinamismo e aspecto nebuloso, segundo o autor é um termo que faz pensar e é pertinente para “(...) descrever o caldo de cultura multiforme e estruturalmente heterogêneo constitutivo de nossas sociedades” (p. 190). Etimologicamente, o termo *barroco* trata-se de movimento, de aspecto desordenado, um aspecto de constante reversibilidade, caracterizado pelo *presenteísmo* (o aqui e o agora) e o pluralismo:

(...) há, na barroquização pós-moderna, uma lógica interna que garante o equilíbrio das massas, tribos e energias compósitas. Trata-se de uma ordem móvel, mas que, mesmo sendo flexível, não deixa de ser particularmente resistente. Em todo o caso, isso nos obriga a participar dessa revolução epistemológica que põe em ação uma “mecânica dos fluidos”. A razão a ela nos incita, a observação fenomenográfica a ela nos contrange. É a esse preço que se saberá compreender a caótica socialidade que se esboça aos nossos olhos. (MAFFESOLI, 1996, p. 229).

Assim, para descrever a realidade heterogênea, fluida e móvel que encontramos, especialmente nos contextos urbanos, a noção de *processo* parece contemplar os aspectos acima mencionados, permitindo uma aproximação destes elementos e fornecendo um quadro analítico pertinente e interessante. Seguindo por este caminho, também se deu ênfase em pensar o *território*, decisão que forneceu as bases para as análises que se seguiram com respeito aos *lugares*, suas *redes* e *socialidades*, de tal maneira que, apesar da fluidez e processualidades enfatizadas, descrevemos no decorrer dos capítulos anteriores recorrências e permanências. Pode-se considerar, neste sentido, como afirma Maffesoli (2007), que mesmo diante desta realidade pluralizada e fluida há um “reinvestimento do espaço”, sendo que percebemos uma constante valorização de “pedaços de terra” que exprimem um imaginário social que se espacializa, refletido nos sentimentos de pertencimento que ele denomina *enraizamento*: “Desse ponto de vista, a

ambiência de um lugar é um cimento. É a ética (*ethos*) essencial de todo estar-junto. Como já indiquei, o lugar estabelece vínculos. Expressões como território (...) têm uma conotação afetiva, na medida em que dão ênfase à ‘religação’” (MAFFESOLI, 2007, p. 67).

Quando propomos pensar a *experiência* estamos nos remetendo à importância das práticas e discursos das interlocutoras, emanadas do cotidiano. Para esta abordagem, tornam-se centrais as proposições de Certeau (1994), que nos ensinou a considerar as práticas cotidianas na caracterização dos lugares e suas narratividades. Em sentido complementar, Zaluar (2000) indica a importância dos estudos do cotidiano como lócus privilegiado para o estudo e compreensão do processo dinâmico de formação cultural dos grupos das classes populares:

E aí que a heterogeneidade econômica, do ponto de vista dos lugares que ocupam no processo produtivo, cede lugar à heterogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares, à troca de experiências de subalternos, aos múltiplos modos de oferecer resistência à dominação, à construção de uma identidade social mais ampla do que a de classe operária – a de trabalhadores pobres, assim como à ramificação de um vasto sistema de comunicação social que une as ruas do mesmo bairro, os bairros pobres da cidade entre si e o Rio De Janeiro com outras cidades próximas (ZALUAR, 2000, p. 50).

Para análise deste cotidiano, aparece como chave a noção de *socialidade*, que para Strathern (2010) é produção e pluralidade de formas, é construída no curso da vida, colocando preponderância em pensar na própria relação. Ou seja, ao falar em *socialidade*, Strathern (2010) enfatiza a matriz relacional que constitui a vida das pessoas. Assim, este conceito nos permite aproximar tanto das práticas, quanto dos discursos, pois ambos envolvem aquilo que neste trabalho optamos por condensar na ideia de *experiência*.

A *experiência*, segundo Maffesoli (1996) desafia as separações entre o objetivo e o subjetivo, entre o que é vivido e o que é pensado, privilegiando a posse simbólica da relação com os outros e com o mundo. Estas relações podem ser compreendidas sobre a égide do “familiarismo”, nas lógicas domésticas de grupos de afins que fundamenta-se por sentimentos comuns e experiências partilhadas. E

nestas vivências coletivas há um *modus vivendi* para o que está próximo, permitindo acomodações ou “manobras” entre os que compartilham destas lógicas domésticas (MAFFESOLI, 1996). Nestas *lógicas* há constantemente “ação-retroação de todos os elementos de um conjunto, uns sobre os outros, cada um sendo modificado nos diferentes momentos da reversibilidade” (p. 102).

(...) a experiência estética multiforme engendra uma *ética do instante*, que faz com que a velocidade nas comunicações, nos deslocamentos, nas mudanças ideológicas, afetivas, profissionais, transmute-se no seu contrário e tenha tendência a se espacializar. A experiência é uma sequência de instantaneidades que se acotovelam, que vão de encontro às finalidades exteriores, e encontram seu sentido no próprio momento. A realidade é uma sequência de pequenas porções de real, espécie de situacionismo generalizado, feito de sinceridades sucessivas (MAFFESOLI, 1996, p. 94).

De maneira a complementar à abordagem já mencionada de Strathern (2010) para o conceito de *socialidade*, Maffesoli (1996) o considera parte da experiência banal, do doméstico, que integra na análise aspectos dos sentimentos, do imaginário, focalizando nos pequenos fatos da vida cotidiana que consideram aquele suporte “sensível” das relações sociais.

A imagem vivida no cotidiano, a imagem banal das lembranças, a imagem dos rituais diários, imobiliza o tempo que passa. Seja a da publicidade, da teatralidade urbana, a da televisão onipresente, ou a dos objetos a consumir, sempre insignificante ou frívola, ela não deixa de delimitar um ambiente que delimita bem a experiência estética da pós-modernidade. Essa experiência é uma sequência de passagens em momentos, lugares, encontros justapostos. Sucessões de situações mais ou menos aceleradas em que cada uma vale por si própria, redundando num inegável efeito de composição. Algo que dá a intensidade, ou pelo menos a excitação, da

configuração caleidoscópica que vivemos (MAFFESOLI, 1996, p. 112).

Assim, a *experiência* condensa as interlocuções e relações cotidianas, ressaltando o que Maffesoli (1996) denomina “presenteísmo”, o enfoque está nos sujeitos, suas práticas, discursos e relações: “A teatralidade cotidiana pode ser considerada na realidade, uma valorização do presente. Importância do aqui e agora (...) Tudo isso devolve força e vigor à experiência em sua dimensão criadora” (MAFFESOLI, 2007, p. 186). De modo que o termo *experiência* sintetiza, nesta tese, os elementos que foram levados em conta nas interlocuções com as interlocutoras e o que foi privilegiado na análise.

Para a consideração da *experiência*, levou-se em conta, fundamentalmente, a noção de *diálogo*, que representa o nosso olhar teórico-metodológico no tratamento e consideração epistemológica dos discursos de nossos interlocutores. Neste sentido, ressalta-se que no próprio desenvolvimento da pesquisa e da escrita etnográfica, ter optado por uma perspectiva dialógica permitiu acompanhar as atividades processuais captadas da *experiência*, essa dialética usada nos discursos e ações, e a partir deste tipo de interação com as interlocutoras, foi possível entender esses processos simultâneos de mudanças. Ao final deste capítulo, são retomadas as discussões que orientaram a prática etnográfica nesta tese e podem vir a contribuir para futuras reflexões a respeito do olhar antropológico sobre as periferias urbanas.

A perspectiva teórica adotada nesta tese, em grande parte teve como inspiração as proposições de Michel de Certeau. Seu olhar sobre a cidade, bem como a perspectiva que apresenta de focar nos seus “praticantes”, permitiu considerar em primeiro lugar os encontros etnográficos. As narrativas e experiências decorrentes destes encontros formaram a base para as reflexões e construções analíticas que foram desenvolvidas, e que, neste capítulo, se busca aprofundar. Como já mencionamos anteriormente, Certeau (1994) fala que os relatos fazem os lugares, e os usuários fazem a cidade, a partir de suas práticas, “percursos” e “enunciações pedestres”. Assim, olhar para estes “lugares praticados”, atravessados por práticas, temporalidades e discursos nos aproxima de uma antropologia urbana interessada na experiência, que encontra ressonância em outros autores, como Delgado (2007) e sua concepção de espaço urbano feito de relações, reelaborado continuamente pelas práticas e discursos de seus usuários e Agier (2011) com sua proposta de “fazer cidade”, esse dado humano e vivo cuja própria complexidade torna-se objeto para a observação.

Eu parto da situação de desnudamento, de um certo vazio. É isso que eu chamei de cidade nua (AGIER, 1999). São aglomerações, pessoas que se juntam, mas não têm nada. O modelo, digamos, é o acampamento de deslocados, pessoas que estão juntas sem nada. O que acontece? Acontece que tem uma duração que começa, e relações começam, famílias se formam, constroem-se casas. Você pode observar um processo que vai fazendo aos poucos uma cidade. Então, para mim, você encontra esse processo em todos os lugares do mundo, é o processo da cidade, que eu chamei do “fazer cidade”. (AGIER, 2010, p. 824).

A proposta etnográfica desta tese e por consequência, sua abordagem teórica emanam da necessidade de fazer uma antropologia conectada ao “fazer cidade”, considerando experiências individuais, continuidades e descontinuidades, trajetórias, paisagens, que configuram um conjunto complexo e processual, o qual se busca dar inteligibilidade a partir da organização textual, mas se expressa continuamente em sua incompletude. Esta abordagem nos permite ir além do olhar cartográfico, àquele que Certeau atribui à linguagem dos poderes, geralmente acionado pelas políticas públicas para caracterizar os espaços, que desconsideram as práticas e visões de mundos daqueles que vivem a fazem este espaço cotidianamente.

Segundo Agier (2010) os processos sociais são explicitados nos contextos urbanos, e nestes cenários a tarefa antropológica consiste em descrever o limite, a fronteira, a diferença, o encontro com o outro: “Hibridação, mestiçagem, fundação de lugares, relação de identidade e alteridade, etnicidade, todas as problemáticas que a antropologia tem são mais agudas, fortes e explícitas em contextos urbanos. Porque o próprio contexto urbano é o encontro, eventualmente o conflito, o encontro com o outro” (AGIER, 2010, p. 828).

Os espaços ditos marginais interessam a Agier (2010) pelo seu desnudamento, ou seja, pela possibilidade de acompanhar melhor os processos que ali se desenvolvem, possibilitando olhar para as fronteiras e limites: “É por isso que se vai em espaços que estão nas *heterotropias* ou o que chamamos *ban-lieu*, o lugar do limite. E observa-se o que vai entrar ou vai sair nesse espaço de fronteira. O que vai também faz com que esse espaço termine existindo ou não existindo” (AGIER, 2010,

p.835-836). Do ponto de vista metodológico, esta escolha nos permite observar o processo e a gênese dos lugares.

A abordagem do cotidiano não é uma novidade no campo antropológico, e tem como um de seus importantes precursores Michel de Certeau (1994), para quem “(...) o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente (...) é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior” (p. 31). Este olhar sobre o cotidiano possibilita olhar para as práticas que Certeau tão sensivelmente levou em consideração, àquela criatividade e inventividade dos mais fracos, que desenvolvem microrresistências e deslocam fronteiras de dominação, através de diferentes *táticas* que permitem uma inversão de perspectiva. Estas “práticas comuns” dos homens ordinários, são consideradas por Certeau “artes de fazer”, operações astuciosas e criativas.

De maneira complementar, a tarefa sociológica, segundo Maffesoli (1996) está em descrever a continuidade na complexidade, características da vida pós-moderna que inauguram uma forma de solidariedade elaborada a partir de complexos processos estéticos, feito de atrações, repulsões, emoções e paixões. Uma colcha de retalhos feita de um conjunto de elementos totalmente diversos. Propõe olhar para as tramas da “socialidade banal” e complementa: “Contar o presente, no momento em que ele se dá, não tem, talvez, grande importância, a não ser pelo fato que, dirigindo-nos aos espíritos lúcidos e exigentes, tornemo-los atentos a essas novas criações que, além das formas e pensamentos convencionais, afirmam-se com força na vida social” (MAFFESOLI, 1996, p. 21). Assim, debruçar-se sobre o cotidiano e o senso comum, estas constatações empíricas do vivido, apresenta a desafiadora tarefa de debruçar-se sobre a heterogeneidade dos fenômenos sociais: “Essa perspectiva sócio-antropológica tem o mérito de acentuar a dignidade dos sentidos, e deita por terra a felicidade que estava relegada ao céu das ideias, ou adiada para um céu por vir. O sensível, enquanto realidade empírica, e o sendo comum, enquanto categoria filosófica, tornam a dar gosto à felicidade terrestre” (MAFFESOLI, 1996, p. 77).

É inevitável reconhecer que terminamos produzindo representações destas alteridades. O cuidado que precisamos tomar, é com as generalizações. Ao discutir as políticas de representação nas narrativas etnográficas Abu-Lughod (2008), apresenta duas razões para que os antropólogos desconfiem de generalizações. A primeira é que toda generalização, por fazer parte de um discurso profissional de

objetividade, é inevitavelmente uma linguagem de poder. A segunda, que reflete problemas mais sérios, é que a generalização acaba produzindo efeitos de homogeneidade, coerência e intemporalidade que contribuem para a criação de “culturas”. Neste sentido complementa: “O problema com o conceito de cultura, portanto, é que apesar de sua intenção positiva, parece servir como uma ferramenta essencial para produzir “outros” (...) A antropologia acaba construindo, produzindo e mantendo a diferença” (ABU-LUGHOD, 2008, p. 12).

Ao comentar sobre nossos modelos analíticos de compreensão dos “outros”, Fonseca (1999) ressalta que: “Ao nos atirmos para a ‘lógica informal da vida cotidiana’, estamos também adentrando uma zona mal definida, mapeando maneiras de ver e pensar o mundo que não são nem homogêneas, nem estanques. Em outras palavras, nossos modelos sempre vão ser uma simplificação grosseira da realidade” (FONSECA, 1999, p. 76). Assim os modelos analíticos podem e devem ser usados como alternativas, que permitem ampliar o leque de interpretações possíveis, daí a sua emblemática expressão que dá nome a este artigo citado “cada caso é um caso”, e portanto, nossa postura analítica deve levar em conta ressalvas e especificidades apresentadas para nós durante o trabalho de campo.

Neste trabalho se procurou perceber as dinâmicas de significação do espaço ou subjetivação do território a partir das *narrativas*, *socialidades* e *redes* criadas e recriadas cotidianamente por seus moradores. Esta abordagem permitiu acompanhar parte dos movimentos, relações, pessoas, eventos, imagens e narrativas emanadas da paisagem relacional destes *lugares*, dos *processos* contínuos que os alteram, significam e ressignificam, territorializam e desterritorializam. Assim, nos interessou buscar a pluralidade de sentidos produzidos, que expressam e materializam a diversidade e dinâmica destes espaços.

Para análise das narrativas selecionadas, que são ao mesmo tempo texto, vivências e pensamentos (BAHKTIN, 2010) ou relatos de espaço que articulam práticas e significados (CERTEAU, 1994), a preocupação na construção da representação etnográfica não pode ignorar a dialocidade inerente à prática das interlocuções que construímos em campo e a subsequente transformação destes diálogos em texto escrito. Assim, a proposta neste trabalho foi priorizar o *dialogismo*, não ignorando as relações de poder inerentes à escrita etnográfica, mas considerando a interação entre significados e a narração como um evento social e comunicativo.

Quando pensamos nas narrativas que constroem imaginários de *lugar*, podemos perceber que em contraposição às definições da cidade

como um lugar de relações impessoais e anonimato (VELHO, 2000), a periferia em que pesquisamos é fortemente marcada por relações pessoalizadas, onde as interlocutoras de conhecem, se reconhecem e se ajudam mutuamente. É comum reconhecer laços de parentesco entre moradores próximos, contínuas “trocas matrimoniais” entre as mesmas famílias, a perpetuação de laços de compadrio, entre outros.

Assim, o processo de escrita do texto reflete estas relações *dialógicas*, resultados das relações de alteridade e da experiência de campo, estas sempre embebidas pela situação inevitável do poder da representação antropológica diante da realidade, pois construímos significados através do texto.

Segundo Hall (1997) a linguagem é o meio privilegiado através do qual “construímos sentido” para as coisas, é onde o significado é produzido e compartilhado. A partir desta premissa, pensar na *representação* requer considerar que esta, quando realizada através da linguagem, é central no processo de produção de significados. Assim, este compartilhamento de significados não procura tornar a *cultura* unitária e cognitiva, como o autor explica:

Em qualquer cultura, há sempre uma grande diversidade de significados sobre qualquer tópico, e mais do que uma maneira de interpretá-lo ou representá-lo. Também, a cultura abarca sentimentos, conexões e emoções, assim como conceitos e ideias (...) Acima de tudo, os significados culturais não estão apenas “na cabeça”. Eles organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nossas condutas e conseqüentemente tem efeitos reais e práticos. (HALL, 1997, p. 2-3, *tradução minha*).

Assim, o significado das coisas (objetos, pessoas, eventos) se dá pelo seu uso cotidiano, e a maneira como são chamadas, pensadas e sentidas, ou seja, as maneiras como são representadas é que lhes dão significados (HALL, 1997). Ainda “o significado está constantemente sendo produzido e modificado em cada interação pessoal e social da qual participamos” (HALL, 1997, p. 3). Deste modo, podemos compreender que nossos sistemas de representação acabam fixando os significados que são fluidos na dinâmica social, mas ao estarmos conscientes de sua não transparência e simplicidade, procurar explorar e clarificar as complexidades dos conceitos e teorias. É neste sentido que se buscou explorar certas categorias nativas que aparecem nos discursos

e nas práticas de maneira a nos fornecer maneiras de compreender a realidade estudada. Pois, como comenta Hall (1997)

Os discursos são maneiras de referir-se ao nosso conhecimento construído sobre um tópico particular da prática: um aglomerado (ou *formação*) de ideias, imagens e práticas, que fornecem maneiras de falar sobre, formas de conhecimento e conduta associadas com (...) o termo 'discursivo' tem sido usado geralmente para referir a qualquer enfoque no qual significado, representação e cultura são considerados constitutivos (HALL, 1997, p. 6, *tradução minha*).

Assim, penso ser possível explorar esta forma de compreender o discurso, tanto para pensar as maneiras pelas quais construímos o texto etnográfico, como para pensar os discursos dos nossos sujeitos em nossas interlocuções em campo.

Certeau (1994) ao refletir sobre a prática da escrita apresenta três elementos, o primeiro: "(...) a página em branco: um espaço 'próprio' circunscreve um lugar de produção para o sujeito. Trata-se de um lugar desenfeitado das ambiguidades do mundo (...) Coloca-se uma superfície autônoma sob o olhar do sujeito que assim dá a si mesmo o campo de um fazer próprio" (p. 226), este fazer é a tarefa da antropóloga em inscrever e produzir texto.

Assim, chega-se ao segundo elemento da escrita conforme Certeau (1994):

(...) Em segundo lugar, ai se constrói um texto. Fragmentos ou materiais linguísticos são tratados (...) neste espaço, segundo métodos explicitáveis e de modo a produzir uma ordem. Uma série de operações articuladas (gestuais e mentais) – literalmente é isto escrever, - vai traçando na páginas trajetórias que desenharam palavras, frases e, enfim, um sistema. Noutras palavras, na página em branco, uma prática itinerante, progressiva e regulamentada – uma caminhada – compõem o artefato de um outro 'mundo', agora não recebido, mas fabricado. O modelo de uma razão produtora escreve-se sobre o não-lugar da folha de papel (CERTEAU, 1994, p. 226).

Da folha em branco a inscrição, a fabricação de uma ordem, operacionalizada segundo os princípios explícitos ou não de um autor. Ao que se chega ao terceiro elemento:

(...) esta construção não é apenas um jogo. Sem dúvida, em toda sociedade, o jogo é um teatro onde se representa a formalidade das práticas, mas tem como condição de possibilidade o fato de ser distinto das práticas sociais efetivas. Pelo contrário, o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la (...) A ilha da página é um local de passagem onde se opera uma inversão industrial: o que entra nela é um ‘recebido’, e o que sai dela é um ‘produto’. As coisas que entram na página são sinais de uma ‘passividade’ do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas do seu poder de fabricar objetos. No final das contas, a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e criado dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior (CERTEAU, 1994, p. 226).

Assim, a difícil tarefa de condensar uma experiência densa como a etnográfica em um texto, empreende um jogo, mas um jogo conectado ao real, à vida que se processou diante das interlocuções, dos diálogos e das intermitências do campo.

Cabe aqui também refletir que, para uma antropologia urbana, o viés *processual* pode ser uma interessante abordagem teórico-metodológica, como possibilidade de apreender essa realidade fluida e instável que caracteriza a vida nas cidades. Neste sentido, na concepção de Hannerz (1986) a vida urbana se caracteriza pela fluidez, ou seja, que apesar de podermos identificar vínculos, estes são duradouros apenas dentro de certos limites, ou seja: “Na estrutura social se produzem novos movimentos e encontros resultado da reorganização dos papéis e relações” (p.300). Assim, o que Hannerz denomina fluidez remete-se especialmente às mudanças inerentes às relações tipicamente urbanas:

Observemos o repertório e a rede de um habitante da cidade em certo momento determinado e regressemos uns anos depois: talvez tenha mudado de trabalho, se tenha mudado para outro lugar e iniciado um novo passatempo em seus tempos de ócio; mesmo no âmbito do parentesco e assuntos domésticos a situação é igual, porque se divorciou e voltou a casar (...). O potencial de mudança pessoal na cidade é incomparável com outras formas de comunidade. A isso denominamos fluidez da vida urbana. (HANNERZ, 1986, p. 300).

Na perspectiva de Hannerz (1986) esta fluidez é observada especialmente no âmbito das mudanças nas relações e redes: “(...) em uma sociedade fluida o indivíduo pode ter, em qualquer momento, certo interesse pela possibilidade de mudar sua situação, para a qual, observa atentamente e continuamente seu entorno em busca de novas oportunidades em papéis e relações” (p. 307). A proposta desta tese, apesar de semelhante a esta abordagem, procura ir além, pois inclui-se aqui as mobilidades pelo território, além das redes e relações, ambas intrinsecamente conectadas conformam um cenário de múltiplas e contínua transformações que se procurou analisar em termos de *processualidades*.

4.1 LUGARES, REDES E SOCIALIDADES

Neste trabalho, pensar a periferia significou perceber em diferentes âmbitos do cotidiano, maneiras através das quais as mulheres que participaram da pesquisa estabelecem relações entre si e com o território, estas relações por sua vez foram traduzidas em termos de *socialidades* e *redes*. Esta tradução teórica representou a título desta pesquisa, o que consideramos mais adequado para contemplar a realidade dinâmica que encontramos em campo.

Por um lado, pensar o território em termos de *lugares* significou considerar em primeiro plano as práticas narrativas que culminam com a construção de *sentidos de lugar*, identidades associadas ao território que nos permitiram analisar em termos de relações de pertencimento e de distanciamento, significados atribuídos aos lugares e práticas dos sujeitos envolvidos. Assim, a construção do *lugar* traz em si a

possibilidade de uma análise em termos relacionais, envolvendo tanto pertencimentos como distanciamentos, que refletem diferença e identidade. Nestes termos, foi possível analisar o território em suas articulações fluidas e não fixas de fronteiras entre o lugar próprio e do outro, e esta situacionalidade do *lugar* é retomada na tese como característica sustentadora das *processualidades* periféricas.

Esta abordagem antropológica do espaço leva em conta uma junção dos aspectos materiais e simbólicos para uma abordagem relacional. São muitos os autores que contribuíram para a consolidação deste olhar, além dos já mencionados, cabe aqui retomar as proposições de Bourdieu (2008), para quem:

O espaço social tal como foi descrito é uma representação abstrata, produzida mediante um trabalho específico de construção e, à maneira de um mapa, proporciona uma visão panorâmica, um ponde de vista sobre o conjunto dos pontos a partir dos quais os agentes comuns – entre eles, o sociólogo ou o próprio leitor em suas condutas habituais – lançam seu olhar sobre o mundo social. Assim, ao fazer existir, na simultaneidade de uma totalidade perceptível obtida por uma só espiadela (...) determinadas posições, cuja totalidade e multiplicidade de suas relações nunca podem ser apreendidas pelos agentes, ele é para o espaço prático da existência cotidiana com suas distâncias, mantidas ou definidas, e seus semelhantes que podem estar mais longe do que os estranhos, o que o espaço da geometria é para o espaço hodológico da experiência comum com suas lacunas e descontinuidades. (BOURDIEU, 2008, p. 162).

Os *lugares* se transformam, de tal forma que se constrói a identidade do lugar através do discurso e das práticas. Através de exemplos etnográficos, procuramos compreender a construção dos *lugares* em termos de identidade e alteridade. Como afirma Augé (1998): “(...) é preciso lembrar mais uma vez (contra uma visão substancialista e imóvel da identidade e da cultura, que só permitiria torna-la totalmente transparente), que ambas são construções, processos. Não existe afirmação identitária sem redefinição das relações de

alteridade, como não há cultura viva sem recriação cultural” (AUGÉ, 1998, p. 28).

Deste modo, procuramos analisar as *subjetivações do território*, ou seja, as maneiras através das quais as interlocutoras significam espaços diferentemente, a partir de memórias e subjetividades individuais, mas que, no entanto, dizem de relações e reconhecimentos compartilhados coletivamente. Para Augé (1998) um dos registros para interpretar os imaginários refere-se à relação ou o registro do simbólico, para ele: “As imagens, a partir do momento em que são materializadas, são instrumentos de relação: é preciso reconhecer-se nelas (reconhecer nelas a identidade que partilhamos com outros por meio delas) para reconhecê-las como potências efetivas ou representantes de uma potência efetiva (p. 77).

Na perspectiva de evidenciar as “cores” atribuídas ao território, demonstramos como as mulheres-flores constroem em suas narrativas sentidos de aproximação e distanciamento com relação aos espaços dentro dos bairros, consolidando determinados *lugares* como próprios e dotados de significados identitários, e outros como *lugares de alteridade*, significados simbolicamente pela diferença e distanciamento.

Os *lugares* próprios podem ser diretamente relacionados com sua potencialidade de refletirem e produzirem identidades específicas, compartilhadas entre os moradores de um mesmo *lugar*. Estes foram analisados em termos de pertencimento, sendo uma das formas mais presentes as nomeações que atribuem sentido simbólico aos territórios. Estes nomes, como favela, baixada e Vila, são sempre situacionais e posicionais, ou seja, dependendo do lugar de fala, o nome dado pode alterar-se, assim, por exemplo, a oposição *embaixo/em cima* é significada a partir de uma relação entre condições melhores e piores de vida, ou nos casos registrados anteriormente, em termos de passado e presente.

Identificamos na etnografia que as nomeações dos nomes dos bairros (São Pedro ou Bom Pastor) são acionados cotidianamente como formas comuns de identificação com os espaços vividos. No entanto, percebemos que há uma indefinição das fronteiras entre os mesmos, fazendo com que o nome “São Pedro” seja simbolicamente mais forte, o que faz com os sujeitos, muitas vezes, busquem estratégias de distanciamento desta forma de nomear. Por ser o bairro mais antigo (que inclusive englobava o atual bairro Bom Pastor), o nome São Pedro, para as interlocutoras da pesquisa, significa um nome comumente acionado e de fácil referência e identificação espacial, já Bom Pastor não é tão

usado, no caso dos moradores da Vila Betinho, por exemplo, que fica no Bom Pastor, se usa, geralmente, o nome Vila.

Por outro lado, para análise das construções de *lugares* foi analisada a forma de apropriação denominada **direito**, que representa uma prática que compartilha significados e “modos de fazer” (CERTEAU, 1994). Neste sentido, podemos dizer que a categoria **direito** estabelece uma conexão entre espaço e experiência coletiva, que nos termos de Mafessoli (1996), através de um processo de identificação, sua proximidade e mesmo conexão podem representar a solidariedade que imbricam os moradores “Escorando-se umas nas outras, elas exprimem a potência do laço social, o espírito comunitário que é sua causa e efeito” (MAFFESOLI, 1996p. 336). Este princípio de compreensão pode ser usado para pensar estas áreas denominadas **direito**, pois estas agregações se caracterizam por um lado, por ser uma prática coletiva e não individual (há sempre uma ocupação anterior que justifica a presença na área), é uma ocupação espontânea e não-política (no sentido de um movimento organizado), mas segue uma lógica compartilhada que se traduz em um *estar-junto* em termos de compartilhamento simbólico de um mesmo processo de *identificação*: “(...) a sensibilidade barroca que justamente colocara a tônica na instabilidade, na mobilidade, na metamorfose dos diversos elementos que compõem um dado conjunto (...) É isso o que pode nos incitar a ver a *lógica da identidade* substituída por uma *lógica da identificação* em vias de elaboração” (p. 349).

A *processualidade* que encontramos nas mobilidades pelo território, aparece com maior ênfase nas áreas irregulares reconhecidas pelos sujeitos da pesquisa como **direito**. Através de diferentes relatos sobre formas de uso e significado destes lugares, aparecem diferentes táticas para ocupação efetiva do território. É interessante observar que o que legitima a propriedade do **direito** é a ocupação (aqui e agora) e não a relação de tempo, antiguidade, etc; sendo mais uma vez possível compreender como uma prática que encarna a lógica do *presenteísmo* que fala Maffesoli, caracterizada simbolicamente por sua transitoriedade e fluidez.

A noção de **direito**, é um termo nativo acionado minimamente para duas situações diferentes, por um lado, expressa sua conotação jurídica constitucional quando os atores declaram que lutam pelos seus direitos ante as instituições habitacionais, municipais – é princípio de sentido. Por outro lado, a noção de **direito** é acionada por eles também, quando referem-se às áreas ocupadas nos territórios da periferia transformando aquilo que é fruto de uma ocupação irregular numa área

de **direito** (a ela podem retornar, ela pode ser vendida, alugada, cedida) – é prática e território. Essa noção, usada frequentemente entre os sujeitos, é uma das referências mais importantes para pensar as mobilidades desta periferia. Uma lógica ou *tática* (CERTEAU, 1994) que implica positivar o que refere-se à provisoriidade e transitoriedade no território. Dado que a condição de **direito** por eles atribuído ao lote permite que este seja, vendido, alugado, reconhecido como propriedade. Assim, **direito** é um termo compartilhado pelos sujeitos, seus significados são compreendidos e fazem parte da lógica local que dizem, tanto das relações políticas e de apropriação do território, quanto de um “modo de ser” compartilhado (MAFFESOLI, 1996).

Conectada à noção de direito, problematizamos a noção de **brigue**. Cabe aqui ressaltar que, embora, o termo **briguear** seja usado fora e dentro da periferia com bastante semelhança em seu significado, neste lugar está revestido de uma importância que diz das práticas e dos significados atribuídos a estas práticas. Vimos que especialmente a *processualidade* se reconhece no território a partir das constantes alterações dos lugares, mobilidades e alternância dos moradores. É perceptível uma circulação das pessoas pelo território, seja alternando o lugar de moradia, acessando novas formas, transferências, reocupações. A estas constantes mudanças envolvem as negociações que os nativos denominam **briques**, uma gama de ações que envolvem negócios, trocas e agenciamentos dos bens em relações de alternância da propriedade. Assim, no plano das ações cotidianas, **briguear** remete à uma lógica nativa que reflete diversas táticas dos sujeitos para lidar com as mobilidades.

Como vimos no discurso de nossos informantes sob a apropriação local do termo **direito**, que lhes outorga poderes aos moradores da periferia auferindo-lhes uma segurança temporária, no ato de **briguear**, pode-se auferir também estratégias dessa lógica. As trocas e vendas praticadas corriqueiramente pelos sujeitos constituídas sob a lógica da informalidade, não exigem-se nem comprovantes nem contratos, agilizam as transações quando necessárias, e aplica-se por sua vez, a confiança nessa troca. Percebemos a partir da pesquisa de campo, que geralmente os **briques** estão diretamente ou indiretamente conectados às redes dos sujeitos, de maneira que negociam entre conhecidos, ou por intermédio de um conhecido. Ambas as noções: **direito** e **brigue** aparecem especialmente nas situações de mobilidade pelo território.

Deste modo as histórias de *mobilidades* nos permitiram vislumbrar a complexidade dos *processos* inerentes à constituição das periferias urbanas. Assim foi possível analisar a *processualidade* em

termos dos arranjos domésticos familiares – puxadinhos, coabitação, alianças. A seguir serão retomados os exemplos etnográficos, enfatizando, que as *mobilidades* pelo território expressam práticas de transitoriedade, ajustes e arranjos que podem se organizar em torno de estratégias de vida, ao mesmo tempo em que expressam concepções sobre o território.

Das mobilidades pelo território que foram exploradas nos relatos etnográficos, é possível reconhecer uma tática nativa de luta, que caracteriza essa *processualidade*. As interlocutoras reconhecem em suas trajetórias de vida e práticas cotidianas, ações que remetem ao reconhecimento de seus direitos sociais, entre eles o acesso à terra. A inventividade revelada impõe novas formas de pensar a periferia e de interagir com outras lógicas de usos e práticas no território, que se expressam, entre outras, nas noções já mencionadas de **direito e brique** (seus acionamentos, manipulações e usos).

Quando analisamos as trajetórias que envolvem o acesso à moradia através de políticas habitacionais e o posterior retorno à periferia, seja através da venda da casa ou mesmo da “entrega” para a prefeitura, como foi relatado, observamos trajetórias que muitas vezes paradoxalmente se poderia, de fora, interpretar que as pessoas não valorizam o acesso à casa promovido pelas políticas públicas, a segurança, os pagamentos mínimos, a propriedade. Mas o que se é interessante observar são as diferentes estratégias criativas, relacionadas ao *presenteísmo* que fala Maffesoli (1996), nesta situação de migrantes em mobilidade pelo território, utilizam-se taticamente dessas situações e transitam tranquilamente entre os terrenos da “segurança” e da “insegurança”. Parece ser possível pensar aqui nos termos colocados por Maffesoli (2007), estamos diante de uma vida social sem projeto, a qual não se pode buscar causalidades e finalidades mecânicas. O autor aponta para o retorno do nomadismo, de formas de vínculos sociais que são supra-históricos, “O sentido que não se tensiona mais em direção a um alvo distante, se ‘*tensiona no*’ (*in tendere*) que é vivenciado, aqui e agora, com outros (...) É uma outra forma de coerência. Um concordância com os outros e com o mundo que é ‘supra-histórica’. Uma coesão interna, por assim dizer” (MAFFESOLI, 2007, p. 39).

Ou seja, as moradoras constroem uma tática maior, que apesar de conectada às memórias e a um passado acionado como legitimador das práticas (no caso de **Tulipa** as relações de antiguidade – morava lá antes – é acionada taticamente como mais um discurso de empoderamento para conquista da área), fazem uso de categorias como **direito** para consolidar seu lugar, mesmo que este seja transitório para outro, faz

parte de um projeto, que envolve, entre outras coisas, permanecer na periferia em que consolidaram uma importante rede de relações, e que, por este motivo, oferece uma zona de conforto. Não aceitam passivamente a nova condição de moradia. Isto não significa dizer que negam este direito à casa, pelo contrário, acionam em seus discursos e práticas formas estratégicas de conseguir este direito, mas depois vendem, negociam, fazem **briques**, dão respostas diferentes. Mudam-se, retornam, fazem uso de certa identidade situacional (identidades manipuladas, acionadas em contextos distintos). Assim, se pode dizer que as pessoas têm coragem nas formas de desagregar e reagregar, ou seja, há uma positividade na desagregação, e nestas lógicas aparecem diferentes relações de tempo e espaço, diferentes e não óbvias relações entre razão e significado. Mas a proposta aqui é analisar a noção de **direito** envolvendo seus aspectos simbólicos e estéticos que, nas socialidades observadas, são muito mais relevantes e acionadas em relação às lógicas econômico-políticas.

Ao comentar sua perspectiva para a análise do social, Maffesoli (1996) inicialmente propõe a superação da dicotomia entre razão e imaginário, pois “(...) há um hedonismo do cotidiano que subentende e sustenta toda vida em sociedade” (p. 11). Deste modo, as relações sociais não são regidas por instâncias mecânicas e objetivas:

Ao contrário, essas relações tornam-se relações animadas por e a partir do que é intrínseco, vivido no dia-a-dia, de um modo orgânico; além disso, elas tornam a centrar-se sobre o que é da ordem da proximidade. Em suma, o laço social torna-se emocional. Assim, elabora-se um modo de ser (*ethos*) onde o que é experimentado com outros será primordial. É isso que designarei pela expressão “*ética da estética*” (MAFFESOLI, 1996, p. 12, *grifos do autor*).

Deste modo Maffesoli (1996) inclui como central para refletir sobre a vida social a questão da estética, que para ele significa “cultura dos sentimentos, simbolismo, ou para empregar uma expressão mais moderna, enquanto lógica comunicacional, assegura a conjunção de elementos até então separados” (p. 57), possibilitando pensar as formas de relações que caracterizam o que ele chama *socialidade* “esse estar-junto desordenado, versátil e completamente inatingível sem isso” (p. 13). Deste modo, podemos interpretar que este sentido compartilhado de denominar como **direito** áreas ocupadas, remete, por um lado a estes

sentimentos mútuos de um certo “modo de ser” e por outro, remete à experiência compartilhada, a este “estar junto” que fala Maffesoli, e que reforça a potência significativa desta prática/sentido/relação que é o **direito**.

Com relação às *redes* analisadas anteriormente, podemos destacar aquelas que apresentam elementos que nos permitem destacar as *processualidades* que expressam o que chamamos de incompletude e contínuo *dever* da periferia. Das práticas cotidianas e seus significados foram destacadas na etnografia algumas formas de *socialidades* que nos permitem reconhecer a *processualidade* em diferentes âmbitos do cotidiano, que não apenas nas relações com o território. Juntamente com estas *mobilidades* territoriais surgem alianças e arranjos também em si processuais, que recolocam o tema da fluidez das relações e contínua reconfiguração dos papéis, que optamos analisar enquanto *redes*. Aqui cabe, por um lado pensar nas *redes* que envolvem família, vizinhança e conjugalidades; e por outro as *redes* de trabalho.

Das *redes* de vizinhança destacamos suas articulações em torno de parentalidades, conjugalidades, compadrios e acionamentos de laços afetivos de diferentes ordens, que fazem da experiência nesta periferia analisada um emaranhado de *socialidades* importantes para a sustentação cotidiana da vida, reciprocidades e solução de conflitos. As constituições familiares envolvem não apenas conjugalidades vividas em termos de união (amigar-se, morar junto, casar, etc.), mas também nos agenciamentos com relação à criação de filhos (biológicos ou adotados). Assim, a partir dos dados, constatamos que a relação de vizinhança é sempre uma “relação de reconhecimento” (HANNERZ, 1986).

Dentre as *socialidades* apresentadas na etnografia, destacamos as que envolvem relações de vizinhança oferecem uma interessante perspectiva de análise do cotidiano nos bairros estudados. Observamos que, muitas vezes, as relações de parentesco fornecem os eixos para as escolhas dos sujeitos ao estabelecerem ou fortalecerem *redes* e vínculos de vizinhança, fazendo com que as agregações de casas e terrenos, por proximidade, criem efetivos laços de vizinhança entre parentes, que compartilham espaços próximos de moradia. Ou seja, a análise das relações de vizinhança perpassa a análise dos arranjos familiares que envolvem a solução habitacional que descrevemos como **puxadinhos**. Estes arranjos podem acontecer em diferentes circunstâncias, e podem ser transitórios ou definitivos.

Assim, os laços de parentesco são fundamentais para as *socialidades* nesta periferia estudada, sendo efetivamente acionados

cotidianamente tanto os “parentes” consanguíneos quanto os agregados, estes parentes são resultantes de relações de conjugalidades, compadrios ou adoções, como vimos anteriormente. Ou seja, ser “parente” pode passar por uma relação de consideração e não de “sangue”. Fonseca (2007) ao discutir o lugar que ocupa *família* no contexto das pesquisas antropológicas, ressalta que a noção de *parentesco* aparece como alternativa à matriz biológica de conexão. Em estudo anterior sobre a organização familiar em vilas populares de Porto Alegre, ressaltou o que denominou “circulação de crianças”, prática sustentada por idas e vindas de crianças entre suas madrinhas, avós e outras “mães” e comenta:

(...) a escolha da família de criação não é aleatória... Além de considerações “práticas” (ou, junto com elas), obedece a uma lógica simbólica que dá um peso enorme à rede de parentes consanguíneos. Formam-se redes em função da necessidade de ajuda mútua, mas também a ajuda pode ser acionada – mesmo quando não existe necessidade imediata – para preservar ou reforçar redes já existentes. Neste último caso, crianças podem ser usadas como elemento de troca, para consolidar vínculos da rede externa de parentesco. (FONSECA, 1999, p. 72).

Ainda sobre a circulação de crianças, Fonseca (1999) aponta que esta prática muitas vezes fortalece as relações de solidariedade do grupo familiar, quando uma mulher recebe e abriga os filhos do marido, de um irmão ou filho, de maneira que se mantenha atualizada a identidade paterna da criança, mesmo com a ausência do pai. Deste modo, no caso estudado por Fonseca a “circulação das crianças obedece e reforça os princípios da filiação bilateral” (p.72).

Ao passo que os laços de parentesco são importantes, as próprias relações de vizinhança e amizade terminam por consolidar diferentes formas relacionais no cotidiano das interlocutoras desta pesquisa. As relações de vizinhança e os laços resultantes destas relações são fortalecidos cotidianamente em situações de ajuda mútua e compartilhamento de experiências, conversas em frente às casas ou visitas são muito comuns nos bairros pesquisados, sendo uma das mais mencionadas formas de socialidade presentes no cotidiano especialmente das mulheres, que designam grande importância para este tipo de encontro. Alguns locais como mercadinhos, creches, escolas e igrejas, por agregarem em torno de si muitas pessoas, acabam se

tornando preponderantes para as relações de vizinhança, permitindo encontros e compartilhamentos de experiências e informações. Estes lugares possibilitam que os sujeitos possam encontrar com vizinhos que não visitam sempre, pela distância ou falta de tempo, mas estes momentos de encontro são mencionados pelas interlocutoras como importantes em seu dia-a-dia.

Um dos exemplos etnográficos que podemos citar com referência aos encontros e fortalecimento dos laços de vizinhança são os encontros denominados “Pôr-do-sol”. Estas reuniões são realizadas semanalmente, geralmente na mesma casa (que é alternada no decorrer do ano), e reúnem vizinhos e parentes para estudo bíblico e reflexão. Esta atividade está diretamente relacionada à Igreja Adventista do Sétimo Dia, mas pessoas não batizadas nesta igreja podem e participam. Durante a pesquisa conheci dois desses núcleos, e participei em uma ocasião de parte deste encontro. Cabe ressaltar um importante aspecto com relação à nomenclatura entre si, especialmente quando participam do “Pôr-do-sol”, elas chamam umas às outras de irmã. Esta forma de chamar acaba unificando-as enquanto grupo, pelo compartilhamento de certos valores e acionando assim, uma identidade comum que as aproxima e reforça os laços existentes.

Aqui cabe ressaltar que, assim como aponta Hannerz (1996), na periferia há um repertório de papéis relativamente uniforme, que permite que os sujeitos acionem tipos específicos de relações com posicionamentos e negociações similares. Havendo, assim, o compartilhamento não apenas de um mesmo espaço, mas também de papéis e redes, no que diz respeito à vizinhança “(...) a proximidade relativa teria o maior efeito na formação real de relações” (p. 296). Já discutimos anteriormente que, no caso estudado, as relações de proximidade efetivamente são responsáveis pela definição de uma identidade compartilhada, que, ademais existam diferenças internas, faz parte da afirmação da unidade e diferenciação com o entorno, respaldar o seu lugar de moradia e vizinhos positivamente. Neste sentido, podemos analisar que, por serem moradores do mesmo bairro, compartilhem não apenas o mesmo espaço, mas como afirma Hannerz (1986):

Quando um bairro se encontra implicado intensamente e com uma razoável harmonia em suas próprias relações internas, geralmente se deve à química especial conquistada entre os papéis dos vizinhos dentro e fora dele. Pelo menos

alguns membros tem tempo para dedicar-se às relações de vizinhança; os indivíduos sabem o suficiente uns dos outros para entender seu comportamento o suficiente sem grandes recriminações; e existe certo potencial para as relações complementares e múltiplas. (HANNERZ, 1986, p. 299).

Assim, além de compartilharem cotidianamente relações entre si e com o território, percebemos a importância de um passado comum, através das narrativas que remontam às mobilidades pelo território, que efetivamente tornam as pessoas próximas e vizinhas de fato. Por exemplo, no caso da Vila Betinho, percebe-se claramente que o passado comum de trabalho nos mutirões para construção dos banheiros, é acionado para legitimar e reforçar as relações de vizinhança.

As *redes* que perpassam as relações de trabalho, que no caso da etnografia, ressaltamos as que envolvem o trabalho com o lixo, articulam redes de trabalho familiares ou coletivas que incluem saberes e práticas específicas que auxiliam nos agenciamentos para acesso aos materiais bem como a organização para o trabalho. Assim, anteriormente ressaltamos que esta modalidade de trabalho envolve diferentes *práticas* que perpassam o itinerário pelo território, a coleta, o armazenamento, a separação e a venda destes materiais. Estes “modos de fazer” podem se caracterizar em trabalhos individuais ou coletivos, sendo a segunda mais comum, mesmo que restrito ao núcleo familiar.

Percebemos durante a etnografia, diferentes momentos nos quais o trabalho com a reciclagem envolveu práticas de ajuda e compartilhamento, seja no caso de empréstimos de carrinhos ou mesmo na “iniciação” ao trabalho com o lixo. Também podemos dizer que há processualidades em relação ao trabalho com o lixo – tanto com relação ao trabalho em situações emergenciais (transições, mudanças); mas também como percebemos que o trabalho com o lixo é um contínuo “vir a ser”, é coleta e transformação, é circulação (pelo território e pelos estágios da vida).

Aqui estamos falando de uma atividade de subsistência e laborativa, mas para além de ser uma prática econômica, envolve aspectos que vão além desta percepção, envolvendo concepções sobre este trabalho, *táticas* de sobrevivência, em outros. Assim, neste sentido, as agregações que envolvem o trabalho de coleta de materiais recicláveis podem ser analisadas a partir da concepção de Mafessoli (1996) de “estar-junto”, agregações cotidianas e espontâneas que superam um

sistema de relações econômico-políticas e abarcam relações interativas, feitas de afetos, emoções e sensações. Maffesoli (1996) usa o termo “afinidades eletivas” para definir essas socialidades:

[a] empatia particular com o ambiente comunitário. Isso pode parecer um pouco abstrato e, no entanto, várias atitudes caridosas, ajudas associativas, divisão de trabalho, pequenas sociabilidades de vizinhanças ou de “encargos” no quadro das proximidades são, sem isso, incompreensíveis (...) Tudo isso está imerso num ambiente afetuosos, emocional que torna bem difícil a análise ou a ação simplesmente racional. (MAFFESOLI, 1996, p. 15)

Estas características vão permitir uma aproximação com a “experiência sensível”, sempre relacional, reflete a vivência, a espontaneidade e a empatia compartilhadas. Neste sentido, a experiência não se refere apenas a situações individuais, mas dados coletivos de afetividades e sentidos que envolvem dimensões estéticas do *experimental* em comum: “Um lugar – cidade, bairro, casa, país – nos é familiar porque é constituído de todos esses rituais insignificantes, essas maneiras de ser que, de um lado a outro, constituem o ‘saber incorporado’” (p. 121).

No decorrer das descrições e análises etnográficas, procuramos ressaltar as *experiências* das interlocutoras, que expressaram através de práticas cotidianas e narrativas, maneiras através das quais articulam em suas vivências, sempre relacionais e partilhadas, significados, afetividades e estéticas de sentido que configuram, nesta tese, o que se traduziu como *redes* e *socialidades*, ambas configurando a experiência dinâmica, contínua e processual de “fazer-periferia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do marco teórico-metodológico da antropologia, este trabalho desenvolveu um estudo etnográfico que buscou aproximar-se da realidade cotidiana e relacional de mulheres que vivem nas periferias chapecoenses, delimitadas geograficamente, por dois bairros: São Pedro e Bom Pastor. Este olhar guiou as possibilidades analíticas e representacionais subsequentes, culminando com a produção de um texto que buscou organizar a experiência etnográfica em categorizações e leituras teóricas para dar inteligibilidade a este fluido, dinâmico e processual cotidiano.

Deste universo da pesquisa, que apesar de ter um marco espacial e um lugar de fala definido (a partir de um específico olhar e contexto de pesquisa), optamos nos guiar pelas narrativas e discursividades das interlocutoras para construir as análises e apresentar as relevâncias do campo. Esta escolha está orientada, por um lado, pela opção em dar relevância às práticas cotidianas, que a partir de Certeau (1994) aparecem nos *relatos* de espaço, que são simultaneamente práticas e significados. E por outro, a proposta de uma antropologia dialógica nos motivou a conceber maneiras de considerar os discursos e suas contextualizações como lugares preponderantes para a análise dos *significados* e *experiências* das interlocutoras da pesquisa.

Assim, destacamos *lugares* construídos a partir de processos de identificação e pertencimento, bem como, *lugares* permeados por relações de distanciamento e diferença. Neste sentido, as relações de alteridade permeiam, tanto os discursos quanto as práticas das mulheres com quem dialoguei, e nos possibilitam pensar a fragmentação e processualidades nos espaços periféricos. Destacamos os cenários de *socialidades* que demonstram as relações citadas. Dentre os exemplos etnográficos, aqueles que dizem das *mobilidades* pelos territórios e maneiras de significá-los foram colocados em relevo na tentativa de demonstrar as maneiras com que as interlocutoras acionam diferentes *redes* e *socialidades* em seu cotidiano.

Das relações de pertencimento e *táticas* acionadas pelos sujeitos nas relações práticas e simbólicas com o território, destacamos a categoria nativa de **direito**, que demonstra com muita pertinência formas através das quais se consolidam *táticas* de ocupação e

significação dos *lugares*, que servem como formas de reprodução social, mobilidade e sobrevivência.

As redes se tecem no cotidiano das afetividades, como Michel Maffesoli lembra, servem de suporte, são maleáveis, mas não frágeis, criando sustentações em termos de unicidade social e compartilhamento daquilo que ele denomina “estar-junto”. Nas relações entre unidade e parte, entre coletivo e individual se constrói a rede de relações interpessoais, e nestas *redes* o sujeito recria significados e produz sentidos para seu *lugar* cotidiano. Ou seja, a partir das *socialidades* traçamos mapas imaginários dos lugares pesquisados, o que nos permitiu encontrar nas “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1994) o traçado simbólico do lugar de pertencimento. Encontrar nestes cenários, memórias e narrativas a possibilidade de uma aproximação a estes lugares e suas moradoras, significou prestar atenção àquilo que se define como cotidiano, representando a nossa tentativa de levar em consideração aqueles aspectos da experiência mais diária e banal, práticas comuns, de pessoas comuns, falando de seu dia-a-dia, dando significado à experiência de viver na periferia.

Acredito que desenvolvi ao longo destes anos uma *antropologia de afetos*. Como já afirmei em diferentes lugares, o olhar que se buscou construir e os envoltivos subsequentes podem ser encontrados num fazer antropológico caracterizado pela experiência compartilhada com estas mulheres, que me afetaram de diferentes maneiras e com as quais desenvolvi diferentes afetos.

Aqui se faz o registro de uma história, daquelas informações/sensações/sentimentos que foi possível organizar, interpretar e socializar enquanto conhecimento formalizado. Ficam tantas outras nas entrelinhas, em outros dados etnográficos, fotografias, áudios, filmagens, memórias, transcrições, diários de campo... tantos outros *lugares* imaginados, que se efetivam como uma densa condensação da experiência etnográfica. A narração aqui construída nos coloca diante do desafio de apresentar um olhar possível, num esforço antropológico de reconhecer o lugar da teoria, dos nativos, do nosso olhar e do olhar do outro, um trabalho de exercício de alteridade, que nos coloca diante do já clássico “ver, ouvir e escrever” de Cardoso de Oliveira (1998), que nos fornece com a simplicidade que lhe era comum um profundo conhecimento, e que diz não apenas de atos cognitivos e habilidades necessárias ao antropólogo@, mas que coloca no centro do nosso fazer a relação com nossos interlocutores, e é esta realidade de pesquisa, o cuidado e a forma com que tratamos nossos sujeitos uma das características mais significativas da antropologia, em minha opinião.

A experiência desta pesquisa representou em minha trajetória acadêmica um marco importante. Compartilhar com estas mulheres momentos marcantes, histórias, lugares e memórias, foi muito gratificante. A possibilidade de compartilhar, nos momentos em que estive de campo, do cotidiano do bairro, dos afazeres domésticos, dos dramas locais, das vivências, me inseriu em uma rede de conexões que transcende o que pude transcrever e organizar nas páginas anteriores. Desta experiência sensível fica o sabor de ter escolhido um bom caminho, nas trilhas da antropologia eu encontrei realmente algo que me comove, me movimento e me estimula a prosseguir. Ao final desta experiência o registro que permanece vai muito além das contribuições antropológicas, teórico-metodológicas que meu fazer possa trazer, este trabalho fala de vida, fala de pessoas, e neste sentido, registra memórias compartilhadas, sentimentos, sensibilidades, minhas e dessas mulheres, que fazem parte da minha história e da minha vida.

REFERÊNCIA

ABRAMO, P. **O mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes metrópoles**: notas para delimitar um objeto de estudo para a América Latina. IPPUR: Rio de Janeiro, 2006.

ABU-LUGHOD, Lila. **Writing women's worlds**. Bedouin Stories. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2008.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

AGIER, Michel. “Lugares e redes: as mediações da cultura urbana” in **Além dos territórios**. A.M. Niemayer e E. Pietrafesa de Godoy (orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. **L'invention de la ville**: banlieues, townships, invasions et favelas. Paris: EAC, 1999.

_____. **As cidades da antropologia**: Entrevista com Michel Agier. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2010, v. 53 n° 2. Entrevista concedida a Janaína Damasceno,

_____. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

ANTUNES, Camila Sissa. **Homogeneidade versus Heterogeneidade?** – conflitos, transformações e dilemas habitacionais na Vila Cachoeira. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. “Retornando à Vila: novo olhar teórico sobre antigos dados de campo” in **Revista Mosaico Social**, Revista do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Ano IV – n. 4 – 2008.

_____. **Do passeio na avenida à balada no prolonga:** sociabilidade no espaço público. O caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC). 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009. Disponível em: < <http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0235-D.pdf>> Acesso em: 01 julho 2012

ANTUNES, Camila Sissa; GUZZON, Izabel A. e MATTIELO, Alexandre M. Trajetórias e vivências cotidianas em um bairro periférico de Chapecó (**Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica**). Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2013.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da modernidade. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **A guerra dos sonhos:** exercícios de etnoficção. Campinas: Papirus, 1998.

BAKHTIN, Mikhail M. **The dialogic imagination** [1981]. Austin: University of Texas Press, 2008.

_____. “Metodologia das ciências humanas” in **Estética da criação verbal**. 5ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. “O problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas. Uma experiência de análise filosófica” in **Estética da criação verbal**. 5ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARNES, J. A. Class and committees in a Norwegian island parish. **Hum. Relat.** 7: 39-58, 1954. Disponível em: < <http://garfield.library.upenn.edu/classics1987/A1987H444300001.pdf>> Acesso em: 05 jul 2013.

BAUMAN, Richard. Verbal Art as Performance. **American Anthropologist**. 77 (2), p. 290-311, 1975.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. **Annual Review of Anthropology**. v. 19, Bernard J. Siegel, ed. Palo Alto, Annual Reviews, Inc. 1990.

BAUMAN, R. e BRIGGS, C. L.. **Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality**. New York, Cambridge: Univerisity Press, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005a.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005b.

BOURDIEU, Pierre (1999). **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. **La miseriadel mundo**. México: FCE, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRIGGS, Charles. **Competence in Performance**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

CALDEIRA, Teresa Pires do. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. "Religious Despair Gives Way to Hope", in **The Times**, Suplemento especial sobre o Brasil, 3/5/1976, p. XV.

CASTELLS, Alicia Norma González de. **“Os hábitos não esquecidos: a recriação da casa COHAB nas mãos do povo”**, Florianópolis, UFSC. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1987.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CERTEAU, Michel de e GIARD, Luce. “Os fantasmas da cidade” In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 189-207.

_____. “Uma ciência prática do singular” In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 335-342.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2.

CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. **Anuário Antropológico 88**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. p. 59-80, 1991.

CUNHA, Marina L.L.R e BORGES, Pedro C.A. O consumidor do lixo: a relação dos catadores de material reciclável com os bens e mercadorias que retiram do lixo. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1/2, p. 9-24, jan./fev. 2010.

DAS, Veena. **Life and Words. Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley, University of California Press, 2007.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELGADO, Manuel. **Sociedades movedizas**. Pasos hacia una antropología de las calles. Barcelona: Anagrama, 2007.

DMITRUK, Hilda B. História, Memória e legados culturais no Oeste Catarinense. In: **Série Interdisciplinar** - Centro de Ciências Humanas e Sociais. Chapecó: Unoesc, Ano 8, n.º 37, 2001.

_____. História, Memória e legados culturais no Oeste Catarinense. In: **Série Interdisciplinar** - Centro de Ciências Humanas e Sociais. Chapecó: Unoesc, Ano 8, n.º 37, 2001.

_____. Gente da terra: percursos teóricos e experiência. In **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, v. 31, p. 411-431, 2009.

_____. Gente da terra: percursos teóricos e experiência. In **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, v. 31, p. 411-431, 2009.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

DURHAM, Eunice e CARDOSO, Ruth. “A investigação antropológica em áreas urbanas”. **Revista de Cultura Vozes**, 67 (2). Petrópolis, Vozes, 1973.

DURHAM, Eunice R. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FEIXA, Carles. “Los estudios sobre culturas juveniles en España – 1960-2004”. In: **Revista de Estudios de Juventud**. Madri, n. 64, mar. 2004.

FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. In PRIORE, MERY. Dell (org). **História das Mulheres no Brasil**, 2a ed. São Paulo: contexto, 1997. (P 511-531).

_____. “Cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, jan/fev/mar/abr 1999, p. 58-78.

_____. **Família, Fofoca e Honra: Etnografia de Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares**, Porto Alegre, UFRGS, 2.^a edição, 2003.

_____. Apresentação: De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Dossiê Famílias em Movimento. **Cadernos PAGU** (29), julho-dezembro de 2007, p. 9-35.

FERREIRA, J. S. W. “Globalização e urbanização subdesenvolvida”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “La ética del cuidado de uno mismo como práctica de la libertad”. [1984]. Entrevista concedida a H. Becker, R. Fornet-Betancourt, A. Gomez-Müller. **Ditset écrits** (1954-1988), Gallimard, París, 1994. Disponível em:
<<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/NOMBRES/article/viewFile/2276/1217>>. Acesso em: 02 fev 2013

FRÚGOLI JR.. Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v. 48, Nº 1, São Paulo, jan-jun/2005, p. 107-124.

FUJITA, Camila; MATIELLO, Alexandre Maurício; ALBA, Rosa Salete. Rede de pólo e micropolos regionais no oeste catarinense. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 2, p. 53 - 79, mai./ago. 2009.

FUJITA, Camila; RIGON, Matheus José; CEOLIN, Sinara. As políticas públicas de habitação em Chapecó-SC e as desigualdades sociais: da produção ao enfrentamento. **2º Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social**. Porto Alegre, maio de 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma. La identidad deteriorada**. Buenos Aires, Amorrortu, 1989.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. In: **Etnográfica**, Vol. X (1), 2006.

GOMES, P. **A ação da Igreja Católica no Bairro São Pedro: um depósito de massa sobranante (1959-1985)**. Monografia (conclusão do curso de História). Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Violência e Sofrimento. **Antropologia em Primeira Mão**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. **Identidade de gênero e sexualidade**. s/d. Disponível em: < <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/GROSSIMiriam.pdf>> Acesso em: 14 maio 2013

GUPTA, Akhil ; FERGUSON, James. Beyond “Culture”: space, identity and the politics os difference. In: GUPTA, Akhil ; FERGUSON, James (edit.). **Culture, power, place: explorations in critical anthropology**. Durham and London: Duke University Press, 1997.

_____. Beyond “Culture”: space, identity and the politics os difference. In: GUPTA, Akhil ; FERGUSON, James (edit.). **Culture, power, place: explorations in critical anthropology**. Durham and London: Duke University Press, 1997.

_____. “Mais além da ‘Cultura’: espaço, identidade e política da diferença” In: Antônio A. Arantes (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GUTIÉRREZ, Alicia B. **Pobre, como siempre**. Estrategias de reproducción de la pobreza. Córdoba: Ferreyra Editor, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. Introduction. In: HALL, Stuart (ed.). **Representation**. Cultural representation and signifying practices. London, California, New Delphi: SAGE Publications Ltd. The Open University, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HANNERZ, Ulf. **Exploración de la ciudad: hacia uma antropología urbana**. México, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, España, Estados

Unidos de América, Peru, Venezuela: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

HASS, Mônica; ALDANA, Myriam; BADALOTI, Rosana Maria. “O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade” in **Ciências Sociais Unisinos**, volume 44 n°. 3, p. 208-219, set/dez 2008.

HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana Maria (Orgs.). **Os planos diretores e os limites de uma gestão urbana democrática: as experiências de Chapecó, Xanxerê e Concórdia (SC)**. Chapecó, SC: Argos, 2010. 209 p.

LAGO, L. “Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana”. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 10, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

LANGDON, E. J. “A fixação da narrativa: do mito para a poética da literatura oral”. **Horizontes Antropológicos**, Ano 5, n. 12, 1999.

_____. Xamãs e xamanismos: reflexões autobiográficas e intertextuais sobre a antropologia. **Revista Ilha**, vol. 11, n. 2, p. 161-191, 2010.

LATOUR, Bruno. “Como prosseguir a tarefa de delinear associações?”, in **Configurações**, n° 2, 2006, pp. 11-27.

_____. **Reassamblar lo social**: una introducción a la teoria del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco. Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, Jun. 2002.

_____. Trajetos e trajetórias: uma perspectiva da antropologia urbana. **Sexta-feira**, Nº 8, São Paulo, Ed. 34, 2006, p. 40-43.

_____. “Introdução. Circuitos de jovens”. In: José Guilherme Cantor Magnani e Bruna Mantese de Souza (orgs.). **Jovens na metrópole**. Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. – 1. ed. – São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007, pp. 15-22.

MANNHEIM, B. and D. Tedlock. Introduction. In: **The Dialogic Emergence of Culture**. Urbana, University of Illinois Press, 1995.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, outubro 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 ago 2014

MARCUS, George E. Experimental forms for the expression of norms in the ethnography of the contemporary. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, 3 (2): 197–217, 2013.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **O Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MARQUES, E. e BICHR, R. “Estado e infra-estrutura urbana: padrões de investimento estatal em São Paulo - 1978/98. Trabalho apresentado no **IX Encontro da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001.

MARQUES, E. e TORRES, H. **São Paulo - segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MATIELLO, A. et al. **Inclusão/exclusão espacial com base nos planos diretores de Chapecó/SC**. Relatório. Chapecó, mai. 2006.

MAYOL, Pierre. “Primeira parte: Morar”. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 37-185.

MAYOL, Pierre. “Primeira parte: morar” In: Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. V.2.

MONTEIRO, Ricardo. **Habitação e integração urbana: um estudo de caso em programas habitacionais no município de Chapecó – SC**. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOSER, L. As condições de vida dos moradores de áreas irregulares em Chapecó. In: **Revistas plurais**, n.01. Chapecó: Grifos, 1995.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. **Vibrant**, v. 11, n. 1, Brasília, junho de 2014, p. 118-158. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/downloads/v11n1_motta.pdf> Acesso em: 20 jul 2014

NEVES, Izabella Maria Zanaga de Camargo e CUNHA, José Marcos Pinto da Cunha. Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 211-237, jan/jun 2010.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 6. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das”. In: **Cadernos Pagu** (35), julho-dezembro de 2010, p. 357-369.

PRYSTHON, Angela. “Estudos Culturais latino-americanos contemporâneos: Periferia, subalternidade, diferença e hibridismo”. **XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. GT 10 Teoria da Comunicação, 1998.

_____. “Margens do mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo”. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 21, agosto de 2003.

RECHE, Daniella. **Leis e Planos Urbanos na Produção da Cidade: O caso de Chapecó, SC**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RECHE, Daniella, SUGAI, Maria Inês, A influência do capital Agroindustrial na distribuição Sócio-Espacial Urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/257.htm>>. Acesso em: 11 de maio de 2013.

REIS, Rogério Costa dos. Espaço, território e territorialidade: aspectos conceituais fundamentais. **Castelo Branco Científica**, ano 1, n. 1, jan/jun 2012.

RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. **Narrativas da diferença**. Chapeco: Argos Editora Universitária, 2004.

_____. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM (UNOESC)**, v. 23, p. 37-71, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q. “Cidade desigual ou Cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIGON, M. J.; FUJITA, C. ; VILLELA, A.L.V. ; MATIELLO, A. M. . A produção habitacional em Chapecó/SC: os assentamentos precários/informais na oferta de moradia. In: **XXX Encontro Estadual de Geografia: outras Geografias: entre território e ambiente, região e desenvolvimento**, Erechim (RS), 2011, p. 580-600.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. **Iuminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre. n. 4, 2001.

ROSA, Thaís Troncos. “Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias”. Trabalho apresentado no GT: A cidade nas Ciências Sociais: teoria, pesquisa e contexto. **33º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (MG), 2009.

ROSANDER, Eva Evers. **Women in a borderland**. Managing muslim identity where Morocco meet Spain. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology, 1991.

SAPIR, Edward. "Language". In: **Culture, Language and Personality: Selected Essays**. Berkeley, University of California Press. 1964. pp. 1-44.

SEGURA, Ramiro. “Si vas a venir a una villa, loco, entrá de otra forma. Distancias sociales, límites espaciales y efectos de lugar en un barrio segregado del gran Buenos Aires”, in GRIMSON, A., FERRAUDI CURTO C. e SEGURA, R. (Comps.) **La vida política en los barrios populares de Buenos Aires**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

_____. “La trama relacional de la periferia de la ciudad de la plata. La figuración “establecidos-outsiders revisitada”. **Publicar**, Ano IX, n. 10, jun 2011.

SÉKULA, R. J. . **Os discursos sobre o bairro São Pedro nos três principais jornais impressos de Chapecó**. In: Regiocom - X Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2005, Chapecó - SC. X Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional (GT5)), 2005.

SIMMEL, Georg. “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: G. Simmel. **Sociologia: Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. “As grandes cidades e a vida do espírito (1903)”. **Revista Mana**, vol.11, n.2. Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77- 116.

STEWART, Kathleen. **A space on the side of the road**. Cultural poetics in an “Other” America. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia. Campinas, Editora Unicamp, 2006.

TAMBIAH, Stanley. “The Magical Power of Words.” In TAMBIAH, Stanley. **Culture, Thought and Social Action**. Cambridge, Harvard University Press, p. 17-59, 1985.

TELLES, Vera da Silva. “Debates: a cidade como questão”. In:

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TORRES, Haroldo da Gama e MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. In.: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. A3, n4, ANPUR, 2001.

URIARTE, Urpi Montoya. Olhar a cidade: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. **Ponto Urbe**, n. 13, 2013.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

_____. "O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia". In: VELHO, Gilberto (org.). **O desafio da cidade**. Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias**: interfaces da geografia econômica com a geografia política. Tese de Doutorado em Geografia, Área de concentração Produção do Espaço Geográfico, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

VILLELA, A. L. V. Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, v. 20, n. 27, p. 159-185, 2007.

_____. Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Argos, v. 20, n. 27, p. 159-185, 2007.

_____. Colonização, Cultura e Território: o caso de Chapecó. **Cadernos do CEOM**, ano 20, n.27, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: **Mana**, Vol. 8 (1), 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada / William Foote Whyte; tradução Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WILSON, Thomas M. Territoriality matters in the anthropology of borders, cities and regions. In **Cadernos do CEOM** – Chapecó: Argos, n. 37 p. 199-216, 2012.

_____. Territoriality matters in the anthropology of borders, cities and regions. In **Cadernos do CEOM** – Chapecó: Argos, n. 37 p. 199-216, 2012.

WOLFF, Juçara Nair. “Escritos sobre a cidade: ‘as mil portas’ da modernização de Chapecó (1960/1970). In: NASCIMENTO, Dorval do e BITENCOURT, João Batista (orgs.). **Dimensões do Urbano. Múltiplas facetas da cidade**. Chapecó: Argos, 2008.

WOORTMANN, Klass e WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias. **Série Antropologia**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie357empdf.pdf>> Acesso em: 04 fev 2014

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

APÊNDICE A – Listagem das interlocutoras da pesquisa

Interlocutoras da pesquisa	Forma do contato	Identificação	Bairro	Vínculos
Acácia	Primário (Pastoral)	Acácia tem 22 anos, dois filhos, não trabalha. O pai de seu filho mais novo está preso, mas eles não estão mais juntos. Nasceu em Chapecó. Vive no bairro há 10 anos.	Vila Betinho Bom Pastor	Irmã de Camomila
Alfazema	Conectado (vizinha de Orquídea)	Alfazema trabalha com materiais recicláveis. É uma senhora de quase setenta anos. Miúda e muito faladeira, de gestos rápidos. Vive em uma casa modesta, com um neto, a filha, recentemente, construiu um puxadinho atrás.	Vila Betinho Bom Pastor	Vizinha de Orquídea e Dália
Amarílis e Lírio	Primário (conhecimento prévio à pesquisa)	O casal trabalha com material reciclável, junto com os filhos. Vivem na casa da mãe de Lírio. São lideranças comunitárias.	Bom Pastor	
Amora	Indicado (pela nora Margarida)	Matriarca de um grande núcleo	São Pedro	Sogra de Margarida

		familiar. Viúva, tem aproximadamente 60 anos.		
Arruda	Primário (Pastoral)	Tem 34 anos, mãe de três filhos. Vive sozinha em uma casa de madeira de quatro peças atrás da casa de sua mãe.	Bom Pastor	Filha de Calêndula.
Azaleia	Primário (Pastoral)	Vive com três filhos, uma nora e uma neta. Ao lado de sua irmã. Vive sozinha há cinco anos. Viveu no lixão com a mãe e outros familiares, e desde então vive no conjunto Vida Nova.	Vida Nova Bom Pastor	
Calêndula	Secundário	Nasceu em Nonoai/RS. Mãe de treze filhos, vive no bairro há 26 anos. Em sua casa há um puxadinho lateral para uma filha, outra casa no terreno atrás para outra filha. E com ela vive uma neta e um bisneto.	Bom Pastor	Mãe de Arruda.
Camélia Alecrim	e Indicado	Ela tem 69 e ele 79 anos. São casados há 54	Vila Betinho Bom Pastor	

		anos. Vivem há muito tempo no bairro e são lideranças, principalmente na Vila Betinho.		
Camélia Antúrio	e	Primário (Pastoral)	Casados há três anos. Camélia tem dois filhos de um casamento anterior e juntos uma bebê de seis meses.	Bom Pastor Vizinha de Dália.
Camomila		Conectado (irmã Acácia)	Vive com a irmã Acácia, e outros três irmãos, a mãe, uma filha e dois sobrinhos. Trabalha em um agroindústria em Seara.	Bom Pastor Irmã de Acácia
Dália		Primário (Pastoral)	Casada, mãe de quatro filhos, trabalha com o marido em construção. Vivem em uma casa em área irregular.	Bom Pastor Vizinha de Camélia e Hortência
Flor		Primário (Pastoral)	Vive há quase vinte anos no bairro, mora com o esposo, uma filha (com deficiência auditiva), um neto e uma irmã (deficiente mental). Cuida do neto e é dona de casa.	Vila Betinho Bom Pastor

Flor de Lótus	Conectado (sogra de Jasmim)	Senhora idosa, moradora há 30 anos da região. Crente, mora em uma pequena peça, na parte da frente de seu filho Crisântemo.	Vila Betinho Bom Pastor	Vila Betinho – Bom Pastor
Gardênia	Primário (contato direto)	Senhora de 72 anos, vive com a filha e quatro netos. Mora há trinta anos no bairro São Pedro.	São Pedro	Vizinha de Gérbera
Gérbera	Primário (contato direto)	Viúva recentemente, mora há vinte anos no bairro. No mesmo terreno tem uma filha. Cuida dos netos, lava roupas para fora como forma de obter renda.	São Pedro	Vizinha de Gardênia
Hortênsia	Secundário	Tem 31 anos, mãe de três filhos e casada. Nasceu no bairro São Pedro, onde sua mãe ainda vive. Há doze anos recebeu o terreno na Vila Betinho. Quando a conheci trabalhava como varredora de rua.	Bom Pastor	Vizinha de Marcela e Rosinha
Iris	Primário (contato direto)	Tem 32 anos, dois filhos.	Bom Pastor	Filha de Margarida.

		Casada, mora no bairro desde pequena. Atualmente não trabalha devido a problemas de saúde.	Vizinha e amiga de Dália.
Jasmim e Crisântemo	Primário (Pastoral)	Ela tem 23 anos, ele 29. Tem três filhos e moram junto com a mãe de Crisântemo (Flor de Lótus).	Vila Betinho Bom Pastor Compadres de Tulipa e Girassol. Nora e filho de Flor de Lótus.
Lavanda e Lírio	Primário (Pastoral)	São pai e filha. Ele vive no São Pedro, ela no Bom Pastor. Lavanda trabalha com material reciclável. Tem cinco filhos. Seu marido está afastado de casa por decisão judicial.	Bom Pastor e São Pedro
Lis	Indicado	Tem 21 anos, trabalha na empresa “Tucano” como varredora de rua. Vive no mesmo terreno da mãe. O marido é viajante e tem um filho.	Bom Pastor Amiga de Jasmin, trabalham juntas.
Manjerona	Conectado	Tem 54 anos, viveu desde a infância na região de Chapecó como agregados. Teve doze irmãos, vieram para Chapecó	São Pedro Filha de Açucena

		<p>inicialmente no bairro Presidente Médice. Atualmente é casada, vive há 15 anos no bairro São Pedro, no terreno também vivem dois filhos. Ela trabalha com artesanato, crochê e costura.</p>		
Marcela	Primário (contato direto)	<p>Tem 24 anos, nasceu em Chapecó, na época os pais viviam na área verde (direito). Tem duas filhas, casada com o pai da primeira filha. Estudou apenas o primeiro grau. Trabalha com reciclagem de materiais.</p>	Bom Pastor	Casada com o enteado de Rosinha.
Margarida	Primário (Pastoral)	<p>Tem 34 anos. Vive em um puxadinho atrás da casa da sogra Amora. Tem cinco filhos. Dois vivem com ela. Na época que nos conhecemos estava grávida. Trabalha em um barracão de reciclagem.</p>	São Pedro	Irmã de Iris, filha de Olivia e nora de Amora.
Narcisa	Primário (Pastoral)	Tem 36 anos, mãe de dois	Vila Betinho Bom Pastor	Cunhada de Tulipa.

		filhos, é a mãe da menina que enviou a cartinha de natal. Vive na Vila, mas sua casa se estende para uma área irregular (de rua).	
Olívia	Indicado (pela filha Margarida)	Tem aproximadamente 50 anos, casada, vive com o companheiro e dois filhos na Vila Betinho. Tem uma pequena venda em casa e participa da igreja Adventista do Sétimo Dia.	Bom Pastor Mãe de Iris e Margarida
Orquídea	Primário (conhecimento prévio à pesquisa)	Vive com o esposo e uma filha. Em seu terreno, outras duas filhas com seus companheiros construíram puxadinhos. É agente de saúde no bairro.	São Pedro
Petúnia	Primário (Pastoral)	Tem 30 anos, vive com quatro filhos e uma nora. Está afastada do serviço por problemas de saúde.	Bom Pastor
Pinheiro	Secundário	Na época da	

Primavera	(conhecimento prévio)	pesquisa vereador em terceiro mandado na cidade, atualmente é deputado estadual.		
	Primário (Pastoral)	Casada há vinte anos, mora com o esposo e os dois filhos menores. Outros dois filhos já casados também residem no bairro. Trabalha com materiais recicláveis, o esposo está afastado por problemas de saúde.	São Pedro	
Rosa	Primário (Pastoral)	Líder da Pastoral da Criança é uma importante liderança na Vila. Mãe de três filhos biológicos e outros cinco criados. Tem uma pequena venda em casa e trabalha com o esposo em um barracão de reciclagem próximo a sua casa.	Vila Betinho Bom Pastor	Casada com Jacinto.
Rosinha	Primário (contato direto)	Rosinha tem 28 anos, tem certa dificuldade cognitiva, está	Vila Betinho Bom Pastor	Filha de Violeta.

Tulipa Girassol	e		sempre com a mãe Violeta. É casada com um homem bem mais velho e tem uma filha de dez anos.	
		Primário (Pastoral)	Casal que conheci vivendo em área irregular. Atualmente vivem na Vila Betinho. Tem três filhos, ela 24 anos e ele 28.	Vila Betinho Bom Pastor
Violeta		Primário (Pastoral)	Casada pela terceira vez, vive com três filhos e o esposo. Atualmente não trabalha, a renda familiar provem da aposentadoria do esposo.	Vila Betinho Bom Pastor

APÊNDICE B – Trecho do diário de campo

A festa de aniversário

Em uma de minhas conversas com **Tulipa**, ela comentou que em breve seria o aniversário de um ano do seu filho mais novo, e queria que eu participasse. Eu disse que sim, seria um prazer. Então ela perguntou: você pode trazer sua câmera para fazer algumas fotos? Considerarei que seria mais uma vez um prazer, pois adoro fotografar e seria uma maneira simbólica de retribuir sua amizade e ajuda desde o início da pesquisa. Passaram as semanas e eu acabei esquecendo desta conversa, até que uma ligação num sábado a noite lembrou-se do compromisso assumido meses antes. A festa seria no dia seguinte, um domingo à tarde, na casa da família na Vila Betinho. Até às 14h do dia seguinte foram várias ligações confirmando se eu iria mesmo, avisando onde eu deveria passar antes, o horário e outros detalhes.

Cheguei no horário marcado, mas estranhei não visualizar nada de festa, até pensei por um momento que havia sido cancelada. Havia umas cinco ou seis crianças esperando, algumas conhecidas por mim vieram correndo até o portão me abraçar. Ao chegar na varanda percebi que a peça anexa a esta escondia um “grande tesouro”. Pude espiar pelo buraco da parte de baixo da porta que estava quebrada e pelas informações que as crianças me traziam, ao entrar na sala silenciosamente e saírem sorradeiras: “Tem balão colorido, bolo e cachorro quente!”. Na sala foi colocada uma mesa, coberta com uma toalha e dispostas bandejas com doces e salgados. No centro um bolo que ainda mantinha a etiqueta do preço (R\$ 39,00), cachorro quente, pastel, enroladinho de salsicha, canudinhos, brigadeiro e beijinho. Na parede, que foi forrada com lençóis, havia balões coloridos. Ninguém ousava tocar na mesa, e pelo o que percebi entrar na sala antes da hora era considerado proibido.

Depois de alguns minutos que havíamos chegado **Tulipa** saiu para fora com o filho do meio, estavam se arrumando. Me explicou que teria que esperar os demais convidados chegarem para começar a festa. O aniversariante estava mal-humorado e adormeceu logo. A mãe o levou para dentro de casa. Os convidados foram chegando aos poucos, na maioria crianças. Os irmãos maiores ficavam responsáveis de zelar pelos mais novos, que não se sujassem e mantivessem a ordem. Esse cuidado envolvia a utilização de ameaças “Se você não parar nós vamos pra casa!”, esse era um sinal bem compreendido, e sentavam-se no chão de imediato. Entre os adultos convidados estavam os padrinhos do

aniversariante e o pastor da igreja e sua esposa. **Tulipa** me explicou que convidou apenas aqueles mais chegados, que a ajudam quando precisa. Comentou: “Tem gente que nunca ajuda, não faz favor, nada, e agora ficaram de cara virada porque não convidei pra festa. Mas não dá pra convidar todo mundo! Até quando passei com o bolo comentaram, ‘nossa não vai dar pra todo mundo esse bolo aí’”. Me chamou a atenção de que na casa ao lado, três crianças acompanhavam o movimento da festa curiosas, mas eles não haviam sido convidadas. Através da grade ficaram apenas olhando. Quando serviu a comida, **Tulipa** serviu um prato maior e pediu para a sobrinha entregar para eles através da cerca.

Para que todos os adultos pudessem sentar foram buscar cadeiras na igreja. O início da festa dependia do aniversariante acordar. As pessoas começaram a ficar ansiosas e comentavam se não ia começar logo a festa. Resolveram acordar o bebê, mas claro, ele ficou ainda mais chateado. Todos foram convidados a entrar na pequena sala. As crianças se esmagaram umas às outras próximas a parede da janela, e ao redor da mesa. Por um momento todos ficaram em silêncio, até que alguém disse: “poderíamos cantar os parabéns, quem sabe cantar aí puxa”. As crianças começaram a cantar em coro e eu iniciei minha tarefa de fotografar. Depois disso era a hora das fotos. Com certa dificuldade, devido a sala ser bem pequena, se colocavam atrás da mesa e eu fotografava. Quando chegou a vez do pastor e sua esposa, a mulher quis pegar o aniversariante no colo, ele começou a chorar, ao tentar sair de trás da mesa para entregar o bebê uma tábua no chão cedeu e uma de suas pernas entrou no buraco. A altura era de mais ou menos um metro, pregos que ficaram suspensos feriram sua perna, fazendo um corte que não chegou sangrar, mas rasgou significativamente a carne. Todos se assustaram, os pequenos choraram. Ninguém sabia muito bem como reagir. Alguns providenciaram pomada e uma faixa para a senhora cuidar da perna, enquanto **Tulipa** dava continuidade aos procedimentos do aniversário, com o corte simbólico do bolo. Depois disso orientou as crianças a fazerem uma fila e distribuiu salgados e doces, e indicou que saíssem para o lado de fora. Enquanto a gente comia, o pastor fez uma bênção ao menino que a esta altura ainda não tinha parado de chorar, a oração pedia que qualquer entidade do mau saísse do corpo dele, e com as mãos sobre sua cabeça fez isso durante um minuto mais ou menos. Depois que parou sorriu e o menino havia parado de chorar. Imagino que eles tenham feito algum tipo de associação entre o acidente com a mulher enquanto segurava o menino e estar possivelmente possuído por algum ser do mau. Além de mim havia apenas outros seis adultos e as

crianças. Todos comeram bastante, **Tulipa** gerenciava, ao lado da mesa, a distribuição dos salgados, doces e refrigerante. As crianças, muito comportadas, comeram até não poder mais, e depois pediram os balões para brincar. A tarde foi muito agradável, fiquei feliz em ter participado daquele momento, fiquei feliz por poder contribuir de alguma maneira com aquelas pessoas que me acolheram tão bem em suas casas. A antropóloga registra também fotografias de festinhas, e claro, não deixa de supor que este momento possa ser fortuito para suas observações.

APÊNDICE C - Glossário de expressões e termos usados nas narrativas

Ajuntar – *verb.* **União estável conjugal.**

Ajuntemo – *sinon.* **Casar.**

Apar – *subst.* **Próximo. Ao lado.**

Aparelho – *sinon.* **Aparelhinho.**

Arrodiado – *expres.* **Cercado por.**

Assoaio – *sinon.* **Piso. Revestimento interno do chão da casa.**

Aumentemo – *verb.* **Aumentamos** (verbo aumentar).

Baixada – *subst.* **Local considerado baixo.**

Beco – *subst.* **Rua estreita, geralmente sem saída.**

Botar – *sinon.* **Colocar.**

Brasilit – *subst.* **Telha. Cobertura de amianto.**

Briguemo – *verb.* **Brigamos** (verbo brigar)

Brique – *subst.* **Negócio informal. Troca. Compra e venda.**

Briquare – *verb.* **Ato de negociar algo.**

Caprichar – *verb.* **Fazer algo com cuidado, com zelo.**

Caprichemo – *verb.* **Caprichamos.**

Carçado – *subst.* **Calçado.**

Carece – *verb.* **Necessita. Precisa.**

Cheguemo – *verb.* **Chegamos** (verbo chegar).

Coisarada – *subst.* **Muitas coisas.**

Comecemo – *verb.* **Começamos** (verbo começar).

Compremo – *verb.* **Compramos** (verbo comprar).

Continuemo – *verb.* **Continuamos** (verbo continuar).

Conversemo – *verb.* **Conversamos** (verbo conversar).

Criar – *verb.* **Ato de adotar uma criança. Pegar para criar.**

Das veiz – *expres.* **As vezes.**

De vorta – *expres.* **De volta. Retornar.**

Depois – *subst.* **Depois.**

Dilia – *abrev.* **Diluía**

Drento – *subst.* **Dentro**

Em roda – *expres.* **Nas proximidades.**

Entreguemo – *verb.* **Entregamos** (verbo entregar).

Estraviar – *sinon.* **Perder.**

Falemo - *abrev.* **Falamos** (verbo falar).

Fichado – *subst.* **Trabalhar com carteira assinada.**

Finado – *adj.* **Que morreu. Morto, falecido.**

Fiquemo – *verb.* **Ficamos** (verbo ficar).

Fumo – *verb.* **Fomos** (verbo ir)

Lutar – *verb.* Lutam, lutamos, “lutar com lixo”. **Termo usado para designar tarefa ou trabalho.**

Malemau – *expres.* **Fazer algo mau feito ou rapidamente.**

Matagal – *subst.* **Mato.** Terreno coberto de plantas.

Me criei – *expres.* **Viveu muito tempo.**

Moremo – *verb.* **Moramos** (verbo morar).

Né – *expres.* **Abreviação de “não é?!”. Usada nas frases para dar ênfase.**

Nóis – *pron.* **Nós .**

Peçona – *subst.* **Peça grande.**

Piá – *subst.* **Menino.**

Ponhando – *sinon.* **Colocando**

Ponhava – *abrev.* **Colocava** (verbo colocar).

Por causa que – *expres.* **Usada para explicar o motivo de algo.**

Potreiro – *subst.* **Campo de pastoreio de gado.**

Puxemo – *abrev.* **Puxamos** (verbo puxar). Atrair a si com força.

Qué – *verb.* **Quer** (verbo querer).

Rabixo – *expres.* **Puxar fio de luz de outro lugar.** “gato de luz”.

Rodiei - *expres.* **Andar em volta. Cercar.**

Sáimo – *abrev.* **Sáimos** (verbo sair).

Sanga – *subst.* **Pequeno riacho.**

Tando – *verb.* **Estando** (verbo estar)

Tava – *abrev.* **Estava** (verbo estar).

Tavam – *abrev.* **Estavam** (verbo estar).

Tiremo – *verb.* **Tiramos** (verbo tirar).

Tô – *verb.* **Estou** (verbo estar).

Tomemo – *verb.* **Tomamos** (verbo tomar).

Trabaiando – *verb.* **Trabalhando** (verbo trabalhar).

Trabaiar – *verb.* **Trabalhar.**

Trouxemo – *verb.* **Trouxemos** (verbo trazer)

Vamo – *verb.* **Vamos** (verbo ir)

Véinho(a) – *subst.* **Velhinho. Pessoa de idade.**

Véio(a) – *subst.* **Velhinho. Pessoa de idade.**

Veiz – *expres.* **Ve.**

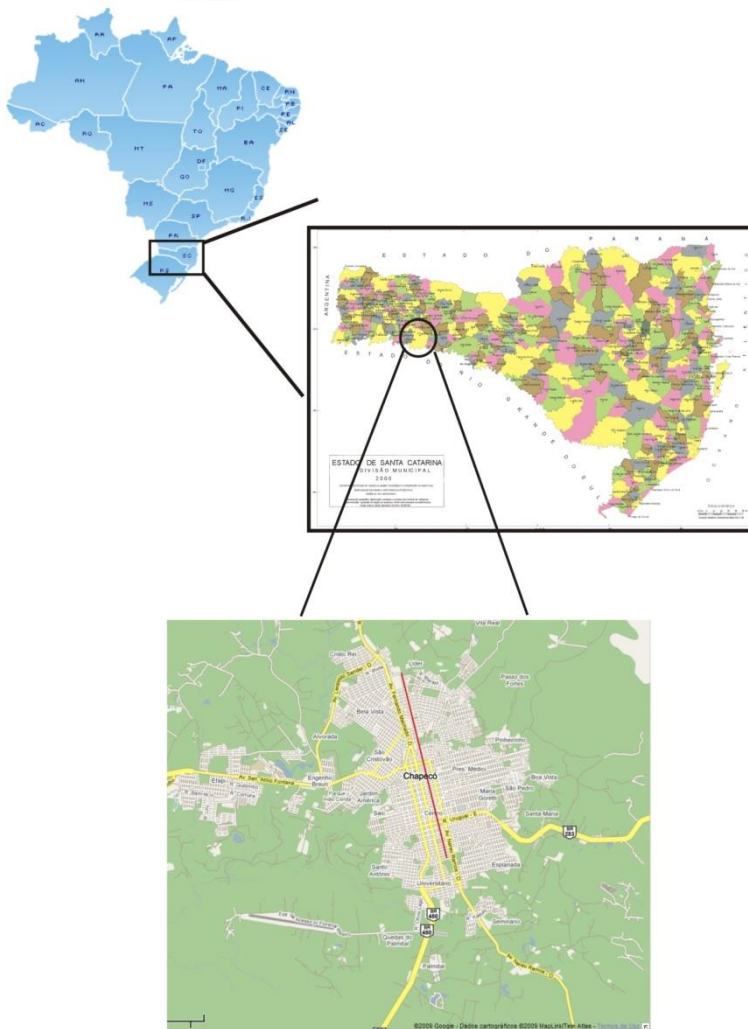
Vienio - *abrev.* **Vimos** (verbo vir).

Vortamo – *verb.* **Voltamos** (verbo voltar).

Vortar – *verb.* **Voltar.**

ANEXO A – Mapa de localização do município de Chapecó

Anexo 1



ANEXO B - Cartinha de Natal

Querido papai Noel
meu nome é [redacted] e tenho 2 anos eu queria
ganhar uma massa de biscoito e uma caixa
de doce e a minha mãe não pode comprar
para mim ela é doente.
Bairro: Vila [redacted]
Cidade: [redacted]
Rua: A
↑
TELEFONE